



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GISLANIA DE FREITAS SILVA

LEITURAS DA COLONIALIDADE À BRASILEIRA
A PARTIR DE MANOEL BOMFIM

FORTALEZA

2023

GISLANIA DE FREITAS SILVA

LEITURAS DA COLONIALIDADE À BRASILEIRA
A PARTIR DE MANOEL BOMFIM

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Sociologia. Linha de Pesquisa: Cultura, política e conflitos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S581 Silva, Gislania de Freitas.
Leituras da colonialidade à brasileira a partir de Manoel Bomfim / Gislania de Freitas Silva. – 2023.
175 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.
1. Manoel Bomfim. 2. Pensamento social brasileiro. 3. Colonialidade. 4. Epistemologias do Sul. I.
Título.

CDD 900

GISLANIA DE FREITAS SILVA

LEITURAS DA COLONIALIDADE À BRASILEIRA
A PARTIR DE MANOEL BOMFIM

Aprovado em: 16/02/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Mariana Mont'Alverne Barreto Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Mônica Martins
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Paulo Henrique Martins
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. José Lindomar Coelho Albuquerque
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

*Para Mariana Lyra e Thomas Yuri, pelas
incontáveis noites jogando dominó.*

*Para meu pai, Gilvan Ferreira (in memoriam),
por apontar o caminho.*

AGRADECIMENTOS

Fazer um doutorado no Brasil é, sob muitos aspectos, um privilégio. A pandemia de COVID-19 deixou descoberto o grande abismo que historicamente separa as classes sociais no Brasil desigual, revelou o óbvio ignorado por amplos segmentos sociais que insistem em virar o rosto para o outro lado, seguindo seu caminho como se a dor do outro não fosse sua e não lhe dissesse respeito. Nascer filha da classe trabalhadora e receber um diploma doutoral de uma instituição pública federal de ensino excede, em muito, as minhas aspirações juvenis, e a realidade é muito mais doce e muito mais árdua do que eu poderia supor em meus devaneios estudantis. Mas, antes de tudo, é um privilégio, que busquei agarrar com afinco.

Ser mulher e mãe solo é, por si só, um desafio. Acrescente a isso estudos e pesquisas e a labuta diária torna-se muito mais cansativas, mas nem por isso mais difícil. Ser mãe foi o que me levou tão longe. Meu maior desejo é ser um modelo positivo e amoroso para minha filha, minha pequena cientista. Agradeço a Mariana Lyra por ser a constelação mais bonita em meu céu e minha grande inspiração. Agradeço também ao meu amado irmão, Thomas Yuri, meu filho e companheiro, pois sem ele este trabalho não teria vindo a lume.

Agradeço às minhas amigas e irmãs que caminham ao meu lado, me amparam, acolhem, cuidam e gargalham comigo: Aline Anastácio, Fábria Santos, Rafaela Costa, Socorro Paula, Cristina Aguiar, Jessica Ingrid e Jessica Martins. Agradeço também a Jamile Tajra por me oferecer, além da grata amizade, um exemplo de excelência acadêmica e dedicação. Agradeço a queridíssima Marilac Bezerra, por me ensinar todos os dias com sua experiência, sua dedicação e seu amor, mas, principalmente, por ensinar que a vida é agora e precisamos curtir a viagem. Vocês me ensinaram o verdadeiro significado da palavra *sororidade*, deram substância a nossa irmandade e conferiram significados às muitas experiências compartilhadas.

Agradeço aos tios José Rafael e Thiago Ribeiro que, inúmeras vezes, me socorreram com seu amor e cuidado para com Mariana, brincando e divertindo a pequena enquanto eu estudava.

Um agradecimento especial à minha querida amiga Claudia Marcia Caetano, pela infinita paciência, por me apoiar, encorajar e acreditar. Acredite: seu apoio fez toda a diferença.

Agradeço ao meu orientador, professor Luiz Fábio Paiva, por acolher o desafio que era minha pesquisa e me apoiar (de tantas maneiras) e me dar liberdade para voar. Você me

acolheu e não duvidou, em nenhum momento, de que eu conseguiria “engrossar o cangote”. Seu olhar experiente e sua parceria foram fundamentais para a realização deste trabalho. Obrigada, Luiz, por sempre ter uma palavra de encorajamento, uma piada besta e um sorriso acolhedor.

Agradeço ao professor Paulo Henrique Martins não só por sua inequívoca influência intelectual, inestimável para a conclusão deste trabalho. Suas palavras e seus escritos são, para mim, fonte inesgotável de conhecimento. Sua obra *Teoria crítica da colonialidade* (2019) trouxe a luz necessária para cruzar a derradeira parte deste caminho. Mas agradeço, principalmente, por sua amizade. É um privilégio, um grande privilégio, ter encontrado você nesta vida.

Agradeço à querida professora Mônica Martins, mestra e amiga, pelas muitas conversas em sua cozinha, sobre textos acadêmicos, experiências místicas, livros, família, sobre a vida, sempre acompanhadas de uma deliciosa xícara de café. Você é meu maior exemplo de mãe e pesquisadora, além de parte fundante de minha trajetória acadêmica, me acompanhando desde minha paixão por José Martí até o meu amor maduro por Manoel Bomfim. A sábia loba da minha alcateia.

Agradeço à professora Irllys Barreira, que sempre admirei de longe, por suas contribuições generosas a esta pesquisa. Sua elegância no trato com o outro, sua inteligência e a capacidade de olhar nossos objetos de pesquisa e nos indicar, sempre com um tom positivo e estimulante, qual seria a melhor forma de proceder, foi uma das experiências mais estimulantes do curso doutoral – experiência que me marcou como pesquisadora e, principalmente, como professora, me inspirando a tornar-me a profissional que almejo ser.

Agradeço à professora Mariana Mont’Alverne e ao professor Lindomar Coelho Albuquerque, por terem aceitado o convite para participar da banca de defesa desta tese, bem como por sua leitura atenciosa do texto final.

Preciso destacar o apoio inestimável das secretárias do PPGS – UFC, Socorro Martins e Lorena Sobral, sempre dispostas a ajudar e sempre vindo em meu auxílio. À Lorena agradeço, em especial, por nossas gargalhadas compartilhadas, que sempre me deixavam feliz pelo restante do dia.

Agradeço também a Nely Ferreira e a Carlos, por seu inestimável apoio e por viabilizarem meu acesso a todo o material utilizado nesta pesquisa.

Por fim, agradeço à SEDUC-CE, por garantir meu afastamento das funções docentes durante a realização desta pesquisa. Agradeço ao núcleo gestor do Liceu Professor Francisco Oscar Rodrigues, pelo constante apoio e por sempre lembrar que eu seria acolhida quando voltasse à casa. Igualmente fundamental foi o auxílio financeiro da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa – Funcap, e seu suporte aos professores da educação pública estadual que desejam continuar os estudos.

O resultado último da civilização deve ser a eliminação das dores e a conquista da felicidade; toda a luta de indivíduo a indivíduo se reflete no seu interior por uma dor, que nenhuma vitória compensa. É aberração moral pretender que a luta e os conflitos preparem o progresso social, que só pode vir pela cooperação dos esforços e a harmonia dos sentimentos!... Se o homem só pode viver e florescer porque encontra uma sociedade, isto é, uma união, um concurso de vontades, como admitir que a luta, onde se gera a desunião dos elementos desta sociedade, possa provocar o progresso? (BOMFIM, 2005, p. 281).

Não se trata, absolutamente, de ser otimista: antes, de manter a fé no processo em curso, literalmente infinito, de emancipação e esclarecimento que, minha opinião, dá razão e sentido à vocação intelectual (SAID, 2007, p. 11).

RESUMO

A proposta desta pesquisa é analisar o pensamento social e político de Manoel Bomfim, delinear sua atuação profissional como docente, na construção do que considerava ser o caminho para solucionar os problemas do Brasil. Neste sentido, exige-se, no plano metodológico, compreender a obra tendo como referente o contexto em que foi produzida, dando atenção às figurações sociais a que o autor estava submetido. A hipótese é de que suas ideias estão em consonância com a de outros intelectuais insurgentes na América Latina, apontando para o que hoje é respaldado pelos estudos da crítica da colonialidade, em suas diversas manifestações, em diálogo com novas epistemologias que a cada dia surgem ao Sul. Conceitualmente, a pesquisa ampara-se nas concepções de figuração, de Norbert Elias (1970; 1994; 1997; 2001), campo científico, de Pierre Bourdieu (2004; 2017), de discursos alternativos, de Syed Farid Alatas (2001; 2003; 2010) e de colonialidade, como apresentada por Aníbal Quijano (2003; 2009) e por Paulo Henrique Martins (2019). Bomfim produziu uma vasta obra analisando a sociedade brasileira, elencando as peculiaridades na formação da identidade nacional, os problemas enfrentados por seu povo e o que considera os males originais que se perpetuam. Descartando explicações racializadas, comuns ao repertório cultural da época, Manoel Bomfim fez um levantamento histórico da Ibéria, buscando as ramificações que atravessaram o Atlântico e chegaram ao Brasil influenciando aspectos da cultura política nacional e incidindo sobre a construção do Estado. Destacou o caráter conservador das elites nacionais como traço marcante que obstruía o avanço das demandas populares, como a gratuidade do ensino e a reforma tributária que onera os minguados recursos dos mais pobres, além de sublinhar os privilégios das classes dominantes. O autor questionou os fundamentos da objetividade científica, ao que opôs o afeto como cerne da pesquisa. Propôs a observação dos fatos da sociedade dentro de nossos próprios termos, sem a dominância das lentes estrangeiras que marcam a história nacional. Tais ideias o destacavam entre seus coetâneos, marcando-o como um intelectual de transição de uma ciência alicerçada em pressupostos racializados para uma em que tais pressupostos são refutados como ciência e como princípio moral. Portanto, ao longo desta pesquisa, buscamos evidenciar suas contribuições para formação do pensamento social brasileiro.

Palavras-chave: Manoel Bomfim; pensamento social brasileiro; colonialidade; epistemologias do Sul.

ABSTRACT

The objective of this research is to rescue Manoel Bomfim's social and political thinking as well as to build up once again his professional performance as a teacher, in terms of the structuring of what he considered to be the way to solve the problems of Brazil. To this effect, it is required, on the methodological level, the understanding of Bomfim's production, taking as a frame of reference the context in which his works were written, paying special attention to the social configurations to which the author had been subjected. The hypothesis is that his ideas are attuned to those of other insurgent intellectuals in Latin America, pointing to what is now predicated as postcolonial criticism studies, in the various ways these very studies have surfaced so far. This research is supported by Norbert Elias's (1970; 1994; 1997; 2001) figurational theory; by Pierre Bourdieu's (2004; 2017) concept of field of science; by Syed Farid Alatas's (2001; 2003. 2010) concept of alternative discourses; by the concept of coloniality as it is presented by both Aníbal Quijano (2003; 2009) and Paulo Henrique Martins (2019). Bomfim produced a vast work analyzing the Brazilian society, naming some of the peculiarities (i) of the structuring process of national identity, (ii) of the problems faced by the Brazilian people, and (iii) of what he regards as the original evils. Discarding racialized explanations, rather common in the cultural repertoire of the author's time and place, Manoel Bomfim took on a historical survey of Iberia, as he sought the ramifications which had crossed the Atlantic and had arrived in Brazil influencing aspects of national political culture and focusing on the construction of the Brazilian State. He highlighted the conservative ways of national elites as a remarkable feature which obstructed the development of popular demands, such as free education and tax reform which encumber the poor people's meager resources, as well as the privileges of the ruling classes. Bomfim questioned the foundations of scientific objectivity, to what he opposed the feeling of affection as the research center part. He suggested the observance of facts of society on our own terms, without the dominance of foreign lenses which had marked national history up to his context. Such ideas set him apart from his peers and marked him as a transitional intellectual, who was coming from a specific perspective of science, that one grounded in racialized assumptions, to another one, in which such assumptions are refuted as science and as a moral principle. Therefore, throughout this research, we have highlighted Bomfim's contributions to the formation of Brazilian social thought.

Keywords: Manoel Bomfim; Brazilian social thought; coloniality; epistemologies of the South.

RESÚMEN

El objetivo de esta investigación es analizar el pensamiento social y político de Manoel Bomfim, esbozar su actuación profesional como docente, en la construcción de lo que él consideraba el camino para solucionar los problemas de Brasil. En ese sentido, se requiere, a nivel metodológico, comprender la obra teniendo como referencia el contexto en que fue producida, atendiendo a las figuraciones sociales a las que fue sometido el autor. La hipótesis es que sus ideas están en la línea de las de otros intelectuales insurgentes en América Latina, apuntando a lo que hoy sustentan los estudios de crítica a la colonialidad, en sus diversas manifestaciones, en diálogo con las nuevas epistemologías que surgen cada día en todo en el Sur. Conceptualmente, la investigación se sustenta en las concepciones de figuración, de Norbert Elias (1970; 1994; 1997; 2001), campo científico, de Pierre Bourdieu (2004; 2017), discursos alternativos, de Syed Farid Alatas (2001, 2003, 2010) y la colonialidad, tal como lo presentan Aníbal Quijano (2003; 2009) y Paulo Henrique Martins (2019a, 2019b). Bomfim produjo un vasto trabajo de análisis de la sociedad brasileña, enumerando las peculiaridades en la formación de la identidad nacional, los problemas que enfrentan su pueblo y lo que considera los males originales que se perpetúan. Descartando explicaciones racializadas, comunes al repertorio cultural de la época, hizo un recorrido histórico por Iberia, buscando las ramificaciones que cruzaron el Atlántico y llegaron a Brasil, incidiendo en aspectos de la cultura política nacional y centrándose en la construcción del Estado. Resaltó como un rasgo llamativo el carácter conservador de las élites nacionales que obstruyeron el avance de las demandas populares, como la educación gratuita y la reforma tributaria que grava los magros recursos de los más pobres, además de destacar los privilegios de las clases dominantes. Cuestionó los fundamentos de la objetividad científica, a los que opuso el afecto como núcleo de la investigación. Propuso observar los hechos de la sociedad dentro de nuestros propios términos, sin el dominio de lentes foráneos que marcan la historia nacional. Tales ideas lo destacaron entre sus contemporáneos, marcándolo como un intelectual en transición de una ciencia basada en supuestos racializados a una en la que tales supuestos son refutados como ciencia y como principio moral. Es importante, por lo tanto, destacar sus contribuciones a la formación del pensamiento social brasileño.

Palabras clave: Manuel Bomfim; pensamiento social brasileño; colonialidad; epistemologías del Sur.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1. Intelectuais pensando o Brasil	20
1.2. Nações e nacionalismos nas Américas	22
1.3. Manoel Bomfim: a sociologia de um utopista	26
1.4. O universo empírico e técnicas de análise	31
2 OS HOMENS DE LETRAS: CIÊNCIA E POLÍTICA NO OCASO DO SÉCULO XIX	41
2.1 Homens de <i>sciencia</i> e a cultura científica no Brasil dos oitocentos	45
2.1.1. <i>Os museus</i>	45
2.2.2. <i>Os Institutos Históricos e Geográficos</i>	53
2.2.3. <i>As faculdades de Direito e Medicina</i>	56
3 A GERAÇÃO DOS 1870 E O OCASO DO IMPÉRIO: OS INTELECTUAIS CIDADÃOS	64
3.1. <i>A América Latina: males de origem e a trajetória intelectual de Manoel Bomfim</i> .	75
3.2. Entre conterrâneos, entre gerações: na mira de Silvio Romero	82
4 “CONSERVADORISMO ESSENCIAL”: UMA INTERPRETAÇÃO DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	91
4.1. “Nós, neo-ibéricos”	95
4.1.1. <i>O “conservadorismo essencial” na gênese do Estado</i>	103
4.1.2. <i>O aventureiro e o trabalhador de Sérgio Buarque de Holanda: algumas considerações</i>	108
5 EDUCAÇÃO E MISTIÇAGEM NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO	115
5.1 Raça e mestiçagem no pensamento bomfiniano	115
5.2 Educação e nacionalidade	125
6 NOVAS SEMÂNTICAS AO SUL: O DISCURSO ALTERNATIVO DE MANOEL BOMFIM	133
6.1. Novos caminhos, rupturas?	134
6.2. Manoel Bomfim: pensando a América Latina a partir do Sul	139
6.3. Para onde sopram os novos ventos ao Sul?	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	156

1 INTRODUÇÃO

Pobres almas!... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!... Não; prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica (BOMFIM, 2005, p. 38).

Quando estudantes da seara das Ciências Sociais se debruçam sobre o chamado *pensamento social brasileiro*, logo afluem para *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (2006), *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (2011).¹ São obras consideradas “clássicas”, de “pais fundadores”, aos quais sempre nos remetemos em nossos trabalhos. Colhemos nelas as referências teóricas necessárias para analisar problemas contemporâneos e legitimar nossa fala e saber científico (GIDDENS, 2011). O clássico goza de um status diferenciado, uma vez transformado em premissa subentendida para os estudiosos contemporâneos da disciplina. Tal eleição de clássicos independe do empirismo de suas obras, mas assenta-se em um consenso disciplinar, referente a coisas não-empíricas (ALEXANDER, 1999).

Muito embora alguns estudiosos como Galileu Galilei, Isaac Newton e alguns outros possam ser apontados como fundadores de uma ciência natural assente em novas bases experimentais e empíricas, não é necessário ao estudioso contemporâneo voltar às fontes para validar seu conhecimento. Ao contrário, a premência da publicação de artigos científicos demonstra quão rapidamente tornam-se obsoletas as descobertas e os avanços nesse campo do conhecimento. Diferentemente, nas ciências humanas o conhecimento envelhece lentamente, sendo o esforço constante de revisitar os clássicos um juízo tácito para os pesquisadores, e o livro torna-se, assim, nosso material privilegiado (ORTIZ, 2004).

Contudo, tal eleição de clássicos possui caráter arbitrário e acaba por engendrar hierarquias, lançando luz sobre alguns pesquisadores enquanto esconde na penumbra

¹ As três obras são referências básicas para os estudantes nos cursos de graduação. Analisando o que considera as tendências do pensamento brasileiro, Ianni (2000) faz uma distinção entre os autores que seriam os precursores, ávidos por compreender a formação da sociedade civil, imersos em uma sociedade escravista, dentre os quais destaca Silvio Romero e Joaquim Nabuco; os clássicos, que aos citados, juntam-se Oliveira Vianna e Riberto C. Simonsen, possuindo em comum a crença de que o Brasil é “marcado por uma vocação agrária” (p. 70); e, os novos, imprimindo um fôlego renovado às interpretações do Brasil, como Florestan Fernandes e Raymundo Faoro. Renato Ortiz (2012a), refletindo sobre o que se convencionou como a tríade de clássicos brasileiros, distingue dois pilares: de um lado, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior fundam uma nova linhagem de pensamento dentro de um espaço institucional, a universidade. Freyre, por outro lado, escreveu fora da academia e vincula-se tematicamente a Silvio Romero e reelabora a discussão em torno da temática da raça, partindo do culturalismo de Franz Boas.

incontáveis pensadores e suas respectivas produções teóricas, em âmbito nacional e, principalmente, no que concerne à formação das ciências sociais modernas em nível internacional. As primeiras produções sociológicas coincidem, temporalmente, com o avanço imperialista das grandes potências do Norte sobre várias áreas do planeta e estão inscritas no mesmo circuito literário dos romancistas e estes não possuem, necessariamente, vinculações acadêmicas. As Ciências Sociais surgem para dar respostas a problemas europeus, sendo quase inevitável que seus pressupostos e formulações fossem eurocêtricos.² Sob este olhar imperial, as ações e violências perpetradas são percebidas não como contradições entre os discursos liberal e democrático que ecoavam nas metrópoles, mas como uma incompatibilidade de povos possuidores de culturas inferiores e atrasadas e o avanço político e social do Ocidente (WALLERSTEIN, 1996; CONNELL, 2012a, 2012b, 2017; LYNCH, 2013). Nesse contexto, engendra-se uma ignorância assimétrica, nos termos de Chakrabarty (2009), fazendo com que seja necessário ao pesquisador situado em zonas periféricas referir-se constantemente às abordagens e às teorias pensadas no “centro”, sob pena de ter seus trabalhos invalidados ou reputados como locais e, portanto, sem muita relevância, ao passo que aos intelectuais eurocêtricos é garantida a suposta validade de suas proposições de cunho universalista, passando ao largo, muitas vezes, das experiências sociais fora do Ocidente. e

Refletindo sobre as distinções entre “pensamento” e “teoria”, Lynch (2013) nos lança diante do que denomina fantasma da condição periférica, que durante décadas assombrou os intelectuais brasileiros. As cronosofias difundidas por países cêtricos, ao instituir o sentido unilateral do progresso da razão, do “espírito universal”, relegavam à periferia dezenas de novos Estados nacionais, mormente ex-colônias que não haviam amadurecido suficientemente para colaborar, com um lampejo de civilização, à história universal. Esse paradigma civilizacional liberal deixou marcas indeléveis no “cosmopolitismo periférico”, abraçado por muitos de nossos expoentes intelectuais, como Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha. O autor destaca a inserção subalterna da produção teórica brasileira no cômputo internacional da produção científica. Contudo, o mais interessante na abordagem de Lynch (2013) refere-se à autodepreciação que muitos intelectuais brasileiros experienciaram e repercutiram em suas obras, ao dar demasiada ênfase ao que era produzido no norte do Atlântico em detrimento da produção nacional. Viam-se confrontados com o “dilema do mazombo”, um profundo amor por

² Wallerstein (1996) apresenta cinco formas pelas quais as Ciências Sociais expressam seu eurocentrismo: “1) en su historiografía; 2) en el provincianismo de su universalismo; 3) en sus presupuestos sobre la civilización (occidental); 4) en su orientalismo, y 5) en sus intentos de imponer la teoría del progreso” (p.98).

sua pátria, mas com os olhos voltados para o que consideravam o coração da civilização. As obras produzidas por nacionais despertavam pouco interesse em seus pares, ávidos de ares civilizados.

Para muitos estudiosos nacionais, o Brasil era um país sem povo, que tampouco gozava de uma história digna de nota quando comparados com as “velhas tradições” e histórias nacionais dos países europeus. Esse desalento fica patente nos inventários das produções literárias, filosóficas e políticas, escritos por brasileiros analisando as obras nacionais, preponderantemente pessimistas e negativas. Somente na década de 1930 passou-se a estudar a história e as peculiaridades nacionais não em termos comparativos com as nações postas no centro, elencando as deficiências e atrasos, mas a produzir, sistematicamente, obras voltadas para a compreensão da formação nacional em si, com o que tinha de própria e original.³ Essa abordagem acompanhava um movimento ibero-americano de historicização e relativização do conhecimento, apontando a simultaneidade entre a produção nacional e internacional, pondo em xeque as hierarquias instituídas no âmbito da produção do conhecimento (LYNCH, 2013).

Apesar das novas abordagens, o que era produzido no Brasil ainda era percebido como insuficiente e deficitário quando comparado com as ideias produzidas nos centros metropolitanos, como o atestam as experiências do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), não obstante a forte perspectiva anticolonial de inspiração fanoniana que animava os estudiosos, e as resistências na FFLCH-USP em pensar a produção nacional no que trazia de positivo para a análise dos problemas nacionais (ORTIZ, 2012a; LYNCH, 2013). Era forte a insistência numa inserção subalterna e o que fora produzido anteriormente era tido por ensaístico, ideológico, cópia sem originalidade que não logrou ser ciência.

Nesta perspectiva, tudo o que os sociólogos poderiam fazer a respeito dos autores brasileiros do passado e estudá-los como tais, enquanto grupo, deixando de lado a questão do valor heurístico das obras por eles deixadas, e que deveriam ser considerados somente no plano de suas estratégias de ascensão social (LYNCH, 2013, p.756).

Não à toa, são utilizados frequentemente o termo *pensamento social*, e não *teoria social*, ao se referir à produção intelectual brasileira.⁴

³ É interessante a análise de Lynch (2015) sobre a obra de Guerreiro Ramos, destacando o esforço do baiano em fazer um resgate crítico do pensamento sociológico brasileiro. Para Ramos, a sociologia deveria se adequar a diversidade de culturas, apontando o caráter histórico e cultural de todos os fenômenos sociais.

⁴ Marín (2018) destaca que, diferente do que é produzido em outros países da latino-americanos com recorte analítico regional, no Brasil se produz o “pensamento social brasileiro” limitando suas ambições analíticas ao escopo nacional sem pretensões teóricas universalistas ou sequer regionais. Destaca que “(...) mais centrados em suas peculiaridades internas, as quais atribuem uma singularidade não homogeneizável com o resto da América Latina, o pensamento produzido é categorizado como ‘pensamento social brasileiro’, que distancia em dois níveis da produção regional: (1) porque se nacionaliza (diferente do resto da América Latina, que procura uma identidade

Quem produzia *teoria* era um *autor*, isto é, um especialista, um acadêmico, um cientista. Quem produzia *pensamento*, ao contrário, era um *ator*, voltado para aplicação da teoria para um contexto mais circunscrito no tempo e no espaço. O *pensamento* se caracterizaria pela aplicação prática, por parte dos *atores* dos países periféricos, à sua realidade política específica, concreta e particular, da teoria político-social produzida por *autores* que, instalados nos países cêntricos, elaborariam uma reflexão dotada de um nível maior de abstração e uma pretensão de validade universal (LYNCH, 2012, p. 758. grifos do autor).

Na atualidade, por outro lado, a Ciência Social brasileira atravessa uma fase de questionamento do “cânone”, e as obras de autores que foram “esquecidos” estão sendo objeto de escrutínio. O volume de material produzido nos últimos anos, como as pesquisas em desenvolvimento nos programas de pós-graduação da área, é prova da maturidade nessa área de pesquisa (LYNCH, 2013; MAIA, 2017). Novas análises críticas das obras dos intérpretes do Brasil têm trazido à tona autores e obras que foram deixados de lado e só agora vêm ganhando cada vez mais espaço nas universidades nacionais (COSTA, 2005).

Durante muitas décadas, a obra do sergipano Manoel Bomfim foi deixada de lado e só recentemente foi “redescoberta”. Um estudo inserido nesse âmbito é *Manoel Bomfim: um rebelde esquecido*, de Ronaldo Conde Aguiar (2000), uma biografia sociológica que traz uma análise robusta da obra bomfiniana. Além de interessantes detalhes da vida e atuação pública do personagem central, Aguiar questiona o esquecimento de um intelectual tão prolífico e de ideias tão marcantes. Contudo, vinte anos depois, falar de esquecimento não corresponde mais aos fatos, tendo em vista as dezenas de artigos publicados e a produção de monografias, dissertações e teses sobre a obra de Bomfim. Esse resgate não é aleatório. As rápidas mudanças decorrentes do aprofundamento do processo de globalização acabam por reverberar nas teorias sociais que tentam explicar a realidade social. O dissenso é lugar comum. Com a redistribuição de forças internacionais e a consolidação de uma ordem multipolar, assistimos à substituição da categoria “tempo”, linear e progressivo no sentido do desenvolvimento europeu, pela categoria de “espaços”, que denota a nova configuração de poder (ORTIZ, 2013).

Manoel Bomfim é um intelectual produtor de vasta obra sobre o Brasil durante a Primeira República. Estudioso do Brasil e intérprete da formação brasileira, dedicou-se a compreender as causas de nossos problemas e, para isso, lançou mão do conceito *parasitismo*

regional); e (2) principalmente, porque não define sua produção como teoria ou sequer como sociologia; rechaçando, de fato, qualquer pretensão não apenas universalista, mas nem ao menos generalizável” (MARIN, 2018, p 68)

social.⁵ Bomfim foi mais que “um pensador”, consolidando-se como um intelectual dedicado a descobrir os caminhos seguidos pelas nações latinoamericanas, não só buscando respostas para nosso atraso político e econômico, mas compreendendo como nossa história e a histórias de povos variados, com culturas diversas, foram deixadas de lado ante as grandes narrativas das nações imperiais. Nesse sentido, *A América Latina: males de origem* (BOMFIM, 2005) é uma obra singular tanto no tocante ao contexto em que foi escrita como no cômputo geral da produção teórica de Manoel Bomfim. O sergipano logra empreender um *discurso alternativo* (ALATAS, 2010), uma vez que apresenta um conjunto de conceituações inovadoras, prescindindo do repertório racista e interpelando o *mainstream* ao fugir das respostas assentes na biologia, ao passo que analisa a história colonial nacional a partir de uma abordagem política e econômica.

Nosso primeiro contato com a obra de Manoel Bomfim ocorreu durante o curso de Mestrado em Sociologia, na Universidade Federal do Ceará. Na ocasião, pesquisávamos a obra do prócer cubano José Martí, especificamente, sua compreensão de América Latina e como esta se contrapunha à “América que não é nossa” (MARTÍ, 2006). Nesse período, fizemos um levantamento dos pensadores latino-americanos que debatiam os problemas do subcontinente, questionando suas possíveis causas e apontando o que julgavam ser suas soluções. Encontramos *América Latina: males de origem* enquanto garimpávamos “tesouros” em uma feira de livros. Tratou-se, realmente, de um achado, dado que durante nosso curso de graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Ceará, em nenhuma disciplina nos foram apresentados o autor ou qualquer de suas obras. A eloquência com a qual o sergipano defendia suas ideias nos instigou a estudar sua obra.⁶

O projeto com o qual fomos aprovados para o curso de doutorado propunha uma análise comparativa entre as obras de José Martí e Manoel Bomfim. Defendíamos a hipótese de que estes intelectuais, cada um em seu tempo e espaço social, teriam lançado as bases do movimento contemporâneo da crítica pós-colonial, imprimindo uma ruptura epistemológica ao negar as análises racistas e depreciativas em relação à América Latina, correntes nos círculos intelectuais da época. Contudo, optamos por trabalhar somente com os escritos de Bomfim por dois motivos: primeiramente, por ser ele um intelectual prolífico e que se dedicou ao estudo de

⁵ Somente a partir do ensaio *O Germanismo*, publicado no *Jornal do Comércio* em 17 de agosto de 1914, é que Bomfim passa a usar o termo imperialismo para referir-se ao processo de dominação econômica e política de uma nação sobre outra (AGUIAR, 2000).

⁶ Depois de finalizarmos o curso de mestrado, publicamos, em parceria com Matias (SILVA, MATIAS, 2016) um artigo sobre o conceito de parasitismo social na obra de Manoel Bomfim.

diversas áreas das ciências humanas; em segundo lugar, e mais importante, se nos causava estranhamento a ausência de pesquisas sobre Martí na academia brasileira⁷, o “apagamento” de Bomfim era um mistério que precisava ser solucionado. Como um pensador tão inovador e instigante não figurava entre os “clássicos”?

Esta tese trata, portanto, da trajetória intelectual de Manuel Bomfim e busca discutir a contribuição de sua obra ao pensamento social brasileiro, bem como para a insurgente produção teórica latinoamericana, o que há de fecundo e oportuno em suas ideias, capazes de lançar luzes sobre o presente e de revelar facetas, até então desprezadas, de nossa formação social. Num momento em que os estudos pós-coloniais, a crítica decolonial e novas epistemologias pensadas ao Sul⁸ questionam os limites epistemológicos da ciência produzida no Norte e sua aplicabilidade em espaços geográficos e sociais não metropolitanos, os escritos do sergipano podem iluminar a compreensão da modernidade brasileira. Desta feita, discutimos seus escritos não para perfazer uma história das ideias ou reconstruir biograficamente a vida de um autor, fechado em si mesmo. Antes, buscamos mobilizar seus escritos com o intuito de encontrar temas, problematizações e questionamentos que permanecem candentes em nossa sociedade. Nas palavras de João Marcelo Maia (2008, p 09), trata-se de um “exercício de permanente fertilização da nossa tradição intelectual por força de seu diálogo com a teoria sociológica”.

À indagação inicial – é o parasitismo social uma chave analítica fecunda, capaz de lançar luz sobre a formação social brasileira? – acrescentam-se questionamentos contemporâneos: como se dá a produção do conhecimento científico fora do eixo Norte? Em que medida as diversas colonialidades incidem sobre a produção científica latino-americana? Algo está sendo feito para reduzir as assimetrias na produção de conhecimento? Essas questões tornaram fértil a releitura da obra de Manoel Bomfim, ao permitir o diálogo com a produção sociológica contemporânea.

⁷ Durante o curso de mestrado, somente três pesquisas sobre José Martí estavam em andamento no Brasil, segundo levantamento realizado na época.

⁸ O Sul refere-se as áreas do globo alijada do poder econômico e social como consequência do processo de colonização ainda submetidas a diversas formas de colonialidade (SANTOS; MENEZES, 2010; QUIJANO, 2005, 2009; LANDER, 2005; MARÍN; GOBEL, 2018). Os intelectuais do Sul buscam “equidade no regime de comunicação científico” (VESSURI, GUEDÓN, CETTO, 2019, p. 37). Todas as correntes do Sul lutam para superar o binômio visibilidade/invisibilidade.

1.1. Intelectuais pensando o Brasil

Desde meados do século XIX até o início do século XX, a intelectualidade brasileira dedicou-se à tarefa de compreender o enigma Brasil. A mestiçagem figura como um dos elementos centrais de nossa sociedade, cuja composição étnica é consabidamente variada (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993, 2012; IANNI, 2000). Como destaca Ianni (2000), “(...) uma das singularidades da história do Brasil é que este é um país que se pensa contínua e periodicamente” (p. 55). Produziram-se e continuam a se renovar interpretações do Brasil, análises da formação histórica, social e cultural.⁹ Há uma polifonia de vozes, por vezes harmônicas, em outros casos, dissonantes. Não obstante, alguns temas são recorrentes, como a formação do estado nacional e os binarismos autoritarismo/democracia, sociedade agrária/sociedade industrial, por exemplo. Contudo, Ianni (2000) reforça que uma das peculiaridades nesses estudos é a linha que une presente e passado em busca de respostas para o futuro.¹⁰

O racismo científico, como lastro de validação dos estudos e interpretações do Brasil e da América, era elemento fundamental na construção do discurso científico em fins do século XIX, corroborando para a separação entre trabalhos “válidos” e “não válidos” (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993). As (re)elaborações do discurso racial europeu para explicação da nossa realidade nacional, a insistência no tema e nessa perspectiva de análise – mesmo quando nos países de origem elas já não gozavam do prestígio de outrora – deixa claro a centralidade da problemática racial para nossos intelectuais. A *intelligentsia* brasileira colocou como trabalho e desafio compreender o Brasil e apontar que caminhos seguir para alcançar o progresso e o desenvolvimento. Contudo, cabe destacar que a escolha das teorias e dos autores estudados não ocorreu de forma aleatória. Meio, raça e o tom que revestiu a apropriação do evolucionismo em terras tupiniquins são elementos que direcionam o consumo diferenciado das teorias estrangeiras, muito embora todos estejam ligados pela problemática da construção nacional para o novo Estado republicano (BOTELHO, 2002; ORTIZ, 2012a).

⁹ Nos últimos anos, vem se destacando no cenário nacional a obra de Jessé Sousa (2019) e sua leitura dos clássicos nacionais. O autor destaca em seus escritos a forte influência da leitura do Brasil empreendida por Sergio Buarque de Holanda, principalmente em sua obra *Raízes do Brasil*, e Raimundo Faoro e seu *Os donos do poder* que, em seu entender, direciona o discurso intelectual e especializado, no espectro político que vai da direita à esquerda. Para ele, os problemas brasileiros são pensados a partir de duas lentes, o populismo e o patrimonialismo, encobrendo, desta feita, os verdadeiros agentes do atraso ao apagar as distinções socioculturais - para além dos aspectos econômicos - de classe. Souza (2019) reitera que é necessário superar o “racismo culturalista conservador” para que se possa compreender o Brasil.

¹⁰ Tal perspectiva permeia as tentativas de se contar a história nacional, como podemos observar na concepção instrumental da História presente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual a compreensão do passado é fundamental para se construir o futuro. Sobre o assunto, ver Guimarães (1988).

Renato Ortiz (2012a) compara a adoção de teorias estrangeiras por parte dos intelectuais brasileiros com o sincretismo religioso. Ao incorporar elementos novos à base religiosa, os indivíduos partem de um “sistema-partida”, que atua tanto na seleção quanto na forma que esses novos elementos serão incorporados. No caso dos intelectuais, o “sistema-partida” relacionava-se à problemática nacional. Ortiz (2012a) destaca a seleção dentro da seleção, uma vez que, escolhidas as teorias, os estudiosos brasileiros selecionavam as partes que não entravam em conflito ou mesmo negavam questões prementes, como a influência do meio ou a mestiçagem, utilizando as teorias conforme suas necessidades:

Nesse sentido, as teorias “importadas” têm uma função legitimadora e cognoscível da realidade. Por um lado, elas justificam as condições reais da República que se implanta como nova forma de organização político-econômica; por outro lado, possibilitam o conhecimento nacional projetando para o futuro a construção de um Estado brasileiro (ORTIZ, 2012a, p. 30-31. grifo do autor).

Dentro desse contexto histórico e sociológico particular, o que significava “fazer ciência” para a comunidade intelectual brasileira do último quartel do século XIX e início do século XX? O que era necessário para fazer parte de tão seletivo grupo? Por que esses homens viam a si mesmos como artífices da nação? Qual o lugar ocupado por Manoel Bomfim entre seus contemporâneos e, posteriormente, no panteão das Ciências Sociais no Brasil?

Rompendo com o pensamento hegemônico coetâneo de forte cunho racista, Bomfim constrói sua argumentação em torno do que denominou *parasitismo social*,¹¹ de modo a explicar a relação colônia-metrópole no cerne da colonização, nosso atraso em relação às demais nações, além da origem de nossos problemas sociais. Longe da degenerescência racial, as raízes de nossos males eram bem mais profundas, uma vez que eram ligadas ao modelo espoliativo e predatório de colonização, sendo as jovens repúblicas latinas e a monarquia brasileira herdeiras das mazelas institucionais de Espanha e Portugal:

Quando começou a colonização da América, já as nações peninsulares estavam viciadas no parasitismo, e o regime estabelecido é, desde o começo, um regime preposto exclusivamente à exploração parasitária. Desde o início da colonização, o Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões. Concedem-se as terras aos representantes das classes dominantes, e estes, aqui – pois não vêm para trabalhar – escravizam o índio para cavar a mina ou lavrar a terra. Quando ele recalitra ou se extingue, fazem vir negros africanos, e estabelece-se a forma de parasitismo social mais completa, no dizer de Vandervelde. Do ouro tira-se o quinto para a metrópole; tributa-se o açúcar, monopoliza-se o comércio; e corre para a mãe-pátria um caudal de riqueza. Todo o mundo vive dessa riqueza, ou diretamente – explorando na colônia o trabalho escravo, ou indiretamente sobre o Estado; não se compreendia viver de outra forma (BOMFIM, 2005, p. 128-129).

¹¹ Em trabalho anterior (SILVA, MATIAS, 2016) explicitamos como Bomfim constrói seu arcabouço teórico e como este é chave analítica para compreensão da interpretação bomfiniana do Brasil. Para saber mais, ver Sussekind e Ventura (1984), Ventura (2002).

Como é destacado nessa passagem, Manoel Bomfim lança-se à compreensão da formação histórica e cultural da sociedade brasileira, sem esquecer dos laços que nos ligam aos demais Estados nacionais e povos do continente. A explicação para o atraso reside em nossa constituição histórica colonial, e não na matriz biológica que compõe o povo latino-americano. Reduzir a explicação a termos biológicos é deixar de lado o principal aspecto da composição dos problemas que nos afligem até os dias atuais: séculos de colonialismo político, econômico e cultural. Para o sergipano, “Exploradas pelo mercantilismo voraz, imoral e dissolvente, retardatário por cálculo, egoísta e inumano por natureza, estas pobres sociedades não sabem e não podem se defender” (BOMFIM, 2005, p. 54).

Bomfim também rejeitava o termo *América Latina*, que, em sua concepção, serve tão somente para uma designação geográfica a fim de se contrapor à América inglesa. Destacava que erámos chamados de latinoamericanos pelos que olham e falam de fora. Colocavam sob a mesma rubrica povos que, apesar de compartilhar características forjadas no bojo da empreitada colonial, possuem singularidades. Para ele, essa tentativa de uniformização, assentado em desconhecimento, má vontade e preguiça, encobre as particularidades dos povos e nações. O sergipano defendia que, não obstante os elementos que compartilhávamos, era necessário demonstrar o que guardávamos de peculiar e, assim, ao tomar conhecimento de nosso processo formador, poderíamos traçar os caminhos para a construção de uma nação forte e progressista, só então capacitada ao desenvolvimento econômico e social (BOMFIM, 1997).

1.2. Nações e nacionalismos nas Américas

Pátria, nação, patriotismo, nacionalismo são termos recorrentes nos escritos de Manoel Bomfim. Em sua perspectiva, patriotismo e nacionalismo fundem-se na formação dos Estados nacionais. Para Bomfim, o nacionalismo brasileiro forma-se ao longo do período colonial, sendo engendrado por reiteradas negativas à política portuguesa, que oprimia, explorava e degenerava a colônia. Nossa tradição política nasce, então, nas divergências políticas contra a metrópole. Nos escritos bomfinianos, o Brasil foi o rincão da América onde primeiro se manifestaram sentimentos nacionais.¹² No embate entre “nacionais” e “reinóis”,

¹² Estudos sobre a América Hispânica (PIMENTA, 2011; MADER, PAMPLONA, 2007, 2008, 2009, 2010) apontam que o germe da nacionalidade aparece tardiamente na cultura política *crioula*, uma vez que estes acreditavam ser espanhóis. Somente com a política econômica de Fernando VII para com a colônia, estes sujeitos perceberam que eram “cidadãos de segunda categoria” e passaram a reivindicar autonomia política. Sobre o Brasil, Santos (2010) afirma que durante o período colonial, não havia nada que se parecesse com um “sentimento nacional”. As diversas províncias estavam separadas, tendo contato mais próximos com a metrópole do que entre si. Tal realidade se dava devido a “(...) vastidão do território, a precariedade dos meios de comunicação e de transportes, a orientação econômica voltada para a exportação e as próprias políticas da Coroa portuguesa” (p. 45).

Bomfim divisava evidências das diferenças identitárias: nós, que queremos avançar; eles, que sugam nossas forças e fazem soçobrar nossas aspirações políticas. Para o sergipano, a Guerra dos Mascates seria uma expressão de nacionalidade em clara oposição aos portugueses (BOMFIM, 1997). Como se vê, Manoel Bomfim construiu uma teoria da história do Brasil e da América Latina (REIS, 2013; GONTIJO, 2003).

Todavia, nação, nacionalidade e nacionalismos são termos de difícil definição, como nos lembra Benedict Anderson em *Comunidades Imaginadas* (ANDERSON, 2008). Não obstante a forte presença do “nacional” na política dos diversos Estados na modernidade, está longe de haver consenso sobre a amplitude e o significado políticos e sociais designados por esses termos. Segundo o autor, o nacionalismo como fator de legitimidade na vida política está longe de desaparecer. Cumpre destacar que o nacionalismo como catalisador de lealdades políticas é algo recente na história política ocidental, substituindo as legitimidades dinástico-religiosas, que predominavam até então, por revoluções sociais. Somente a partir do século XIX, o conceito de nação trará consigo um forte sentido político (ANDERSON, 2008; SANTOS, 2010).

A resposta de Anderson (2008) para a questão *o que é uma nação?* diverge em um ponto crucial dos demais estudiosos. Para o autor de *Comunidades imaginadas*, o nacionalismo como conhecemos surge no Novo Mundo com os *pioneiros crioulos* no bojo das revoluções independentistas. Esse descentramento espacial, que nega à Europa a primazia da nacionalidade como vetor político e emocional, confere à sua abordagem uma coloração nova no tocante ao fluxo de ideias entre os dois lados do Atlântico. Nesse sentido, Anderson (2008) ainda destaca que, depois de surgir na América, o nacionalismo torna-se modular, capaz de ser transportado para outros lugares.¹³ Em sua abordagem antropológica do fenômeno, trata-o como um artefato cultural cingido a um longo processo histórico, mas que, em diversos contextos, foi apropriado como forte elemento de ideologias políticas. Propõe, então, que o analisemos como se tratam as categorias de parentesco ou religião, e não como os fascismos ou o liberalismo. Em suas palavras: “Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32).

¹³ Anderson (2008) assinala três “modelos” do nacionalismo: o nacionalismo oficial, centrado na educação formal, civil ou militar; o nacionalismo populista, assente nas “(...) eleições, organizações partidárias e comemorações culturais” (p.191) e, por fim, o modelo forjado pelos pioneiros crioulos nas Américas, com ênfase nas ideias de república e cidadania.

A análise do pioneirismo crioulo na constituição das formas modulares do que viriam a ser os estados nacionais é de particular interesse por romper com os pressupostos do cânone dos estudos do nacionalismo europeu (BALAKRISHNAN, 2000; HOBBSAWM, 1990; 2009; 2011; 2018). Anderson (2008) argumenta que nem a língua (mesma do colonizador)¹⁴ nem o “batismo das classes populares” (por medo de levantes escravos e indígenas – Toussaint L’Ouverture e Tupac Amaru ainda assombravam as elites), elementos centrais dos nacionalismos europeus, figuravam como motivadores dos movimentos independentistas americanos. Nesse aspecto, Pamplona e Doyle (2008) salientam que as revoluções independentistas nas Américas eram, em sua essência, anticoloniais. Os autores apontam que

(...) os movimentos americanos pela independência em geral não se baseavam em alegações de diferenças primordiais em relação ao país de origem. Em sua maioria, eles ressaltavam suas queixas contra o domínio imperial e suas aspirações por um governo autônomo, em vez de diferenças essenciais entre, de um lado, o povo e a cultura da colônia, e, de outro, os da metrópole (PAMPLONA & DOYLE, 2008, p. 24).

Um ponto importante que merece destaque na análise de Benedict Anderson refere-se ao “impulso vernacularizante do capitalismo” (ANDERSON, 2008, p. 73). O capitalismo editorial e sua manifestação mais evidente no cotidiano das pessoas, o romance e o jornal, produzirão uma nova maneira de representar a comunidade ao proporcionar os meios técnicos capazes de construir uma nova simultaneidade tempo/espacial, uma vez que “o essencial é a interação entre fatalidade, tecnologia e capitalismo” (ANDERSON, 2008, p.79)¹⁵. Ademais, destaca outros elementos que contribuíram para a formação de comunidades imaginadas nas Américas, dentre quais os interesses econômicos e as ideias liberais e o Iluminismo. No entanto, aponta como fundamental para criar esse “tipo específico de comunidade” a função dos funcionários-peregrinos e os impressores locais.

As reflexões de Anderson (2008), embora estejam longe de ser unanimidade entre os estudiosos da área,¹⁶ abrem caminho para pensar o nacionalismo nas Américas a partir das

¹⁴ As línguas impressas nacionais, o espanhol e o inglês, nunca foram questionadas pelos revolucionários independentistas, diferentemente dos movimentos nacionalistas europeus, que tinham na língua um dos estandartes de batalha. Sobre o tema, conferir Pamplona e Doyle (2008):-

¹⁵ Anderson (2008) destaca três fatores que corroboraram para o êxito do capitalismo editorial: 1º) mudanças na utilização do latim, que se afasta de sua utilização eclesiástica medieval; 2) a reforma protestante, que propiciou a circulação de livros escritos em língua vernácula e, 3) a utilização de vernáculos como instrumento de centralização administrativa. Contudo, o autor destaca: “a ‘escolha’ da língua aparece como fruto de um desenvolvimento gradual, inconsciente, pragmático, para não dizer, aleatório. Enquanto tal, ela se diferencia profundamente das políticas linguísticas autoconscientes das dinastias oitocentistas, diante do crescimento de nacionalismos linguísticos populares de oposição” (ANDERSON, 2008, p.77)

¹⁶ Instigantes são as reflexões de Partha Chatterjee (2000), para quem as “formas modulares” não encontram exemplos nos nacionalismos anticoloniais na África e na Ásia. Argumenta que os “resultados mais poderosos e mais criativos da imaginação nacionalista da Ásia e da África baseiam-se não em identidade, mas em uma

características que lhe são peculiares. Sendo a experiência americana modular ou não, sua abordagem é inovadora e segue sendo uma das poucas obras no cenário acadêmico internacional a discutir o tema do nacionalismo nas Américas. Como destacam Pamplona e Doyle (2008), a América, mormente a Ibérica, segue excluída dos estudos de maior fôlego da área posto que “(...) os americanistas não estão deixando de lado o debate sobre o nacionalismo; mas é esse debate que está deixando de lado as Américas” (PAMPLONA, DOYLE, 2008, p.18).

As nações americanas, por sua formação multiétnica, não se enquadram no paradigma tradicional que encontra no continente europeu seus modelos privilegiados, radicados na pureza étnica. O etnonacionalismo não poderia ser vinculado às nações no novo mundo, pois “Se o nacionalismo tende a reificar identidades etnonacionalistas em outras partes do mundo, nas Américas seu esforço típico é o de abarcar as identidades étnicas plurais” (PAMPLONA, DOYLE, 2008, p. 19). Embora fatores étnicos não tenham levado a conflitos internacionais no continente americano, eles foram mobilizados no interior das nações para legitimar o domínio do branco europeu e a subjugação dos povos indígenas e dos negros, estes, “súditos forçados da nação”, que permaneceram como etnias subjugadas (PAMPLONA, DOYLE, 2008). As peculiaridades das nações americanas exigem do pesquisador um esforço para que sejam compreendidas em seus termos. Adotamos como ponto de partida para nossa análise, a abordagem de Villafañe Santos (2010) que, ao estudar a formação do Estado nacional brasileiro, ressalta que Estado e nação são entidades distintas. Afirma, nesse sentido, que “o conjunto de pessoas, instituições, práticas e ideologias que conformam o Estado não se traduz na ideia de nação. Essa confusão nasce da contingência histórica que foi a junção desses dois conceitos sob a forma do Estado-nação, hoje estrutura hegemônica” (SANTOS, 2010, p.19).

Para fins de análise, essa disjunção é necessária para compreender os escritos de Manoel Bomfim, pesquisador que compreende Estado e nação como instâncias distintas e, muitas vezes, opostas. Em seus escritos, nação é equivalente a povo, a população, enquanto ao Estado corresponde à elite dirigente do país que trabalha em benefício próprio, em detrimento das necessidades reais e urgentes da nação. Para proceder à análise de tais conceitos na obra do sergipano, é necessário ater-se a duas questões que, embora componham uma totalidade no

diferença em relação às formas ‘modulares’ da sociedade nacional propagada pelo Ocidente moderno” (CHATTERJEE, 2000, p. 229, grifos do autor). Interessante também é a abordagem de José Carlos Chiaramonte (2004), partindo da análise da linguagem política do período das independências das ex-colônias ibéricas. O argentino aponta que é um equívoco “suponer que las actuales naciones ibero-americanas existían a comienzos del siglo XIX, cuando se abre el ciclo de independências. Um presupuesto que resulta de associar nación a nacionalidade y, por lo tanto, inferir la existencia, hacia fines de la colônia, de comunidades que habrían reivindicado su derecho a conformar Estados independientes em virtude de la posesión de uma cultura común” (CHIARAMONTE, 2004, p. 11).

cômputo de seus textos, merecem tratamento analítico capaz de distingui-las: a questão das raças formadoras da nacionalidade e a do caráter conservador do Estado, herdado da metrópole, transplantado e adaptado às condições coloniais.

Ademais, em seus escritos, pátria, nação e caráter nacional misturam-se no caldeirão da tradição. Como discutiremos adiante, para o sergipano, é na tradição, tratada com “sinceridade” pela história (como registro de feitos e acontecimentos de um povo), que se vivifica o caráter nacional e se modelam os reais interesses da nação, ao passo que confere uma fisionomia singular aos grupos sociais. “Para o conjunto das consciências, num povo nacionalizado, os motivos de confiança encontram-se na respectiva tradição, tanto mais eficaz e potente quanto mais rica em afirmações de humanidade” (BOMFIM, 2013, p. 55). Nesse sentido, é fundante a defesa da história nacional, e a tradição passa a ser interpretada como o espelho em que se vê o passado ao mesmo tempo que o futuro.

A experiência brasileira, peculiar na América por sua opção monárquica pós-independência, traz elementos interessantes para a análise. Uma preocupação dos intelectuais, na passagem da monarquia para a república, era pensar a construção de uma identidade coletiva para o Brasil forjada em termos nacionais. No Brasil, o tema da nacionalidade emerge na literatura a partir do Romantismo: “À geração dos escritores românticos brasileiros coube, enquanto se definia politicamente a nova formação nacional egressa do sistema colonial, converter, no plano literário, a ideia de *origem* à de *nacional* (BOTELHO, 2002, p. 107, grifo do autor). Durante o Império, o Estado ancorou sua legitimidade no princípio dinástico e, somente com o advento da república houve preocupação e empenho em desenvolver o sentimento de nacionalidade e pertencimento a uma comunidade imaginada e pensou-se na formação dos portadores sociais da nação (BOTELHO, 2002; SANTOS, 2010). Manoel Bomfim faz parte do grupo de intelectuais que propôs pensar a nação brasileira e a formação do sentimento nacional.

Mas, afinal, quem é esse Manoel Bomfim?

1.3. Manoel Bomfim: a sociologia de um utopista

“Sejamos utopistas, conquanto trabalhemos”. Com essas palavras, Manoel Bomfim conclui *A América Latina, males de origem* (1905), seu primeiro ensaio histórico e sociológico sobre a sociedade brasileira. Com uma perspectiva internacionalista incomum entre intelectuais de seu tempo, situando o Brasil no contexto latino-americano, propõe realizar uma análise do Brasil e do subcontinente buscando desvendar as raízes comuns dos males que afligem a todos nós, latinoamericanos. Sejamos utopistas! – insta-nos o pensador, lembrando que é preciso

continuar sonhando e trabalhando para a construção de um novo Brasil republicano e democrático. A radicalidade do pensamento de Bomfim centrava-se na construção de uma identidade positiva do Brasil. Recusava o pessimismo em voga nos círculos intelectuais coetâneos e teceu sua narrativa prescindindo de determinismos biológicos, elencando fatores históricos e sociais.

Nordestino, seu pai era um sertanejo semiletrado chamado Paulino José do Bomfim, acostumado desde a infância ao trabalho duro sob o sol inclemente pastoreando bovinos. Sua mãe, Maria Joaquina do Bomfim, descendia de portugueses da cidade de Laranjeiras, no interior de Sergipe. O pequeno José Manoel, Nenzinho, teve uma infância tranquila graças ao trabalho dos pais que, logo após o casamento, mudaram-se para Aracajú e dedicaram-se ao comércio. Depois de anos de trabalho, Paulino José conseguiu realizar o sonho de ter o seu próprio engenho, acumulando um patrimônio que lhe permitiu criar os treze filhos com relativa tranquilidade. Manoel Bomfim passou boa parte da infância no engenho, ocasião em que teve contato com a escravização dos negros e as violências do regime de exploração colonial. Também pôde experimentar a beleza da flora e da fauna local, vivências que ficaram gravadas em sua memória e o acompanharam durante toda sua vida (AGUIAR, 2000). Nas primeiras páginas do livro *América Latina*, o amor por sua terra natal se derrama.

Pois não é o sentimento natural, doce e confortante, esse amor ao solo natal, às paisagens que nos revelaram a natureza, às coisas que nos ensinaram a vida?... Certamente, a expansão dos afetos, no homem, não se limita simplesmente às terras que o nutrem, e às populações que lhe dão convívio e assistência; nos que são capazes de amar alguma coisa além da própria personalidade, o sentimento irradia-se, busca a beleza e a bondade onde quer que existam, alcança tudo que sente, sorri para todas as alegrias, e sofre todas as dores. Mas é legítimo, é fatal, que essa necessidade de amar a natureza, as gentes, a vida, se concretize nas coisas entre as quais existimos, que os nossos afetos vão ter aos filhos dessa mesma terra onde nascemos, cujas ideias e sentimentos se acordam com os nossos, cujos costumes e linguagem evocam, para cada um, a própria, os gozos passados, as dificuldades vencidas, o crescer da inteligência por entre os fatos, o agitar do coração, tentando, absorvido pela vida ambiente (BOMFIM, 2005, p. 35).

Aos dezesseis anos, Manoel decidiu que seria médico. Depois de várias conversas com os pais, foi enviado ao curso preparatório. Após ser aprovado nos exames, foi morar em Salvador, onde iniciou os estudos na Faculdade de Medicina. Durante sua estadia na capital baiana, conheceu Alcindo Guanabara, jornalista carioca que mudaria a vida de Nenzinho. Aceitando o convite do novo amigo, disse não ao pedido do pai que o queria de volta a Aracajú para assumir os negócios da família. Tomou um navio rumo à capital e decidiu concluir lá seus estudos de Medicina. Na capital, teve contato com grandes nomes da intelectualidade nacional, como Olavo Bilac, que se tornou seu grande amigo, Machado de Assis, Pardal Mallet, Guimarães Passos, Coelho Neto, dentre outros (AGUIAR, 2000).

Depois de formado, Bomfim passou a trabalhar como médico cirurgião da Brigada Policial. Em março de 1891, participou de uma expedição militar no Rio Doce, patrocinado pelos Ministérios do Interior, da Guerra, da Agricultura e Comércio e Obras Públicas, que procurava resolver conflitos entre indígenas e latifundiários (AGUIAR, 2000). Teve contato com os remanescentes dos índios botocudos,¹⁷ experiência que deixou marcas e determinou sobremaneira seu olhar sobre a participação indígena na formação nacional. Essa postura fez com que Darcy Ribeiro o apontasse como o primeiro antropólogo brasileiro (RIBEIRO, 2005; AGUIAR, 2000) e ser acusado por Gilberto Freyre de indianófilo (FREYRE, 2006; CHACON, 2001; AGUIAR, 2000).

Perseguido pelo governo florianista por sua atuação em jornais que criticavam a atuação do governante militar,¹⁸ Bomfim foi para a cidade de Mococa, no interior de São Paulo, com a esposa, Natividade Aurora, e sua filha pequena, Maria. No período em que aí residiu, não participou de nenhuma atividade política nem escreveu nenhum artigo para jornal. Nesse período, também perdeu sua filha, vitimada por uma doença que ele não conseguiu tratar. A perda de sua filha fez com que Bomfim abandonasse a medicina e passasse a atuar em outra área: o magistério (AGUIAR, 2000; SILVA; LEAL, 2016).

Bomfim foi nomeado para o cargo de subdiretor do *Pedagogium*¹⁹, em 25 de junho de 1896, pelo prefeito Francisco Furquim Werneck, que dirigiu a instituição de 1896 a 1905 e entre 1911 e 1919. Werneck instituiu o primeiro Laboratório de Psicologia Experimental do país. Em 1906, esteve à frente da Instrução Pública do Rio de Janeiro, uma espécie de Secretaria de Educação. Além de dedicar-se a aspectos burocráticos, Bomfim tornou-se professor, profissão que abraçou como vocação. Durante agosto de 1902 e abril de 1903, Bomfim estudou Psicologia Experimental com Alfred Binet e Georges Dumas, outra experiência marcante em sua trajetória (AGUIAR, 2000). Escreveu inúmeros artigos sobre práticas pedagógicas e estudos de psicologia para suas alunas da escola normal, dedicando-se a seu papel de “professor de professores”. Destacam-se as obras *Lições de Pedagogia*, de 1915 e *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*, de 1923.

¹⁷ Sob a rubrica Botocudos, foram reunidas todas as etnias que resistiram a integração ao Estado nacional brasileiro. A esse respeito, ver Cunha (2012).

¹⁸ A Proclamação da República trouxe um clima de euforia e expectativas com o novo regime entre a classe média letrada, que logo foi por água à baixo. Muitos intelectuais insatisfeitos, ao declararem sua decepção, passaram a ser perseguidos. Ver Carvalho (1987), Sevckenko (1999).

¹⁹ *Pedagogium*, museu da educação, deveria servir de centro irradiador das teorias pedagógicas e de modelo e apoio aos professores. A atuação de Bomfim à frente do museu será discutida posteriormente.

Em 1905, publicou *América Latina: males de origem*, que contou com boa recepção do público, embora tenha recebido duras críticas de Silvio Romero, crítico conhecido por suas palavras duras e ofensivas, bem como pelas sucessivas polêmicas em que se envolvia. No mesmo ano, Bomfim também criou, em parceria com Luís Bartolomeu e Renato de Castro, a revista infantil semanal *O Tico-Tico*. A revista trazia conteúdo pedagógico voltado para a formação moral e o desenvolvimento intelectual das crianças e jovens. Reiterava aos seus pequenos leitores (e aos seus pais) a importância da escola (ALMEIDA, COSTA, 2015). Fenômeno de vendas (dentro dos padrões editoriais da época) e possuidora de grande prestígio, a revista formou gerações de brasileiros durante meio século. Com viés nacionalista e de valorização da pátria, possuía forte preocupação educativa e democrática, que desse azo às potencialidades de cada criança. Com a invasão das revistinhas da Disney e das HQs da Marvel e DC Comics com seus heróis, a revista foi perdendo espaço no interesse infantil até que encontrou seu ocaso em 1962 (AGUIAR, 2000).

Em agosto de 1907, Bomfim assume o cargo federal, adotando como principal pauta a ampliação do sistema educacional e a democratização do ensino. Em diversas ocasiões, aproveitou a oportunidade de defender a importância da educação pública, gratuita e laica, e fez do ofício docente o grande projeto de sua vida. Atuou por dois anos na Câmara dos Deputados, mas, depois da derrota nas eleições parlamentares seguintes, se afastou definitivamente da política formal. Dedicou-se ao magistério e à análise dos problemas sociais que afligiam o Brasil, da formação da nação e da identidade nacional (AGUIAR, 2000; SILVA, MACHADO, 2016).

Analisando os discursos radicais no pensamento social brasileiro, Antônio Cândido (1988) diferencia o que seria um pensamento radical de outro de corte revolucionário. Para ele, o pensamento radical encontra seus limites na classe social que o gesta: as classes médias e altas, que não logram executar pensamentos e ações revolucionários transformadores das bases sociais e das relações produtivas baseadas na exploração. Contudo, assevera que em sociedades conservadoras como o Brasil, o pensamento radical pode servir de fomento para a construção de uma consciência política das classes trabalhadoras, asfixiadas em meio à imensa desigualdade econômica e social nos países subdesenvolvidos, muito embora a radicalidade tenda a perder seu ímpeto transformador via ações corretivas e paliativas.

Para Cândido (1988), Manoel Bomfim foi um pensador radical, original que, em alguns momentos dialoga com o Socialismo e com o Anarquismo. De fato, Bomfim foi o primeiro pensador brasileiro a destacar o caráter conservador das elites americanas nos países neo-ibéricos. Esse “conservantismo essencial” (BOMFIM, 2005) seria a herança da

colonização portuguesa no Brasil, que o sergipano chamou de bragantismo. Bomfim, tendo experimentado as ambiguidades do radicalismo, aponta uma solução ilustrada para os problemas nacionais: a instrução pública. Cândido não esconde seu desapontamento diante do que deveria ser a resposta revolucionária do sergipano.

Embora Bomfim não tenha conseguido construir um “pensamento revolucionário”, a argúcia de suas observações e seus posicionamentos políticos, teóricos e metodológicos o destacam dos seus contemporâneos. Sua concepção de ciência e objetividade, afeto e emoção; a busca por construir uma história nacional contada a partir de nossos olhares sobre as nossas vivências, acontecimentos e grandes homens, sem o ranço da historiografia bragantista; sua perspectiva internacionalista e continental ao narrar a história compartilhada pelos povos neolatinos garantem ao sergipano um lugar de destaque no panteão de grandes pensadores latinoamericanos.

Partindo dos valores das sociedades contemporâneas, efervescentes de movimentos sociais que reivindicam pautas de minorias, é fácil sentir desprezo por intelectuais que basearam suas análises e compreensões do Brasil a partir de teorias de forte cunho racista. Tal anacronismo comprometeria a validade científica desta pesquisa, além de encobrir a escala de valores sobre as quais as figurações se estabeleceram, as pressões que Bomfim sofreu, assim como o ostracismo a que a obra desse autor foi relegada. O problema sociológico que se apresenta refere-se à transição de uma cultura científica enraizada em pressupostos racistas para uma em que o método científico assume posição mais proeminente, ao passo que o racismo passa a ser paulatinamente refutado como ciência e como princípio moral.

Foram aventados diversos motivos para o “esquecimento” de Manoel Bomfim: por estar à frente de seu tempo (LEITE, 1983); por não conseguir ultrapassar a linguagem biologicista, que tanto criticava, para expor novas ideias (SUSSEKIND; VENTURA, 1984); por manifestar posicionamentos políticos que incomodavam (CÂNDIDO, 1988); por estar à sombra de Olavo Bilac (OLIVEIRA, 2015); por ter seus livros retirados das bibliotecas públicas durante o Estado Novo getulista (AGUIAR, 2000). Ao longo do texto, tais aspectos históricos e sociológicos serão debatidos. Contudo, a ênfase não recairá sobre o dito esquecimento, mas estará centrada nas suas principais ideias – tais como o caráter conservador e parasitário das elites nacionais na América Latina, suas concepções de Estado e nação, o papel da educação em seu projeto ilustrado de resgate nacional e sua concepção de ciência e objetividade na escrita da história. Os questionamentos acerca de seu lugar no pensamento social brasileiro, bem como sobre as suas principais contribuições que ressoam atualidade diante dos dilemas ainda

enfrentados pela sociedade, são a chama que animam a escrita deste empreendimento intelectual.

1.4. O universo empírico e técnicas de análise

Este trabalho tem como recorte temporal o período de 1870 a 1930, sessenta anos que conformam o campo de atuação de Manoel Bomfim: a geração predecessora (Geração 1870), sua atuação pública e suas obras da maturidade fechando o ciclo de reflexões sobre o continente americano e a sociedade brasileira. Embora este recorte circunscreva o objeto, em alguns temas como a formação da nação e o surgimento de uma literatura que se propõe nacional, bem como o desenvolvimento de um pensamento científico no Brasil, foi necessário fazer breves digressões diante de seu caráter incipiente durante a maior parte do século XIX, sofrendo significativas modificações nos últimos decênios. Por vezes, para maior clareza da argumentação, se fez necessário desenrolar o fio da meada.

Ao discutir sua obra, daremos destaque ao contexto sócio-histórico que a existência de Bomfim compreendeu e do qual seus escritos são frutos, ao seu trabalho como educador, à sua compreensão de Estado, nação, raça e mestiçagem na formação da sociedade brasileira e, por fim, às peculiaridades que tornam seus escritos instigantes e consoantes às críticas epistêmicas contemporâneas, alçando-o ao patamar dos grandes mestres do pensamento social latinoamericano, com os quais compartilha uma defesa irrestrita e apaixonada de suas terras e povos. Manoel Bomfim produziu vasta obra sobre uma variedade de temas, desde tratados médicos à literatura infanto-juvenil. Todavia, entre seus escritos de estreia que tratavam do Brasil e da América Latina e os textos subsequentes que abordavam os mesmos temas, passaram-se quase duas décadas, período em que Bomfim se dedicou ao trabalho pedagógico e a produção literária voltada para a formação dos estudantes e futuros professores.

Nesta pesquisa, foram analisadas as sobre a América Latina e o Brasil, quais sejam: *A América Latina: males de origem* (1905), *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* (1930) e *O Brasil nação* (1931). *Cultura e educação do povo brasileiro* (2010) também recebeu destaque, pois reúne uma série de artigos em que debate a relação entre educação e nacionalidade. Em se tratando de uma pesquisa eminentemente bibliográfica, foi necessário nos precaver das tentações para as quais nos alerta Umberto Eco (2011) em relação às *teses panorâmicas*. A pesquisa em Ciências Sociais requer métodos e técnicas precisos, que contemplem o objeto escolhido e que permitam lançar luz sobre suas mais variadas facetas. Contudo, como acercar-se de um objeto cujo campo empírico é a pesquisa bibliográfica? Como olhar para trás sem incorrer em anacronismos? Como desvelar os fios que unem passado

e futuro em tramas nem sempre claras e bem definidas? Delimitar os conceitos e categorias analíticas utilizados foi o primeiro passo. De acordo com Antônio Flávio Pierucci (2013),

Os conceitos, as categorias, as definições são nossas ferramentas de trabalho, e ferramentas têm de ser boas e adequadas para o que delas se espera, e no caso das teorizações científicas sistemáticas, das sistematizações teóricas, esperam-se instrumentos de precisão, conceitos portanto de alta definição. Não é sempre que se consegue, mas é nosso dever continuar tentando chegar lá, à clareza, à nitidez. (PIERUCCI, 2013, p.38).

Dessa forma, definimos como eixos analíticos os seguintes conceitos: colonialismo, colonialidade, saber científico, América Latina e geopolítica do conhecimento. A seleção foi feita de modo a orientar a construção desta pesquisa, que foi constituída por duas etapas concomitantes: 1) a compreensão das maneiras pelas quais se constitui um pensamento científico discordante da ciência eurocêntrica, e de como a emergência de epistemologias fora do eixo dominante movimenta uma nova geopolítica do conhecimento; 2) a análise textual dos escritos de Manoel Bomfim, elencando suas peculiaridades e a construção de um discurso alternativo (ALATAS, 2001; 2003; 2010) e suas contribuições para as ciências humanas em âmbito nacional e internacional. Diante disso, procedemos com os dados da seguinte forma: a) busca de dados e referências; b) catalogação do material coletado; e c) análise dos dados.

As fontes primárias, os escritos de Manoel Bomfim, foram relativamente fáceis de encontrar graças ao primoroso trabalho editorial da Editora Topbooks, que reeditou os livros do sergipano que versavam sobre a formação da sociedade brasileira. O livro *Pensar e dizer* (2006), foi reeditado pelo Conselho Nacional de Psicologia como parte do projeto “Memória da Psicologia Brasileira”. Os escritos de educação foram encontrados disponíveis na internet em sua versão original. Vale sublinhar a coletânea organizada por Gontijo (2010), parte da Coleção Educadores, publicada pelo Ministério da Educação.

As fontes secundárias, contudo, foram reveladoras. A princípio, julgamos que Bomfim tinha sido esquecido e que merecia ser “lembrado”. De fato, somente com a compilação organizada por Flora Sussekind e Roberto Ventura (1984) que seus escritos serão reapresentados ao público, não obstante sua menção em estudos sobre literatura no Brasil, história das ideias socialistas, o caráter nacional, para mencionar alguns dos poucos registros que seu projeto teórico recebeu. *O rebelde esquecido*, de Ronaldo Conde Aguiar (2000) marca um ponto de virada nos estudos sobre o sergipano. Dezenas de artigos e comunicações apresentados em eventos e simpósios das diversas áreas das ciências humanas podem ser encontrados, além de dissertações e teses de maior fôlego, com objetivos distintos que espelham

os interesses intelectuais de Bomfim: as peculiaridades de sua historiografia, sua proposta de educação moderna e transformadora, sua compreensão da América Latina.²⁰

Esta tese propõe-se a contribuir para a fortuna crítica da obra de Manoel Bomfim destacando como esse pensador logrou construir um discurso alternativo (ALATAS, 2001, 2003, 2010) e descortinou diversos níveis de colonialidade na esteira da empresa colonial (QUIJANO, 2005, 2009; VECCHI, 2015; MARTINS, 2019) ao propor uma nova narrativa histórica para o Brasil e, de modo geral, para a América Latina, cujas nações têm suas narrativas questionadas em sua universalidade. Essas nações, por outro lado, com suas respectivas histórias locais, emergem com elementos novos e habilitados para contribuir com uma história, de fato, universal.

No tocante à discussão teórica sobre novas epistemologias, destacamos as que foram pensadas na América Latina, sem, contudo, descuidar de outros referenciais. A crítica descolonial, produzida por pensadores latinoamericanos, denunciam a persistência de formas coloniais de dominação, mesmo com o fim do colonialismo, uma vez que essas práticas sociais de subjugo estão enraizadas em nossa cultura (MIGNOLO, 2005). Assim, esta pesquisa orienta-se pela perspectiva teórica e analítica desenvolvida pelos intelectuais que desmentem o objetivismo da ciência eurocêntrica, dentre os quais destacamos Homi K. Bhabha (1991), Gayatri Spivak (2014), Edward Said (2004, 2007), Immanuel Wallerstein (1996, 2001, 2006, 2007); Boaventura Sousa Santos (2010a, 2010b) e Syed Farid Alatas (2001, 2003, 2010). Na América Latina, ressaltamos as contribuições de Aníbal Quijano (2005, 2009), Edgard Lander (2005), Walter Mignolo (2005, 2014, 2017a, 2017b), Enrique Dusell (1993, 2005, 2020) e Paulo Henrique Martins (2013a, 2013b, 2015, 2019). Dessa forma, foi possível organizar um arcabouço teórico e epistemológico que norteou a pesquisa e fomentou uma compreensão histórica e sociológica diferenciada da América Latina e das relações coloniais persistentes em diversos âmbitos.

Ao iniciar a pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que Manoel Bomfim era um *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000) em relação ao campo científico e intelectual de sua época,

²⁰ Dentre as dezenas de trabalhos sobre Manuel Bomfim, destaco as teses *Manoel Bomfim e a educação: interfaces discursivas entre a pedagogia e a psicologia*, de Fátima Bezerra Negromonte (2019); *Projetos para o Brasil: Manoel Bomfim e seus interlocutores*, de Marina Rodrigues Tonon (2019) e *Tradição, linguagem e orientação: a escrita da história de Manoel Bomfim (1923-1931)*, de Carolina Oliveira Silva Othero (2019). Atualmente, constam no banco de dados da CAPES 37 pesquisas sobre Manoel Bomfim (6 teses e 31 dissertações). A pesquisa de Negromonte (2019) revela uma descontinuidade entre esses estudos, com um aumento considerável das pesquisas a partir dos anos 2000.

o que explicaria o esquecimento posterior de suas obras. Ora, não há nada mais enganoso: o sergipano frequentava os círculos cultos da alta sociedade, travou diversas parcerias intelectuais e esteve à frente do *Pedagogium* por mais de uma década, além de ter exercido os cargos de diretor da instrução pública e de deputado estadual. Foi convidado a participar da Academia Brasileira de Letras e foi frequentador contumaz das reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sem, contudo, interessar-se em se tornar membro de nenhuma dessas instituições. À medida que se descortinavam o contexto social e as figurações a que Bomfim esteve submetido, cada vez menos sentido fazia sua ausência do quadro de pensadores brasileiros por décadas e décadas. Mesmo seu *América Latina* recebeu boa acolhida, como o admite com desdém Silvio Romero (1906). Essas descobertas nos colocaram diante de problemas imprevistos, que requeriam soluções.

Uma das problemáticas que nos inquietaram durante um longo período no percurso do curso de doutorado era a que girava em torno da crítica pós-colonial. Sabíamos que Bomfim trazia novidades instigantes, mas situá-lo como precursor parecia-nos cada vez mais anacrônico. Como tratar analiticamente o que, para nós, era fundamental no pensamento bomfiniano? A banca de qualificação e a generosa contribuição dos professores foi especialmente significativa, auxiliando a pensar nessa e em outras questões que nos interpelavam. Passamos a enquadrar o pensamento insurgente de Manoel Bomfim a partir de sua crítica à colonialidade da exploração e à violência da empreitada Ibérica na América Latina. Que fenômeno social circunscreve o que denominou *parasitismo social*? Em que estava centrada sua crítica ao Estado nacional brasileiro?

Outro problema persistente foi aquele relacionado à seleção dos escritos de Bomfim, pois tudo nos interessava profunda e entusiasmadamente, mas fomos percebendo, ou melhor, aceitando, que cada área discutida por Bomfim exigia um tratamento analítico próprio, o que ultrapassaria o escopo deste trabalho. Assim, optamos por mobilizar seus escritos históricos e sociológicos que versam sobre o Brasil e a América Latina, sobre a formação da nacionalidade e sobre sua crítica à colonialidade. Também discutimos uma parte dos seus escritos sobre educação, uma vez que sua atividade docente é parte significativa de sua experiência intelectual e pautou sua vida pública. Ficaram de fora os escritos de psicologia e os que versavam sobre os aspectos cognitivos da aprendizagem. Tratamos do que ele denominou educação moral e como se relaciona ao mundo do trabalho, além da relação entre educação e nacionalidade.

Diante disso, a tese se articula em torno de três ideias. A primeira é mostrar como se deu a separação, empreendida por Bomfim, das instâncias do Estado e da nação, destrinchando os elementos que marcam o Estado, herdado em larga medida do Estado imperial português, e a composição étnica e cultural da nação. A segunda, em consonância com a primeira, reflete sobre o papel da educação primária na formação de um sentimento de nacionalidade brasileira durante a Primeira República. Qual o papel dos intelectuais na confecção desta *comunidade imaginada*? Como se deu a atuação de Bomfim à frente do *Pedagogium*? Por último, é interesse destacar como emerge o pensamento crítico de Manoel Bomfim, no seio de uma sociedade escravista, que busca adentrar no mundo civilizado, representado pela Europa e os Estados Unidos. Desta feita, analisamos a obra de Bomfim enfatizando seu esforço em dar uma resposta diversa sobre o Brasil, seu povo e seu futuro – debate este que tanto instigava os intelectuais da época.

Com essas diretrizes, optamos por dividir o trabalho em cinco capítulos, organizados da seguinte forma: **Capítulo 02** – Os homens de Letras: cultura política no limiar do século XIX; **Capítulo 03** – A Geração 1870 e o ocaso do Império: os intelectuais-cidadãos; **Capítulo 04** - Conservadorismo essencial: uma interpretação da formação do Brasil; **Capítulo 05** – Educação e mestiçagem na formação da nação; e **Capítulo 06** - Novas semânticas ao Sul: o discurso alternativo de Manoel Bomfim.

Com essa organização, acreditamos expor o pensamento de Manoel Bomfim em suas peculiaridades, o que permite vislumbrar a envergadura de sua obra. Os capítulos se complementam e contexto e obra são articulados de forma a desvelar o elemento insurgente: a crítica epistemológica que subjaz aos seus escritos. Dedicamos o primeiro capítulo à construção de um panorama sócio-histórico no qual Bomfim trabalha e atua. Inicialmente, destacamos os principais centro produtores e difusores de conhecimento no último quartel e nas primeiras décadas do século XX: os museus, os Institutos Históricos e Geográficos e as Faculdades de Medicina e Direito. No capítulo seguinte, tratamos com mais atenção a *Geração de 1870* e o que ela representa na formação de um pensamento científico, bem como o modo pelo qual os pensadores dessa geração estabeleceram como sua tarefa premente conhecer o Brasil, sua fauna, flora, topografia e clima e como estes refletiam nos tipos humanos que compunham o povo. Por fim, focamos na obra *América Latina: males de origem*, as principais ideias elaboradas por Bomfim e a recepção de seus pares.

Assim, nos dois primeiros capítulos, situamos o autor em seu contexto histórico e social, nos debates científicos em que tomou parte, bem como o percurso analítico que seguiu

para compreender a formação histórica das repúblicas latinoamericanas. Compreender a trajetória política e intelectual de um indivíduo isolado de seu contexto não só é insatisfatório como facilmente pode incorrer em erros teóricos e de interpretação. A singularidade existe tão somente em função das relações estabelecidas com outros indivíduos, as figurações que vivenciam e formam. Nesse trabalho, revelaremos a situação de Manoel Bomfim e como sua teia de relações limitou ou expandiu seu escopo de atuação (ELIAS, 1995).

Na perspectiva dos campos de produção cultural como “espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 2004, 2010), abordamos nesse tópico a formação do campo científico brasileiro no século XIX, com ênfase na Geração 1870. Destacamos a ruptura com os ideais nacionais românticos e a proposta de um novo modelo de análise social assente nas ciências biológicas, objetivas e conceituais, capazes, portanto, de promover uma análise sobre a realidade nacional, seja nos aspectos físicos e topográficos do nosso território, seja na formação do povo mediante a mistura das raças.

Na virada do século XX, a ilustração brasileira discutirá a problemática da identidade nacional e a educação pública passa a ser vista como o remédio necessário para solucionar o atraso e trazer redenção ao povo embrutecido e espoliado. Nesse contexto, o embate entre Bomfim e Silvio Romero é exemplar das mudanças ocorridas no campo, em que jovens escritores passam a introduzir elementos “heréticos” na ortodoxia dominante e a questionar as linhas de força estabelecidas, ou seja, os pressupostos evolucionistas radicados em concepções racializadas das relações entre indivíduos e entre sociedades. Como ficará claro ao longo do texto, autores que se apresentavam como opositores, muitas vezes, não divergiam no cerne de suas ideias, compartilhando teorias e valores. Nas palavras de Bourdieu:

Vemos que a relação que se estabelece entre as posições e as tomadas de posição nada tem de uma determinação mecânica: cada produtor, escritor, artista, sábio constrói seu próprio projeto criador em função de sua percepção das possibilidades disponíveis, oferecidas pelas categorias de percepção e de apreciação, inscritas em seu *habitus* por uma certa trajetória e também em função da propensão a acolher ou recusar tal ou qual desses possíveis, que os interesses associados a sua posição no jogo lhe inspiram (BOURDIEU, 2017, p. 64).

Para evitar os erros de curto-circuito, como brinca Bourdieu (2017) ao referir-se aos que se prendem demais aos textos ou demais aos contextos, trazemos a noção de campo para discernir que entre a obra e o autor existe uma série de instituições e relações sociais que conformam um espaço relativamente autônomo e com regras mais ou menos específicas. As especificidades do campo científico tupiniquim na transição dos séculos XIX ao XX, momento em que é difícil separar “homens de ciência” e “homens de política”, requer atenção redobrada sob a pena de mutilar o objeto em análise. Ângela Alonso (2000) pontua a impossibilidade de

o campo intelectual ser autônomo na segunda metade do século XIX, uma vez que as funções de intelectuais e políticos misturavam-se.

As estruturas e posições no campo dependem do capital dos agentes. No entrechoque Bomfim-Romero, o segundo com longa trajetória e grande capital acumulado foi implacável para deter o avanço do “Manoelzinho” (ROMERO, 1906). O mesmo não aconteceu com Machado de Assis, detentor de grande capital cultural, por exemplo. Quando atacado por Romero, não precisou se defender: outros defenderam sua posição (VENTURA, 1991). Bourdieu (2004, 2017) explicita duas espécies de capital científico: um poder temporal, político estritamente vinculado à posição no campo, e um poder pessoal, prestígio assentado no reconhecimento dos pares. O capital científico “puro”,

(...) pelo fato de que sua autonomia com relação aos poderes externos jamais é total e de que eles são o lugar de dois princípios de dominação, temporal e específico, todos esses universos são caracterizados por uma ambiguidade estrutural: os conflitos intelectuais são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder. Toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos (BOURDIEU, 2004, p. 41).

O campo científico possui propriedades específicas que o caracterizam e o diferenciam dos demais campos sociais. O campo científico brasileiro no período estudado não é um campo “científico puro”, visto que os cientistas não faziam ciência propriamente, mas repercutiam a ciência produzida em outros lugares. Tal característica, que toma a forma da citação de volumosos trabalhos de terceiros, era fundamental nesse modelo de ciência e debate, inscrita na tradição das antigas escolas de curso superior de Coimbra e Lisboa, para onde afluíam os filhos das elites brasileiras. A linguagem científica nacional manteve-se dentro do argumento retórico (CARVALHO, 2000). É necessário então, compreender como se instituíam os “princípios de verificação do real” que regiam o “trabalho de objetivação” sobre as quais se assentavam as análises dos agentes desse campo.

Mas o que faz o campo científico é aquilo sobre o que os concorrentes estão de acordo acerca dos princípios de verificação da conformidade ao “real”, acerca dos métodos comuns de validação de teses e de hipóteses, logo sobre o contrato tácito, inseparavelmente político e cognitivo, que funda e rege o *trabalho de objetivação* (BOURDIEU, 2004, p. 33).

Quanto mais autônomo o campo, mais autoridade um agente poderá mobilizar para agir fora do campo (claro que tal autoridade está diretamente associada ao espaço social ocupado pelo agente no referido campo) como, por exemplo, um vencedor do prêmio Nobel tecendo críticas às políticas ambientais de determinada liderança política (BOURDIEU, 2004). O problema que se coloca é como pensar o campo intelectual brasileiro, uma vez que é impossível dissociar a prática política das realizações acadêmicas e literárias de nossos

intelectuais (SEVCENKO, 1999; ALONSO, 2002). Como atuavam esses mosqueteiros intelectuais, para utilizar a expressão de Sevcenko?

No terceiro capítulo, abordamos os conceitos de *pátria*, *nação* e *Estado* na obra bomfiniana, bem como raça e mestiçagem na formação nacional, noções centrais em seus escritos. É composto por duas partes, em que esmiuçamos as três obras escritas no final da vida de Bomfim, nas quais o pensador se dedica a compreender e a apresentar o que considera a verdadeira tradição nacional e como esta pode nortear as ações políticas no presente. Seus escritos sobre educação também são analisados, uma vez que o sergipano a relaciona ao nacionalismo. Inicialmente, debatemos o que o sergipano delimitou como o “primeiro Brasil”, abrangendo os primeiros 150 anos da colonização. Bomfim esforçou-se em diferenciar a colonização lusitana da castelhana e o papel da herança portuguesa na composição de nosso caráter nacional. Em seguida, refletimos sobre como o Estado bragantista veio a corromper o Estado brasileiro que se formava e as consequências, para as classes populares, do modelo político que foi aqui desenvolvido.

No quarto capítulo, a mestiçagem e a formação da população e da cultura brasileira será debatida, enfatizando o posicionamento antirracista, sempre defendido por Bomfim. Para o sergipano, a participação indígena é fundante na formação do Brasil, o que o faz dedicar centenas de páginas de seus estudos a corroborar essa hipótese. Por fim, destacamos sua atuação profissional docente, uma vez que em seus escritos sobre educação encontramos diversas reflexões sobre a construção da nacionalidade. Bomfim escreveu para seus estudantes, os futuros professores que preparariam crianças e jovens para serem o futuro da nação. Nação e educação aparecem inextricáveis, bem como a aposta nos profissionais da educação como instrumentos necessários para a transformação do Brasil.

No último capítulo, debatemos a contribuição da obra de Manoel Bomfim ao pensamento social brasileiro, enfatizando sua possibilidade de leitura em uma perspectiva da crítica colonial. A escrita apaixonada e combativa do sergipano – que tinha como intérpretes ele mesmo, o mundo e, sobretudo, uma sociedade em busca de construir sua identidade e de resolver os problemas sociais oriundos das desigualdades econômicas e da escravidão – não recebeu a acolhida e o reconhecimento devidos ao trato investigativo ousado, analítico, lúcido, que propunha soluções imprevistas, uma vez comparadas às respostas habitualmente propostas por seus congêneres. Portanto, Manoel Bomfim afirmou-se como “uma voz dissonante, heterodoxa, que ousava pensar o impensável, num meio social alienado, conservador e inculto. Ele desejava a extensão das liberdades democráticas a todos” (REIS, 2006, p. 186).

O que nos instiga nos escritos bomfinianos é acompanhar como, dentro dos limites do vocabulário normativo, cultural e político de sua época (SKINNER, 1996), suas respostas apareciam como um sopro de coragem e determinação em defender suas ideias e ideais, mesmo que isso custasse amizades ou o fizessem declinar de ser laureado com os maiores galardões de seu tempo, como ser integrante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou um dos imortais fundadores da Academia Brasileira de Letras. Ele prosseguiu sua obstinada defesa da educação laica e gratuita para os mais pobres, como mecanismo primordial para participação política, dando continuidade a seu repúdio ao racismo e ao militarismo e, principalmente, às soluções estrangeiras para nossos problemas.

Para balizar a análise de sua vida e obra sob o peso das figurações a que foi submetido (ELIAS, 1994, 1997, 2001), seguiremos aqui o caminho metodológico proposto por Quentin Skinner (1996) ao trabalhar com textos políticos, levando em consideração o contexto intelectual em que a obra foi escrita, o contexto dos estudos anteriores com que dialoga, bem como as influências mais efêmeras presentes no momento da concepção e escrita das obras. “(...) [A] própria vida política coloca os principais problemas para o teórico da política, fazendo com que um certo elenco de pontos pareça problemático, e um rol correspondente de questões se converta nos principais tópicos em discussão” (SKINNER, 1996, p.10-11).

De igual modo, Bourdieu (2017) destaca a importância da reflexividade no trabalho sociológico, ressaltando exatamente a importância do uso adequado dos conceitos no tempo histórico em que foram empregados, evitando o anacronismo, a negligência e a preguiça. Diferente dos historiadores que podem distanciar-se de seus objetos e ter uma narrativa mais fluída, mas próxima da narrativa literária, o sociólogo tem diante de si o desafio de escrever e pensar sobre o próximo, sobre si, utilizando-se de conceitos para narrar a realidade social.

Ademais, nesse capítulo, passaremos em revista os aspectos que reputamos essenciais para a caracterização do movimento epistemológico de crítica à ciência eurocentrada, destacando as contribuições da América Latina. Acreditamos que Manoel Bomfim é parte do pensamento insurgente latinoamericano, e o estudo das teorias contemporâneas nos auxilia a compreender a crítica bomfiniana, lançando luzes sobre as bases que sustentam a moderna ciência ocidental. Em sequência, apreciamos o que julgamos ser a contribuição do mestre sergipano para as Ciências Humanas, no Brasil e em âmbito internacional.

Por fim, cumpre destacar que, ao tratar as ideias de Manoel Bomfim tendo como referente os estudos pós-coloniais e as novas epistemologias pensadas ao Sul, destacando-o como o intelectual brasileiro que discute, em seus escritos, aspectos retomados por autores contemporâneos da crítica às diversas formas de colonialidade (QUIJANO, 2005; SANTOS;

MENEZES, 2010; MARTINS, 2019; SEGATO, 2021), atentamos para o perigo do anacronismo que Skinner (2017) denominou “mitologia das doutrinas”.²¹ O que está sendo proposto é que o sergipano participa de uma longa linhagem de pensadores insurgentes de *nuestra América*, desde as respostas epistêmicas que remontam às cosmologias holistas dos indígenas e tem em seu panteão nomes como José Martí, Aimé Césaire, Frantz Fanon e José Carlos Mariátegui, para citar apenas alguns. Esses se esforçaram para dar voz aos “perdedores” das histórias oficiais. Bomfim trava diálogo com o pensamento e as teorias sociais coetâneas sem, contudo, renunciar ao que considerava as especificidades da história nacional, cujas análises e soluções só poderiam derivar da observação dos aspectos sócio-históricos constituintes de nossa sociedade.

²¹ Quentin Skinner (2017) descreve três mitologias: a *mitologia das doutrinas*, como se todo pensador houvesse construído uma doutrina que o liga a outros, no passado e no futuro, como uma linhagem que guarda uma intencionalidade; a *mitologia da coerência*, na tentativa de obter uma visão unificada e coerente sobre o sistema de um autor, alguns exegetas ignoram passagens e obras inteiras para ‘garantir’ a coerência, mesmo que isso mutile o autor/obra; e a *mitologia da prolepse*, quando o significado em retrospectiva de um episódio é mais importante que o significado para o agente no momento da ação.

2 OS HOMENS DE LETRAS: CIÊNCIA E POLÍTICA NO OCASO DO SÉCULO XIX

Certo, existem na América do Sul muitos homens ilustrados – pela livraria, muitos espíritos curtidos de leitura; mas ciência de verdade, que é a ciência baseada na observação, essa não existe. Assim se explica porque se conhece tudo – do céu e da terra – menos o meio e a natureza dentro da qual vivem todos. O pouco que se sabe é de torna-viagem, aprendido nos livros; as *observações* e *experiências* são geralmente a cópia servil de outras, havidas nos livros; são “pastiches” (BOMFIM, 2007, p 188-189. Grifos do autor).

A criação e consolidação de um ambiente acadêmico e uma cultura científica demorou a fincar raízes em terras brasileiras (SCHWARCZ, 1993; SCHAWARTZMAN, 2001). Diferente do que ocorreu nas colônias da *Hispano América* que contaram desde cedo com instituições de ensino superior, no Brasil, somente com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro é que foram criadas as primeiras faculdades de Direito e Medicina. A administração espanhola criou centros universitários nas capitais dos vice-reinos e, ao longo do século XVI, já existiam estabelecimentos com características universitárias. A Universidade da Nova Espanha, no México, e a de San Marcos, no Peru, foram criados em 1551, por decretos imperiais, e serviram de modelos para as novas instituições de ensino (FONSECA, 2011; PRADO, 2014).²² Carvalho (2017) destaca o caráter religioso dessas instituições, cujos diretores foram, durante muito tempo, religiosos católicos. No entanto, a difusão do ensino superior, mesmo sob o controle religioso, não impediu que as ideias Iluministas ganhassem espaço entre a elite *criolla* hispanoamericana.

No período colonial, a educação no Brasil era quase que totalmente uma atividade dos jesuítas e voltada para o ensino básico. Não obstante a ausência de instituições universitárias, nesse período houve importantes personalidades que contribuíram para a formação de um espaço cultural (SCHWARCZ, 1993; FONSECA, 2011). Schwartzman (2001) destaca que o que foi produzido no Brasil durante o longo período colonial, em termos de ciência, não passava de uma “ciência descritiva” da fauna, da flora e dos recursos naturais, mormente realizada por estrangeiros. A instrução foi sufocada pelo excessivo controle da Coroa, receosa de que novas ideias se espalhassem pela colônia. A proibição da instalação de instituições de ensino superior foi uma política do governo português que preferia que os filhos das elites econômicas fossem para Portugal completar seus estudos. Até a década de 1850, a maior parte da elite brasileira foi formada em Coimbra (CARVALHO, 2017). Até a segunda

²² Maria Lígia Coelho Prado (2014) realizou instigante pesquisa sobre o papel das universidades na difusão de novos conhecimentos científicos e como estes foram importantes para fomentar mudanças políticas. “O ato de derrubar as muralhas da escolástica, abrindo uma brecha para as novas concepções do conhecimento, trazia, embutidas, implicações políticas. Se era possível questionar o mundo físico, por que não fazer o mesmo com o mundo da política?” (p.57).

metade do século XIX, as instituições de ensino superior brasileiras permaneceram muito aquém das que existiam na América Hispânica.²³

Tal situação reflete o domínio exercido pelos jesuítas na direção da educação formal, durante séculos. Seu direcionamento rígido, sintetizado no *Ratio Studiorum*, estabelecia a Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino no topo da hierarquia, ao passo que exercia forte controle sobre o que era lido e discutido nos estabelecimentos de ensino. Ademais, como demonstra Schwartzman (2001), a Inquisição foi instrumento de controle e vigilância, sendo os intelectuais vítimas habituais do Santo Ofício.

Apesar de ter sido a nação de propulsores das grandes navegações e das escolas náuticas, Portugal viveu um período de imobilidade e obscurantismo sob a direção jesuíta que, em par com os dominicanos, buscavam manter o controle da Igreja Católica. Ficam fora do fértil movimento de expansão da ciência e da técnica modernas, abandonando o passado áureo de inovações tecnológicas. Somente com a chegada de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que ascende ao poder como ministro do rei D. José I, teve início uma série de mudanças que proporcionaram o florescimento do pensamento científico moderno, voltado para a matemática e para as ciências naturais, em substituição à escolástica dominante (SCHWARTZMAN, 2001; WEFFORT, 2006). A influência de Pombal ultrapassou as fronteiras de Portugal e chegou à colônia, repercutindo em figuras como José Bonifácio de Andrada e Silva e mesmo, como sugere Weffort (2006), no espírito cientificista do século XIX brasileiro. Como será discutido adiante, somente na segunda metade do século XIX é que as instituições de ensino superior tomarão forma e se destacarão como centros de pesquisa e ensino de ciências.

No tocante ao pensamento político, durante o segundo reinado não havia doutrinas explicitamente formuladas, e os valores subjacentes às práticas políticas eram aqueles já inscritos na tradição, esta ancorada por duas balizas, de acordo com Ângela Alonso (2020): as experiências nacionais e o repertório político europeu, sendo que a primeira direcionava as escolhas e as apropriações do segundo. Esse repertório chegava através de revistas sobre ideias filosóficas e literárias, principalmente a *Revue des Deux Mondes*, a mais popular no Império. Da fusão de repertórios estrangeiros com as experiências nacionais resultaram três núcleos

²³ Estima-se que cerca de 150.000 pessoas foram formadas nas universidades americanas durante o período colonial, contrastando com o número restrito de estudantes brasileiros em Portugal (CARVALHO, 2017). Sobre a ciência na América Hispânica, ver Lafuente e Sala Catala (1989). Os autores apresentam uma série de exemplos que corroboram sua tese da existência de uma cultura científica colonial *criolla*.

principais: o indianismo romântico, o liberalismo estamental e o catolicismo hierárquico. Dessa forma, a elite imperial forjou sua representação simbólica e social.

No Romantismo, principia-se a elaboração de uma tradição nacional e a construção da identidade nacional, bem como a busca pela definição da nação brasileira e pela especificidade do país, considerado como nação autóctone. A nação imaginada no Romantismo baseava-se no estereótipo do encontro entre o índio – o bom e dócil selvagem – e o branco, deixando de lado todo o processo colonial violento. Nada tinha do Brasil real, concreto. A negação do padrão estabelecido pelo Romantismo e o ocaso do Império são questões que animaram a “geração de 1870” (ALONSO, 2002).

Alonso (2002) circunscreve a geração de 1870 a indivíduos que já estavam na fase adulta e integrados ao mercado de trabalho nessa década. Acatando esse recorte, Manoel Bomfim fica de fora dessa “comunidade de experiência social”, muito embora sofra os efeitos desta figuração, como fica claro na série de mais de vinte artigos escritos por Silvio Romero, atacando *América Latina* (BOMFIM, 2005 [1905]), obra de seu conterrâneo. Esse movimento de ideias inscreve-se numa dupla fase: textos e práticas. O principal sentido dos escritos desses autores eram as formas de atuação política. Podemos perceber, delineado nestas poucas linhas, o percurso errante de estruturação do pensamento científico no Brasil. Ao longo deste capítulo, trataremos com mais vagar a consolidação dos centros difusores do conhecimento no país, a saber: as faculdades de Direito e Medicina, o Instituto Histórico e Geográfico e os Museus (SCHWARCZ, 1993).

O Museu Nacional foi fundado em 1808, por D. João VI, muito embora somente no final do século é que será estruturado nos moldes dos museus europeus, inclusive com uma publicação trimestral, os *Archivos do Museu Nacional*. Já o primeiro Instituto Histórico e Geográfico foi fundado em 1838. No âmbito dessas instituições, desenvolveram-se as elites brasileiras durante o período imperial (ORTIZ, 2012b). Esses *loci* de enunciação conferiam legitimidade ao que era divulgado, separando e validando o que era ou não saber científico. Também foram portas de entrada para as teorias mais expressivas do século XIX, como o evolucionismo darwinista e seus desdobramentos. Institucionalmente, o saber científico era considerado como tal à medida que se citava, repetia, propagandeava teorias estrangeiras, importando pouco se a realidade era diversa e se as conclusões nos legavam o atraso, a pobreza, a degeneração (SCHWARCZ, 1993; VENTURA, 1991; CARVALHO, 2000; ALONSO, 2002).

Neste âmbito, cumpre destacar que, para Bomfim, não existe conhecimento imparcial. A postura intelectual desse pensador admitia exclusivamente dois caminhos:

esconder seus sentimentos e interesses ou declará-los (GONTIJO, 2003). Sua compreensão do conhecimento científico assente na observação, não restrito aos livros e ao gabinete, só posteriormente seriam pautas de discussões nas Ciências Sociais. Bomfim foi um intelectual de transição, vislumbrando e vivenciando valores que demorariam a se tornar norma amplamente aceita no meio acadêmico. Crítico contumaz do modelo de ciência feita por seus coetâneos, não media palavras para expressar o que considerava ser uma limitação no fazer científico e a “cegueira” que acompanhava as lentes estrangeiras pelas quais se olhava a sociedade brasileira, uma vez que foram pensadas para olhar outras sociedades. Bomfim não aceitou tais teorias que, em última instância, condenavam a América Latina. Para ele, os conhecimentos que adquirimos com o estudo e análise minuciosa dos livros são importantes, mas, sozinhos, facilmente se tornariam letra morta distante do mundo que pretendia explicar.

Bomfim teceu duras críticas à elite dirigente e aos intelectuais que, em sua perspectiva, eram recheados de conhecimento livresco e avessos aos fenômenos sociais que se desenrolavam diante dos seus olhos. Esses atores governavam e explicavam uma sociedade sobre a qual pouco ou nada conheciam, tamanha era a afinidade que tinham pelas explicações vindas de fora. Acatavam e reproduziam sentenças negativas, desabonadoras. Eram desesperançados. Na visão de Bomfim, o problema não era a leitura de autores estrangeiros, mas a aplicação grosseira de teorias alheias à realidade social que, invariavelmente, resultava em sanções negativas ao povo brasileiro, seus costumes e suas práticas. As explicações abstratas e teorias exóticas turvavam a visão e impediam a compreensão dos reais motivos do atraso como, por exemplo, a insistência na monocultura e o tratamento aviltante dispensado à classe trabalhadora.

Neste capítulo, refazemos o percurso de constituição da cultura científica no Brasil, enfatizando a *Geração de 1870*, precursora de Manoel Bomfim. Os integrantes dessa geração pensavam o conhecimento e os saberes científicos de forma diferente da estabelecida nas primeiras décadas do século XX. O saber bacharelesco, a retórica elaborada e pomposa, será substituída por um conhecimento específico expresso em linguagem clara e direta (SUSSEKIND; VENTURA, 1984; SÁ, 2006). Apresentaremos a obra *América Latina: males de origem* (BOMFIM, 2005) e os desdobramentos de sua publicação, no que concerne tanto à recepção do público leitor quanto à trajetória do sergipano. As ideias defendidas nessa obra fundante, apresentadas com o fogo e o ímpeto da juventude, traçarão as linhas mestras sobre as quais Bomfim se dedicará em suas pesquisas ulteriores sobre o Brasil e a formação da nacionalidade brasileira. Ao prescindir de argumentos racistas amplamente compartilhados por seus pares, o jovem médico empreenderá um recorte epistemológico ao destacar os aspectos

políticos e econômicos como a fonte primeira de nossos males, o *parasitismo social* renitente em impedir o vicejar da nação.

Podemos apontar *América Latina* como o libelo anticolonial de Manoel Bomfim. Embora aprofunde a discussão em seus aspectos sócio-históricos, com o manejo de novos referenciais teóricos e fontes documentais, como os escritos de Frei Vicente de Salvador, que veremos posteriormente, é nos escritos do jovem Bomfim que encontramos a força, o dedo em riste aos esmiuçar as consequências psicológicas e sociais que o *parasitismo* engendra no colonizado e no colonizador. A degeneração acompanha não somente o que sofre com suas energias drenadas e recursos espoliados, mas também aquele que faz do *parasitismo* seu modo de vida. Encontramos neste texto a eloquência indignada que, cinquenta anos depois, encontrará paralelo no impactante *Discurso sobre a colonização* (2020), do caribenho Aimé Césaire.

2.1 Homens de *sciencia* e a cultura científica no Brasil dos oitocentos

2.1.1. Os museus

Na modernidade, os museus passam a ter acentuada importância como espaços produtores de conhecimento, insuflando ânimo novo à história natural como era realizada no século XVII e XVIII.²⁴ Nesse contexto, essas instituições tornam-se símbolos de desenvolvimento urbano e tornam-se espaços privilegiados de difusão do conhecimento (LOPES, 2001).

Gestando novas formas de sociabilidade, ao deslocarem do exclusivamente textual para o tátil, para o visual, para o colecionável os novos entendimentos da natureza, converteram-se em verdadeiras escolas abertas, onde tanto o público leigo podia adquirir e exibir maneiras civilizadas e se educar, como o naturalista podia realizar seus estudos taxonômicos pelo simples olhar comparativo (LOPES, 2001, p. 883).

Os museus cumpriam um importante papel no incentivo de estudos e pesquisas científicas, com ênfase nas ciências naturais e na Antropologia.²⁵ Nesse contexto, a Antropologia diferenciava-se da etnografia social, sendo a primeira tratada como uma disciplina das ciências naturais, numa perspectiva evolucionista. Nos museus aplicavam-se as máximas do evolucionismo, traçando analogias biológicas, fazendo correspondências entre os

²⁴ Lopes (2001) destaca o privilégio concedido às ciências desenvolvidas em laboratório no computo da história das ciências em detrimento do saber produzido em outros espaços, como os museus. Contudo, aponta que nos últimos anos vem crescendo o número de pesquisas que versam sobre o campo, os museus e os pesquisadores viajantes.

²⁵ Lopes e Murrielo (2003) discorrem sobre os “sistemas museais” que interligavam os museus no final do século XIX, mostrando como se constituíram como espaços privilegiados que narravam o passado. As coleções dos museus serviam para a formação do público leigo e para pesquisa científica. Posteriormente, houve a separação das coleções direcionadas à pesquisa as que seriam abertas à visitação do público.

organismos vivos e o corpo social. Nesse sentido, ajudaram a divulgar, em âmbito nacional, a ideia da degeneração dos mestiços, homens e animais. Eram as portas de entrada e o refúgio para os naturalistas estrangeiros, empenhados em descobrir os “mistérios da floresta”. Nesses espaços, buscavam-se registrar exemplares de povos e culturas “asselvajados”, os fósseis da humanidade, numa perspectiva linear que culminaria no homem moderno civilizado. “Partindo da flora e da fauna para chegar ao homem, ao recolher, analisar, classificar, hierarquizar e expor, os museus pretendiam trazer um pouco de ciência e a ordem a esse meio tão carente de produções intelectuais dessa categoria” (SCHWARCZ, 1993, p. 119).

Em 1868, o Museu Nacional passa para a alçada do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas tendo entre seus objetivos principais a atividade produtora de conhecimento científico, o papel pedagógico de formação do público leigo e, sobretudo, a construção uma imagem positiva do Brasil como uma nação que caminha rumo à civilização. Para cumprir tais designações, durante a gestão de Ladislau Netto²⁶ passou-se a publicar a revistas *Archivos do Museu Nacional* para divulgar a produção científica do museu e tomar parte no debate científico da época. Entre as décadas de 1870 e 1880, os estudos arqueológicos e antropológicos acerca da origem do homem americano receberam destaque. Nesse contexto, é importante destacar os estudos com os sambaquis brasileiros que ganharam especial destaque no último quartel do século XIX, tornando-se importante campo de estudos, com destacados cientistas internacionais, como o alemão Virchow. Farias (2003), todavia, destaca a relação desigual entre os pesquisadores no “campo”, que redigiam relatórios detalhados do que descobriam e os cientistas de renome, porta-vozes das “descobertas”.

Os autores dos relatórios, os colecionadores de peças, permaneciam quase anônimos, uma vez que só tinham lugar como informantes. O discurso erudito sobre os problemas que esses materiais novos suscitavam só poderia ser produzido pelos cientistas que se tornavam porta-vozes desses trabalhos de campo. Os museus disputavam as coleções, os cientistas, já consagrados, solidificavam seu renome lendo para seus pares “comunicações” originais sobre novas “descobertas” que os relatórios recém-chegados do Brasil revelavam (FARIAS, 2003, p. 136. Grifos do autor).

A América Latina foi espaço privilegiado das pesquisas de campo e da coleta de coleções. Os catálogos tornavam-se pontes entre o campo e os museus e os estudiosos interessados, uma vez que reuniam detalhes de coleções e muitas gravuras que podiam ser utilizados em estudos comparativos. Assim, além de instruir, fomentavam o interesse de muitos pesquisadores ao campo de onde vinham as coleções (LOPES, 2011).

²⁶ Ladislau Netto esteve a frente do Museu Nacional de 1875 a 1893.

No mesmo período, a influência do darwinismo era dominante, como o atestam a produção de Fritz Müller²⁷ e do próprio Ladislau Netto que, mesmo colocando Deus no centro do processo de evolução e seleção dos caracteres, abraçou a obra do naturalista inglês, embora o cotejasse com o lamarckismo. Gualtierre (2003) destaca que o darwinismo nunca foi aplicado de forma homogênea, posto que os estudiosos da obra de Darwin selecionavam as partes que coadunavam com suas convicções científicas, filosóficas e religiosas. A unanimidade cercava somente a noção de evolução, mas as formas possíveis de como esta se processaria na natureza foi objeto de muita controvérsia entre os cientistas. No Brasil, as polêmicas entre adeptos do darwinismo e de outras teorias evolucionistas foram diversas, no que respeita sua validade e sua aplicação,²⁸ sendo apropriado e deturpado no darwinismo social e utilizada como justificativa para a manutenção da escravidão e do extermínio indígena²⁹. O amálgama singular que unia ideias políticas liberais assentes na liberdade individual e as barreiras biológicas impunham severos limites ao corroborar a hierarquização social da sociedade (SCHWARCZ, 2003).

As produções científicas do Museu Nacional participavam do movimento internacional de debate acadêmico, sobretudo as das ciências naturais que versavam sobre a evolução e desenvolvimento orgânico das espécies. Os trabalhos de João Batista de Lacerda³⁰ e de Rodrigues Peixoto sobre os índios Botocudos, usando o método craniométrico, foram elogiados por Quatrefages³¹ na *Academie des Sciences de Paris*.³² A partir de 1876, o museu

²⁷ Vários trabalhos foram desenvolvidos no âmbito do Museu Nacional tendo como referência básica a teoria de Darwin. Os trabalhos de Fritz Müller, pesquisador viajante do museu, por exemplo, foram desenvolvidos com o intuito de verificar a veracidade das proposições de Darwin. A publicação de seu livro *Für Darwin* (1864), no qual analisa o desenvolvimento de crustáceos do litoral catarinense, foi lido e traduzido para o inglês a pedido de Darwin, tornando-se obra de referência para os estudos de cunho darwinistas (PAPAVERO, 2003).

²⁸ É importante destacar que evolucionismo e darwinismo se referem a pressupostos científicos distintos que, no, entretanto, passaram a ser utilizados como sinônimos.

²⁹ Em 1911, Herman Van Hering, outrora diretor do Museu Paulista, defendeu explicitamente o extermínio da etnia Kaingang para abrir espaço para uma estrada de ferro, alegando que estavam fadados ao desaparecimento, como o havia determinado a ciência (SCHWARCZ, 2003).

³⁰ O médico João Batista de Lacerda foi diretor do Museu Nacional de 1895 a 1915. Durante esse período, houve mudanças nas pesquisas que passaram, paulatinamente, a voltar-se aos estudos aplicados e a microbiologia (GUALTIERRE, 2003).

³¹ Quatrefages foi um importante cientista francês que se opunha as ideias de Darwin. Amigo do Imperador Pedro II, também opositor das ideias darwinistas, trocaram cartas até a morte deste. Sobre a relação de Quatrefages e o Imperador do Brasil, ver Domingues e Sá (2003).

³² Em 1882, o Museu Nacional organizou a I Exposição Antropológica Brasileira que contou com a presença de alguns indígenas Botocudos como “peças” da exposição. Monteiro (1996) salienta a ambiguidade no tratamento dados aos indígenas, em que seus antepassados eram considerados cerne da nacionalidade ao passo que as etnias remanescentes eram brutalizadas, hostilizadas, quando não sumariamente eliminados. Vale destacar que os estudos craniométricos realizados por pesquisadores do Museu, como Lacerda Filho, conferiam aos botocudos um status de inferioridade. Tal afirmação, no bojo do binarismo Tupis-Tapuias, excluía os Botocudos da formação do Brasil.

passou a promover uma série de palestras que versavam sobre diversos temas das ciências naturais e a sobre teoria de Darwin, bem como sobre o evolucionismo de Spencer e Haeckel. Antes disso, em 1873, tornaram-se frequentes as Conferências Populares da Glória, em que diversos homens de ciência divulgavam suas pesquisas, o que evidencia que essas temáticas foram bastante debatidas e divulgadas por cientistas, médicos e juristas (DOMINGUES & SÁ, 2003).

É importante destacar, na esteira de Cunha (2012), uma classificação que distingue os grupos indígenas remanescentes no século XIX: de um lado, os Tupis-Guaranis, indígenas integrados que compunham o quadro das narrativas românticas e serviam como importante elemento da nacionalidade; de outro, os Botocudos, etiqueta que reunia todas as etnias que resistiam ao avanço da “civilização”, sendo paulatinamente exterminados. Os Botocudos foram estudados pelos cientistas e serviam de comprovação da “evolução da espécie humana”, no sentido atribuído pela sociedade ocidental a essa expressão. “O que os Tupis-Guaranis são para a nacionalidade, os Botocudos são para a ciência (CUNHA, 2012, p.63). Os estudos de Buffon e DePauw (GERBI, 1973; CUNHA, 2012, PRADO, 2014) definiam que a fauna, a flora e até mesmo o homem americano eram espécies frágeis e degeneradas. Hispano-americanos e estadunidenses rejeitaram tais ideias, que tiveram notável repercussão no Brasil, sobretudo a partir de estudos de Von Martius e de Varnhagen. Interessante observar que, à medida que se modificavam as teorias científicas, a compreensão a respeito dos indígenas modificou-se, de modo que os grupos étnicos originários fossem vistos não apenas como uma humanidade senescente, em vias de desaparecer devido sua tibieza, mas também como prova da evolução da espécie humana.

Ao Norte do Brasil, importante trabalho estava sendo realizado no Museu Paraense. A convite do governador do Estado do Pará, Lauro Sodré, o naturalista e zoólogo suíço Emilio Goeldi assumiu a direção do Museu, fomentando novas formas de divulgação científica para os leigos, além de organizar um rico acervo sobre a história natural e dos povos indígenas do Pará.³³ Durante sua gestão, foram construídos o Horto Botânico e o Jardim Zoológico, anexos ao Museu, com espécimes locais que seriam objetos privilegiados de observação e estudo. Ambos estavam em consonância com os pressupostos pedagógicos da época, qual seja, a aprendizagem mediada pela observação dos objetos e organismos, um método conhecido como “lição das coisas”.

³³ Sobre as condições de investidura de Goeldi a direção do Museu Paraense, ver Machado e Alves (2011).

No Jardim Zoológico e no Horto Botânico, nada de animais ou plantas exóticas de continentes distantes, ali se buscou mostrar o genuinamente amazônico, o paraense. Diante das gaiolas, ou entre os corredores de árvores frondosas, o público visitante aprendeu cada vez mais sobre os objetos da natureza amazônica e isto tornou o Museu Paraense exclusivo entre seus congêneres. Em suas dependências houve sempre algo novo a aprender, principalmente nas coleções expostas e nos anexos com espécimes vivas (MACHADO & ALVES, 2011, p.216).

Não podemos deixar de mencionar o *Pedagogium*, museu pedagógico nacional. Criado pelo Decreto nº 667, no dia 16 de agosto de 1890, pelo General Manoel Deodoro da Fonseca, a instituição veio a lume sob os auspícios de Benjamin Constant, enquanto esteve à frente do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. A ideia de um museu pedagógico já estava presente no período monárquico, ao passo que as ideias pedagógicas circulavam pelo território nacional. Contudo, somente no bojo das reformas educacionais promovidas por Constant é que a ideia se concretizaria, e o museu é erigido na capital da nova república (ALVES, 2013). O *Pedagogium* brasileiro segue o modelo de outros países europeus, tidos como referência de progresso e civilização. Acreditava-se que os avanços na área educacional se relacionavam a esses estabelecimentos, que serviriam não apenas de modelo para as escolas, mas também como difusores das mais modernas ideias e teorias pedagógicas.³⁴ Sua chancela sobre os materiais didáticos centrava-se em “nacionalizar” o conteúdo transmitido às crianças (GONDRA, 1997; TEIVE, 2013).

Diversos debates foram travados na câmara dos deputados acerca da importância e necessidade de tal museu da educação. Seus defensores destacavam que, em países com amplo desenvolvimento econômico e social, há muito tempo existiam instituições do mesmo tipo, uma bússola para os docentes, que servia, inclusive, de suporte técnico e material para executar suas funções pedagógicas. Fechar o *Pedagogium* seria um sinal de regresso ao obscurantismo no qual a educação nacional se encontrava no período monárquico (GONDRA, 1997; FERNANDES, 2006; MIOGNOT, 2013). A polaridade moderno/pré-moderno orientou as discussões acerca da pertinência de se manter aberta a instituição. “Acabar com o *Pedagogium* seria, portanto, optar pelo regresso ao passado pré-moderno, imperial, monárquico. Pré-capitalista, enfim” (GONDRA, 1997, p. 387).

Manoel Bomfim assumiu a direção do *Pedagogium* em 1906, afastando-se de suas funções entre 1905 e 1911, período no qual dedicou-se após estudos de psicologia e pedagogia (BOMFIM, 2010). Quando retoma seu posto, está já o museu sob responsabilidade da prefeitura

³⁴ O trabalho de Teive (2013), analisando a atuação dos bandeirantes paulistas do ensino, discute a importância do *Pedagogium* como modelo a ser seguido pelos estados em seus processos de modernização do parque escolar.

da cidade do Rio de Janeiro. Os poucos recursos destinados à instituição tornam-se ainda mais minguados quando esta passa para a esfera da municipalidade. Reiteradas vezes, Bomfim solicitou vistoria e reformas no prédio, sem, entretanto, ter sido atendido, o que conduziu, inevitavelmente, ao fechamento da instituição em 1917. A atuação de Bomfim à frente do *Pedagogium* será tratada com mais detalhes adiante.

O primeiro diretor da instituição foi o médico José Joaquim Menezes Vieira (1848 – 1897), sempre a par das mais recentes teorias pedagógicas, fazendo várias viagens para conhecer estabelecimentos de ensino e especialistas na área pedagógica. Participou de diversos congressos e exposições, nacionais e internacionais, como membro da delegação brasileira ou em voos solos, tendo recebido menções honrosas e medalhas (BASTOS, 2013). Em 1897, o *Pedagogium* deixa de estar vinculado a União e passa a ser da alçada da municipalidade do Rio de Janeiro.³⁵ Manoel Bomfim, que já havia sido secretário da Instrução Pública do município, assume a direção do museu e permanece à frente da instituição até seu fechamento. Nos escritos de Bomfim, percebemos uma continuidade do trabalho de Menezes Vieira, principalmente no tocante à “nacionalização” das obras pedagógicas, assim como no que respeita a convicção da importância do *Pedagogium* para a formação e o trabalho docente.

Nesse cenário, a instrução pública avança a passos lentos e incertos, e um dos principais obstáculos para ampliar as vagas era a falta de professores qualificados para atuar nas escolas. As Escolas Normais e o *Pedagogium* foram de suma importância nos primeiros anos da república. “O *Pedagogium* concretizava uma das vias de preparação de pessoal para o magistério, em um projeto que, a partir do centro da República, pretendia pôr em circulação os modelos pedagógicos em voga” (ALVES, 2013, p 51). Nos últimos anos do museu, uma das tentativas para fechar suas portas era fundi-lo a Escola Normal, com a desculpa de que desempenhavam funções semelhantes. Manoel Bomfim era contrário a esta fusão, uma vez que as instituições, a seu ver, desempenhavam distintos papéis na formação dos professores. “Nenhum dos seis serviços que o *Pedagogium* tem de realizar pode ser feito na escola Normal. A projetada fusão será apenas a entrega do material do *Pedagogium* à Escola Normal” (BOMFIM, 2010, p 124).

³⁵ A municipalização do *Pedagogium* foi uma iniciativa de Medeiros de Albuquerque, um pouco antes de assumir a Diretoria da Instrução Pública do Rio de Janeiro para garantir a continuidade da instituição. Nomeou Bomfim para a direção do museu (MIGNOT, 2013).

O Pedagogium publicava a *Revista Pedagógica*, órgão de circulação das ideias pedagógicas e, principalmente, da nova legislação que passara a vigorar com a República.³⁶ De fato, a revista era o lugar privilegiado de circulação das ideias pedagógicas constantes no discurso oficial, o novo discurso republicano para a educação (GONDRA, 1997; FERNANDES, 2006). O periódico circulou irregularmente entre os anos de 1890 e 1896, mas durante sua existência manteve como linha editorial a divulgação das inovações pedagógicas e a padronização administrativa para o funcionamento da instrução pública. Os editores também utilizavam a revista para fazer campanha acerca da importância do museu e do próprio periódico.

Analisando as publicações da *Revista Pedagógica* e de sua congênere portuguesa, Fernandes (2006) chama atenção para a relação que se estabelece entre educação, ciência e progresso. A educação, compreendida em sentido amplo, seria peça fundamental para a composição da nação, assumindo um papel estratégico. Por seu papel no auxílio aos professores e na divulgação do avanço de novas teorias pedagógicas, as revistas, em ambos os países, atuariam como instituições por conformar um pensamento pedagógico oficial e por sua contribuição na formação de professores. A autora destaca também o caráter internacionalista do periódico, uma vez que os editores estavam atentos ao que se produzia por outras revistas especializadas e propunha a divulgação e o intercâmbio de material. Interessante também chamar a atenção às solicitações de participação dos professores, mostrando a busca por identificação com os docentes.

Não obstante seu papel na organização da educação republicana, apontando as diretrizes para o fazer pedagógico dos docentes, instruindo a respeito de métodos e materiais pedagógicos, o Pedagogium nunca teve edifício próprio, feito para abranger todos os aspectos da proposta inicial e os objetivos designados em sua formulação, servindo como museu, biblioteca, laboratório para aulas experimentais, auditório, dentre outros (CANDURO, 2013).

A historiografia educacional, os estudos mais restritos sobre a educação na capital da jovem república, apontam leituras conflitantes em que agentes e seus campos de atuação aparecem, muitas vezes, destacados da realidade, dificultando o trabalho sociológico centrado

³⁶ Fernandes (2013) estima que, nos primeiros números da revista, cerca de 50% a 60% do volume total do impresso correspondia a informações oficiais. “Tal fato talvez possa ser parcialmente explicado pela necessidade de dar a conhecer a nova legislação criada com as reformas empreendidas com o novo governo, fazendo com que os dois primeiros números tenham concedido tanto espaço a Parte Oficial” (p.177).

na relação agência e estrutura. O discurso de Manoel Bomfim, em defesa da instituição já em seus estertores, demonstra sua atuação constante e sua fé no papel desempenhado pelo Pedagogium na promoção da educação pública. Em artigo publicado no *Jornal do Commercio*, em 10 de fevereiro de 1919, meses antes do fechamento, o sergipano destaca a função de orientação das atividades pedagógicas, como veremos a seguir:

Sua existência como instituto oficial se explica pela circunstância de que a instrução primária é quase toda oficial; os respectivos serventuários, número de mais de 2 mil, devem receber uma orientação geral pedagógica, além das instruções e indicações que dizem com a escola. São serviços do Pedagogium que proporcionam á Diretoria da Instrução os meios de trazer ao magistério essa orientação geral, quanto aos métodos de ensino e sua realização (BOMFIM, 2010, p. 122).

Como podemos ver, o diretor da instituição requeria dos órgãos públicos competentes os meios materiais necessários para que a instituição pudesse desempenhar as funções que eram seu objetivo quando de sua fundação. Esse artigo segue em um tom mais pessoal, em que Bomfim associa sua vida com a trajetória do museu, insistindo para que o Pedagogium se mantivesse independente da Escola Normal. Seus esforços não lograram êxito e a instituição encerrou oficialmente suas funções com o Decreto 1.560, de 19 de junho de 1919. Vale destacar que, sendo Bomfim importante escritor de livros infantis, reconhecido por seus pares e pelo público leitor mais amplo, não desistiu de lutar pela permanência do museu, elencando suas funções e sua importância para educação pública.³⁷ No contexto das pedagógicas que ganharam corpo na década de 1920, o Pedagogium e toda a produção desenvolvida pela instituição representa o velho a ser ultrapassado pelos intelectuais do que ficou conhecido como Movimento da Escola Nova (PORTUGAL, 2015).

Por fim, é necessário mencionar que, no âmbito do museu, Bomfim fundou o primeiro Laboratório de Psicologia Experimental do Brasil, pois advogava que a psicologia era uma importante ferramenta pedagógica.³⁸ Em sua estadia na França, Bomfim foi aluno no laboratório de Alfred Binet, e, com Theodoro Simon, desenvolveu uma escala métrica para aferir a inteligência das crianças, que reforçou a divisão das crianças em séries de

³⁷ Manoel Bomfim redigiu obras tanto para a formação de professores, além de vários livros didáticos e paradidáticos. Ademais de *Através do Brasil*, escreveu *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1901); *Compêndio de zoologia* (1902), *Elementos de zoologia e botânicas gerais* (1904). Na década de 1920, *Lições de leitura*; *A cartilha*, *Crianças e homens* e o *Livro dos mestres*.

³⁸ O interesse de Bomfim pela Psicologia o acompanhou produzindo uma série de obra, tais: *Das alucinações auditivas dos 'perseguidos'* (1904); *O fato psíquico* (1904); o manual de psicologia, preparado para suas alunas da Escola Normal, *Noções de Psicologia* (1917); sobre o aspecto social que compõe o psiquismo humano escreveu *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923). Publicou também, em parceria com algumas professoras da Escola de Aplicação, o *Método de testes com aplicações a linguagem no ensino primário* (1928).

aprendizagem. É importante que, mesmo estudando psicometria e o sucesso que este método veio a conquistar, o sergipano não enveredou por caminhos eugênicos que propalavam as desigualdades raciais. Como aponta Portugal (2015), “(...) causa alguma surpresa que a formação de Bomfim nesse meio não tenha corroborado o projeto eugênico e antropométrico que alimentava os debates sobre a formação da nação relacionados ao tema da raça e do caráter nacional” (PORTUGAL, 2015, p.56).

2.2.2. Os Institutos Históricos e Geográficos

Nesse cenário, os Institutos Históricos e Geográficos cumprem um papel fundamental em contar a história do Brasil livre e independente, muito embora generalize a história dos grupos regionais mais influentes. O ponto importante a ser destacado é que, como construtores da nação brasileira, os institutos trataram de escrever uma história oficial para a nação, contada de uma maneira ordenada. Buscavam resgatar eventos formadores de uma identidade nacional, principalmente eventos do período colonial. Antes, só existiam alguns títulos, publicados esparsamente, redigidos de maneira pouco criteriosa. A influência dessa nova narrativa está presente nos livros didáticos, com heróis e símbolos pátrios.

O discurso historiográfico ganha expressividade no contexto em que os estados nacionais estão se formando. A questão nacional passa a ter centralidade e o historiador passa a ser visto como pesquisador e seu discurso é permeado pela cientificidade. No Brasil, diferente do que acontece na Europa, em que a História é uma disciplina acadêmica discutida nas universidades, a produção historiográfica será realizada por um grupo seletivo, os eleitos para contar a história em um espaço específico: o IHGB. Guimarães (1988) aponta a importância do IHGB na construção da história nacional:

A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção a materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX (p. 06. Grifos do autor).

A história se escreve em um duplo movimento, no qual a Nação é pensada a partir de um “outro” externo, no caso, as repúblicas latinas, percebidas como instáveis e perigosas (GUIMARÃES, 1988; SANTOS, 2004, 2010) e, um outro “interno”, não civilizado, composto pelos negros e os indígenas. Como esses dois grupos étnicos eram considerados contadores da “história da pátria” e “artífices da nação”, a questão racial não passou despercebida. Respostas variadas foram dispensadas à problemática sobre como incorporar negros e índios à nação. Aos

negros, creditava-se uma incivilidade e inferioridade naturais; aos indígenas, as concepções pendiam ora para a perspectiva evolucionista, ora para uma visão romântica de símbolo nacional. Guimarães (1988) nos esclarece que:

Ao definir o brasileiro com representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Os estudos etnográficos, a coleta de materiais sobre os indígenas brasileiros, inscreviam-se dentro de uma perspectiva de linearidade histórica. O Brasil, partindo da barbárie, alcançaria, em breve, o progresso. Cabia ao historiador recuperar os elos desta “(...) cadeia civilizatória, demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização” (GUIMARÃES, 1988, p. 11). A civilização confundia-se com a branquitude e o IHGB foi legitimado como a única instituição capaz de contar a história autêntica da construção da nação.

Os estudos sobre os indígenas eram incentivados, sendo parte importante para se pensar a problemática nacional. Também eram recorrentes as viagens exploratórias para o interior do país em busca de materiais que compusessem o mosaico em construção.³⁹ Contudo, essas iniciativas também eram imbuídas de um caráter pragmático de reconhecimento das regiões, dos solos, dos recursos naturais disponíveis. Em seu aspecto econômico, tratava-se de ver “(...) a viabilidade de integração de novas terras para o cultivo agrícola e a descoberta de eventuais riquezas minerais” (GUIMARÃES, 1988, p. 19). Ademais, tais incursões aprimoraram as informações acerca das fronteiras ocidentais.

Os artigos sobre os indígenas versavam sobre formas de controle e colonização dos grupos originários remanescentes, analisando experiências passadas, como a dos jesuítas, e apontando algumas soluções para uma maior participação estatal dessa parcela da população que não era considerada parte da civilização.⁴⁰ Destacam-se também os escritos sobre a

³⁹ Guimarães (1988) aponta que em torno de 73% do material publicado na Revista do IHGB traziam como tema as questões indígenas, as histórias regionais e as viagens exploratórias

⁴⁰O relato de Ailton Krenak (2019, 2020), ativista indígena na luta, ainda necessária, para que o Estado efetive o que está posto na Constituição e demarque as terras indígenas, desenha um quadro triste e preocupante da situação dos indígenas na sociedade brasileira. Atualmente, estima-se que existam em torno de 250 povos espalhados pelo território nacional, com aproximadamente 900 mil pessoas. Suas palavras trazem à luz o tratamento dirigidos as populações originárias ao longo da história nacional: “O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais – sempre recorrendo a práticas desumanas para promover

problemática da mão de obra, em que o trabalho indígena era posto como alternativa a substituir o trabalho dos negros escravizados que “atrasavam o desenvolvimento” da nação.⁴¹ Nesse sentido, “(...) a reunião de material voltado à temática indígena instrumentalizaria a produção de saber sobre estes grupos, de forma a orientar uma prática visando a solucionar o problema da mão de obra” (GUIMARÃES, 1988, p. 22). Contudo, no decorrer do século XIX, a política indigenista girou sobre um eixo específico: o referente às terras dos indígenas. A mão de obra passa a ser relegada a segundo plano e os preciosos recursos naturais ainda intocados dos territórios indígenas tornam-se alvo de cobiça.⁴²

Nos institutos, congregava-se boa parte da geração romântica, cujos integrantes eram escolhidos menos por seus conhecimentos do que por suas relações sociais e de parentesco, sem que o candidato precisasse comprovar obra ou tivesse estudos na área. Esses eram quase que totalmente vinculados ao Estado, assemelhando-se a uma sociedade de corte, associados a um monarca ilustrado. Só posteriormente, quando se priorizará a produção de trabalhos inéditos, em detrimento da coleta e armazenamento de documentos, é que o membro precisaria atuar em uma das áreas cobertas pelo Instituto, embora resistissem resquícios da antiga prática (GUIMARÃES, 1988; SCHWARCZ, 1993).

Quanto à miscigenação, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo tinha uma visão mais “otimista” que os demais institutos, acreditando na superação da degeneração racial por meio do influxo contínuo de sangue branco. Vale destacar que a elite paulistana mediou a imigração de brancos europeus. De modo geral, os institutos se apropriaram das teorias raciais de forma positiva, uma vez que acreditavam que seria possível “resgatar” a nação por intermédio do paulatino branqueamento da população. A forte política de imigração na virada do século XIX para o XX possuía um caráter seletivo de cunho racial, já que negros e asiáticos eram rejeitados em virtude da recepção de brancos europeus:

Os institutos corporificam, pois, o local para a criação de falas oficiais sobre o país, bem como o espaço reservado a um discurso, sobretudo enaltecedor da nação. Longe do pessimismo dos médicos baianos, do ceticismo dos professores da Escola de Recife e do cientificismo dos naturalistas dos museus etnológicos, os diferentes institutos persistiam na interpretação positiva da realidade. O futuro era insofismavelmente branco, previsível e seguro (SCHWARCZ, 1993, pp.180-181).

mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros -, é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza” (KRENAK, 2019, p. 41).

⁴¹ Sobre as discussões acerca do problema da mão-de-obra, consultar Carvalho (2017 a).

⁴² Atualmente, o interesse deslocou-se do solo para o subsolo, e vemos perecer tribos inteiras pela ganância voraz do garimpo. Para mais informações ver Cunha (2012) e Brum (2021).

Cabia, então, aos IHGB dos diversos estados resgatar a gênese do Estado brasileiro, traçando narrativas que inseriam o novo Estado no rol das grandes nações europeias, civilizadas e brancas. Bomfim era frequentador contumaz das preleções realizadas no IHGB sem, contudo, demonstrar interesse em se tornar um membro afiliado (AGUIAR, 2000).

2.2.3. As faculdades de Direito e Medicina

Nas faculdades de direito reuniam-se os “eleitos da nação”, alimentando o prestígio social de que gozavam os bacharéis. Esses indivíduos formavam a nova elite política para a direção do novo Estado. Olinda e São Paulo foram as cidades escolhidas para as primeiras faculdades, já no período da independência brasileira do reino português. No início, os cursos sofriam com a falta de professores e a indisciplina dos estudantes, e o verdadeiro púlpito para os debates teóricos eram as revistas científicas, em que os autores expunham seus pensamentos. Em Olinda, preocupava-os o problema racial, debatido sob a perspectiva do darwinismo social e do evolucionismo, amplamente difundido por Tobias Barreto e, posteriormente, por Silvio Romero, intelectual influente e de grande proeminência nacional (SCHWARCZ, 1993).

É na predileção do tema da mestiçagem; no apego aos modelos deterministas biológicos e etnográficos; na fala radical e cientificista, que vemos a força desse mestre que elabora teoria e cria grupo. A partir de Romero, o direito ganha um estatuto diferente no Brasil. Passa a combinar com antropologia, se elege com “sciencia” nos moldes deterministas da época e se dá o direito de falar e determinar os destinos e os problemas da nação (SCHWARCZ, 1993, p.203)

Conhecido posteriormente como Escola de Recife, esse grupo foi um dos principais centros irradiadores do pensamento crítico ao tradicionalismo monarquista, católico e romântico, e desse movimento emergiram muitos intelectuais de renome nacional, como Clóvis Bevilacqua e Franklin Távora, sem mencionar seus líderes, Barreto e Romero. Positivismo, evolucionismo e materialismo eram habituais temas de leitura, que influenciaram sobremaneira as “interpretações do Brasil” apresentadas por seus membros (SKIDMORE, 1976).

Já em São Paulo, por outro lado, adotava-se o modelo político liberal, apesar da interpretação dos fenômenos sociais ter sido eivada de um forte viés evolucionista. Destaca-se a adoção de criminalistas como Lombroso e Ferri, associando raça e crime, influenciando a antropologia criminal e o direito penal. A frenologia, a partir da escola italiana, passa a ser utilizada para identificar a delinquência. Buscava-se identificar no fenótipo as características, regidas por leis gerais, que “inclinariam” os indivíduos ao crime. Esse critério objetivo seria utilizado para a análise das nações a partir da composição biológica das populações. Nessa perspectiva, o indivíduo nada mais era que uma amostra do seu grupo (SCHWARCZ, 1993; OLIVEIRA, 1990).

Nos escritos de Silvio Romero, a tônica girava em torno da questão racial, tema que considerava fundamental ao tratar problemas concernentes ao futuro da nação. Romero foi o primeiro intelectual a trazer o elemento negro para pensar a formação da nação e da identidade nacional (VENTURA, 1991; SCHWARCZ, 1993). Para ele, raça e meio eram pontos fundantes para se compreender a criação artística. Profundamente influenciado pelo determinismo climático do inglês Henry Thomas Buckler, embora contestasse o estrangeiro em alguns pontos, como a natureza posta como empecilho ao homem, Romero apontava a predominância do meio na produção da cultura e da arte (SKIDMORE, 1976). Dimas (2009) destaca a centralidade do mestiço na obra de Romero, assim como o nacionalismo tem aí grande premência. Contudo, ao afastar-se do romantismo, nega ao índio papel na formação nacional, cedendo lugar ao mestiço, fruto da fusão do negro com o branco. “Com Silvio Romero, a mística indígena, que tanto fascinara boa parte dos românticos, desapareceu” (DIMAS, 2009, p. 86). Em sua análise, a mestiçagem era um importante critério de avaliação literária.

No tocante à influência do evolucionismo spenceriano em seus escritos, cumpre destacar o posicionamento crítico de Romero diante de diversos postulados propostos pelo sociólogo inglês.⁴³ Por exemplo, esse expoente da Escola de Olinda questionava a lei da repetição adotada por muitos seguidores de Spencer, obstando que, não necessariamente, todas as sociedades deveriam passar pelos mesmos estágios evolutivos. Em sua perspectiva, a industrialização não deveria ser tomada como ponto alto a ser almejado, e cada nação deveria buscar o progresso em consonância com suas peculiaridades. O Brasil não deveria fugir de sua vocação agrícola. Nesse sentido, cada nação teria de desenvolver uma ciência original que ajudasse na promoção do engrandecimento nacional, com vistas a alcançar a soberania. Republicano ardoroso, para ele a evolução se daria no âmbito das instituições políticas. Como observa Rezende (2003),

Mesmo considerando o evolucionismo sociológico o caminho mais fértil para o desenvolvimento da Sociologia, havia um diálogo tenso entre Silvio Romero e as teses evolucionárias de modo geral. O ponto nevrálgico desse debate era, sem dúvida, aquilo que ele considerava inteiramente prejudicial aos povos colonizados, ou seja, a concepção de que não havia outro caminho, para estes últimos, senão repetir a história do colonizador. Era isso e/ou condenar-se à incivilização, à não evolução e ao não-progresso social. Sem abandonar os ensinamentos biossociológicos e evolucionistas, mas relativizando-os, ele expressou em seus escritos vários desacordos com essas teses de Herbert Spencer (REZENDE, 2003, p. 269)

⁴³ Sobre a influência do darwinismo e das ideias evolucionistas no Brasil, ver: Domingues e Sá (2003); Domingues, Sá e Glick (2003); Caponi (2014).

Unindo-se ao coro das faculdades de direito, as escolas de medicina também fazem da temática racial uma questão de suma importância. Nesse cenário, a América Latina como um todo e o Brasil, em particular, estiveram sobre o escrutínio de médicos que buscavam diagnosticar enfermidades e receitar remédios para os problemas das jovens repúblicas latinas. A linguagem biomédica fora amplamente empregada por médicos e intérpretes do Brasil: “curar”, “parasitismo”, “cuidar”, “imunizar”, entre tantos outros termos (HOCHMAN & LIMA, 2015).

As escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, apesar das distintas abordagens, contavam com o referencial teórico das teorias raciais. Para os baianos, o cruzamento interracial seria a causa dos crimes, da loucura e da degeneração, ao passo que, para os cariocas, a simples convivência entre raças diferentes seria o suficiente para engendrar doenças, dificultando-se, assim, a perfectibilidade biológica. Os professores e pesquisadores dessas instituições buscavam desenvolver uma ciência brasileira original, tal como as tradições que avidamente estudavam (das Escolas Italiana, Alemã e Francesa). A medicina legal como campo de atuação que legitima a prática médica é, especialmente, a área de estudos na qual poderia se destacar a verdadeira ciência brasileira. A ampliação da medicina legal acirrará a disputa entre a medicina e o direito sobre qual o caminho da salvação para a nação.

Os médicos da faculdade do Rio de Janeiro buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanadas pelos programas “higienicos”. Já os médicos baianos entendiam o cruzamento racial como o grande mal, mas, ao mesmo tempo, nossa suprema diferença. Ou seja, enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater *doenças*, para os profissionais baianos era o *doente*, a população doente que estava em questão. Era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade, ou, nos anos 20, se promoviam programas “eugênicos de depuração”. Se o jargão é comum, a atenção é diversa (SCHWARCZ, 1993, p. 248-249, grifos da autora).

A partir de 1900, passam a ter destaque as discussões sobre a higiene pública e a profilaxia de doenças contagiosas. Abrem-se amplas campanhas de saneamento e intervenção na realidade social que, em alguns casos, geraram vários conflitos sociais, como a Revolta da Vacina. O Rio de Janeiro, capital do país e maior centro comercial, passará por mudanças de larga escala em sua estrutura física em consonância com a ascensão do novo modelo burguês, este associado a um novo padrão de prestígio. Nesse período houve uma remodelação no trato pessoal e nos padrões de consumo. Como última moda, a novidade francesa passou a ser questão de primeira ordem para muitos indivíduos das classes mais abastadas, enquanto as classes mais empobrecidas da população eram removidas de seus lares e afastadas para a

periferia da cidade.⁴⁴ De fato, ao longo do século XIX, a França, pátria da revolução e dos ideais iluministas, foi um ideal almejado e refletido pelos intelectuais latinoamericanos. Somente no século XX, com a hegemonia econômica e cultural passando para os Estados Unidos, é que a Paris sonhada é deixada de lado em favor do sonho americano e da cultura anglo-saxã (PERRONE-MOISÉS, 2007). O grande fluxo de imigrantes, fossem eles nacionais ou estrangeiros, ensejou novos problemas e aprofundou os já existentes na capital, grande centro urbano de então. Os grandes projetos urbanísticos e sanitários ganharam destaque para solucionar as novas demandas (CARVALHO, 1987; SCHWARCZ, 1993; HERSCHANN; PEREIRA, 1994; SEVCENKO, 1999).

Por sua vez, o médico baiano Nina Rodrigues realizou extensas pesquisas sobre as diferentes hierarquias entre os grupos negros. Ele foi o primeiro a estudar, sistematicamente, as influências da cultura africana na cultura nacional, pois “(...) aplicava a teoria da inferioridade racial diretamente ao seu trabalho de medicina legal” (SKIDMORE, 1976, p. 75). Tomados em conjunto, os negros eram sempre vistos como inferiores (e obstáculos) aos outros homens. Para Rodrigues, a mestiçagem e a hibridação das raças seria nosso grande mal, levando à degeneração. Sobre o indivíduo estava o peso da sua raça e as determinações decorrentes de seu nascimento, dos quais era improvável fugir.⁴⁵ Daí a defesa de que era impossível punir da mesma forma raças em distintos estados evolutivos. “A reprimenda dirigia-se aos códigos universais: a aplicação da lei deveria ser condicionada aos diferentes estágios de civilização e dimensionada pelo estudo das raças existentes no Brasil” (SCHWARCZ, 2009, p. 96). Ao propugnar diversos códigos penais para as diversas raças, cabia aos brancos zelarem pela lei e contra os atos antissociais. Nada se falou sobre leis que coibissem abusos e atos racistas. Irredutível quanto à influência negativa do negro como causa primeira de nossa inferioridade, Rodrigues escreveu diversos artigos contraditando os mais otimistas no tocante à miscigenação e ao “futuro branco” (SKIDMORE, 1976).

Nesse aspecto, Nina Rodrigues confrontava-se com Romero, uma vez que o sergipano acreditava no paulatino branqueamento, enquanto para o médico o futuro era mestiço, com o desaparecimento das raças puras, pondo em xeque a unidade étnica sustentada pelo

⁴⁴ Em *Cultura e Modernidade*, Renato Ortiz (1991) faz uma larga análise de como se constituiu a modernidade francesa. Sendo a França uma referência cultural para as sociedades latino-americanas, a obra de Ortiz ilumina a compreensão do que foi a *Belle Époque* brasileira. Perrone-Moisés (2007) ressalta que a galofilia não se deu sem sobressaltos, e tampouco recebeu adesão irrestrita. A cada momento de forte influência correspondia um movimento contrário de resistência, sobretudo quando se pensava a identidade nacional e uma identidade coletiva latinoamericana.

⁴⁵ Sobre as disputas entre Nina Rodrigues e Tobias Barreto no tocante a noção de livre-arbítrio e a instituição do campo da Medicina Legal no Brasil, ver Ribeiro Filho (1994).

jurista. Mesmo entre os mestiços, Nina Rodrigues propõe uma gradação, dividindo-os em “superiores, evidentemente degenerados e comuns” (SCHWARCZ, 2009, p. 97). Cumpre destacar que, não obstante as divergências entre os intelectuais, havia uma preocupação comum em construir um discurso coeso que enfatizava uma busca constante pela verdade, a produção de um saber neutro e imparcial (HERSCHMANN, 1994).

No último quartel do século XIX, a medicina, inserida no espírito positivista da época e seu receituário para o progresso, vai abandonar a noção de cura em favor da intervenção, num afã de “prevenir as doenças”. Como explicitado anteriormente, a medicina legal, ao subsumir a delinquência da biologia, buscou agir para mitigar tais efeitos danosos no corpo da nação. “Procurando pôr em prática essa medicina ‘preventiva’, esses profissionais de medicina incorporaram o meio urbano como alvo de reflexão, e conseguiram aos poucos qualificar-se como funcionários ‘indispensáveis’ para o exercício do poder do Estado” (HERSCHMANN, 1994, p. 58, grifos do autor).

A institucionalização da medicina como corpo de saber especializado e qualificado trouxe consigo modificações nas tradições familiares, tendo o discurso perito modificado as noções de higiene, saúde e até mesmo os papéis da mulher e do homem. À perda de autoridade da família, somou-se o incremento da autoridade do Estado, que passa a interferir diretamente nos corpos dos indivíduos. A Revolta da vacina foi uma reação da população à interferência médica (CARVALHO, 1987; HERSCHMANN, 1994; SEVCENKO, 2010). Herschamann (1994) explicita o caráter social da intervenção médica na tentativa de sanar a nação e estabelecer as distinções entre o normal e o patológico, no que se refere tanto à raça, quanto à sexualidade.⁴⁶

O objetivo desses médicos, higienistas e sanitaristas era, de forma geral, normatizar, conseguir que homens e mulheres desempenhassem tanto os seus papéis como produtores quanto como reprodutores e guardiães de proles sãs e de uma raça ‘sadia’ e ‘pura’. Entretanto, esta normatização proposta pela medicina não se limitou à família. A chamada ‘*medicalização da sociedade brasileira*’, identificada por estudiosos do período, sugere-nos uma intervenção social intensa, autoritária e sem fronteiras (HERSCHAMANN, 1994, p. 48-49, grifos do autor).

⁴⁶ Sobre a relação entre raça e sexualidade na construção nacional, ver o instigante trabalho de Pereira (1994). Sua pesquisa discute o tratamento legado a homossexualidade nos anos 30, destacando o esforço para o controle externo dos corpos e a tentativa de normatizar comportamentos considerados desviantes. Em suas palavras: “(...) da mesma maneira como o Brasil discutia e organizava a sua ‘sexualidade’, ele também organizava sua ‘composição racial’. E nesse processo de *reorganização sexual/racial/nacional*, as associações entre ideias, entre categorias, eram bastante eloquentes tanto no que se refere à posição social dos sujeitos dos vários discursos em circulação quanto no que diz respeito ao repertório disponível no campo intelectual da época para pensar o país” (p. 110, grifos do autor).

Quanto à mestiçagem, Skidmore (1976) destaca que a teoria do branqueamento foi uma peculiaridade brasileira, não sendo aplicada nem na Europa nem nos Estados Unidos. Contrariamente à sociedade estadunidense, em que a miscigenação era tida como algo nefasto e pernicioso, no Brasil a prática foi amplamente aceita no sentido do branqueamento paulatino da prole, para a redenção da nação. O branqueamento mostrava-se como saída, enquanto os Estados Unidos e sua rígida segregação racial geravam o problema da não assimilação do negro, o que impedia o resgate pela purificação do sangue.

Os racistas brasileiros, com exceções como Nina Rodrigues, mormente negavam duas premissas dos pressupostos racializantes das teorias europeias: o inatismo da inferioridade e a inescapável degenerescência oriunda da mistura. Muito embora homens livres de cor tenham galgado sucesso em determinados trabalhos específicos, bem como destaque na cultura e na arte, a base de sustentação desse edifício multirracial era eminentemente branca e o conseqüente branqueamento da população, a um só tempo, figurava como elemento dos escritos dos intelectuais e compunha o folclore popular (SKIDMORE, 1976).

Nas décadas de 1920 e 1930, vimos acalorar os debates acerca da degenerescência da população mestiça, agora com um forte viés eugênico. Datam também da mesma época as grandes campanhas eugênicas, relacionando doenças e raça. O eugenismo não é a-histórico, guardando peculiaridades de cada contexto em que foi empregado. Francis Galton, pai da eugenia, teve em *A origem das espécies*, de seu primo Charles Darwin, a teoria que consubstanciou suas ideias. Posteriormente, rompeu com Darwin quando este apontou o meio ambiente como fator de mudança nos organismos vivos, enquanto para o eugenista a hereditariedade tinha um peso muito maior (DIWAN, 2015).

No ano de 1925 funda-se, na cidade do Rio de Janeiro, a Liga Brasileira de Higiene Mental, que extrapola sua atuação no tratamento das doenças mentais para o controle social, com proposta para esterilizar os considerados moralmente inferiores. Em 1931, o médico Renato Kehl dá início a Comissão Central Brasileira da Eugenia, com o intuito de fomentar estudos sobre a hereditariedade e eugenia. Ambas as instituições receberam apoio do governo, principalmente após a criação do Departamento Nacional de Saúde. Tal modelo de saúde intervencionista coincidia com as propostas autoritárias do governo pós-Revolução de 30.

Com a revolução de 30, o governo passa a apoiar a Liga, principalmente por meio da criação do Departamento Nacional de Saúde, que reagrupou em nível todos os dispositivos institucionais psiquiátricos do país. Este apoio fomenta na psiquiatria os projetos de ampliação do emprego de seus métodos eugênicos de higiene mental a todo povo brasileiro. Em consequência, observa-se um aumento da propaganda eugênica no Brasil (ANDRADE, 1994, p.71).

O discurso eugênico é comum nas escolas de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, mas teve aplicações diversas. Para os médicos baianos, a eugenia era a possibilidade de recuperação da raça, uma “confirmação” das teorias utilizadas. Os cariocas, acostumados às grandes campanhas higienistas, propunham uma intervenção social mais direta, incluindo em suas pautas a esterilização dos não “recuperáveis” para, dessa forma, interromper o desenvolvimento da prole degenerada. Renato Kehl, fundador da Sociedade Eugênica do Brasil, foi um grande defensor das medidas mais radicais⁴⁷ (SCHWARCZ, 1993; ANDRADE, 1994; DIWAN, 2015).

A psicanálise também chega ao Brasil no turbulento período de consolidação da república, nas décadas de 1920 e 1930, quando o Estado e a psiquiatria buscam saídas para superar a degenerescência da população decorrente da mistura de raças. Andrade (1994) pontua que a adaptação da psicanálise em território nacional se deu, em muitos casos, em conflito direto com o que foi postulado por Freud, como, por exemplo, ao associar as doenças mentais aos aspectos biológicos do indivíduo, enquanto a teoria freudiana estabelece a esfera do psiquismo para explicar distúrbios dessa natureza. “Cria-se neste momento a crença de que aspectos degenerados, herdados das raças negras e índia, tornavam o brasileiro indolente, preguiçoso, indisciplinado, extremamente erotizado e promíscuo (...)” (ANDRADE, 1994, p. 69). Ironicamente, é também na década de 1930 que a mestiçagem passa a ter uma conotação eminentemente positiva, sintetizada, pela obra de Gilberto Freyre, na harmonia que pressupõe a democracia racial. Elementos culturais outrora marginalizados como o samba, a capoeira e a culinária trazida pelos escravos passam a ser alçados à categoria “nacional”, tornando-se elementos constituintes da brasilidade (ORTIZ, 2013).

Cumprido, por fim, destacar, como assevera Schwarcz (1993), que seria equivocado aceitar que as teorias raciais foram adotadas sem nenhum critério como uma simples cópia dos contextos de origem. Ao contrário, aqui se construiu uma versão singular, localizada, capaz de acomodar teorias diversas e, em alguns casos, antagônicas. Ademais, como sublinha Alonso (2000), países europeus e ex-colônias americanas compartilhavam o mesmo repertório cultural ocidental, tornando improdutiva a discussão sobre imitação de teorias estrangeiras. “Há um repertório comum, que inclui tanto teorias estrangeiras quanto a tradição nacional. A

⁴⁷ Diwan (2015) desenha o quadro da recepção e aplicação das teorias eugênicas no Brasil. A Sociedade Eugênica no Brasil foi fundada em 1918 e a Comissão Central Brasileira de Eugenia formou-se em 1931. Muitos centros eugênicos espalhados pelo mundo (incluindo a Alemanha) receberam financiamento de instituições de magnatas estadunidenses, como a Fundação Rockefeller. A autora destaca o apoio do Integralismo ao movimento eugenista.

apropriação de elementos deste repertório é seletiva e envolve necessariamente supressão, modificação” (ALONSO, 2000, p.40).

Contudo, o debate racial dominou o cenário intelectual por décadas, não obstante as peculiaridades dos espaços de saber que o adotavam. A ênfase nas questões raciais acabou por esvaziar outras discussões, como as que se referiam à cidadania e aos regimes democráticos. Diante do exposto, resta evidente a importância dos museus, dos Institutos Históricos e Geográficos e das escolas de Medicina e Direito na repercussão de teorias raciais estrangeiras na sociedade brasileira letrada, bem como na produção e difusão de conhecimento. O tema da raça, da mestiçagem e da composição étnica da população brasileira figuravam como problema inquietante que demandava respostas satisfatórias de pesquisadores e estudiosos (SCHWARCZ, 2013).

Nesse debate, é importante ressaltar que a década de 1930 e o surgimento das primeiras universidades tornaram-se, convencionalmente, o marco temporal que define a eclosão do conhecimento científico no Brasil. Todavia, novas pesquisas no âmbito da história da ciência no Brasil têm revelado a importância de outros espaços promotores do saber científico. De fato, havia uma ampla divulgação de descobertas científicas e do fazer ciência, como a Escola Politécnica, o Instituto Oswaldo Cruz e, claro, o Museu Nacional. Os cientistas do início do século XX rompem com o modelo anterior e apresentam novas formas de produzir e apresentar pesquisas, tendo como característica principal a especialização. Sá (2006) aponta como as universidades são o “remate” de um longo processo, e não o princípio de algo novo.

Durante sua formação no curso de Medicina, Bomfim teve contato com as teorias biológicas e raciais que eram amplamente debatidas por professores e contavam com espaço garantido nas publicações científicas nacionais. Mas, como veremos adiante, não aceitou os pressupostos racistas nem o pessimismo alardeado por seus pares. Ao contrário, afasta-se do determinismo biológico e analisa a questão a partir de uma perspectiva história e sociológica. Para ele, a teoria de Darwin,⁴⁸ por quem tinha muito apreço e admiração, foi mal compreendida e era utilizada para justificar desigualdades sociais (BOMFIM, 2005).

⁴⁸ Bomfim pretendia escrever uma obra sobre o naturalista. Infelizmente, sua morte prematura interrompeu esse projeto (AGUIAR, 2000).

3 A GERAÇÃO DOS 1870 E O OCASO DO IMPÉRIO: OS INTELLECTUAIS CIDADÃOS

Aceitam-se e proclamam-se – os mais altos representantes da intelectualidade: os retóricos inveterados, cuja palavra abundante e preciosa impõe-se como sinal de gênio, embora não se encontrem nos seus longos discursos e muitos volumes nem uma ideia original, nem uma só observação própria. E disto ninguém se escandaliza; o escândalo viria se houvera originalidade (BOMFIM, 2005, p. 189-190)

O ano de 1870 é um marco temporal, posto em retrospectiva pelos participantes do grupo como o início do movimento de ideias que mudará significativamente a mentalidade das elites, culminando, alguns anos depois, com a abolição da escravidão e com o fim do Império brasileiro. É um ano de acontecimentos de grande repercussão histórica no Brasil e no mundo: inicia-se a terceira república francesa e a guerra franco-prussiana; são anunciados o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) e a fundação do Partido Republicano. O fluxo de novas ideias pós-Guerra do Paraguai moverá da inércia a mentalidade das classes dirigentes, perpetuada pelo domínio da Igreja Católica, que atravancava o desenvolvimento da organização da sociedade civil ao controlar inclusive as certidões de nascimento, casamento e óbito e exercendo forte influência nas instituições do Estado (BARROS, 1986; ALONSO, 2000). A Guerra do Paraguai despertou um sentimento nacional e revelou a fragilidade da organização política e social em áreas vitais como educação, saúde e infraestrutura, além de despertar o descontentamento de vários atores no segmento militar, que se tornariam um forte grupo de pressão política (SKIDMORE, 1976).⁴⁹

Segundo Barros (1986), no tocante à história das ideias, os estertores do Império e a ampliação da divulgação da ideologia republicana ocorrem nesse ano. Até aquele momento, a mentalidade das elites permanecia amorfa e inerte sob o ultramontanismo.⁵⁰ Nesse contexto é possível distinguir três tipos de mentalidade: a católica-conservadora, a cientificista e a liberal. Por mentalidade, o autor refere-se a uma forma de perceber o mundo e de atuar nele com vistas a imprimir mudanças ou, em alguns casos, manter as coisas como estão. É uma “concepção de vida” (BARROS, 1986, p. 23). Ao contrário do que aparenta à primeira vista, as três mentalidades – cientificista, liberal e católico-conservadora – não correspondem aos três partidos da época: o republicano, o liberal e o conservador. Faltavam aos partidos verdadeiros

⁴⁹ Sobre os efeitos da Guerra do Paraguai na formação do sentimento de nacionalidade, na relação do Império com os seus vizinhos e, internamente, sobre a fragilidade e o baixo contingente do exército, ver Santos (2004).

⁵⁰ Movimento político católico, entre 1800 e 1960, também conhecido como romanização, numa tentativa de conter a perda do poder secular da igreja católica no mundo moderno. “Portanto, era alvos do ultramontanismo a ciência, a filosofia, a arte, o capitalismo, a ordem burguesa, os princípios liberais e democráticos, o racionalismo, as vertentes esquerdistas, como o socialismo e o comunismo, além do galicanismo, jansenismo, regalismo, protestantismo e da maçonaria” (FONSECA, 2013, p. 267)

conteúdos ideológicos e as agremiações davam-se muito mais por amizade, inimizade, vínculos familiares ou interesses particulares, muito embora os integrantes tivessem afinidade com esta ou aquela mentalidade. Nesse sentido, Carvalho (2017) afirma não ser possível falar em partidos políticos no Brasil até 1837. No pós-independência, as organizações políticas davam-se em sociedades secretas, mormente sobre influência maçônica. O Partido Conservador e o Partido Liberal dominaram a política imperial. O partido republicano será fundado somente em 1870.

Conquanto houvesse divergências em torno de programas políticos a serem executados, dois princípios regiam as ações e relações entre os partidos: a manutenção da unidade nacional e o regramento dos conflitos entre os grupos que compunham a elite nacional. Havia consenso acerca do modelo representativo, capaz de conter os excessos do monarca ao passo que continha a participação política da população. “O governo representativo gerava uma *comunidade política* intermediária entre o rei e o povo, hierarquizando os membros do Império, sem excluir diretamente nenhum grupo social” (ALONSO, 2002, p. 62, grifo da autora).

Nesse sentido, Skidmore (1976) destaca que as leis que minaram, paulatinamente, as bases legais da escravidão vieram de gabinetes conservadores. Mesmo a Lei Áurea foi fruto da intervenção de latifundiários que outrora defendiam a escravidão, mas que passaram a entender que o trabalho assalariado seria menos dispendioso e mais eficiente e, o mais importante, tomando as rédeas do processo manteriam alijados do legislativo os abolicionistas e suas ideias radicais que acabariam por culminar em um projeto de reforma agrária.

O enfraquecimento da Igreja Católica no Brasil durante o século XIX procedeu-se quase sem nenhuma reação. Muito embora não dominasse as consciências individuais, estava bem estabelecido nas instituições, como o comprova o fato de ser a religião oficial do Império. Esse catolicismo frouxo nas práticas cotidianas não encontrava barreiras à sua existência e seguia adormecido. Contudo, o avanço do liberalismo em nossas paragens fará aflorar o mais genuíno catolicismo conservador que buscará aproximar o Brasil nominal, oficialmente católico, das consciências individuais, da expansão de uma mentalidade conservadora. A partir desse ponto, o catolicismo morno e amorfo no cotidiano exigirá uma profissão de fé mais rígida e buscará expandir e direcionar conscientemente sua atuação nas instituições, seja no âmbito jurídico e legislativo, seja na defesa do ensino religioso obrigatório dos dogmas católicos (BARROS, 1986).⁵¹

⁵¹ Ianni (2000) destaca o catolicismo como a mais forte presença intelectual na cultura brasileira, presente, principalmente, em momentos de crise. Em suas palavras: “O catolicismo tem sido, desde o princípio da história

Cumprir destacar que a questão religiosa, a luta entre o catolicismo e os valores do mundo moderno não são restritas ao Brasil, mas reverberam em várias partes do Velho Mundo. Esses problemas são o retrato de uma época em que o catolicismo perde a sua autoridade espiritual sobre a sociedade civil. O concílio do Vaticano, de 1870, declarará guerra ao espírito liberal moderno e reacenderá os ânimos dos católicos, numa nova cruzada contra o materialismo e as liberdades individuais – de escolhas e de crenças –, contra a ideia soberania da razão humana e contra a laicização da vida e dos costumes. O catolicismo indiferente dos brasileiros ganhará um novo e renovado influxo de energia, congregando em um mesmo movimento os ultramontanistas rigorosos e os de perspectiva galicana, com o fito de impedir o avanço das hordas liberais. Para eles a religião deve ser o cerne da cultura (BARROS, 1986; OLIVEIRA, 1990).

A “questão religiosa” vinha desautorizar as alianças espúrias, forçando à definição. O catolicismo brasileiro autêntico abandonava a morna indiferença e se fazia a força conservadora, o dique contra a corrente liberal e cientificista que avançava e que, a despeito dessa reação, iria impregnando o espírito das instituições, com sucessivas conquistas, “ilustrando” o país para levantá-lo ao nível do século, fazendo sentir, enfim, com toda a intensidade no Brasil o eco da modernidade que dominava a Europa (BARROS, 1986, p. 31, grifos do autor).

Essa mentalidade conservadora aparece aliada à monarquia,⁵² que vê no catolicismo o último esteio para a manutenção da ordem, reunida em torno do poder divino do rei. Esse conservadorismo monárquico garante ao catolicismo a oficialidade de religião de estado, enquanto os demais cultos são no máximo tolerados, quando não abertamente perseguidos, como as religiões de matriz africana. Eram contrários à atuação do Estado para a promoção da educação pública pois, segundo eles, iria de encontro às liberdades individuais e à família. A manutenção da ignorância das massas era garantia da manutenção da ordem monárquica dentro do mais estrito ultramontanismo católico. Propugnavam, então, a atuação de particulares na educação, sob a direção ou supervisão direta da Igreja. O ensino deveria ser eminentemente religioso, cioso dos dogmas da religião católica (BARROS, 1986; OLIVEIRA, 1990).

no Brasil, uma poderosa argamassa na tecitura das formas de sociabilidade e na tecitura das relações entre as ‘elites’, as esferas de poder, em especial os aparatos estatais, como a sociedade civil, principalmente em seus setores sociais subalternos, rurais ou urbanos” (p.42). Ademais, aponta o catolicismo com uma ideologia importante na composição da imagem da nação.

⁵² Sobre a opção monárquica brasileira em um mar de repúblicas latino-americanas, Santos (2004) destaca que “a opção pela monarquia ganhava em atratividade por seu caráter conservador em termos sociais e políticos. Além de manter excluídas do jogo político as classes baixas e a grande massa de escravos, o caráter centralizador do Império, em torno da figura do soberano, contribuía para preservar o delicado equilíbrio regional em um território escassamente integrado que era mais bem descrito, à maneira dos ingleses do século XVIII, como ‘os Brasis’” (p.29).

Imprimem, então, ampla resistência ao ensino laico e metódico das ciências naturais e ao humanismo científico, que põe a razão humana no centro da aprendizagem e da compreensão do mundo, a razão como último recurso para a redenção humana – não a fé. Rejeitam a compreensão do mundo natural, o desvendamento do funcionamento da máquina celeste e sua conseqüente subjugação à racionalidade técnica, o ocaso do direito natural e divino e a historicização das sociedades e de suas leis que aparecem não mais como desígnios divinos, mas como ação racional e volitiva humana (BARROS, 1986).

(...) contra a fatuidade da ciência natural, a revelação divina; contra a moral “científica”, laica, a moral cristã, de origem divina; contra o naturalismo na visão do homem e da vida, o “supranaturalismo”, o transcendentalismo católico; contra a sociologia, o direito natural de fundamento divino; contra a pretensão exclusiva das línguas vivas, o latim; contra o laicismo, a educação religiosa; contra a razão, a fé; contra o império que se seculariza e se aproxima da república, a “teocracia” - em uma palavra, contra a cidade dos homens, a cidade de Deus (BARROS, 1986, p. 52, grifos do autor).

Nesse contexto, cumpre destacar o papel da maçonaria na difusão de ideias ilustradas no Brasil. Apesar de não agir diretamente na política, essa sociedade exercia sua influência a partir das lojas maçônicas, fundadas por brasileiros que completaram os estudos superiores na Europa e tiveram acesso às grandes lojas de Londres e Paris. Na esteira da romanização do clero e de sua oposição ao racionalismo e à liberdade religiosa, a Igreja Católica passa a perseguir a maçonaria. Inicia-se a construção do “mito” católico acerca do complô da maçonaria, associando-a a outros de seus “inimigos”, como a Ordem dos Templários e o Protestantismo. A expansão da maçonaria pelo mundo confere às lojas especificidades nacionais. Por exemplo, enquanto em Londres as lojas apoiavam o Estado, em países latinos se opunham a ele na medida em que, em geral, estavam unidos a Igreja Católica (BARATA, 1994).

Sem sombra de dúvidas, a desqualificação da organização maçônica através do mito da conspiração política proporcionou uma certa homogeneidade ao discurso católico ultramontano. Para os católicos, os maçons eram todos iguais, inimigos dos tronos e dos altares, não sendo possível a existência de especificidades nacionais. A maçonaria é uma e universal (BARATA, 1994, p. 87)

Durante os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, a maçonaria também participou do debate sobre a formação da identidade nacional, principalmente no tocante a questão da escravidão, e passou a ter uma atuação mais expressiva na política estatal. Participaram na construção de hospitais e escolas voltadas para as classes populares, baseados no seu princípio de fraternidade que – por paradoxal que seja, dado a exclusão de não-membros e o caráter secreto da organização – abrange toda a humanidade. Ademais, essas ações visam ao recrutamento de novos membros entre as classes populares, o que os obrigava a ter um posicionamento acerca dos problemas sociais (BARATA, 1994).

Em relação à mentalidade liberal, Barros (1986) aponta duas vertentes principais: uma pautada pelo direito natural, daí retirando seus fundamentos políticos e filosóficos; a outra, fundamentada em bases científicas, tendo como principais expoentes no liberalismo inglês John Stuart Mill e Bentham, numa vertente utilitarista, e na França o saint-simonismo e, posteriormente, o positivismo. Sob os ecos das revoluções sociais do século XVIII, os pensadores liberais do século XIX se põem a defender a irrestrita liberdade individual em oposição ao clamor da coletividade, a liberdade de pensamento e a mínima intervenção do Estado em assuntos particulares, compreendendo a justiça social como a liberdade de cada um agir conforme sua consciência. Contudo, Skidmore (1976) aponta que, no Brasil, o liberalismo mostrava-se muito mais como uma tendência filosófica e intelectual do que como fruto de um empenho econômico mais vigoroso no sentido da ampla liberdade individual. Por seu turno, Carvalho (2017) destaca dois liberalismos distintos: o dos senhores de terra, defensores da autonomia regional; e o liberalismo dos profissionais urbanos, mais aferrados às liberdades individuais, que teve espaço para se desenvolver a partir da década de 1860, com crescimento das cidades e centros urbanos.⁵³

A problemática relação Estado-indivíduo seguirá como um dos principais pontos de discussão, pois a sombra do Estado em moldes absolutistas permanecia fresca na memória dos dirigentes políticos. Cabia ao Estado garantir a ordem e a estabilidade social para o desenvolvimento pacífico e “ordeiro” das forças produtivas. As discussões sobre democracia política passavam ao largo das propostas democráticas nas esferas social e econômica, e girava em torno da questão eleitoral e do sufrágio (BARROS, 1986).

O novo liberalismo não fecha os olhos para a “justiça social”: apenas concebe-a diversamente. Para ele, justiça não é “equilíbrio mecânico” da sociedade, sustentado por igualitarismo artificial: é o crescimento orgânico de uma coletividade, em função de regras jurídico-políticas que garantem ao indivíduo, pelo menos teoricamente, obter resultados condizentes com seu esforço. Não compete ao Estado promover a justiça pela intervenção sistemática nos negócios humanos, a fim de equilibrá-los: ele deve apenas garantir as regras do livre jogo individual para o pleno florescimento natural da vida. E mesmo nesse plano o Estado não merece toda a confiança, porque há sempre o perigo de ultrapassar ele os seus limites – e, isto sim, caracteriza a injustiça (BARROS, 1986, p. 73, grifos do autor).

⁵³ Nessa discussão, cabe destacar a contribuição de Raymundo Faoro (2007), que aponta a existência concomitante de “liberalismos” na aurora do Brasil independente, dualidade que estará presente na história política do país e engendrará comportamentos políticos ambíguos e contraditórios em que as palavras proferidas não coadunam com as ações: um “nativista”, emancipacionista, mais próximo do que grassava nas nações vizinhas, neste estava presente o “elemento nacional”; o outro, em reação ao primeiro, ressoava o liberalismo da Revolução Portuguesa. O segundo saiu vencedor e tornou-se hegemônico. Assim esclarece o autor: “A *consciência possível* não atinge a realização na *consciência real*. Explica-se, com isso, que a filosofia política, livrescamente adotada, e a ideologia, perfilhada dogmaticamente, não se convertam na *práxis*, no efetivo fazer, realizar e transformar, mas em verbalismo desligado da realidade” (FAORO, 2007, p. 80, grifos do autor).

Um aspecto central na problemática liberal trata da promoção da educação pública pelo Estado. Para o desenvolvimento das mentes e dos espíritos era necessário educar a população garantindo escolas, promovendo cursos. Mas, durante um período, os liberais nutriam forte aversão ao Estado e temiam um retrocesso aos termos do *Ancien Régime*. Contudo, ante a ofensiva católica cerceando a liberdade de consciência e impondo barreiras ao desenvolvimento científico, urge a intervenção de um Estado laico para garantir a promoção de uma educação não confessional que, por seu turno, suprimia a liberdade dos indivíduos. O liberalismo e o cientificismo são as forças propulsoras da ilustração brasileira e defendem a educação pública e obrigatória e a liberdade de cátedra em todos os graus de ensino (BARROS, 1986).

Nesse sentido, as ideias liberais são aclimatadas às peculiaridades históricas e sociais. Muitos dos seus defensores não saem ilesos das ambiguidades engendradas pela recepção de tais ideias nos trópicos. As concepções do liberalismo brasileiro estão vinculadas ao modelo clássico, centrando as discussões nos aspectos jurídicos e políticos, enquanto na Europa as discussões já haviam avançado até o estágio dos privilégios econômicos e sociais. Discutiam liberdades individuais numa sociedade escravagista e buscavam saídas para esse impasse central. Posteriormente, imbuídos do espírito científico, chegam a uma nova concepção de direito, deixando de lado as filosofias de Rousseau e Kant e abraçando a ciência de Darwin e Spencer. Um liberalismo à brasileira: escravista, monárquico e de dominação senhorial. Liberalismo aplicado a uma sociedade estratificada (BARROS, 1986; ALONSO, 2002).

Diante da premissa liberal da liberdade de consciência, um Estado com uma religião oficial excludente e restritiva das escolhas individuais é um anátema que precisa ser combatido. De fato, é pela extinção da religião oficial que se inicia a luta. Um Estado laico, democrático, ancorado na ordem jurídica e não em dogmas religiosos. Há de se cumprir a imediata separação do Estado e da Igreja. Todavia, no Brasil, dadas as peculiaridades socioculturais e as ambivalências que consumiam a muitos, nem todos defendiam com o mesmo ardor e emergência a separação entre Estado e Igreja. O anticlericalismo liberal é a resposta ao ultramontanismo católico-conservador:

O estado liberal é essencialmente laico: essa abstenção religiosa não é o produto da indiferença, mas do respeito por todos os cultos. Os seus alicerces não se encontram na unanimidade das crenças, mas no respeito unânime por todas elas; seus fundamentos são de ordem política, não teológica (BARROS, 1986, p. 93).

Darwinismo, materialismo e positivismo são filosofias populares no século XIX que receberam entusiasmada acolhida entre os jovens estudantes brasileiros e ressoam em sua

confiança irrestrita ao conhecimento científico (BARROS, 1986; SCHWARCZ, 1993). Inseridas em uma mentalidade cientificista, duas vertentes orientaram a ilustração brasileira: o positivismo e o novo liberalismo, menos filosófico e mais atrelado às mudanças sociais encarrilhadas pela revolução industrial. Schwarcz (1993) destaca que, mesmo compartilhando o paradigma da evolução social, essas perspectivas guardaram suas especificidades e conclusões próprias.

Os primeiros trabalhos utilizando a teoria comteana foram escritos por estudantes da Escola Militar, no Rio de Janeiro, que tinha como professor Benjamin Constant, epígono do positivismo no Brasil. Os trabalhos eram de física e matemática, mas já apontavam a crescente influência de Auguste Comte na então capital federal. É somente com a obra do médico Pereira Barreto que a filosofia política e social do francês será aplicada à análise da sociedade brasileira que, dentro do esquema evolutivo dos três estados, não diferia das sociedades europeias, ponto máximo da civilização, senão por uma questão de fase, transitória e não de natureza essencial. Interessa aos positivistas nacionais ultrapassar o estado metafísico em que se encontra a sociedade brasileira e adentrar na fase última da humanidade, a positiva (BARROS, 1986).

(...) Se nos seus princípios fora a teoria físico-matemática de Comte que o impusera aos nossos estudiosos da antiga escola militar, logo seria a filosofia da história, aplicada à realidade nacional, bem como as medidas práticas dela decorrentes que passariam ao primeiro plano. O que se quer é, antes de tudo, substituir a política “metafísica” e “empírica” de nossos estadistas pela política científica ditada pelo positivismo. Se é verdade que o positivismo seduz então espíritos por responder a todas as questões, dando a homens inquietos e insatisfeitos com o espiritualismo dominante uma filosofia, uma ética, e até mesmo uma religião e vencendo-lhes a dúvida e as perplexidades, é mais verdadeiro ainda que a principal atração da doutrina é a lei dos três estados, que permite compreender esquematicamente a situação do país e racionalizar a conduta política (BARROS, 1986, p. 129-130, grifos do autor).

Barros (1986) destaca a existência concomitante e independente de dois movimentos de inspiração positivista no Brasil: um ao Sul, no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, defensores ardorosos do positivismo como solução política, como direcionamento programático para elevar o país à civilização; e outro ao Norte, em Pernambuco e no Ceará, que viam a doutrina comteana como uma fonte profícua de inspiração cultural e literário, mas de caráter passageiro, sem deixar marcas profundas. Não que o movimento ao norte não tivesse preocupações políticas e que o do Sul não refletisse sobre questões culturais. Há apenas uma diferença de ênfase que é dedicada a cada aspecto. Enquanto ao sul, em 1883, fundava-se no Rio de Janeiro a Igreja Positivista no Brasil, ao norte, já na década de 1870, a filosofia comteana foi preterida em favor do cientificismo germânico, embora a lei dos três estágios, dentro do espírito evolutivo do século, ainda encontre entradas, não como sistema,

tampouco como doutrina, mas pela própria expressão do cientificismo que inspira. O positivismo heterodoxo do Norte compartilha o espaço com o positivismo ortodoxo e dogmático do Sul.

As faculdades de direito promoverão a renovação do direito com uma abordagem cientificista e Tobias Barreto, da Faculdade de Direito do Recife, proporá mudanças em consonância com uma concepção de direito, apegando-se às teorias deterministas da época (BARROS, 1986; SCHWARCZ, 1993). “Seja pela afirmação do direito, seja pela negação das demais disciplinas, o mais importante é que essa nova geração liderada por Tobias Barreto e, após os anos 70, por Silvio Romero, começava a se autodefinir como arauto de um novo tempo, como uma elite escolhida” (SCHWARCZ, 1993, p. 197).

Refletindo sobre esse contexto, Sevcenko (1999) aponta, como característica dos intelectuais em sociedade com alto índice de analfabetismo e que passam por modificações profundas em sua estrutura política e social, a necessidade de atrelar seus escritos, sua criação e suas formas de reprodução cultural a algum fator que possa desencadear ou acelerar o processo de mudança.⁵⁴ Nossos intelectuais, não à toa, dedicavam-se ao problema da miscigenação biológica e cultural que forma nossa sociedade. Motivo de preocupação? Regozijo? O importante era apresentar caminhos e possíveis soluções para transpor as barreiras, reais ou imaginadas. “Trata-se de uma geração que, independente do envolvimento com uma pesquisa científica efetiva, valorizava a ciência como emblema de uma moda intelectual tida como intimamente comprometida com a reforma da nação” (KROPOF, 1996, p. 82). Uma generosidade ambígua dos intelectuais que pensavam ser possível exercer uma tutela sobre a população iletrada.

O estudo de Ângela Alonso (2000; 2002) é extremamente oportuno pois nos auxilia na reflexão acerca das peculiaridades desses intelectuais, em um momento em que as esferas acadêmica e política ainda não haviam se dissociado. Os intelectuais da Geração 1870 ficaram caracterizados, na história das ideias no Brasil, como simples reprodutores de teorias estrangeiras, alheios à realidade social nacional, com as exceções de Joaquim Nabuco e Machado de Assis (SCHWARZ, 2014). Partindo da experiência social compartilhada pelos integrantes do movimento, Alonso (2000) enseja uma nova leitura dessa experiência particular, destacando que “Dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no final do século

⁵⁴ Sá (2006) ressalta que com o analfabetismo chegando a marca de 84% da população, a “cultura auditiva” é marcante na comunicação de novos conhecimentos e difusão de ideias.

XIX, a experiência da Geração 1870 é diretamente política” (ALONSO, 2000, p. 36). Desta feita, destaca que o movimento se reveste de um caráter reformista, uma vez que seus integrantes questionavam o *status quo* do Império. Longe de reproduzir mimeticamente teorias estrangeiras, numa tentativa de criar teorias de valor universal, a triagem passava por um viés político, ligado à cultura política local.

A ênfase de Alonso recai sobre como esse grupo, esse movimento, atuava politicamente, pois para a autora é impossível dissociar as esferas de atuação política e intelectual no período em questão. Assim, assinala que “não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual. A existência de uma única carreira pública centralizada no Estado, incluindo empregos no ensino e candidaturas ao parlamento, fazia da sobreposição de elite política e intelectual a regra antes que a exceção” (ALONSO, 2000, p. 39).

Os intelectuais da geração 1870 e muitos outros ardorosos defensores da república se viram postos de lado em favor de aventureiros e arrivistas. A república perpetuou a política imperial e, inclusive, muitos intelectuais foram perseguidos por Floriano. O analfabetismo que grassava a sociedade impedia o avanço do mercado editorial, o que levou a situação de quase indigência a muitos escritores (SEVCENKO, 1999). Mesmo figuras como Olavo Bilac, “príncipe dos poetas”, que só conseguiu emprego graças à intervenção do amigo Manoel Bomfim (AGUIAR, 2000). Nesse contexto, o crescimento da cidade do Rio de Janeiro acabou por gerar novas oportunidades imprevistas para os intelectuais. Toda a produção literária nacional concentrava-se na capital. A atividade jornalística absorveu a mão de obra de muitos literatos que se viam compelidos à escrita compulsória, dado o pequeno soldo que recebiam. Contudo, a padronização da linguagem jornalística acabou por banalizar a atividade literária e a estiolar a criatividade, dada a prolixidade dos textos publicados. Há uma mercantilização da literatura (SEVCENKO, 1999). Nesse contexto, a profissionalização de literatos foi uma reação não só ao estilo jornalístico que se impunha, mas, também, ao realismo-naturalismo. A Academia Brasileira de Letras colocava-se “(...) contra a *vulgarização* da atividade literária” (SÁ, 2006, p. 62, grifo da autora), promovida pelo ritmo veloz da imprensa. O trabalho literário seria, nessa perspectiva, uma vocação que estava sendo corrompida pelo ritmo dos periódicos, embora, à época, se buscasse construir e resguardar um espaço para a literatura brasileira.

O que caracteriza esse movimento de “profissionalização” da literatura é o empenho dos literatos em demarcar seu território e seu escopo de atuação ante os “supérfluos do mundo

das letras”, que pululavam nos jornais diários e semanários. Esses intelectuais, artistas na arte da escrita, estavam “(...) a assumir que produziam ficção, que se deixavam conduzir pela imaginação e que seu ofício era fundamentalmente recreativo, de *correção* e *idealização* da realidade, assim como de deleite e de prazer na criação artística” (SÁ, 2006, p.64, grifos da autora). Sá (2006) destaca ainda que a crescente especialização das sessões temáticas nas revistas, como arte e ciências, contribuiu para a construção de uma identidade profissional especializada, ao passo que tais sessões “funcionavam ainda como uma reação aos padrões mais tradicionais de consagração intelectual” (SÁ, 2006, p. 45).

Alguns poucos agaloados assumiram postos vantajosos na nova sociedade, o que acabou por gerar um clima de hostilidade e animosidade entre os que conseguiam boas colocações e os que ficaram de fora, demarcando, inclusive, os locais frequentados por cada grupo.⁵⁵ Sevcenko (1999) aponta que o grupo “derrotado” se cindia em dois no tocante à reação ao próprio abandono, ostracismo e marginalização. De um lado, estavam os resignados a sua própria condição e, não raramente, acabavam na miséria enquanto nutriam seus princípios e valores. Do outro lado, estavam os que contestavam sua condição e teciam críticas à sociedade que os mantinha alijados do sucesso e do reconhecimento almejados, embora estes também buscassem formas de adentrar no seletivo grupo de vencedores. Lima Barreto é uma figura icônica do segundo tipo, tendo repetidamente lançado sua candidatura à Academia Brasileira de Letras, sendo recusado todas as vezes.

Cumprido destacar que, da mesma forma que os componentes da Geração de 1870 esforçaram-se por superar a linguagem – “os esquemas de pensamento e de interpretação” (SÁ, 2006, p. 34) herdados do romantismo – e assumiram o realismo-naturalismo, o grupo intelectual da virada do século empreendeu uma nova linguagem da ciência. Em sua pesquisa sobre a profissionalização da ciência no Brasil, Sá (2006) destaca que o termo “literatura” abrangia todos os saberes “eruditos”, “ilustrados” dos “homens de espírito”: “A palavra funcionava na ocasião como um sinônimo de ‘conhecimento e instrução’, englobando a oratória política, a medicina, o direito, a filosofia, as letras, a ciência, a eloquência, a gramática, a filologia, a história e as humanidades” (SÁ, 2006, p. 13). Era marca distintiva dessa geração o saber vasto e variados interesses de pesquisa. Contudo, na passagem para o século XX, os intelectuais

⁵⁵ Durante o Império houve uma expansão da dimensão pública às profissões intelectuais, o que permitiu certa mobilidade de intelectuais pretos e pardos. Contudo, tal quadro não resistiu a República. Para saber mais, ver Carvalho (2017), *Três pretos tristes: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto*.

passaram a buscar um conhecimento especializado e sua atividade ganha, aos poucos, modelo de ocupação profissional, afastando-se cada vez mais dos “homens de letras” e de seu vasto cabedal enciclopédico apresentado com retórica impecável. Longe de ser fruto de uma vocação experimentada por poucos, o conhecimento reside na apropriação metódica da realidade natural e social:

O caráter marcante dessa geração de ‘homens de letras’ oitocentistas era uma atuação inclinada a fazer equivaler a criação cultural à mudança social e a interpretação do momento político. À parte suas ocupações oficiais como funcionários públicos, políticos, advogados, professores, militares, engenheiros ou médicos, de onde efetivamente retiravam condições de sua sobrevivência, os letrados sentiam-se, na época, como portadores de verdades, vocação, destino, sentimento superiores aos demais homens (...) O nacionalismo era, antes de tudo, uma atitude intelectual que redundava em ação civilizatória (SÁ, 2006, p. 35).

De referência de cultura e erudição, os intelectuais da “geração 1870” passaram a ter suas principais características, a oratória e o vasto repertório de conhecimentos, atacados e desprestigiados. O que era “saber” torna-se ostentatório, de “caráter ornamental”. Esses intelectuais, outrora reputados “sábios”, transformam-se em alvos de deboches na Capital, que se modernizava e era palco de sucessivas e rápidas transformações políticas e socioculturais. Não era só uma passagem geracional, mas tratava-se da adoção de um novo repertório cultural, acadêmico e científico (SÁ, 2006). À medida que o cientificismo ganha notoriedade e a ciência consolida-se como o saber dedicado a revelar a verdade dos fatos sobre o mundo físico e social, a retórica passa a ser vista como obstáculo para se chegar ao âmago das questões, tornando-se irrelevante.

Manoel Bomfim (2002) fazia coro junto àqueles que questionavam a validade dos saberes da geração antecessora, acusando-os de retóricos e descolados da realidade nacional, como podemos ver na passagem destacada abaixo:

Aceitam-se e proclamam-se – os mais altos representantes da intelectualidade: os retóricos inveterados, cuja palavra abundante e preciosa impõe-se como sinal de gênio, embora não se encontrem nos seus longos discursos e muitos volumes nem uma ideia original, nem uma só observação própria. E disto ninguém se escandaliza; o escândalo viria se houvera originalidade (BOMFIM, 2007, p. 189-190).

O irônico, como destaca Sá (2006), é que estes preconceitos de época acabaram por dirigir, durante muito tempo, os rumos dados ao estudo da história da Ciência no Brasil, colocando lado a lado intelectuais do final do Império e do início da República, como se compartilhassem das mesmas ideias e valores. Nesse imbróglio, Bomfim, crítico assaz da geração predecessora, passa a ser criticado e reputado como intérprete de “segunda categoria”, cuja obra permaneceu afastada durante décadas do panteão das obras clássicas nas ciências sociais brasileiras.

3.1. *A América Latina: males de origem e a trajetória intelectual de Manoel Bomfim*

Iniciar os estudos da obra de Manoel Bomfim por *América Latina* é importante não só pelas ideias defendidas pelo autor, destoantes do meio sociocultural em que estava inserido, nem por ser a primeira obra historiográfica e sociológica em que Bomfim apresenta sua interpretação do Brasil e de seu povo, tampouco pelo radicalismo das ideias expostas. É relevante, sobretudo, por desvendar aspectos interessantes das figurações sociais às quais o autor estava submetido. A recepção por parte da comunidade científica, principalmente na figura de Silvio Romero, incidirá sobremaneira nas escolhas profissionais e temáticas debatidas nos anos seguintes à publicação.

Apresentada ao público em 1905, a obra é fruto de quase uma década de estudos e pesquisas sobre a história do Brasil e do subcontinente sul-americano (BOMFIM, 2005). Manoel Bomfim começou a coletar notas e materiais sobre a história da América Latina dez anos antes da publicação, após ler *Physics and Politics*, de Walter Bagehot (PENNA, 1989; AGUIAR, 2000). Todavia, é somente durante sua estadia em Paris, no correr do ano de 1903, que ele decide escrever a obra. Na Europa, o sergipano imergiu nas falas, estudos e apreciações sobre o seu continente. Chegou à conclusão de que eram aproximações superficiais e desprovidas de conhecimento histórico das peculiaridades das repúblicas iberoamericanas. A obra foi organizada em cinco partes, nas quais o autor apresenta o conceito de parasitismo social e aventa as consequências, para os países latinoamericanos, de estarem submetidos à conduta predatória da metrópole e os efeitos deletérios que atuam na formação dos novos Estados: “Há no caráter das novas nacionalidades uma série de qualidades-vícios que são resultado imediato desse mesmo regime imposto pelas nações ibéricas” (BOMFIM, 2005, p.135).

Escrita com bastante refinamento e aparato histórico, principalmente nos estudos *Compêndio de história da América* (1899) de Rocha Pombo, *História de Portugal* (1882) e *História da civilização ibérica* (1894), do português Oliveira Martins, não deixa de saltar aos olhos do leitor mais atento a indignação contida em cada palavra. Foi uma resposta efusiva e contundente aos agravos repetidos pela *intelligentsia*, tanto nacional como internacional, contra os povos latino-americanos. Sob o lastro da ciência, repetiam-se os argumentos racializados presentes desde o início da empreitada colonial: “Em vão, os doutrinários do parasitismo tentarão dar aparência de lógica e de ciência às suas alegações imorais; o falso verniz científico estala por todos os lados, e por toda a parte aparece o sofisma” (BOMFIM, 2005, p. 284).

Bomfim questiona não somente os pressupostos de objetividade do saber científico, mas também os limites e a validade das explicações assentes em teorias biológicas e raciais.

Nesse sentido, o sergipano denuncia o que hoje denominamos colonialidade do poder, em que a ideia de raça se configura como princípio organizador da sociedade (QUIJANO, 2005, 2010; GROSFUGUEL, 20100). Ademais, ao longo de sua carreira de escritor e docente, propôs projetos para a construção coletiva de um Brasil verdadeiramente republicano e democrático. Destaca que, sob a rubrica “América do Sul”, colocavam em um mesmo balaio de sentenças desabonadoras e depreciativas povos distintos que, apesar das raízes coloniais comuns, eram em muitos aspectos diversos.

Chegando aqui, à Europa, não só a natural saudade daqueles céus americanos, como a apreciação direta dessa reputação perversamente malévola de que é vítima a América do Sul, provocaram a reação afetiva que aqui se traduz na publicação destas páginas. Fora daí, elas não viriam, talvez, à luz (BOMFIM, 2005, p. 37).

Contudo, o que despertou seu interesse foi a coincidência em que estudos e comentários depreciativos sempre vinham acompanhados de afirmações sobre a riqueza dessas terras. Percebeu que a depreciação e a cobiça andavam juntas: “Este é o sentir geral que traduz não só um juízo categoricamente desfavorável a nosso respeito como certa má vontade de quem vê nas atuais nações sul-americanas o obstáculo a posse e ao gozo de uma riqueza apetecida” (BOMFIM, 2005, p. 43). Bomfim anteviu o projeto imperialista Europeu e estadunidense para o continente. As “sentenças condenatórias” serviam de justificativas para a intervenção.

Na busca por compreender a política e a ação colonizadora da Ibéria em solo americano, o sergipano desenrola ao longe o novelo da história e remonta a séculos de saques, conquistas e sucessivas invasões que fizeram daquele povo guerreiro. “Peleyar por peleyar”, eis a norma. Desse longo processo histórico, duas características marcantes conformaram a colonização: a educação guerreira e o viver de saques e rapinagens. Sem condições para o cultivo da terra ou para o trabalho metódico, esses povos, impetrando esses “crimes de fidalguia”, passam a viver de espólios, buscando riquezas que custassem ousadia em aventuras, e nunca o trabalho rotineiro: “A ideia coletiva aqui é varrer a Terra para o saque universal” (BOMFIM, 2005, p. 90). A narrativa bomfiniana das aventuras, saques e rapinagem dos navegadores ibéricos segue em um tom cada vez mais acalorado. A voracidade com que destruíram os impérios americanos o deixa perplexo. Os exemplos que ele traz à realçam as duas características do parasitismo com que o colonizador se apropriará das novas colônias: a rapinagem e a simonia. A febre do ouro e a coleta das almas para Deus.

O modelo parasitário trazido das metrópoles e aplicado com violência às colônias mostrou logo seu fruto amargo no aspecto econômico. Acostumados que estavam a viver às expensas do trabalho alheio, o Estado lusitano logo impôs seu regime aos colonos que, por sua vez, faziam trabalhar sob o estalar do chicote os indígenas e os negros escravizados. Nesse

ponto, é explícita a influência de Oliveira Martins, uma intertextualidade luso-brasileira no texto bomfiniano. Da obra do português, Bomfim retira os elementos que comporão o quadro das raízes parasitárias da Ibéria. É também essa obra que inspirará a mais veemente crítica aos “teoristas da exploração”, que justificam dominação, violência e espoliação por uma “fatalidade natural” das raças. Analisando a obra de Bomfim, Marçal Paredes (2010) aponta a existência de um neolamarckismo moralista, uma transmissão dos caracteres hereditários. Há uma transmutação da Ibéria como mal de origem:

Certo era, no entendimento de Bomfim, que o Estado brasileiro, pelos seus vícios e degradação completa, representava ainda o passado colonial português. Assim sendo, não será difícil perceber qual era a bactéria a ser combatida: o lastro da memória lusitana na sociedade brasileira, que o autor isola, qual *parasita*. O traço ibérico, portanto, é o responsável pelo mal de origem comum da América Latina (PAREDES, 2010, p. 355, grifo do autor).

O parasitismo social, conceito estrutural da sua obra, será o recurso analítico de que se servirá para melhor compreender e explicar a origem dos problemas que afligem nossa sociedade. Tomado de empréstimo da obra *Parasitisme biologique et parasitisme social* (1898) dos franceses Jean Massart e Émile Vanderveld, o conceito auxiliará Bomfim em sua análise e o levará a concluir que as raízes dos males não se assentam sobre as raças constituintes de nossa população, mas no modelo de exploração aqui empregado durante os séculos de regime colonial e, no caso do Brasil, também durante o Império. Tal inovação metodológica e conceitual, contudo, não o permite romper com a linguagem biologicista que tanto critica. Muito embora não haja uma transposição irrefletida da linguagem das ciências exatas para a análise histórica que realiza, não há uma homologia, Bomfim ainda está preso ao discurso ideológico dominante, mesmo que com um contradiscurso crítico: “Não se trata de um discurso que se pretenda oposto ao discurso ideológico. É antes um discurso crítico que explora as contradições do discurso dominante”. (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 16). Todavia, Bomfim logra construir um *discurso alternativo* (ALATAS, 2010) em que mobiliza teorias construídas em outros centros de conhecimento, enquanto constrói lentes próprias para estudar o que aqui se passou e, como não podia negar sua natureza insurgente, propor saídas para se resgatar o verdadeiro Brasil.

Às analogias com animais parasitas para demonstrar as consequências gerais do parasitismo segue uma série de tiradas críticas ao modelo espoliativo e predatório que aqui se implantou. Mas é quando se dedica a análise dos efeitos especiais decorrentes da relação parasitária que se mostra a agudeza de sua percepção e a extensão dos seus juízos. Também adentrando nessas minúcias, temos pistas acerca da rejeição de que sua obra foi vítima, por parte da comunidade científica coetânea:

O regime parasitário sob o qual nasceram e viveram as colônias da América do Sul influenciou naturalmente sobre o seu viver posterior, quando já emancipadas. Há no caráter das novas nacionalidades uma série de qualidades – vícios – que são o resultado imediato desse mesmo regime imposto pelas nações ibéricas. Essas qualidades traduzem a influência natural do parasita sobre o parasitado, influência constante, fatal mesmo, nos casos de parasitismo social, máximo quando o parasitado procede diretamente do parasita, quando é gerado e educado por ele (BOMFIM, 2005, p. 135).

Nessas condições instala-se um duplo parasitismo: a metrópole parasita a colônia, e as elites coloniais, por sua vez, parasitam as populações locais. Nesse circuito estruturava-se o comércio ultramarino que contava com a participação de intermediários para seu funcionamento. Bomfim emprega conceitos biológicos fartamente para explicar as relações de dominação e exploração sem lançar mão de conceitos econômicos para explicar a exploração colonial e entre as classes dominantes e dominadas, apresentando uma teoria biológica da mais-valia, nos termos de Sussekind e Ventura (1985). Em sua análise, os autores destacam que embora não haja citações explícitas a obra marxiana, é possível encontrar diversos pontos de confluência na obra de sergipanos com os escritos de Marx.⁵⁶

Tudo o que se produzia na colônia fluía num caudal ininterrupto para as metrópoles coloniais. O português e o espanhol vinham para o novo mundo dispostos a enriquecer e voltar para o solo pátrio. Não se fixavam na terra e não tinham interesse. Consumia-se a força de trabalho de milhares de indivíduos, negros e indígenas, enquanto eram tolhidas todas as tentativas de inovação, de criação, de indústria. O parasitismo espalhou-se em todas as direções, sufocando e estiolando a nação que florescia:

Ao moralista e ao sociólogo há de parecer impossível, ao ler as crônicas da escravidão, que entre humanos houvessem chegado ao estado de perversão moral característico e comum nos senhores de escravos. Não se trata de coisas passageiras, de ódios e crueldades que acompanham as lutas armadas. Não; é a abjeção moral definitiva, a perversidade e a desumanidade permanentes: gerações e gerações de homens que viveram a martirizar, a devorar gerações de índios e de negros escravos – pela fome, o açoite, a fadiga... Não havia nada de humano nas relações de *senhor* e escravo (BOMFIM, 2005, p. 149, grifo do autor).

Bomfim distingue os efeitos do parasitismo em gerais e específicos. Os efeitos gerais se apresentariam tanto em corpos orgânicos como em sociais, quais sejam: enfraquecimento paulatino do parasitado; a violência com que o parasita subjuga a presa e, por fim, a adaptação do parasitado à situação que lhe é imposta. Os novos estados latinoamericanos possuem características decorrentes da relação parasitária, em que “o parasitado procede diretamente do parasita, quando é gerado e educado por ele” (BOMFIM, 2005, p.135). O

⁵⁶ A respeito da perspectiva marxista na obra do sergipano, a leitura de Vecchi (2015) é esclarecedora ao aproximar Bomfim de Antônio Gramsci, destacando a heterodoxia que marca a singularidade de seus percursos intelectuais. Segundo o autor, o acúmulo de parasitismos apontados por Bomfim prefigura o conceito de colonialidade.

destino do parasitado é sucumbir, perecer. Contudo, no que se referem às nações, elas persistem à revelia da ação parasitária das elites e classes dirigentes, uma vez que “as classes inferiores, não parasitas, vão fornecendo novos elementos para substituir a esses que desaparecem, devorados pela degeneração parasitária” (BOMFIM, 2005, p. 137). As elites parasitárias, ao mesmo tempo que sugam os recursos, mantêm as classes inferiores na ignorância. Sufoca-os, mata-os no corpo e na alma. O autoritarismo, egoísta e conservador em sua essência, é uma característica fundante da classe parasita.

Analisando alguns aspectos da colonização espanhola, como a gana desenfreada pelo ouro, Bomfim lamenta o saque de riquezas infligidas às civilizações inca e asteca. Lamenta, sobretudo, o extermínio de milhares de indivíduos e seu amplo cabedal cultural, todo o seu conhecimento sobre os recursos naturais do continente. Além da chaga moral decorrente dessa hecatombe, as consequências econômicas para a sociedade que se formaria são danosas e persistentes. Nas palavras abaixo, Bomfim dimensiona o tamanho da perda para os futuros Estados dessa política de destruição e morte:

A conservação de tais indivíduos, ou melhor, a conservação de tais povos e civilizações, respeitados os seus direitos naturais, permitindo-lhes o desenvolverem-se segundo seu gênio e caráter, aproveitando-se o concurso, a iniciativa, a inteligência dos adventícios – isto teria trazido à vida econômica das novas sociedades, saída da fusão e assimilação de uns e outros, elementos preciosos de progresso e de estabilidade. Com as populações exterminadas, desapareceram tudo que elas sabiam sobre as coisas deste continente, toda a sua experiência, tudo, enfim, que representava uma perfeita adaptação à natureza americana (BOMFIM, 2005, p. 145).

Ao lado da morte de milhares de nativos, a escravidão de milhares de africanos. Com a adoção do trabalho escravo, declara Bomfim, sistematizou-se o parasitismo: o enriquecimento de uns poucos ao custo do trabalho, da vida de inúmeros indivíduos. O parasitismo inibe a iniciativa dos colonos reproduzindo ao longo das gerações a mesma sociabilidade inerte, produzindo os mesmos gêneros agrícolas, ou escavando minérios de acordo com as diretrizes metropolitanas. Estrutura-se, então, com o regime parasitário, uma rede de parasitas codependentes, vivendo do trabalho escravo, o único produtivo em todo esse edifício de inércia. “Só o escravo trabalhava, só ele era produtivo” (BOMFIM, 2005, p. 148). A metrópole sugava toda a riqueza e alimentava a nação portuguesa; na colônia, as elites parasitavam o trabalho dos senhores e fazendeiros que, por sua vez, retiravam, à base do chicote, das massas de trabalhadores escravizados.

Bomfim é intransigente quanto à escravidão negra e indígena e denuncia as mazelas sociais decorrentes dessa relação aviltante e desumanizadora. Contudo, nessa obra juvenil, o sergipano expressa uma ambiguidade ao tratar a questão. Negros e índios são infantilizados, como se necessitassem de tutela e proteção. Os negros são dóceis, bravos, sempre prontos a

resistirem o mal que lhes infligem; os índios são aferrados à liberdade. São “raças rudimentares e maleáveis” que tiveram seu desenvolvimento interrompido pela empresa colonial. Faculta-lhes uma capacidade renovadora, mas não de diretriz, que compete à “raça mais culta” (BOMFIM, 2005, p. 261-262). Entretanto, o espantoso é que explicita a falta de liberdade e voz dos povos postos em cativeiro, destaca o silenciamento a que foram ativamente submetidos e a resistência e a bravura persistentes em busca da liberdade: “Não eram livres de dar expressão ao seu gênio e temperamento, nem mesmo no seio dos seus – a prole não lhes pertencia. Viviam a serviço dos brancos, e governavam-se pelo querer e sentimentos destes” (BOMFIM, 2005, p. 262). Os saberes dos povos africanos escravizados foram sufocados pela escravidão, assim como o conhecimento indígena estiolou-se na destruição colonial. A *colonialidade do saber* (QUIJANO, 2005), deu-se sob a subjugação e o extermínio de milhares de seres humanos.

Às acusações de indolência, perfídia e violência que dirigiam aos indígenas, rebate destacando sua valentia e indômita coragem, mesmo que “temerários” e “ferozmente obstinados”. Acoimados reiteradas vezes de índole violenta e cruel, os povos autóctones são defendidos por Bomfim: devolveram ferocidade contra ferocidade. Cruéis e violentas foram as investidas europeias contra diversos povos ao redor do globo: “Pobres indígenas! Falta-lhes a cultura da inteligência, a riqueza da imaginação para achar os requintes de atrocidade que os europeus sabem inventar” (BOMFIM, 2005, p. 266).

Como um bom ilustrado, no melhor espírito do liberalismo cientificista, Bomfim acusa o catolicismo como o manto embaixo do qual se perpetuam todas as injustiças, o desvirtuamento dos ensinamentos do apóstolo da Judeia, que se tornou “o mais formidável instrumento de opressão moral e política que tem existido” (BOMFIM, 2005, p. 268). Por que esperar, ou mesmo lutar, por melhores condições de vida, se a abundância, a virtude e a justiça estarão no reino vindouro? Com as recorrentes insurgências das populações dominadas, a luta por um mundo justo no aqui e agora acendeu-se. Aos poderosos restava justificar a dominância e, no século da razão e da ciência, buscaram ratificar a superioridade de povos e raças uns sobre os outros, imputando incapacidades naturais a uns enquanto aos demais, os superiores, se garantiam e se justificavam seus privilégios sociais. Bomfim não esconde seu desprezo pela “etnologia privativa das grandes nações salteadoras” (BOMFIM, 2005, p. 270).

Numa linha de argumentativa que guarda assombrosa semelhança com o seminal *Orientalismo* (2007) de Edward Said, escrito meio século depois, o sergipano discorre sobre as relações de poder subsumidas na classificação que hierarquiza as relações, inferiorizando populações inteiras, em favor da atuação violenta dos que se proclamam superiores. “As raças subjugadas não possuem a capacidade de saber o que era bom para eles” (SAID, 2007, p. 70),

expõe o palestino. Para Said, o orientalismo é um conjunto de limitações e restrições que influenciam os povos orientais, mas também os ocidentais, alimentando recursivamente a ideia de superioridade “natural” do Ocidente. De igual modo, Bomfim denuncia que a “sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos” lavra sentenças condenatórias, dispensando inferioridade a diversos grupos que somente mediante a intervenção dos povos “cultos e superiores” poderiam ser resgatados do barbarismo em que se encontravam: “Pois não vemos, hoje, admitido pela quase unanimidade das antropologias e etnologias, a *superioridade* dos famosos ‘dolicocéfalos louros’ da Europa – alemães, ingleses, suecos etc., sobre todos os povos da Terra, inclusive os outros da própria Europa?!...” (BOMFIM, 2005, p. 272, grifos do autor).

Cumprido destacar, como apresentado anteriormente, que as ideias de objetividade e neutralidade do fazer científico – embasado no modelo das ciências duras – era fator determinante na qualificação dos trabalhos “sérios” e, em consequência, “válidos”. Ao ressaltar sua paixão durante a execução da escrita e proferir duras críticas à objetividade científica na qual não acreditava, Bomfim confronta todo o peso de uma tradição estabelecida de interpretações, diagnósticos e soluções para o Brasil. As problemáticas suscitadas, as respostas oferecidas às questões prementes de seu tempo histórico apontam como o peso das figurações a que estava submetido não arrefeceram seu ímpeto juvenil e suas críticas mordazes, irônicas e, muitas vezes, debochadas.

Dante Moreira Leite (1983) em seu estudo sobre o caráter nacional destaca que as ideias de Manoel Bomfim demoraram a tomar forma e poderem se expressar de um modo mais sistemático, perdendo-se, muitas vezes, no levantamento de casos e dados pessoais. Além disso, sua paixão e envolvimento com o tema teriam embotado sua objetividade no manejo dos dados. Todavia, aponta que Bomfim esforçou-se em conciliar nacionalismo e socialismo, tendo, inclusive, introduzido a perspectiva marxista em sua análise. Leite (1983) pondera que sua ênfase no nacionalismo como elemento positivo em um momento de desânimo e pessimismo quanto ao Brasil, tenha contribuído para seu esquecimento.

Leite (1983) centra sua análise na obra *América Latina* (BOMFIM, 2005), pois acredita que o caráter nacional foi mais bem descrito nesse texto. Entretanto, aponta que Bomfim é contraditório ao destacar a hereditariedade social dos traços psicológicos ao passo que aponta que a educação poderia atuar modificando esses caracteres recebidos. Contudo, é importante ressaltar que as obras de Bomfim dialogam entre si e, à medida que avançam seus estudos em psicologia é possível compreender a relação que o sergipano estabelece entre educação e a formação das tradições. Desta feita, como sublinha Portugal (2015), “as tradições recebidas como orientações simbólicas constituídas coletivamente participam na formação do

psiquismo e são transmitidas ao longo do tempo pela educação e pela imitação” (PORTUGAL, 2015, p. 60).

Por fim, devemos ressaltar que *América Latina* (BOMFIM, 2005) foi escrita como um estudo de psicologia social.⁵⁷ Bomfim mostra, ao longo dos capítulos, como os colonizados herdaram, finalmente, as características psicossociais dos colonizadores. O estudo de Portugal (2015), ao cotejar a obra com o livro *Pensar e dizer* (BOMFIM, 2006), nos auxilia a perceber essa faceta da obra bomfiniana, ao demonstrar como a “formação do espírito” relaciona-se ao caráter nacional, este histórico e social. “O espírito não é o indivíduo, no isolamento da sua consciência; nem haveria o aspecto consciência, se esta se isolasse. O espírito é a consciência em função social, como refração ativa de tudo que concorre na tessitura da sociedade” (BOMFIM, 2006, p.34). Daí a importância que Bomfim confere à educação, uma vez que esta seria fundante na formação de um espírito público, tendo papel privilegiado na formação da nacionalidade.⁵⁸ Todos os empreendimentos pedagógicos desenvolvidos até o final da vida do sergipano, seja a atuação docente ou a escrita de livros voltados para a formação de professores e para o manuseio por crianças em sala de aula, estão em consonância com o que ele expõe e defende em sua obra de 1905.

3.2. Entre conterrâneos, entre gerações: na mira de Silvio Romero

As polêmicas envolvendo intelectuais, na transição dos séculos XIX para o XX, apresentam um caráter dual e reflexivo, no qual o tema que desencadeou o debate acaba relegado ao segundo plano, tornando-se “um pretexto para que os dois ou mais interlocutores exibam retórica e erudição” (VENTURA, 1991, p. 146). As críticas que Romero dirigiu a Bomfim, com as longas citações, a utilização de insultos à sua parcialidade e às suas paixões, são elementos presentes em todos os seus escritos, sendo parte significativa de sua obra fruto de seu desafeto para com muitos, a exemplo da obra *Zeveiríssimas ineptas da crítica*, de 1909, em resposta aos escritos de José Veríssimo.

Roberto Ventura (1991) destaca que o caráter retórico e teatral das polêmicas expressa uma interlocução bifurcada, no qual o autor, a um só tempo, se dirigia a seu opositor

⁵⁷ Antunes (2006) destaca a relevância da produção em Psicologia empreendida por Bomfim, que estava afinado às teorias mais recentes publicadas na Europa e nos Estados Unidos. A autora demonstra certa perplexidade ante a realidade que os estudantes brasileiros conheçam e debatam autores estrangeiros com abordagem semelhantes, como Piaget, Wallon e Vygotsky, mas desconhecem a obra *Pensar e sentir*, (...) que antecipou várias ideias desenvolvidas por tais autores (p. 19). Não obstante, destaca que a obra, de forte cunho funcionalista e adaptacionista, é datada e suas ideias foram largamente superadas.

⁵⁸ *Pensar e dizer* seria hoje, dada a complexidade das especializações da Psicologia, enquadrada como uma obra de Psicologia da Educação (ANTUNES, 2006).

e falava com seu público espectador. Tal aspecto destaca-se na réplica de Romero à Bomfim, que ora dirige-se ao conterrâneo, ora pede que o público decida sobre o certo e o errado (ROMERO, 1906).

No entanto, há nas palavras de Romero, na sua série de insultos e deprecições intelectuais ao jovem Bomfim, um conflito geracional, para além do habitual comportamento polemista. O mestre da geração 1870 defronta-se com jovens escritores que passam a utilizar referências novas e a ocupar lugares de destaque no cenário intelectual da Capital. Embora Bomfim tenha declinado de posições que o destacariam no campo, circulava entre diversos grupos literários e saraus.⁵⁹ Darcy Ribeiro (2005), para quem Manoel Bomfim foi o primeiro antropólogo brasileiro por seu trabalho e compreensão do indígena na formação da nação, descreve o impacto que sua obra teve sobre seus coetâneos. Sobre Romero, “coitado”, e sua reação exagerada ao livro do jovem médico, Ribeiro (2005) destaca que

(...) o pensamento de Manoel Bomfim era tão novo, tão original e tão contrastante com o discurso científico, oficial, que todos os basbaques brasileiros, e entre eles Silvio Romero, só podiam ficar perplexos. Sílvia, sergipano como Manoel, velho, cobrando reconhecimentos de sua maestria, não suportou que um rapaz tão jovem escrevesse com tamanha ousadia (RIBEIRO, 2005, p.15).

Romero ataca “Manoelzinho”, como o chama desdenhosamente, acusando-o de uso excessivo de metáforas que tornaria sua obra vulgar e sem valor para a ciência. Redige uma série de vinte e cinco artigos que seriam compilados na obra *A América Latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*, em 1906. Reage de forma virulenta às suas “fontes frágeis”, aos “argumentos desinteligentes”, à “blasfêmia”, aos “disparates” e à “falta de cultura” do professor do *Pedagogium*. Critica, principalmente, os termos “parasita” e “parasitado”, que reputa genéricos em demasia, incapazes de qualificar seres e, principalmente, sociedades. “(...) é uma verdadeira aberração assentar em base tão frágil e mesquinha a filosofia da civilização peninsular e do valor das nações que ela veio a produzir na América” (ROMERO, 1906, p. 48).⁶⁰ Já aí sentencia a obra de Bomfim como não merecedora de créditos. Em seu ímpeto destruidor, cita páginas inteiras para logo em seguida desmontar os argumentos com a autoridade que lhe era conferida pelas longas citações e referências de autores estrangeiros (ROMERO, 1906).

Os erros brotam, pullulam (sic), crescem, engrossam, lastram, alli, com a pujança d’uma floresta tropical. La dentro o espírito suffoca-se (sic) como o viajante na mata

⁵⁹ A biografia *O rebelde esquecido*, de Ronaldo Conde Aguiar (2000) é muito rica de informações acerca dos contatos sociais de Manoel Bomfim.

⁶⁰ As transcrições da obra de Silvio Romero foram atualizadas para o português contemporâneo.

hirsuta e densa do Congo. Só a geral ignorância do mundo legente no Brasil pode explicar a atenção despertada por um livro tão mal feito, tão falso, tão cheio de grosseiros erros (ROMERO, 1906, p. 92).

Romero transcreve longas citações de seu conterrâneo, às quais, em intervalos, insere um comentário, mormente desdenhoso, insistindo em dissolver o argumento do seu oponente, não se furtando a taxá-lo de inexato e falso. Inquieto e cada vez mais colérico ante o determinado silêncio do rapaz, cita a si mesmo para contestar Bomfim: “O mestrinho do *Pedagogium* ainda estava no abc nas classes primárias, quando eu já caracterizava os latino-americanos, respectivé os brasileiros, por estas palavras, que não troco por toda a América Latina, com todos os seus parasitismos, falsos ou verdadeiros” (ROMERO, 1906, p. 195).

Romero acusa Bomfim de “parasitar” a obra de Oliveira Martins,⁶¹ para ele o verdadeiro autor da teoria do parasitismo, embora o autor português nada tenha declarado a respeito e suas críticas dirijam-se ao comportamento violento e rapace de seus conterrâneos, apontando o lado obscuro das empreitadas navais de Portugal. Para ele, a obra de Martins “(...) veio dar mão forte ao reacionarismo *negrista* e *caboclisante* contra as raças superiores mui da moda atualmente entre agitadores da América Latina” (ROMERO, 1906, p. 95, grifos do autor).

É sob essa chave de leitura que Romero recebe a obra de Bomfim. O jovem médico não mede esforços em exaltar a raça latina, ao passo que refuta os teóricos do branqueamento, como Le Bon. Romero também não aceita que na América pré-colombiana havia grandes civilizações. Civilizações a que Bomfim opõe a brutalidade colonial, alvo de suas acusações. Romero (1906) é ácido e impiedoso: “Toda a moxinifada bomfínica não passa da aposta do autor consigo mesmo para aplicar a península a teoria lacunosa de Massart e Vandervelde sobre as fases do parasitismo social, e de inocente preocupação de revelar erudição à custa de Oliveira Martins” (ROMERO, 1906, p. 101). A crítica de Romero a Bomfim reside na oposição metáfora-conceito. Enquanto o conceito levaria ao conhecimento científico objetivo e neutro, dada a capacidade classificatória, a metáfora levaria a confusão e a imprecisão, portanto, seria ineficaz para a construção de um conhecimento em sólidas bases científicas (VENTURA, SUSSEKIND, 1984).

No contexto da publicação de *A América Latina* (BOMFIM, 2005), a pugna entre Manoel Bomfim e Silvio Romero representa bem a transição de um discurso cientificista marcado pelo excesso de citações de obras estrangeiras, a busca pela objetividade e o uso de

⁶¹ Romero compara Oliveira Martins ao seu desafeto Theophilo Braga. Ventura (1993) relata a disputa que havia entre os dois, passando mais de duas décadas a atacar e dirigir ofensas um ao outro, uma verdadeira pugna transatlântica.

conceitos para definir e analisar a realidade social. Romero, famoso polemista e arauto do racismo científico, tinha uma visão pessimista quanto à mistura das raças na formação da população e da cultura nacional. Muito embora tenha sido o primeiro a destacar a ausência do negro nos estudos e explicações da formação nacional, Romero acreditava na saída do atraso com o influxo constante de emigrantes brancos para que, mediante a mistura, o sangue “clareasse” e o mal fosse remediado ao longo das gerações (VENTURA, 1991). No final da vida, nutria serias dúvidas sobre a possibilidade de superação via mestiçagem. Para Romero, o brasileiro era incapaz de tecer pensamentos próprios e originais, restando imitar o pensamento estrangeiro, europeu. Cabia, contudo, ao intelectual nacional, fazer uma “triagem” na seleção e incorporação de ideias vindas de fora. “O fator *externo* (influência estrangeira) interage com os fatores *internos* (raça e meio), sendo aclimatado e transformado por meio da mescla cultural” (VENTURA, 1991, p. 50).

Nesse cenário, o racismo não servia tão somente aos interesses imperialistas em franca expansão (ponto reiteradas vezes exposto por Manoel Bomfim), mas coadunava fortemente com as ideias das elites que queriam se manter afastadas das massas. De acordo com Ventura (1991), no Brasil, racismo e liberalismo são aclimatados na ambivalência entre a degeneração e a singularidade mestiça.

O racismo científico assumiu uma função *interna*, não coincidente com os interesses imperialistas, e se transformou em instrumento conservador e autoritário de definição da identidade social da classe senhorial e dos grupos dirigentes, perante uma população considerada étnica e culturalmente inferior. As concepções racistas se tornaram parte da identidade das elites em uma sociedade hierarquizada e estamental, com grande participação de escravos, libertos e imigrantes no trabalho produtivo. A identificação dos letrados com os valores metropolitanos levou à relação etnocêntrica com as culturas indígenas, africanas e mestiças, percebida pela mediação do discurso europeu (VENTURA, 1991, p. 60, grifo do autor).

Leitor contumaz de Gobineau, que possuía declarada aversão aos brasileiros e, no período em que ocupou cargo de diplomata no Rio de Janeiro, não cessou de dirigir improperios contra a população do país que o recebia, e Le Bon, Romero não recebeu bem as críticas de Bomfim contra os “detratores” da teoria de Darwin⁶² (SKIDMORE, 1976; VENTURA, 1991; SCHWARCZ, 1993). Bomfim denunciou o uso abusivo e equivocado da teoria darwinista para

⁶² Sobre a influência e a apropriação das ideias de Gobineau e Gustave LeBon por intelectuais brasileiros, *O espetáculo das raças* (1993) de Lilian Schwarcz é leitura obrigatória não só pelo volume de dados estudados, mas pela perspectiva de análise proposta pela autora. Logo na introdução, tece críticas aos trabalhos que se debruçaram sobre o Brasil na virada do século XIX para o XX e o pensamento científico dominante, destacando que, independentemente das abordagens, esses estudos têm em comum o fato de tratar os cientistas desse período como meros reprodutores do que era produzido nos Estados Unidos e na Europa. A autora nos convida a olhar mais de perto e observar a variedade de temas e perspectivas discutidos por esses pensadores, as peculiaridades que imprimiram nos usos de tais teorias.

justificar as crueldades perpetradas pelos colonizadores contra negros e índios. Entre seus coetâneos, era lugar comum referenciar a obra de Charles Darwin para justificar “cientificamente” a subjugação e a escravização de milhares de seres humanos, “filósofos do massacre”.

Em suas palavras,

Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das *raças inferiores*. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes. (...) Pobre Darwin! Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios!... Ao ler-se tais despropósitos, duvida-se até da sinceridade desses escritores; Darwin nunca pretendeu que a lei da seleção natural se aplicava à espécie humana, como dizem os teoristas do egoísmo e da rapinagem (BOMFIM, 2005, p. 267-275, grifos do autor).

Assim arremata:

Na realidade, a tal superioridade se exprime assim: depois de massacrar uma população por meio de balas dum-dum, incendiar casebres, destruir plantações, e colher alguns despojos, impor aos sobreviventes uma escravidão disfarçada, e acabar por destruí-los, derramando entre eles o alcoolismo, a sífilis e outras moléstias. (...) Mal se compreende como esses homens confundem assim, lastimosamente, as “alternativas históricas dos povos” com “inferioridade definitiva das raças” (BOMFIM, 2005, p. 277-278).

Silvio Romero tomava parte entre aqueles que não via nada de muito pesaroso ou violento no processo de colonização do Brasil comparando, inclusive, com as façanhas dos imperadores romanos. Desdenha das referências de Bomfim, reputando-as como túbias e equivocadas, ao que sugere obras que, em seu entender, seriam mais adequadas para compreender a conquista romana e as conquistas dos povos ibéricos. Tenta, pois, fragilizar a argumentação de Bomfim, que o leva a concluir, sobre a conduta depredadora dos colonizadores da América Latina, o seguinte:

À vista deste quadro tão diverso das aberrações que andam a transviar o sr. Bomfim, deve ele perceber que não pode arredondar com os bárbaros a cifra dos 12 séculos de lutas e guerras perenes de que precisa para desnaturar o gênio ibérico em o espírito de meros depredadores e parasitas (ROMERO, 1906, p. 78).

Para dar azo ao seu argumento, Romero (1906) lança mão de uma análise cartográfica, na qual busca reconstituir o avanço em direção ao Oriente pelas rotas marítimas do Mediterrâneo. No entanto, não deixa de destacar “que se reparar que espécies de terra diretamente abaixo da Europa se acham na zona tropical, ver-se-á que mostram condições mui defeituosas” (ROMERO, 1906, p.118). Toda essa digressão concorre para reforçar sua argumentação depreciativa da obra de seu conterrâneo: “Basta fazer o sincronismo destes para arrancar os últimos trapos que encobrem a nudez da doutrina do dr. Manoel Bomfim”

(ROMERO, 1906, p. 126). Percebemos que não se trata de um debate entre iguais, posto que o mestre da Escola de Recife leva na troça e expõe ao ridículo a obra do jovem, embora tenha se dedicado tão vigorosamente a desfazer os “delírios parasitários” do “mestrinho do Pedagogium”, o “guapo escritor”.

Romero (1906) apresenta as análises feitas por Buckler, Quental, Martins e Pompeyo Gener acerca das causas do declínio da península. O que ele não aceita de forma alguma é a argumentação do parasitismo social empregado por Bomfim, embora seu conterrâneo tenha chegado a conclusões similares. Para ele, tais autores, para reforçar sua teoria exageraram tanto a grandeza da Espanha quanto a crueza dos atos violentos impetrados a outros povos subjugados. “No meio de tudo isto, o *parasitismo* de Manoel Bomfim é só uma exageração a mais” (ROMERO, 1906, p. 155, grifo do autor).

Como muitos estudiosos coetâneos e tantos outros que vieram após sua morte, Silvio Romero advogava a tese da colonização branda dos portugueses e espanhóis. Em suas palavras, “A colonização dos povos ibéricos na América foi singularmente branda, se a houvermos de comparar com todas as conquistas e colonizações conhecidas na História, desde que o mundo é mundo” (ROMERO, 1906, p. 116). Indo na contramão desse discurso, Bomfim não só denunciou a espoliação violenta do processo colonizador como inclusive apontou as resistências de hábitos arraigados nos comportamentos das elites. Sem meias palavras, teceu sua análise crítica da formação nacional, que ainda repercutiam nos problemas de sua época.

Nesse sentido, o estudo de Uemori (2008) mostra como a influência da obra de Charles Darwin é forte e determinante não só na composição do pensamento antirracista de Bomfim, que o levou a questionar seus pares, mas ressoa inclusive em sua concepção de ciência, em que a “verdade” pode ser encontrada no embate entre posicionamentos divergentes. Ao esposar a teoria do naturalista inglês, Bomfim o faz numa chave de leitura que o aproxima das concepções do socialista Wallace e do anarquista Kropotkin, apontado a deturpação que reduzia a teoria das espécies a uma luta de todos contra todos, enfatiza a cooperação a solidariedade dos vínculos sociais para a sobrevivência das espécies.⁶³ Para Bomfim, Darwin rompe com o utilitarismo inglês ao enfatizar a vida coletiva, a busca pelo bem-estar do grupo. Daí seu apelo, seu propósito utopista da construção de uma sociedade alicerçada na justiça e no

⁶³ A oposição entre parasita e parasitado, a atenção as classes menos favorecidas não pelo viés racista e desabonador, mas pensando em formas de superar as desigualdades sociais, seja via instrução dentro de uma abordagem democrática mediante a participação no processo político eleitoral, seja apontando uma saída revolucionária, já no final de sua vida, deixam claro as inspirações socialistas de Bomfim. Ianni (2000) destaca Manoel Bomfim como um dos percussores das ideias socialistas no Brasil.

apoio mútuo entre todos os indivíduos, expresso em seu ferrenho antirracismo e na ênfase na solidariedade.

Sem espaço para dúvidas, seus escritos causaram desconfortos nos intelectuais ciosos das teorias racializadas que usavam avidamente para justificar privilégios e desigualdades. Em um laivo de tintas socialistas,⁶⁴ Bomfim questiona as razões que submetem milhares de indivíduos ao trabalho árduo e precário, à escravidão que destrói violentamente os homens, enquanto uma casta abastada enriquece e vive no luxo, na opulência. E como esta “metafísica do parasitismo e do egoísmo” tentam justificar com o fatalismo de “leis imutáveis” instituições sociais forjadas historicamente por homens. “Em vão, os doutrinários do parasitismo tentarão dar aparência de lógica e de ciência às suas alegações imorais; o falso verniz científico estala por todos os lados e por toda parte aparece o sofisma” (BOMFIM, 2005, p. 284).

Por fim, cumpre destacar que, consoante às querelas intelectuais da época, Ventura (1991), ao enfatizar o aspecto polêmico da obra de Silvio Romero, busca lançar luz sobre uma faceta comum entre a intelectualidade brasileira no século XIX: seu caráter personalista. A polêmica na obra do sergipano é um traço distintivo de época, soando como uma “briga de repentistas”. O autor aponta para um padrão reflexivo na polêmica que se manifesta, inclusive, em outros setores sociais, como na relação entre as oligarquias locais e as políticas partidárias e parlamentares.

Nesses conflitos, predomina o personalismo e a indiferenciação ideológica. As obsessões de Romero estavam intrincadas com seus desafetos. Honra e valentia são valores dominantes. Somente em meados dos anos 1930 é que haverá uma mudança na tônica dos discursos intelectuais. O intelectual universalista cederá cada vez mais espaço aos intelectuais partidários, que tomaram parte nos interesses sociais. Com o avanço da institucionalização dos cursos de ensino superior e a formação de novos centros universitários, aparecerá também a figura do intelectual especialista (VENTURA, 1991).

Os polemistas elegiam como verdadeiras, algumas concepções científicas, colocadas acima de toda e qualquer discussão, ao mesmo tempo que negavam a validade dos modelos divergentes. As noções de atualização e progresso assumiam grande importância para a demarcação artificial do caráter “falso” ou “verdadeiro”, “retrógrado” ou “moderno” das formas de pensamento. Ao invés do debate de ideias, os debatedores assumiam uma orientação autoritária, marcada pela preocupação em contradizer as colocações dos oponentes, caindo em uma série infundável de

⁶⁴ Silvio Romero (1906) acusa Bomfim de socialista por sua insistência em tratar iguais raças que, para ele, eram naturalmente distintas. Também imputa a Bomfim um “socialismo bastardo”, por este defender o progresso e da industrialização, abandonar o caráter agrário e primário exportador de nossa economia.

monólogos, em que cada um dos participantes se esforçava em reafirmar suas próprias crenças (VENTURA, 1991, p. 87).

A retórica empregada por Romero está assente em uma forte tradição dos estudos superiores na metrópole portuguesa e, posteriormente, no Império brasileiro. Como Carvalho (2000) informa, a argumentação não é puramente racional, mas depreende-se também das qualidades morais do orador, por isso, admite-se os ataques morais aos seus opositores, desqualificando-os moralmente. Os opositores, muitas vezes, partiam de perspectivas analíticas e filiações teóricas similares e durante as discussões davam vazão aos seus desafetos, mesclando suas falas e escritos com insultos e desqualificações intelectuais do interlocutor e de suas fontes em meio a prosa pomposa e verborrágica. Outro ponto que merece destaque é o recurso a autores e obras estrangeiras como validação do discurso. As qualidades do orador são reforçadas pelo valor das fontes utilizadas. Abundam nesse estilo de argumentação retórica as redundâncias, as repetições e as figuras de linguagem.

Seguindo essa linha de análise, Carvalho (2000) diferencia a lógica da retórica. A lógica prescinde de elementos que são fundamentais à retórica. A lógica aproxima-se da *doxa*, busca a verdade, enquanto a retórica está no campo da *aleteia*, ou campo da opinião. Daí ser fundamental em retórica o público a que se destina o discurso, os valores e as estratégias de convencimento dos quais se lança mão. Para a lógica, a aceitação ou rejeição do público é irrelevante. Contudo, o argumento *ad personam*, assente na desqualificação do opositor, dominava os jornais e panfletos da época, direcionados mais a ataques pessoais do que ao debate de ideias ou a exposição de fatos e acontecimentos.

No argumento retórico, a autoridade do discurso é intrínseca à autoridade do orador. Romero era um intelectual de longa trajetória, admirado, respeitado e temido. O peso de suas palavras sobre o jovem Bomfim foi um duro golpe. Mas o jovem conterrâneo não se deteve, dedicando-se à educação pública, que acreditava ser o caminho para a emancipação e para o progresso nacional. Para Bomfim, a educação concorreria para a estruturação de um regime efetivamente democrático, para além da aparente fachada. Recusou-se a responder às críticas de Silvio Romero, embora tenha recebido reiterados convites do editor do jornal em que foram publicadas as ácidas críticas a sua obra. Bomfim sempre insistiu em manter um distanciamento crítico do campo intelectual de sua época e de seus rituais, bem como das polêmicas, ao menos das instâncias institucionalizadas, uma vez que frequentava saraus e outros círculos de debates intelectuais: “O fato, portanto, é o seguinte: a recusa de Manoel Bomfim transitou na contramão do comportamento esperado e desejado; logo, não podia ser aceito” (AGUIAR, 2000, p. 274).

Todas as ideias escritas e inspiradas no fogo do ímpeto juvenil serão objeto de melhor tratamento analítico nas obras da maturidade. Desesperançado e desiludido com os rumos da política nacional, Bomfim abandona o espírito radical e abraça o apelo revolucionário. Contudo, as ideias centrais e os posicionamentos políticos permanecem os mesmos, agora enunciados por alguém que nada tem a perder e a quem resta simplesmente dizer “o que pensa com a paixão que o assunto lhe inspira” (BOMFIM, 2005, p. 38).

Ao se colocar como um sujeito emocional, aquele que sente e é afetado por isso, Bomfim logra romper com o que Grosfoguel (2010) denomina de geopolítica do conhecimento, que transforma quem produz o saber em uma entidade amorfa e impessoal, deslocada e desconectada de uma realidade política e social, de um lugar epistêmico: “O essencial aqui é o lugar da enunciação, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala” (GROSFOGUEL, 2010, p. 459). Manoel Bomfim foi um latinoamericano apaixonado por sua terra e empenhou-se em compreender a causa de tantos males, a origem de tantas dores para as populações mais pobres. Situa-se, dessa forma, não ao lado dos dominantes, mas do lado subalterno dessas relações de poder.

4 “CONSERVADORISMO ESSENCIAL”: UMA INTERPRETAÇÃO DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O conservantismo instintivo de uns, o reacionarismo sistemático de outros, vêm perpetuando todas as causas de mal-estar social, de apatia e desânimo, que dão a sociedade brasileira essa tristeza morna, essa desconfiança em si mesma, e que tão difíceis os esforços coletivos, indispensáveis ao progresso social (BOMFIM, 2003, p. 306).

Este capítulo é dedicado à interpretação de Manoel Bomfim sobre a formação histórica e social do Brasil e o que esse autor destacou como problemas que, na juventude, denominou “males de origem”. Bomfim inscreve-se na linha de estudiosos que veem no Estado a fonte primária dos problemas que enfrenta a sociedade. No seu caso, destaca o bragantismo, herança da colonização lusa, a corroer as engrenagens e o bom funcionamento da máquina estatal. Como ficará claro nas páginas a seguir, sua preleção possui um forte viés nacionalista, muitas vezes mal compreendido por seus interlocutores e estudiosos, como Carlos Maul, que compilou fragmentos da vasta obra do sergipano, alinhando-o ao fascismo do movimento integralista (AGUIAR, 2000; REIS, 2006).⁶⁵

Suas três últimas obras sobre a formação da sociedade brasileira compõem um estudo em que Manoel Bomfim questiona a historiografia e a escrita da história no Brasil, bem como o bragantismo dos “falsos Varnhagen” que estão a corromper e a deturpar a nossa história. Desta feita, dedica-se a recontar a história, destacando as tradições que considera as legítimas expressões do patriotismo brasileiro e que deveriam compor a narrativa histórica nacional. Cumpre ressaltar, em consonância com Hobsbawm (2018), que muitas tradições que parecem ser ligadas a um passado imemorial são inventadas, deliberadamente “fabricadas” em um passado recente. Contudo, ao utilizar o termo “tradições inventadas”, o historiador britânico refere-se a estas, criadas e institucionalizadas na forjadura dos estados nacionais modernos, bem como àquelas tradições que se perdem em um passado, sendo difícil localizar sua origem. Manoel Bomfim destaca essa artificialidade, a maneira como o bragantismo sufocou as expressões que surgiram do povo e substituíram, ao custo da deturpação da nossa história, por uma narrativa que coaduna com os interesses políticos e mercantis do Estado português. A própria monarquia, segundo Bomfim (2013), aqui se instalou de encontro a própria história, ao que era genuinamente latinoamericano. Percebemos, então, seus esforços em deslindar a

⁶⁵ Para alguns estudiosos, a coletânea *O Brasil*, organizada por Maul, deturpou o pensamento de Bomfim ao enfatizar seus aspectos mais nacionalistas, aproximando-o, dessa forma, ao fascismo que Bomfim tanto criticou. Reis (2006) discorda, destacando que o trabalho de Maul popularizou os escritos de Bomfim, uma vez que este era um autor prolixo e dado a repetições. Dessa forma, os enxertos selecionados para a coletânea dariam conta da interpretação bomfiniana do Brasil

história oficial do bragantismo e apontar para outro caminho, outra história que está soterrada. Desta feita, o sergipano recorre aos escritos de historiadores da colônia, como Frei Vicente de Salvador⁶⁶ e o historiador britânico Robert Southey⁶⁷.

Para Bomfim, a obra de Frei Vicente foi deliberadamente escondida por ser um protesto em favor do Brasil, uma denúncia da conduta rapace do colonizador, ao passo que também evidencia a exploração dos “brasileiros” nos recantos desconhecidos do país: “Davam-lhe atenções especiais porque era perigoso – deixá-la ao alcance dos brasileiros e porque havia nela muita coisa a colher e roubar. Todos que estavam no interior dos interesses portugueses conheciam-na muito bem” (BOMFIM, 2013, p.120). Bomfim ecoa, então, as palavras de Capistrano de Abreu, no tocante à grandeza da obra e, principalmente, nos efeitos positivos que teria para a história nacional (no recontar das tradições) se esta não estivesse sido enterrada e esquecida.

Bomfim afirmava que os escritos de Frei Vicente continham registros da nacionalidade brasileira, que já se expressava na colônia, e seu ocultamento era prova do constante trabalho da metrópole em sufocar qualquer esforço de identidade e independência, uma vez que o Brasil precisava ser mantido como fonte de recursos: “São coisas incompatíveis ou existências inassimiláveis – *nacionalidade e ubre...* (BOMFIM, 2013, p 121, grifos do autor). Ao contrário desta, a historiografia de Varnhagen possui as características daqueles que usurpam a história e ao historiador iperoense dedica páginas ácidas, pois, segundo Bomfim, este esteve a serviço de Portugal e, ao escrever sobre os fatos e acontecimentos que por aqui se passaram, fê-lo pela lente do bragantismo. O sergipano considera aviltante a narrativa feita pelo “historiador mercenário” acerca da Revolução Pernambucana de 1817⁶⁸ ou acerca dos insurretos de 1824, por lhes sugar a vida patriótica e deixar para trás, no moer dos arquivos, nada mais que um cemitério, cheio de coisas mortas. Sua obra não tinha outro efeito que o “reacionarismo bragantista”. Bomfim denuncia também os que ele denomina de sub-

⁶⁶ Manoel Bomfim conheceu a obra de Frei Vicente de Salvador através dos estudos de Capistrano de Abreu, a quem declaradamente admirava. Para o sergipano, Frei Vicente foi o primeiro historiador brasileiro, o primeiro ‘definidor da tradição brasileira’. A ele dedicou *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*.

⁶⁷ Southey foi um historiador e poeta britânico que dedicou-se ao estudo de Portugal e do Brasil. Estima-se que possuía a maior biblioteca de livros e documentos em espanhol na Inglaterra. Publicou a primeira obra de história do Brasil em que se utiliza métodos de pesquisa modernos, *o História do Brasil*, editado em três volumes entre os anos de 1810 e 1819. Também publicou estudos sobre a história de Portugal. Sobre sua obra, recomendo a leitura de Ramos (2014).

⁶⁸ Aos “heróis” da revolução pernambucana, Bomfim dedica *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*.

Varnhagen, que, na esteira dos escritos do alemão, contam a história “sem nenhum respeito pela verdade” (BOMFIM, 2013, p.129).

Nesse sentido, a história oficial aparece corrompida pelo bragantismo ao destacar imerecidamente a centralidade de Portugal, bem como a ação da monarquia portuguesa no que viria a ser o Brasil independente, ao passo que relega aos porões do esquecimento, quando não são abertamente detratados e aviltados, os verdadeiros heróis pátrios, defensores da tradição brasileira. Um dos pontos obscurecidos dessa historiografia deturpada que Bomfim faz questão de elucidar refere-se à unidade nacional brasileira que, dentro desta narrativa, aparece como consequência direta da Casa de Bragança e a inescapável opção monárquica. Para o sergipano, nossa unidade é forjada anteriormente em nossa tradição. “Indefectível, positiva, indestrutível, essa unidade é essência que dimana perenemente desta ideia sentida – o Brasil” (BOMFIM, 2013, p.140). A esse respeito, Bomfim argumenta que o interior do Brasil se unificou, com a ação dos desbravadores paulistas, dos vaqueiros nordestinos e toda uma rede de solidariedade estende-se a fortalecer os vínculos que forjariam o sentimento nacional. Sobre a união nacional, o sergipano destaca que

(...) nós o tivemos, não há que regatear, da própria tradição política dos portugueses. As condições especiais do Brasil deram estímulo a essa nova tradição. E resultou dessa combinação de coisas um valor excepcional na caracterização da nova sociedade política em terras brasileiras (...). A formação nacional se inclinou definitivamente para essa união, contra a qual nada puderam restrições que vieram depois, na época em a tradição brasileira foi duramente perseguida (BOMFIM, 2013, p. 148-9).

Bomfim refuta veementemente a ideia de que a unidade política é devida à independência e à posterior monarquia instalada na figura de D. Pedro I (“embusteiro e jactancioso filho de D. João VI”). Como destaca Reis (2006), para o sergipano existiam duas tradições políticas: uma que é expressão do Brasil republicano e outra que é assente no Estado luso-brasileiro, que dá continuidade à política metropolitana.

É importante salientar que, em Bomfim, patriotismo e nacionalismo fundem-se na formação dos estados nacionais. O patriotismo é sentimento, é solidariedade que “procede na nitidez e no vigor dos motivos egoístas para efeitos nitidamente morais” (BOMFIM, 2003, p. 165). Por seu turno, o nacionalismo forja unidades políticas assentes na tradição de um povo. Pátria é “profissão de fé”, “confiança no destino, solidariedade absoluta com esse destino” (BOMFIM, 2003, p.168). Essa caracterização aproxima-se do que o filósofo francês Ernest Renan (2000) definiu como nação, esta “(...) conciencia moral que se llama nación” (RENAN,

2000, p. 66).⁶⁹ Embora Bomfim não mencione explicitamente o trabalho de Renan, não é absurdo supor sua influência no manejo dos termos pátria, nação e nacionalismo e, principalmente, no que lhe toca os sentimentos,⁷⁰ o culto aos antepassados, o resgate dos grandes heróis, dos grandes homens e seus grandes feitos. O francês é claro em definir os dois aspectos que compõem o princípio espiritual de uma nação, um ancorado no passado e outro firme no presente: uma herança de recordações e um desejo de seguir juntos: “Tener glorias comunes en el pasado; haber hecho grandes cosas juntos, querer aún hacerles, he ahí las condiciones esenciales para ser un Pueblo” (RENAN, 2000, p. 65).

Seguindo esse fio, Bomfim reafirma que, assentado em sentimentos de solidariedade e afeto, o patriotismo é semente necessária para a formação da nação. Assim, afetos e tradições são fundantes na forjadura dos Estados nacionais. Nesse sentido, aponta que às nações salteadoras, exploradoras, interessa corromper e falsear as tradições nacionais e fragilizar os sentimentos patrióticos para que continuem livres para dar azo às suas práticas predatórias. A difamação era tão sistemática quanto a espoliação das riquezas. Todavia, destaca que uma tradição nacional salutar não pretende explorar e subjugar povos e pátrias, mas busca tão somente um lugar ao sol da humanidade. Na passagem que se segue, o sergipano expõe o que vem a ser um nacionalista:

O explorador transitório, que só deseje facilidades para a sua exploração, terá por ideal pátrias sem fisionomia, desnacionalizadas, onde se aceitem todas as formulas, e que, por isso mesmo, não terão outro destino senão o de serem eternamente explorados; mas quem sinta a necessidade de afirmar-se por si e pela tradição humana em que existe em quem não se contente em ser matéria informe, para o gozo exclusivo de exploradores e queira concorrer para o desenvolvimento e o progresso de um grupo humano; aspira definir e apurar sua tradição nacional: será nacionalista, pretenderá que sua pátria não suplante ninguém, preferirá que ela se levante ao sol de uma humanidade bem humana, em plena justiça; mas há de querer que ela tenha um lugar próprio sob a luz desse mesmo sol (BOMFIM, 2000, p. 168).

Nas próximas páginas, apresentaremos o que consideramos o *Brasil como projeto* de Manoel Bomfim, mostrando como ele reconstruiu a história, de forma a destacar sua formação política, cultural e biológica via miscigenação. Em um primeiro momento, nos deteremos na construção do Estado nacional brasileiro como fruto do tipo de colonização específico do Estado português pois, como veremos, para o sergipano há clara distinção entre

⁶⁹ Assim descreve Renan (2000): “Una nación es, pues, una gran solidaridad constituída por el sentimiento de los sacrificios que se han hecho y de los que aún se está dispuesto a hacer. Supone un pasado, por se resume, sin embargo, em el presente por um hecho tangible: el consentimiento, el deseo claramente expresado de continuar la vida común. La existencia de una nación es 9perdonenme esta metáfora) um plebiscito de todos los días, cono la existencia del individuo es una afirmación perpetua de vida” (RENAN, 2000, p. 65).

⁷⁰ Ademais, vale ressaltar que Manoel Bomfim passou uma estadia em Paris em que se dedicou aos estudos de psicologia e pôde ter acesso ao vasto acervo cultural francês. Para mais informações, ver Aguiar (2000).

os Estados ibéricos e seus rebentos na América, tornando o Brasil um caso *sui generis*. Diante disso, o conservadorismo a nós legado por Portugal está na gênese do Estado brasileiro que padece ante a tenaz resistência das elites dirigentes em transformar a estrutura social desigual e se aferram a ordem das coisas para continuarem governando em benefício próprio, em detrimento do povo brasileiro. Nesse interim, cotejaremos a obra de Bomfim com *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1997), uma vez que seu par *trabalhador e aventureiro* e sua interpretação dos primeiros anos da colonização vão de encontro ao que é destacado e defendido pelo sergipano.

4.1. “Nós, neo-ibéricos”

Antes de se debruçar sobre a formação da sociedade brasileira, Bomfim julgou necessário esmiuçar a história da Península Ibérica, buscando destacar os elementos formativos de Portugal e Espanha. A obra de história/sociologia mais conhecida do sergipano, *América Latina: males de origem* (BOMFIM, 2005), já deixa claro a que parte do continente americano ele dirigia seus questionamentos e estudos. A América Ibérica, fruto da colonização de Espanha e Portugal, tem ligações profundas com suas ex-metrópoles. Bomfim (1997) traça uma análise comparativa entre as histórias dos portugueses e castelhanos, elencando o que considera as diferenças mais expressivas e como estas acabaram por gerar povos diversos, nós, os neoibéricos.

Não obstante os traços comuns compartilhados pelas jovens nações latino-americanas, no processo espoliativo de colonização, há distinções que não podem ser apagadas sob a rubrica América Latina. Ao longo das décadas pós-independência, as peculiaridades de cada nação acentuaram-se, tornando tal designação algo de validade apenas geográfica, mas que nem de longe representa uma unidade de povos. Bomfim (1997) destaca que tal designação tornou-se mais arraigada em oposição à *North America*, a América anglo-saxã protestante, civilizada e progressista.⁷¹ A passagem a seguir, deixa claro o pensamento bomfiniano acerca dessa caracterização feita por “dissertadores fáceis”:

⁷¹ Manoel Bomfim se mostra indignado com a postura, pretensamente científica, de tratar como iguais povos com peculiaridades próprias e, principalmente, esse latino-americanismo generalista que trazia, quase sempre, conotações negativas principalmente quando contrastado com o Norte. Ocorria o que, ainda hoje, é comum no tratamento dado ao continente africano, unificado sob o signo da barbárie, da miséria e da fome. Sobre esse tema, Pinheiro (2018) aponta para a persistente percepção restritiva da África nas agendas de pesquisa do Brasil, priorizando a África lusófona e sua relação com a composição histórica do nosso país. Temáticas mais contemporâneas, como o pentecostalismo, os embates religiosos entre islâmicos e cristãos, democracias e regimes autoritários, são pouquíssimo estudados.

Tornava-se necessário, mesmo, levantar esse tratamento quase infamante, para mostrar, justamente, que ele só é adaptado e assim repetido, porque dissertadores fáceis nos julgam sem que nos conheçam. Por ignorância e má vontade, eles criaram e mantêm o conceito que nos confunde, a todos, como se fôramos povos que apenas se diferenciavam nessas qualidades más, ou negativas, tidas como características latino-americanas (BOMFIM, 1997, p. 33).

Os escritos da maturidade nos apresentam um autor mais cauteloso no desenvolvimento de seus argumentos, mostrando uma diversidade um tanto maior de referências. Se em *América Latina* (BOMFIM, 2005) o vemos preocupado com as raízes de nossos males, com o surgimento da conduta parasitária entre os portugueses, nesse momento o vemos dar um mergulho mais profundo. Bomfim busca na forjadura histórica da Ibéria os elementos que explicam a formação do Estado nacional brasileiro e que diferenciam a monarquia tropical, que logrou manter a integridade territorial, das repúblicas que se sucederam à fragmentação do império espanhol. O sergipano encontra respostas para a construção do Estado brasileiro no que podemos chamar de cultura política portuguesa que, para o bem e para o mal, se transformou em nosso legado.

Em *O Brasil na América* (BOMFIM, 1997), Bomfim retoma a discussão presente no livro da juventude.⁷² Passa então a caracterizar o ânimo guerreiro do português e como esta característica foi fundante na formação do sentimento de nacionalidade entre eles. Destaca que “em seus feitos de navegantes, não há nenhum milagre de ousadia, nem fulgor de gênio e de intuição; há, porém, o milagre todo humano da força de ânimo, distribuída a toda uma nação, para uma realização de heroísmo comum” (BOMFIM, 1997, p. 46). Distingue, então, entre os povos “estagnados” e os “progressistas”. Os progressistas seriam aqueles em que a “luz do desejo”, movida coletivamente, leva a nação a conseguir grandes feitos, não pelo brilhantismo de alguns, mas pelo amálgama da coletividade que os direciona ao mesmo objetivo. Portugal, no momento de sua formação em estado nacional, era composto por povo progressista. Mas, o ímpeto que os levou às grandes navegações fora sobrepujado pelo aviltamento da conduta parasitária, tornando-os sujeitos estagnados.

Vale lembrar que, nos escritos bomfinianos, as tradições vão acentuando o caráter nacional, este forjado no caldeirão da História. Os séculos de conduta depredatória e espoliativa assentado na exploração de outros povos foram transmutando o ímpeto guerreiro em apatia parasitária. Portugal, “onde nasce nossa história”, é um “produto” da História, da escolha e da

⁷² Nessa obra, apesar da loquacidade apaixonada tão peculiar a escrita bomfiniana, encontramos um maior cuidado metodológico que se verifica na organização das notas com referências e paginação.

ação de indivíduos muito mais importantes que fatores biológicos. Exalta a tenacidade dos portugueses como marca indelével dessa nacionalidade que, segundo assevera, vemos germinar em nós quando da ação dos bandeirantes ao desbravar o interior do território ou a brava resistência pernambucana ante as investidas holandesas. Mais do que a vontade de um dirigente, é a vontade do povo que fez grande a história de Portugal: “Tanto vale ali o gênio dos dirigentes que proclamam a nação e lhe encaminham o destino, como o gênio do povo que deu solidez ativa a obra política, com todos os meios de realização” (BOMFIM, 1997, p.51).

Para Bomfim, o espírito nacional cedo acomodou-se na pequena Portugal, o rei tornou-se o representante da nação e o Estado passa a ser organizado em torno da Coroa. Em contrapartida, em Espanha, os particularismos eram a força política dominante em detrimento dos interesses gerais da nação. De fato, em seu entendimento, a Espanha organizada como uma federação, jamais logrou uma unificação real, sendo uma mera junção de “partes superpostas”: “O espírito geral era suplantado pelo da solidariedade limitada ao grupo local, tradicional, e toda a política se fazia de forma *federal*” (BOMFIM, 1997, p. 70, grifo do autor). Seguindo em sua análise, aponta que a fragmentação do império espanhol na América pós-independência reflete a política federalista dominante na metrópole. A manutenção territorial do Brasil, “abstração e realidade” (BOMFIM, 1997, p.70), deveu-se à política unitária portuguesa muito mais que à opção monárquica que, a seu ver, era um dado “insignificante e efêmero”.

Nesse sentido, Carvalho (2017) traz elementos interessantes para dialogar com Manoel Bomfim. Segundo o historiador, a escolha pela monarquia constitucional foi uma opção dentre as várias alternativas do repertório político da época. Para ele, o que conferiu homogeneidade à ação da elite foi a formação ideológica e de treinamento para o exercício de cargos dentro do Estado, a nós legado por Portugal. Os cursos preparatórios, para a atuação nos quadros funcionais do Estado, ofertados nas universidades portuguesas engendrou certa homogeneidade da elite política, oriunda de diversos extratos sociais, garantindo a coesão e minimizando os conflitos intraelites: “Daí que, em geral, a homogeneidade ideológica funciona como superadora de conflitos intraclasses dominantes e leva a regimes de compromisso ao estilo da modernização conservadora” (CARVALHO, 2017, p. 35). Somente na década de 1870, essa homogeneidade começa a se romper devido ao influxo de novas correntes filosóficas e científicas, como o evolucionismo e o positivismo. Carvalho (2017) destaca, ainda, a importância das elites políticas em Estados que passaram pelas revoluções burguesas tardiamente, como é o caso dos países originários de ex-colônias.

Debatendo sobre esta questão em *O Brasil na história*, Bomfim (2013) destaca que, diferente do que aconteceu na América de colonização castelhana, que se fragmentou em dezenas de Estados, o Brasil não corria esse risco, dado que os efeitos da colonização portuguesa foram diversos. De fato, o sergipano aponta que as turbulências que ocorreram no pós-independência eram decorrentes de aspirações legitimamente nacionais em contraposição aos rescaldos lusitanos que persistiam. O direcionamento centralizador da monarquia ia de encontro a verdadeira aspiração de união nacional, uma vez que fomentaria animosidades entre as províncias. No trecho que se segue, o vemos advogar a existência de uma unidade nacional muito anterior a atuação política que acabou em monarquia:

Até a independência, a unidade brasileira era uma tendência a unidade brasileira era uma tendência, por isso, nimiramente ativa e orientadora, desde as suas origens. Falava nela uma sensível necessidade: o brasileiro aspirava dar forma política a solidariedade nacional de que se sentia animado. O império, de um salto, cristalizou o extremo oposto: fez-se união-cerco, como a conter os membros dispersivos... E a tendência primeira, de verdadeira unidade ativa, anulou-se, eclipsada pela verdadeira união formal, passiva (BOMFIM, 2003, p.159).

É nessa caracterização de portugueses e espanhóis que Bomfim passa a discutir o que vem a ser o caráter nacional, a característica essencial que se torna expressão da alma nacional.⁷³ O gênio político português, tenaz e disciplinado, contrasta com o espanhol, sobranceiro e arrogante. Contrastam também seu modelo de expansão marítima que, em Portugal, se fez de forma metódica e informada (navegantes de escola), ao passo que Espanha se lançou ao mar no imprevisto (navegante de acaso), inflamando no lusitano um ânimo de “verdadeiro descobridor”. Bomfim argumenta que o patriotismo português foi acentuado pelas grandes navegações, o que fortaleceu a nação, enquanto Espanha seguia fragmentada mesmo diante da empreitada colonial. Contudo, assevera que “a grandeza da obra política e econômica absorveu todas as forças e, muito cedo, suspendeu-se a evolução mental da nação” (BOMFIM, 1997, p. 76). Percebe-se, nesse ponto, o escrutínio levado a cabo por Bomfim para explicar com mais vagar e metodicamente, sem a exaltação do ânimo juvenil, as origens do caráter nacional português, cujos ímpeto, tenacidade e disciplina se degeneraram, soçobrando em parasitismo e mingando o ânimo nacional. Dessa forma, Bomfim usa o conceito de parasitismo para compreender o processo histórico de ascensão e declínio da Península Ibérica no mundo, já conectado pela empresa capitalista. Na passagem que segue, Manoel Bomfim avança sua

⁷³ Na celebre obra *O caráter nacional brasileiro*, Dante Moreira Leite (1983) faz um levantamento sobre as diversas abordagens sobre o caráter nacional, escrutinando o trabalho de pensadores alemães, passando por diversas abordagens antropológicas, elencando, inclusive, abordagens psicanalistas. Ao analisar a obra de Manoel Bomfim, destaca que, para o sergipano, o caráter das novas sociedades latino-americanas foi corrompido pela atuação dos Estados ibéricos.

argumentação, explicitando como caráter nacionais distintos, geraram nações diversas na América, com caráter próprio e singular:

Todos esses tons de diferença se refletem na vida econômica, tanto como no que é propriamente político. O português, que deliberadamente se serviu de heroísmo natural para explorar os mares e dominar o comércio, foi negociante incompleto, explorador por acaso, nunca deu, por inteiro, seu gênio ao mercantilismo. Para satisfazer a sede de ostentação, bastava-lhe ostentar a si mesmo. O português, mercantil, mostrou-se desde cedo sequioso de gozo brutais ou materiais. Todo dado ao ídolo de ouro, quer o brilho da riqueza; só confia na independência garantida pelo dinheiro... Como reverso, a sua consciência parece entregue a esses motivos materiais, e ele será, com a decadência, o povo menos intelectual do Ocidente, o menos interessado pelas coisas do espírito, sem treino de estudo, avesso à meditação (BOMFIM, 1997, p. 78-79).

Contudo, seus escritos da maturidade dificilmente poderiam ser descritos como abertamente antilusitanos. Ao contrário, em seus esforços para revelar o caráter nacional do português e este, como tal, jaz na gênese do caráter nacional brasileiro, Bomfim escolhe palavras como “ordeiro”, “disciplinado”, capaz de uma “exploração estável” e um “povoamento regular”. Somente depois de desenhar um quadro da grandeza de Portugal é que passa a analisar como surgiu e espalhou-se o parasitismo a ponto de neutralizar os caracteres positivos. Analisando a atuação dos primeiros colonos, Bomfim destaca que, mesmo nesse momento, estes já agiam sob o ânimo patriótico, atizados pela necessidade de defesa contra outros invasores, muito embora a ideia de pátria não fosse esboçada claramente: “Alheios que fossem, esses colonos do Brasil, à ideia de pátria, com a vida que tiveram de fazer tornar-se iam intransigentes patriotas” (BOMFIM, 1997, p. 91). Nesse sentido, destaca que a luta contra os holandeses no Nordeste mostrou ao mundo algo novo, revelou “o surgir de um sentimento nacional já próprio do brasileiro, e o mais que se expande a paixão patriótica – virtudes, dedicações, entusiasmos... personalidades em relevo e força de ação” (BOMFIM, 1997, p. 255). Abandonados à própria sorte, não restou opção senão a intransigente defesa da terra, de sua terra.

Nesse tocante, é importante ressaltar que, em *América Latina* (BOMFIM, 2005), Bomfim, sob a chave de leitura do parasitismo, evidencia que “(...) era com o auxílio das próprias populações parasitadas que as metrópoles defendiam os seus privilégios coloniais contra seus os rivais” (BOMFIM, 2005, p. 138), mostrando que as populações parasitadas, além de terem drenadas sua força e sua riqueza, eram colocadas a serviço da proteção daqueles que o parasitavam e dominavam. “Dos dois parasitismos – o que já existe, e o que se propõe substituí-lo – é preferível o primeiro, ao qual a vítima já está adaptada” (BOMFIM, 2005, p. 139). Como observamos, essa perspectiva muda em *O Brasil na América* (BOMFIM, 1997) e a defesa da terra e a luta contra novos invasores eram provas de algo novo que surgia. Nesse

sentido, concordamos com a afirmação de Reis (2006), para quem Bomfim realiza uma interpretação nordestina do Brasil, sendo que é no Nordeste onde pulsa o coração, onde se fincam as raízes do espírito nacional:

Bomfim, um nordestino sonhador, situando-se radicalmente na corrente historiográfica periódica, faz o elogio da nação brasileira e de seus mais revolucionários representantes, lamentando a repressão e o massacre pela Metrópole, por seus herdeiros do Império e também pelos falsos revolucionários da República. Para ele, a nação brasileira não venceu ainda e vive soterrada. Bomfim põe-se a favor e ao lado da nação brasileira derrotada e, por isso, o tom apaixonado de sua análise (REIS,2006, p. 188).

Em diversas ocasiões, Bomfim (1997; 2013) reitera sua tese de que o patriotismo cedo se apresentou entre nós, na luta em defesa do território e que um “espírito de união” nos motiva, relegando as divisões e os conflitos internos em virtude da união e da paz (a exceção foram os conflitos no Sul, influenciados pelos espanhóis da região do Prata): “O nosso temperamento é todo outro. Não por covardia, mas por uma formação exclusivamente assim, consagrada numa tradição multissecular, intransigentemente evitamos as crises de guerra civil. (...) Até a verdadeira independência nacional, nós a cedemos para evitar a luta” (BOMFIM, 1997, p. 367). Segue sua argumentação, amparado pelos escritos do historiador argentino Garcia Calderón. Para este, o sentimento patriótico era inexistente, e somente após a prisão do rei Fernando VI por Napoleão é que se começou a defesa das colônias para o rei.⁷⁴

Nesta caracterização, Bomfim destaca a capacidade de assimilação dos portugueses e como estes se misturaram biológica e culturalmente, aos indígenas. A defesa do território nas primeiras décadas de colonização, fomentaram alianças entre nativos e colonos que viriam a formar a base sobre a qual se consolidaria o Estado brasileiro. “Por isso, a formação brasileira tem um cunho sem similar na América: mistura, unificação, nacionalidade *prematura*, pode-se dizer” (BOMFIM, 1997, p. 340, grifo do autor). O colonizador espanhol, guiado pela febre do ouro, pouco interesse dedicou a defesa do território onde o brilho dourado não reluzia. Tampouco, demonstrou interesse em assimilar os povos indígenas, moídos e destroçados na

⁷⁴ Após a invasão de Napoleão à Península Ibérica, formaram-se juntas governativas locais, tanto na Espanha quanto na América. “Essas juntas invocaram o princípio legal hispânico de que a soberania, na ausência do rei, reverteria para o povo” (MADER, PAMPLONA, 2007, p. 10). A elaboração da Constituição de Cádiz, elaborada com a participação de deputados americanos, em 1812, que abrangia tanto a Espanha quanto as possessões americanas, conferia ampla liberdade as Cortes e restringiam o poder do rei. Ampliou também a participação de segmentos sociais das classes populares, com a extensão do direito ao voto a todos os homens adultos desde que não fossem descendentes de negros. Apesar das divergências internas (autonomistas e legalistas), este movimento foi feito em nome do rei e em defesa do Império Espanhol. Somente com o retorno de Fernando VII ao poder e sua tentativa de estabelecer novamente uma política absolutista é que os ânimos, já inflamados, seguiram no sentido das independências. “A atitude de Fernando VII, quando de seu retorno, ao recorrer a solução de força para reestabelecer a ordem régia na América, apenas desencadeou reações mais decisivas por parte de uma minoria da população politicamente ativa que defendia a independência” (MADER, PAMPLONA, 2007, p.13).

busca insaciável pelo ouro.⁷⁵: “O castelhano, na América, não pretendia mais que ser dominador, perpetuar fidalguia, e colher ouro. Nos dois primeiros séculos, o que não dava ouro, não merecia atenção (BOMFIM, 1997, p.341).” Ademais, destaca Bomfim, a persistência do espírito faccioso entre espanhóis, bem como a ausência do que denominou tenacidade indômita, são marcas distintivas de seu modelo de colonização. A ausência de investidas de invasores de outras nacionalidades, também teria corroborado para o fraco espírito de união. É esta fraca coesão e as dissensões que permitem a ascensão de caudilhos ao poder em toda a América Hispânica, fenômeno que, segundo o sergipano, nunca ocorreu no Brasil uma vez que cedo brotou entre nós um espírito nacional.

Na ausência de verdadeiro espírito nacional, o caudilho é o que se aproveita das competições particularistas, nas gentes coloniais. Valente para vencer, domina uma população e faz dela o seu feudo ou usufruto. (...) No Brasil de sempre, não poderia haver caudilhismo efetivo, porque isso significa ausência de pátria. Contemple-se a história das antigas colônias castelhanas, que, todos conhecem esse mal. Aí mesmo verificaremos que, nelas, o caudilho só existe enquanto não há, sobre as populações, o reflexo de uma pátria (BOMFIM, 1997, pp. 365-367).

Quanto a assimilação dos indígenas, Bomfim destaca ser esse o traço mais marcante da colonização portuguesa no Brasil e que a distingue da empreitada espanhola em seus domínios americanos. Dando curso aos seus argumentos, o sergipano debate as obras dos argentinos José Ingenieros e Domingos Sarmiento, quando estes analisam a composição étnica da Argentina, satisfeitos com a pureza branca dos que consideram verdadeiros argentinos, em oposição aos mestiços (gaúchos) e aos indígenas. O preconceito dos espanhóis, aponta o sergipano, inibe a miscigenação e a conseqüente assimilação dos indígenas, estes permanecendo à margem da sociedade que se formava⁷⁶: “O preconceito na soberbia espanhola, derrama-se em efeitos de incompatibilidades morais e étnicas, como não poderia haver neste Brasil, ostensivamente misturado” (BOMFIM, 1997, p. 345).

À assimilação de raças, Bomfim apresenta a exploração agrícola das primeiras décadas como basilares do modelo de colonização que aqui se empregou, tornando o Brasil experiência ímpar na América. Embora considere a ação colonizadora portuguesa mais errante, principalmente quando se encontram as jazidas de metais preciosos, o cultivo e a agricultura neste “primeiro Brasil” são marcas indeléveis e permanecem como sustentáculo econômico e

⁷⁵ Além da célebre obra *As veias abertas da América Latina* (2010), do uruguaio Eduardo Galeano, destaco o importante estudo de Tzvetan Todorov, *A conquista da América* (2019). Todorov delinea, a partir de uma abordagem psicanalítica, o cenário de violência, poder e subjugação a que foram submetidos os povos Incas e Astecas e o remanescente do povo Maia.

⁷⁶ Sobre a formação étnica da Argentina, destaco a obra organizado por Sá (2016), *História intelectual latino-americana*.

social. “(...) a necessidade de cultivar a terra para ter riqueza fez o essencial, e deu à colonização primeira do Brasil o caráter que mais convinha” (BOMFIM, 1997, p. 351). Nesse sentido, destaca que a ação dos portugueses se assemelha muito mais à dos puritanos que colonizaram os Estados Unidos, dada a centralidade da agricultura para a vida social, do que à “colonização mineradora” empreendida pelo espanhol, voraz, violento e ganancioso. No trecho que se segue, Bomfim evidencia o apego à terra e a relação íntima do homem com o solo, a ponto de o indivíduo tornar-se parte da própria paisagem, em contraposição ao castelhano que fere e destrói a terra em busca de tesouros nas profundezas:

A maior diferença, dos resultados primeiros nas duas colonizações, resulta dos intuitos com que foram conduzidos. Numa sociedade baseada na cultura da terra, faz-se desde logo união íntima do homem e o solo; há uma dependência imediata, que leva todas as gentes a interessarem-se permanentemente pela sorte do país e a terem apreço a terra onde vivem. Na mineração, nem é o solo que se considera, mas o profundo subsolo, cofre passivo e dilacerado, donde se despejam os tesouros cobiçados. (...) Assim: rota, extinta, escalavrada pela fúria da extração, feita em torrões e lama, a terra minerada é coisa morta, repulsiva nos aspectos, degradantes nos costumes que faz brotar. Em tudo contrasta com a terra a que o homem acolheu – amanhada, cultivada, tratada com amor (BOMFIM, 1997, p 354).

É este apego a terra que explica, inclusive, a conquista do território e a expansão dos colonos portugueses para o coração do continente, ultrapassando os limites impostos por tratados entre as duas Coroas ibéricas. Enquanto isso, os neocastelhanos ocupavam-se com a exploração de filões de ouro e prata, deixando descobertas amplas áreas do território conquistado que, posteriormente, passariam a outras nações conquistadoras: “(...) afrontada pelas outras nações colonizadoras, a Espanha viu as suas possessões da América reduzidas; só foram totalmente respeitadas aquelas da parte Sul, garantida pelo litoral Leste, onde os brasileiros defendendo-se, defendiam o resto do continente” (BOMFIM, 1997, p. 356).

Ao findar a caracterização desses povos, Bomfim não conseguiu disfarçar seu desalento e sua indignação perante os rumos tomados pelo Brasil, “a primeira nacionalidade americana”. Questiona-se como da América Hispânica, facciosa e desarticulada, emergem repúblicas, “verdadeiras nações modernas”, enquanto o ímpeto brasileiro foi sufocado pelo estado bragantino que aqui se instalou. A vinda da família real portuguesa eclipsou os movimentos que alimentavam “nossa tradição de autonomia nacional”, lamenta Bomfim. “Agarrado ao umbigo-Brasil, o governo português tinha aqui toda a sua aparelhagem de domínio; aqui estendera a rede corruptora dos seus meios” (BOMFIM, 1997, p. 373). Para ele, nada poderá ser feito sem que antes se cure o Estado infectado pela degeneração bragantina e que se expurgue seus políticos, esses “(...) dirigentes que esgotaram o próprio povir, com os empréstimos que consomem e os desesperos e colapsos que semeiam” (BOMFIM, 1997, p. 384). É preciso curar para poder construir.

4.1.1. O “conservadorismo essencial” na gênese do Estado

Estado e nação são temas recorrentes nos escritos bomfinianos, e compreender sua gênese é fundamental para desvendar o Brasil no presente e a extensão dos problemas que precisam ser resolvidos. Em sua perspectiva, o Estado brasileiro era a continuação do Estado português e os problemas enfrentados eram consequência direta da transposição da organização estatal bragantina. No início do período republicano brasileiro, há uma grande disputa entre dois modelos de identidade nacional, duas diferentes interpretações do Brasil. De um lado, há os que louvam o passado histórico colonial português – creditando a ele caracteres positivos que compunham a nação, numa tradição assente nos princípios da Igreja Católica – e opõem-se veementemente ao modelo republicano estadunidense, decorrentes da colonização inglesa e da religião protestante trazida pelos colonos. De outro lado, estavam os que defendiam a República como a cisão necessária com o passado funesto, a suplantação da herança portuguesa e a construção de um novo modelo político pelos nacionais (OLIVEIRA, 1990).

Lucia Lippi Oliveira (2015) aponta que, para o sergipano, a história nacional seria cindida em duas forças conflitantes: a primeira, bragantina, monarquista, antipatriótica; a segunda, republicana, democrática e patriótica. O “conservadorismo em programa” (BOMFIM, 2005) é uma das características que se perpetuam na história nacional, tendo origem na Península Ibérica e seguindo enraizado no Estado brasileiro. O caráter conservador das elites e das mudanças políticas foi diagnosticado na primeira fase da obra de Bomfim e continuou como objeto de destaque ao longo de sua trajetória intelectual. A revolução passiva à *brasileira*, nos termos de Luiz Werneck Viana (1996), denota os movimentos que se intitularam revolução e nada mais foram que ações conservadoras visando evitar, exatamente, o processo revolucionário.⁷⁷

O parasitismo metropolitano, ao espoliar até os últimos recursos de suas colônias sem nelas nada investir, criar, ou mesmo fazer para educar a população, deixa um rastro de destruição e atraso. Quando, por fim, tornam-se independentes, tais Estados já nascem mirrados, pois todas as tentativas de crescer longe da sombra da metrópole foram rapidamente dissolvidas. “No dia da independência, as novas nacionalidades se acharam sem indústria, sem

⁷⁷ Além disso, cumpre destacar o papel dos ufanistas que, ao mesclar as benesses da terra com os valores das três raças formadoras, apontam para um futuro glorioso, muito embora prescindam das discussões sobre os regimes políticos. Oliveira (1990) destaca o ufanismo como a construção simbólica mais perene no pensamento social brasileiro durante a Primeira República. “Em suas formas de ver e interpretar a nação, o ufanismo deitou raízes na cultura brasileira e se fez presente em inúmeras construções simbólicas que pretenderam marcar a identidade nacional” (OLIVEIRA, 1990, p. 24).

comércio nacional, sem capitais, sem riqueza, sem gente educada no trabalho livre, sem conhecimento do mundo” (BOMFIM, 2005, p 157). Como consequência do regime econômico parasitário que aqui se instala, a máquina administrativa restringe-se ao fisco, coleta da parte da riqueza espoliada que cabe à Coroa portuguesa, assevera Bomfim: “Fora disso, não há nada, nem polícia, nem higiene, nem proteção ao fraco, nem garantias, nem escolas, nem obras de interesse público... nada que represente a ação pacífica dos poderes públicos” (BOMFIM, 2005, p. 160). O Estado divide-se em uma tradição dupla de tirania e espoliação

Para entender o que vem a ser o “conservadorismo essencial”, que está na gênese do estado brasileiro, é importante destacar que, em Bomfim, Estado e nação são instâncias separadas. Também é preciso elucidar o que Bomfim caracteriza como os “efeitos especiais” do parasitismo, que deixarão marcas indeléveis nas novas nacionalidades: a herança das qualidades psicológicas, a educação e a reação. Ao tratar da hereditariedade, o sergipano não se referia a algo imutável, pois mesmo a ação do tempo seria passível de promover mudanças. O que destaca é o persistente parentesco que compartilhamos com a metrópole, apesar nossas peculiaridades socioculturais. Bomfim é explícito: o estado que recebemos e o caráter que o reveste é sobrevivência dos costumes políticos forjados no período colonial: “Os costumes políticos passam, transformam-se, as instituições sociais desaparecem, e outros surgem, substituindo-as, mas os costumes administrativos, as tradições *governamentais* – o Estado propriamente dito, esse *permanece* o mesmo, através de todas as crises, resiste a tudo” (BOMFIM, 2005, p. 208, grifos do autor).

Em *América Latina* (BOMFIM, 2005), Bomfim dedica dezenas de páginas às reflexões acerca dos elementos que se conjugaram para a formação do moderno Estado brasileiro. A malfadada herança lusitana ganha relevo nessa forjadura, produzindo um Estado conservador e uma política que tem como razão de ser a própria renovação e a própria perpetuação no poder. As elites dirigentes, obstinadas em manter o estado de coisas que as beneficiava, imobilizam o Estado e enfraquecem qualquer política que promovesse mudanças sociais mais profundas, temendo situações que beneficiassem as camadas populares. Desta feita, Estado e nação (que, na perspectiva de Bomfim, é composta pelo povo) opõem-se, pois almejam coisas distintas. Educar o povo seria o equivalente a despertar a nação. Uma vez despertados poderiam construir um Estado-nacional livre e democrático.

Para modificar essa realidade, seria necessário que as classes dirigentes rompessem com o modo vigente de fazer política, corrompido por séculos de simbiose que conjugam em um mesmo ser parasita e parasitado, e criassem algo oposto ao estado de coisas dominante, permanecendo atentas ao verdadeiro clamor das classes populares, do povo, ou seja, que o

Estado atendesse a nação. Bomfim questiona, estarecido e indignado, o porquê de o Estado não investir na educação. Critica medidas que começam pelo alto, como a preocupação com o ensino superior, mesmo quando a educação básica é negligenciada e milhões continuam analfabetos (BOMFIM, 2005). Na passagem a seguir, Bomfim destaca como a população é tratada nos primeiros anos da República, período em que é alijada da educação e, portanto, da política:

Seria preciso, sobretudo, que procurassem saber em que estado se acha a massa geral da população, esse elemento essencial na constituição de uma nacionalidade, e a educassem, e interviessem, trazendo-a ao nível da civilização atual, transformando em gentes úteis, instrumentos de progresso, esses 90% da população que apodrecem por ali, apáticos, miseráveis, inúteis... Infelizmente ninguém pensa nisto; prosseguem todas essas quimeras, que é antes uma imbecilidade: construir uma nacionalidade próspera e livre, deixando a massa da população estúpida, embrutecida, inaproveitada, ignorante, nula... (BOMFIM, 2005, p. 308-309).

Um aspecto destacado por Bomfim ao descrever o funcionamento do Estado são as “reformas escritas”. Uma característica marcante do nosso fazer político é a supervalorização dos papéis, ou seja, basta para muitos que o projeto seja escrito e o documento assinado mesmo que pouco, ou nada, seja posto em prática. É um conservadorismo arraigado, subsumido na educação. Mesmo os mais aguerridos defensores de mudanças, de reformas mais profundas e efetivas, negam suas palavras no momento de agir em favor do povo. Para ele, todos são conservadores, mesmo os mais “revolucionários”.

São revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras; no momento de execução, o sentimento conservador os domina e o proceder de amanhã é a contradição formal às ideias. Começa porque, mesmo revolucionários hoje, a sua aspiração mais viva é ver, no dia seguinte, toda a gente conforme com os seus atos, é ver que todos vêm aderir a eles. E a adesão se faz efetivamente; não nada que se oponha a isto; amanhã tudo será tudo como ontem (BOMFIM, 2005, p. 182-183).

Analisando o contexto continental, os Estados formados pelas nações sul-americanas eram, em sua perspectiva, a continuação persistente do Estado colonial: arraigados em um conservadorismo, obstinados em manter as coisas como estão. O Estado, uma instituição à parte da nação, continuou a executar a função de sugar os recursos, não mais para os centros de comando metropolitano, mas para usufruto das elites nacionais. Os governantes, uma vez no poder, tendem a usar a máquina pública em benefício próprio, esquecendo-se, de todo, de sua função principal, qual seja, cuidar do bem público

Desta feita, voltando os olhos para o ano de 1822, para a formal separação entre Brasil e Portugal, colônia e metrópole em simbiose até então, a compreensão de Manoel Bomfim sobre o que foi o processo independentista brasileiro – malgrado pelos refratários e conservadores – reflete o que vem a ser, em seu entender, a formação do Estado brasileiro:

apático, desiludido, tendo como razão de ser a simples manutenção de privilégios de que poucos gozam. Para ele, a guerra independentista não se deu entre metrópole e colônia, mas foi uma guerra civil em que colonos realistas (o elemento refratário) e independentistas se enfrentaram. Sempre que surgiu a ventilar os ânimos e chacoalhar as ideias, o espírito republicano foi solapado pelo conservadorismo das classes dirigentes. Não lhe causa espanto a continuidade da política monárquica no seio da República:

(...) de fora desse organismo oligárquico, os espíritos ardentes, sequiosos de justiça e liberdade, desenvolvem a sua atividade ressuscitando o ideal republicano, reivindicando as franquias e autonomias provinciais e clamando contra a escravidão. Trava-se nova batalha, desaparece finalmente a monarquia; a revolução é incruenta, proclama-se a República, ninguém protesta; ninguém se espanta mesmo ao ver que, no dia seguinte – literalmente no dia seguinte, toda a gente é republicana. O instinto lhe diz que a república vem a ser o que era a monarquia; não há razão para que alguém fique de fora. (...) O primeiro reacionário é o chefe de governo, abre-se logo a luta, e dela já participam ativamente os *conservadores*, os monarquistas de ontem (BOMFIM, 2005, p 204-305. Grifos do autor).

Quanto ao novo regime republicano, Bomfim apontava que nada mais era que a “revivescência de épocas transatas” (BOMFIM, 2005, p 306). Não houve mudanças nos costumes políticos, pois estes logo entraram a reproduzir o *modus operandi* habitual: o da conservação do estado de coisas. O retrato feito pelo autor deixa claro o seu desapontamento perante os “velhos” rumos tomados pela nova república.

O certo é que a revolução última no Brasil fracassou, e, hoje, República e republicanos desaparecem nesta coisa triste que aí vemos: um ajuntamento que passa desordenado, como uma caravana a que se encostam todas as ambições e interesses, e ondem mais gritam e se impõem esses mesmos que, ontem, guerreavam sem mercê cada um dos ideais republicanos, esses que, ainda hoje, se envergonham do nome “Republica” – que eles não mudaram o sentir, e são tão incompatíveis ao seu programa como dantes o eram, quando o combatiam abertamente. É uma catedral que rasgou os umbrais, acaçapou as ogivas e fez-se abarracamentos, aberto a quantos não escolhem contatos: arautos da servidão espiritual, cultores da ignorância pública, exploradores de iniquidades, sacerdotes da injustiça, pais e filhos de escândalos, liberticidas... que só têm entre si comum a irreverência dos escrúpulos e a perícia em farejar o vento e orientar as velas. Por fora, move-se uma geração sem ideais, ondas de povo devorados de tristezas e ideias (BOMFIM, 2005, p. 306, grifo do autor).

No tocante à política externa do Estado brasileiro, alguns intelectuais e estudiosos percebiam o perigo que advinha do abrir das asas do grande irmão do Norte sobre a América Latina e sua proposta panamericana de união e proteção, embora muitos outros a abraçassem com entusiasmo. Entre estes, a Doutrina Monroe⁷⁸ foi percebida como medida necessária para

⁷⁸ Cabe destacar que a Doutrina Monroe, por seu caráter não-afirmativo, não se configura como uma proposta interamericana. Trata-se, outrossim, de uma resposta as investidas europeias sobre o continente e, posteriormente, configura as diretrizes da política externa estadunidense para com as demais nações americanas, o seu Destino Manifesto sintetizado na máxima: “A América para os americanos” (SANTOS, 2004).

garantir a segurança da nação: os Estados Unidos como um espelho. Essa postura fica evidente no caso brasileiro, quando aceitam participar, pela primeira vez, de uma reunião de plenipotenciários americanos somente mediante um convite estadunidense para participar da Conferência de Washington.⁷⁹ Os diversos convites feitos ao longo do século XIX para participar de congressos similares em cidades latinoamericanas foram, um a um, recusados, deixando claro o posicionamento das classes dominantes em relação às repúblicas sul-americanas (SANTOS, 2004). Manoel Bomfim foi intransigente quanto a esse tópico, alertando o perigo para a soberania nacional de tal orientação política:

Por muito simpáticos que nos sejam os Estados Unidos – nação cujo desenvolvimento e progresso todos os povos americanos veem com prazer e orgulho – por muito grande que sejam esses sentimentos de estima, não há país na América Latina que não repila a ideia de abdicar da sua soberania, absorvido pela proteção norte-americana. A parte mesmo os naturais preconceitos patrióticos, há o fato incontestável de que essa absorção não se pode fazer sem prejuízo e dano para o nosso progresso, sem grandes perturbações em nosso desenvolvimento social. Refiro-me à condição das sociedades que oram existam na América do Sul: piorarão de sorte, sofrerão mais ainda, se um dia os Estados Unidos tiverem que intervir na sua vida política (BOMFIM, 2005, p. 51).

Outros intelectuais eram contrários à excessiva admiração e subserviência à grande águia do norte, como Rui Barbosa, Lima Barreto e Eduardo Prado.⁸⁰ Mas tal recusa guardava um pouco de saudosismo pelo período monárquico, muito embora Rui Barbosa tenha apontado interesses escusos por trás da Doutrina Monroe. O caso de Eduardo Prado merece especial destaque. Esse autor escreveu *A ilusão americana* (PRADO, 2001) em 1883, no qual critica a política externa estadunidense para com o México e a América Central bem como rejeita o modelo republicano. Ao final, afirma que o grande defensor da América sempre foi a Inglaterra (OLIVEIRA, 1990). Ao tratar a questão, Manoel Bomfim deixa claro que sua maior preocupação jaz na questão da soberania nacional, uma vez que um protetorado, por melhores que sejam as intenções (o sergipano estava ciente de que não era esse o caso), acaba por solapar a soberania e a liberdade.⁸¹ Para ele, a verdadeira proteção viria do conhecimento das condições

⁷⁹ O Ministério Rio Branco e o então embaixador em Washington, Joaquim Nabuco, eram defensores entusiasmados da aproximação Brasil-EUA. “Essa política pró-americana de Nabuco e Rio Branco foi decisiva para a intervenção brasileira no Acre, sem que houvesse o impedimento dos Estados Unidos” (SILVA, 1998, p.89).

⁸⁰ Prado anuncia com todas as letras o interesse expansionista de dominação política e econômica para a América Latina por trás da ideologia pan-americana. O último quartel do século XIX é repleto de exemplos de ações intervencionistas estadunidenses sobre a América central, além de sua expansão para o Pacífico. Todavia, para Prado, a possibilidade de uma união latino-americana era uma falácia, uma vez que os países viviam em conflito entre si (SILVA, 1998).

⁸¹ Bomfim cercava-se de exemplos, do passado e do presente, para destacar as violências impetradas pelas potências metropolitanas sobre os povos subjugados. Traz à baila, inclusive, a intervenção dos Estados Unidos nas Filipinas a embragar o processo revolucionário independentistas, tema pouco debatido, mesmo atualmente. Para mais informações sobre a luta independentista filipina, ver Anderson (2014) *Sob três bandeiras*.

históricas das nações sul-americanas por parte dos governantes nacionais e das grandes potências⁸².

4.1.2. O aventureiro e o trabalhador de Sérgio Buarque de Holanda: algumas considerações

As peculiaridades do processo colonial das nações Ibérica são fartamente destacadas nos escritos de Bomfim. Neste ponto de nossa argumentação, é oportuno destacar as divergências e convergências entre os pontos levantados por Bomfim e os destacados por Sérgio Buarque de Holanda. A fortuna crítica da obra do historiador paulista é ampla e variada, destacando sua originalidade, modernidade, canonizado como fundamental para a compreender o Brasil, “clássico de nascença” (CANDIDO, 1997). Portanto, não nos interessa aqui debater tais questões. Nosso objetivo, ao trazê-lo ao debate, é cotejar *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1995) com *O Brasil na América* (BOMFIM, 1997), pois ambas as obras versam sobre as peculiaridades da colonização lusitana e castelhana.⁸³ O contraste entre as duas perspectivas é tão acentuado que seria possível afirmar que a obra do paulista é uma antítese da obra de Bomfim. Desta feita, dada a posição de destaque ocupada por Holanda – e essa sua obra em particular – no rol de intérpretes – e obras – indispensáveis para conhecer o Brasil, como par do longo esquecimento das obras do sergipano, a análise comparativa pode lançar luz sobre as singularidades analíticas de cada obra e ensejar questionamentos sobre o presente, momento em que os problemas gestados no passado persistem em nossa cultura política.

De início, destacamos que, tal qual Manoel Bomfim, Sérgio Buarque de Holanda ressalta a plasticidade do português e a “ausência de qualquer orgulho de raça”. Tais características foram determinantes para o sucesso da empresa colonial e para a fixação dos portugueses na América. A mestiçagem não se deu fortuitamente; mas era algo esperado no transcurso da sociabilidade interracial: “Foi, parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua” (HOLANDA, 1995, p. 66).

Ao tratar do que denominou ética do trabalho e ética da aventura, para referir-se aos tipos trabalhador e aventureiro, Holanda (1995) atribui ao tipo trabalhador a “persistência” e o “esforço lento”, o preocupar-se mais com a parte do que com o todo. Em contrapartida, o

⁸² Nesse sentido, Manoel Bomfim se aproxima muito da perspectiva latino-americanista de José Martí, uma vez que *el maestro* da independência cubana acreditava que era fundamental que conhecêssemos a história de nossos povos e terras como defesa ante investidas externas. Martí também acreditava que, se outros povos conhecessem nossa história, não iriam intentar nos dominar. Sobre esse tema ver Silva e Paiva, 2018.

⁸³ Dentre as diversas obras de Sérgio Buarque de Holanda sobre o período colonial, destacamos *Visões do Paraíso* (2000), por tratar das perspectivas de portugueses e espanhóis sobre o Novo Mundo e como os “motivos edênicos” vieram a moldar as peculiaridades das duas colonizações.

aventureiro seria audacioso e imprevidente, pois que “vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes” (HOLANDA, 1995, p.44). Para o historiador, as empresas coloniais de Portugal e de Espanha são, ambas, aventureiras. O gosto pela aventura teria sido o “elemento orquestrador” da empreitada colonial portuguesa, permitindo-a que se adequasse às situações até mesmo quando essas impusessem adversidades. Holanda aponta que a lavoura aparece muito menos como um projeto estabelecido previamente do que como mera contingência. Tal característica é representada pela transitoriedade com que as plantações eram mantidas: uma vez esgotado o solo, os colonos não tentavam recuperar a plantação, partindo em seguida para outras terras não cultivadas até então. Por isso, mesmo o cultivo da cana de açúcar deu-se de forma aventureira:

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custava ousadia, não riqueza que custava trabalho. A mesma, em suma, que se tinham acostumado a alcançar na Índia com especiarias e os metais preciosos. Os lucros que proporcionou de início, o esforço de plantar a cana e fabricar açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço – efetuado, de resto, com as mãos e os pés dos negros – mas era preciso que fosse muito simplificado, restringindo-se ao estrito necessário as diferentes operações. (HOLANDA, 1995, p. 49).

Essa interpretação vai de encontro ao que declara Bomfim, ao destacar reiteradamente o apego do colonizador à terra. De fato, para o sergipano, é do encontro entre os nativos, “com sua força e experiência”, e do português em seu melhor momento, arrojado, intrépido e ousado, que surgiu o Brasil. Encontro este mediado pelo cultivo e zelo pela terra, que se expressa na defesa irrestrita do território: “Dado o regime de exploração inicial, na exploração agrícola, estável, a sociedade colonial do Brasil encontrou-se nas condições de uma verdadeira pátria e os brasileiros, que já os havia, tiveram de defendê-la, na situação de contarem com o próprio valor” (BOMFIM, 1997, p.328). Bomfim já encontra aí o germe do patriotismo que engendrará, posteriormente, a nacionalidade brasileira.

Outro aspecto ressaltado por Holanda (1995) diz respeito aos núcleos de povoação. Enquanto a colonização portuguesa girou fortemente em torno da grande propriedade agrícola, os castelhanos desde cedo puseram-se a construir cidades ordenadas⁸⁴: “Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América” (HOLANDA, 1995, p. 96). Segundo ele, a exploração portuguesa possuía forte cunho comercial enquanto os espanhóis intentaram construir um prolongamento de sua sociedade. Prova disso, aponta o historiador, é

⁸⁴ Para uma descrição mais detalhada da edificação de cidades e a centralidade destas para a política colonial espanhola, ver Richard Morse (2017), *Cidade e cultura política nas Américas*. Sobre a mútua influência de Holanda e Morse, ver o estudo de Monteiro (2009), *As raízes do Brasil no espelho de Próspero*.

a criação, desde as primeiras décadas de colonização, de instituições de ensino superior. Nisto reside a diferença entre o semeador lusitano e o ladrihador espanhol.

Os domínios rurais, nos quais o pater-famílias exerciam domínio sobre todos em sua propriedade (familiares, escravizados, agregados) eram infensos às pressões externas, existiam tal qual uma autarquia, dominadas por sentimentos particularistas e antipolíticos. “Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar mante-se imune de qualquer restrição ou abalo. Em seu recatado isolamento pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimi-lo” (HOLANDA, 1995, p.82).

Um dos aspectos mais relevantes aventado em *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1995) se refere ao que o autor denominou “cultura da personalidade”. Expliquemos. Como região fronteiriça, a península pôde se desenvolver sob quase nenhuma influência dos vizinhos continentais, o que explicaria, segundo o autor, a total ausência de hierarquias formais e restritivas. A fidalguia, que custa talento e qualidades pessoais, será marcante, tendo como consequência social a falta de um espírito de cooperação. Não há, em nossa sociedade, uma verdadeira tendência à cooperação. O que sobressai é o vínculo “de pessoa a pessoa”, o personalismo. Esta característica, atrelada ao forte apego às teorias ancoradas no livre-arbítrio, conformaram uma sociedade que respira uma “ética de fidalgos”, dificultando sobremaneira a espontaneidade da organização social. De fato, para Holanda (1995), apenas por meio de uma força externa seria possível ordenar as ações individuais e coletivas, já que “o princípio unificador foi sempre representado pelos governos” (HOLANDA, 1995, p. 38).

Todavia, essa ausência de força gregária abre espaço para vínculos sociais e afetivos entre familiares e pessoas próximas. A solidariedade permaneceria, dessa forma, em âmbito doméstico: “Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial, nacional” (HOLANDA, 1995, p.39). Desta feita, o único princípio político verdadeiramente forte é a obediência: “A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares” (HOLANDA, 1995, p.39).

Diversamente, para Bomfim (1997), o patriotismo como sentimento catalizador da unidade social precede o nacionalismo: “(...) não há tradição nacional que não tenha nascido assistida do estímulo patriótico” (BOMFIM, 1997, p. 329). Sentimento egoísta, o patriotismo transcende o grupo familiar, encorajando solidariedades mais abrangentes. O sergipano aponta que, em certo sentido, o patriotismo opõe-se ao humanitarismo, uma vez que “a humanidade se realiza concretamente em pátrias” (BOMFIM, 1997, p. 329-30) e nosso valor, enquanto seres humanos, define-se em uma estrutura social: “Ei-lo, assim, o patriotismo, motivo de ação

indefectível, em pleno efeito social e político, superior a vanglórias e preconceitos” (BOMFIM, 1997, p.330).

Nesse panorama, o paulista ressalta que as dificuldades de articulação e coesão social do presente não são novas, pois encontram-se firmemente incrustadas na cultura que nos foi legada pelos povos da Península Ibérica. Portanto, buscar orientação, “redenção”, ou mesmo um caminho em nossa tradição, seria contraproducente, seria um esforço nulo. Não há perspectiva mais oposta à do professor sergipano, que tem na tradição todo o sustentáculo de sua narrativa histórica do Brasil:

A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem. (...) E será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade? Não significa, ao contrário, apenas um índice de nossa incapacidade de criar espontaneamente? (HOLANDA, 1995, p. 33, grifos nossos).

Construindo um raciocínio inverso ao de Holanda (1995), Manoel Bomfim acredita em uma tradição brasileira corrompida pelo Estado lusitano degenerado. O resgate do momento áureo, dos heróis desbravadores e intrépidos, incansáveis na defesa da terra, traria uma chama vivificante escassa no presente, embora magnífica no passado do primeiro Brasil. Para ele, ou encontramos a nós mesmos ou seguiremos padecendo perante a torpe política das elites dirigentes: “A história desses dias longínquos, a cujas tradições nos acolhemos, será a montanha em beleza, altura que protegerá contra as emanações do paul em que nos encontramos” (BOMFIM, 1997, p. 28).

Nesse sentido, um aspecto característico do primeiro momento de júbilo patriótico é a união, o ir ao encontro do outro em situação de necessidade, mesmo que isso não seja uma obrigação formal: “Com esse espírito de solidariedade nacional, descortinam-se interesses políticos superiores, a que subordinam ambições e zelos pessoais. (...) quando os motivos puramente individuais se chocam com tais interesses, é o proveito geral que prevalece” (BOMFIM, 1997, p.331). De acordo com Bomfim (1997), nos dois primeiros séculos de colonização não havia conflitos que pudessem desenvolver o embrião de uma cruenta guerra civil entre colonos. À exceção dos constantes conflitos com os jesuítas, tudo se manteve em relativa paz. Somente quando já organizados economicamente é que os colonos passam a se defender de extorsões e espoliações, o que conflagra os embates: “Os levantes e os conflitos só sobrevêm quando o país já está organizado, em plena produção, e há o que extorquir, e há riquezas a roubar” (BOMFIM, 1997, p.332).

No que diz respeito a essa unidade precocemente constituída, o sergipano destaca como a designação Brasil – específica, limitada e elaborada no âmbito do império português –

é fundamental para a formação da tradição e da identidade coletiva esposada por estes colonos: “Destarte, a tradição que se forma já se limita e se caracteriza na focalização desse nome: é necessariamente brasileiro. Ao povo aqui constituído, nem foi preciso ser politicamente independente – para não ser português, já era *brasileiro*” (BOMFIM, 1997, p. 336, grifo do autor). A passagem a seguir ilustra o valor conferido por Bomfim ao período de assentamento da pátria brasileira:

Ordeiro, por motivo de solidariedade íntima e de coesão essencial, o povo brasileiro da colônia era, ao mesmo tempo, um ânimo de liberdade, pois que se fizeram na fusão de raças e de tradições, em contato com a natureza virgem, estuante de energias acumuladas. Desse cruzamento resultará para ele a capacidade primeira do progresso, essa plasticidade que, ainda hoje, é a superioridade da nossa gente, sedenta de inovação, acessível a todos os progressos, como sem peias de rotina e sem preconceitos do passado (BOMFIM, 1997, p. 334-5).

O “heroísmo natural” do português, que o guiou quando se lançou ao mar e aventurou-se pelo mundo, diminuirá, transformando-se em cobiça abjeta. A esse Portugal heroico seguirá a degeneração, “e ele será, com a decadência, o povo menos intelectual do Ocidente, o menos interessado nas coisas do puro espírito, sem treino de estudo, avesso à meditação” (BOMFIM, 1997, p. 79). A decadência portuguesa consumou-se durante a união com Castela. Bomfim nos lembra de que foi contra esse povo, esse Outro, que se forjou a nacionalidade portuguesa. E tal enlace “quebra” a tradição: “se, já no começo da decadência, lhe anulam a tradição nacional e o colocam em oposição a essa tradição, é como se lhe quebrassem subitamente todas as molas do caráter” (BOMFIM, 1997, p. 60).

Todavia, o que se deve reter deste ponto é que, diferente do que apresenta Sérgio Buarque de Holanda (1995) sobre a conduta errática e imprevidente do colono português como definidora da colonização, “orquestradora”, para o autor de *América Latina: males de origem* houve um tal momento anterior à degeneração quando o melhor da cultura portuguesa infundiu-se no Brasil, criando algo singular. No entanto, essas qualidades foram sufocadas pela política do Estado colonial português degenerado, que se perpetuou no Estado brasileiro independente. Bomfim (1997) descreve esse Portugal em processo de degenerescência, enfatizando o ócio e a busca de riqueza fácil por parte dos portugueses, o que viabiliza a aproximação das duas interpretações:

No português, porém, sob o freio da vontade, fez-se cobiça, ânsia de fortuna, e ele não se poupa à atividade fácil, desde que esteja certo de tirar riqueza imediata. Não será um produtor; nem propriamente um trabalhador, se consideramos que, de fato, pouco produz, e prefere, por toda parte, a atividade de traficância, sobretudo porque, aí, pode ver, em cheio, a *margem de lucro*. Não é realmente ativo, pois que a sua aspiração insistente é o repouso – o ócio garantido pela fortuna” (BOMFIM, 1997, p. 79, grifo do autor).

Quanto ao exame da psicologia dos povos ibéricos, Holanda (1995) menciona sua aversão ao trabalho manual. Diferentemente das nações protestantes, com sua ética do trabalho, a ética dos fidalgos primava pelo ócio: “Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia” (HOLANDA, 1005, p. 38). Longe de ser uma “obra da escravidão”, como aponta Nabuco (2000), o rechaço aos misteres manuais seria elemento constituinte que espelhava a própria forma de vida dos ibéricos, dotados de uma “carência da moral do trabalho” (HOLANDA, 1995, p. 39). Não raro esse autor aponta o pouco apreço do português pelo trabalho constante e metódico. A resistência aos trabalhos mecânicos se acentuará com a escravidão, período que consolida estigmas associados a determinados ofícios. O volume do trabalho escravo e a autossuficiência da casa grande teriam sido obstáculos para os agrupamentos profissionais relacionados a trabalhos mecânicos. Ademais, esse apreço ao trabalho mental, que não fatiga o corpo com pesadas cargas, teria sido muito mais um culto à retórica, ao discurso pomposo e vazio, do que, verdadeiramente, uma afinidade com a disciplina requerida para o labor intelectual (HOLANDA, 1995). Para o historiador, o título de bacharel se confundia então com um título nobiliárquico.

Sublinhados estes pontos, é crucial destacar a historicização do campo científico do Brasil, que assinala a década de 1930 e o surgimento das universidades no Brasil como a aurora da ciência brasileira (SÁ, 2006). Como explicitado anteriormente, é um equívoco supor que não havia pensamento científico anterior a este período, e reputar como não-científica e pouco digno de nota o que foi produzido anteriormente. Aventamos que a obra de Manoel Bomfim foi vítima dessa generalização atribuída aos intelectuais da Primeira República. Assim como sua vasta produção teórica em Pedagogia foi relegada ao esquecimento por ser considerada antiquada pelo movimento escola-novista, sua produção historiográfica também foi deixada de lado. Ressaltamos, contudo, que delimitações disciplinares não eram uma preocupação de Manoel Bomfim, para quem o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento era indispensável para a compreensão da sociedade humana (ANTUNES, 2006; OTHERO, 2019). Como destaca Othero (2019), ao comentar a recepção de *O Brasil-nação* (BOMFIM, 1996) pela imprensa carioca, o sergipano foi enquadrado como psicólogo e sociólogo, mas não como historiador.

Considerando sua atuação como historiador, Gontijo (2003) aponta que Bomfim não pode ser classificado como tal, seguindo o exemplo de Capistrano de Abreu ou de João Ribeiro. Nesse sentido, Manoel Bomfim seria melhor qualificado como “pensador da história”, uma vez que seus trabalhos criticam a historiografia tradicional. As críticas não eram desprovidas de direção ou de fundamento, como era frequente ocorrer em contendas intelectuais

de então. De fato, Bomfim sugere questionamentos de ordem metodológica e indaga sobre o papel da objetividade e o da subjetividade na produção intelectual, sobretudo na produção historiográfica: “tempera-se o todo com o molho positivístico” (BOMFIM, 2005, p. 191). Tais questões o inquietam desde a redação de *A América Latina* (BOMFIM, 2005).

Afinal, consideramos relevante destacar a especialização da atividade intelectual e a padronização da linguagem científica no primeiro quartel do século XX (SÁ, 2006). Nesse cenário, Bomfim mostrava-se um “ator polivalente”, fundando um Laboratório de Psicologia Experimental, ao passo que se dedicava a pesquisar e a redigir livros e artigos pedagógicos e sobre a Pedagogia, a escrever livros e revistas infantis, além de contribuir proveitosamente para as Ciências Humanas – isso sem mencionar seus trabalhos médicos escritos no início da carreira. Embora seja loquaz em apontar as limitações das ciências “vazias”, desconectadas da realidade (BOMFIM, 2000), seu interesse por diversas áreas do conhecimento acaba por ser um elemento contrário em um momento de especialização disciplinar. Ademais, o sergipano não conseguiu suplantar os desafios impostos pela amplitude de seu léxico, este inflamado pelas condições críticas da realidade brasileira, a respeito da qual Bomfim constrói seu discurso: “Aos pressupostos de investigação, [Bomfim] acrescenta a paixão. A uma ciência pautada no elogio à ‘impassibilidade’ opõe a explicitação do interesse; à objetividade como mola propulsora das verdades científicas, a ‘sinceridade’ (VENTURA, SUSSEKIND, 1984, p. 26).

Manoel Bomfim falhou na sua tentativa de burlar, com sua erudição, as regras e os estilos científicos que se consolidavam no Brasil de então. De fato, Bomfim superou as racializadas limitações teóricas de seus contemporâneos; no entanto, não conseguiu apontá-las com a precisão e a objetividade seca exigidas pela ciência daquele período. Suas palavras sempre expressaram o que sua paixão inspirava.

5 EDUCAÇÃO E MISTIÇAGEM NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO

Para a segurança da própria nação, é indispensável que a educação se torne cada vez mais viva e mais explícita, na consciência de todos a tradição nacional. Com isso, se reforça, de geração em geração, a unidade nacional; mas tal resultado só é possível na educação orientada por um programa geral, inspirado numa política essencialmente nacional, cuja realização efetiva é o Estado (BOMFIM, 2010, p. 88-89)

Como apontado anteriormente, em meado dos anos 1920, os debates sobre raça e efeitos da mestiçagem no Brasil ganham novo ânimo com as teorias biológicas, que serviram de lente analítica para a nação. Enquanto isso, na Europa, o fascismo e o arianismo nazista se fortaleciam. Desde os escritos de sua juventude, Bomfim (2005) defende que a raça não é um fator determinante de nacionalidade. Já no final da vida, reitera que raça e nacionalidade não possuem correlação que justifiquem abordagens racializadas da nação: “Assim, a nacionalidade se realiza numa manifestação superposta às puras virtudes raciais. Se não, como expressão ética, os povos não se multiplicariam em nações, nem a civilização se expandiria em novas tradições” (BOMFIM, 1997, p. 45). Bomfim, mais uma vez, empreende longa discussão biológica sobre reprodução e genética para refutar argumentos que se pautam na inferioridade e instabilidade de populações formadas pelo cruzamento interracial, reforçando o valor positivo de tais cruzamentos. Para ele, não há base científica ou histórica para supor uma raça superior ariana.

Neste capítulo, apresentaremos dois aspectos que julgamos relevantes no projeto científico de Manoel Bomfim: a defesa da mestiçagem na formação da sociedade brasileira e o papel da educação como elemento orquestrador da nacionalidade. Em nossa leitura, torna-se indispensável perceber que, à medida que vários intelectuais debatiam os efeitos da raça na formação da nacionalidade, Bomfim seguia o caminho da defesa irrestrita da educação como alicerce da nação e do regime democrático. Para o sergipano, que destaca a presença marcante dos povos originários na formação do Brasil, a raça e a mestiçagem não devem ser reputadas causadoras do atraso econômico e civilizatório da nação brasileira. Primeiramente, situaremos seu posicionamento no debate acerca da raça e da mestiçagem na formação do Brasil. Posteriormente, debateremos seu papel como educador e sua atuação pública em defesa da educação pública, laica e de qualidade para todos os brasileiros. Homem de ação, intelectual ativo e, claro, “professor de professores”, o que ele vislumbrava para o Brasil passaria, necessariamente, pela educação pública.

5.1 Raça e mestiçagem no pensamento bomfiniano

Advogando a inferioridade e a instabilidade das raças mestiças, o debate biologizante a respeito da formação da nação brasileira apontava soluções autoritárias para o problema nacional, como é o caso da vasta obra de Oliveira Viana. Bomfim defende

abertamente a mestiçagem, a mistura, como a massa da qual se forma o brasileiro. É no sentido dessa constatação, escarnevada e descreditada pelos “arremendos de ciência”, que deveríamos trabalhar para compreender o Brasil e levar adiante a obra dos milhares de mestiços que construíram a nação:

Brasileiros, temos de aceitar o Brasil qual ele é, na realidade da sua formação; e temos o dever de elevá-lo assim mesmo, começando por conhecer bem a todos os seus elementos formadores, a fim de obter deles o ótimo de apuro. A nação brasileira é um produto de mistura, num grau tal, por tantos séculos, tão obrigado a novas e repetidas misturas, que da nossa visão de progresso e grandeza social deve ser afastado todo anelo e toda preocupação de pureza, negativa e dissolvente (BOMFIM, 1997, p. 183).

Para compreender esse aspecto, ressaltamos que o discurso de Bomfim é animado pelo problema do encontro de culturas distintas, bem como pelo que resulta dessa mistura. Ao contrário de outros intelectuais de sua época, Bomfim não concede a primazia cultural de nossa formação ao português, branco e europeu. Em seus escritos da maturidade, mais uma vez aprofunda um tópico por ele sublinhado em *América Latina* (BOMFIM, 2005). Encontramos nessa obra uma teorização sobre o encontro, a assimilação e o surgimento de novas instituições sociais, herdeiras das duas culturas que travaram contato em nosso território. Bomfim aponta que cada encontro entre civilizações distintas é seguido por um período de instabilidade social e de fragilidade das instituições que, a seu tempo, cederá espaço para o novo edifício social urdido na mistura, no amálgama de aspectos distintos que se revitalizam e produzem algo novo:

Pouco importa que haja, ou não, luta entre povos aproximados, que uma das civilizações seja ostensivamente vencedora: dado o encontro de tradições há, necessariamente, o influxo recíproco, cujo primeiro efeito é a quebra da coesão primitiva em cada um dos povos, um começo de desagregação social por onde se insinuam as energias reformadoras – instinto de imitação, sugestões mútuas, fórmulas orientadoras, novas realidades a utilizar (BOMFIM, 1997, p. 185).

Em sua análise da formação nacional brasileira, Manoel Bomfim enfatiza o elemento indígena, ao passo que confere à cultura trazida pelos negros muito menos expressiva. Não se trata, contudo, de um rebaixamento inato de tal cultura, como tantos outros já haviam sugerido. De fato, antes de apresentar suas considerações, Bomfim apresenta diversos elementos culturais presentes entre os diversos povos africanos (ele os qualifica no plural), dos quais muitos os povos europeus – considerados superiores – não conseguiram produzir, a exemplo de novos e complexos sistemas de escrita. Avizinha-se da perspectiva a partir da qual o destino do Brasil já estaria definido antes mesmo da chegada massiva de povos africanos escravizados. Em seu ponto de vista, mesmo depois de sucessivas levadas de imigrantes forçados, a própria condição de cativo teria inibido a ampla expressão cultural dos negros: “A sua influência teve que ser, sempre, dolorosa e tristemente reduzida. Era o cativo expatriado, e que já vinha como escravo. E aqui se via, imediatamente, privado de toda liberdade realmente

humana, deprimindo sob o duplo estigma – cativo e negro” (BOMFIM, 1997, p 202). Bomfim sublinha que a influência dos povos africanos se deu muito mais em âmbito doméstico – noção popularizada, posteriormente, por Gilberto Freyre em *Casa Grande & senzala* (2006). Apesar de atestar sua restrita influência, Bomfim ratifica que “a influência social dos pretos escravos, e a extensão de seus cruzamentos, foram muito mais pronunciados no Brasil que em qualquer outra nação da América” (BOMFIM, 1997, p. 210). Nesse sentido, o sergipano afasta-se dos aspectos biológicos, ensejando uma abordagem culturalista,⁸⁵ como observamos a seguir:

Como realidade, o influxo da raça negra teria sido mais sensível sobre as famílias brancas, a que os escravos estavam vinculados, do que mesmo sobre a população humilde, mas livre. *Terá sido sensível, porque as qualidades do caráter do indígena africano são das que produzem efeito mesmo na situação mais precária de dominado.* É que a raça que se distingue pela afetividade submissa: almas que amam por pura necessidade de ternura, mesmo sem retribuição; amam o próprio senhor, o tirano odioso. Nos casos extremos, preferem muitas vezes, o suicídio, a vingar no sangue do algoz as dores e as mágoas. Qualidades assim insinuam-se, infiltram-se, mesmo nos mais rebeldes, quando não valem diretamente sobre os adultos, são decisivas sobre as novas gerações, que se forma ao contato da negra carinhosa, desinteressada, geralmente meiga e absorvente, e que, dando o seu leite e a sua dedicação, está dando a própria alma, que se implantará no ânimo nascente do senhor-moço. (BOMFIM, 1997, p. 203. Grifos nossos).

Salientamos que na perspectiva de Bomfim, fortemente ancorada nos escritos dos primeiros tempos da colonização de Frei Vicente de Salvador e do historiador britânico Southey, o português logo teria notado a necessidade de se unir aos nativos da terra como a única forma de expulsar os outros europeus que por aqui se aventuravam. Bomfim não nega que tenha havido excessos por parte de alguns colonos, que empregaram violência e escravidão contra os indígenas, mas considera que, no geral, o que se via era uma “política de amizade” estabelecida entre o português e o indígena: “O português que veio formar o Brasil sabia muito bem que não podia dispensar o concurso aquiescente do gentio e, desde logo, tratou-o de modo a garantir seu concurso” (BOMFIM, 1997, 103). Outra vez, sustentamos que Bomfim não era ingênuo e tampouco sustentou a ideia de um encontro brando entre o colonizador e os povos nativos. Ao convívio amistoso – a princípio, nas relações que engendraram famílias de mamelucos – presente nas primeiras décadas de colonização seguiram-se a escravidão e a violência contra os povos nativos:

⁸⁵ No tocante a abordagem de Bomfim, cito o comentário de Darcy Ribeiro (2005): “Multiplicaram-se, depois de Gilberto Freyre, os autores que se acercavam da visão de Manoel Bomfim, tais como Arthur Ramos, Josué de Castro, Sérgio Buarque, Caio Prado. Nenhum deles, porém, o leu. Nem Gilberto, tão lido, o terá lido, porque à sua inteligência não passaria despercebida a grandeza de Manoel Bomfim. Gilberto e os demais, tendo uma fonte doméstica de água pura, foram beber seu anti-racismo na nova antropologia boaziana; ou na postura antifascista, oriunda do horror que a brutalidade de Mussolini e de Hitler nos propunha como explicação da história e como projeto do mundo. Triste situação esta, de um povo carente de explicações e até de consolações para seus fracassos, que perde o melhor que lhe propõem, no meio de um blábláblá de citações estrangeiras” (p.18).

Desde o primeiro momento, o colono traz para suas carícias a índia, como, depois, traz a negra: iguala-se a ela, no lar que se institui, e que se generaliza. Atenuam-se as prevenções, abrandam-se os corações, em face de uma prole que não distingue os cuidados da mãe cabocla, dos apelos do pai branco. Mas subsiste o motivo primeiro da colônia e, por ele, as dolorosas injustiças, cuja lembrança ainda nos mortifica. Em contraste com os movimentos de ternura nos casais misturados, há a inveterada cobiça, há a necessidade de viver e prosperar... O índio é a possibilidade de explorar a terra e de haver riqueza; e desde que a moral do momento admite a escravidão, escravizam-no, para tirar-lhe o trabalho (BOMFIM, 1997, p. 117).

A leitura que Bomfim faz da relação entre os indígenas e europeus denota o que os estudiosos contemporâneos denominam *resistência adaptativa* (ALMEIDA, 2010), em que os indígenas são percebidos como ativos participantes no processo de colonização, aprendendo e se apropriando do que os interessava na cultura do colonizador, e não apenas como receptores passivos, o que foi consagrado pela perspectiva assimilacionista,⁸⁶ explorada tanto por antropólogos quanto por historiadores. Ao contrário, traz o indígena para o centro do debate como agente ativo e transformador. O que desejamos enfatizar é que, na contramão do pensamento ainda dominante, Bomfim toma a ação indígena como uma das principais mobilizadoras de mudanças históricas.⁸⁷ É visível que essa resistência não impediu as violências impetradas contra os povos indígenas, o que levou ao desaparecimento de diversas etnias e a integração, muitas vezes forçadas, de tantas outras à sociedade mais ampla:

Não é o caso de desconsiderar a violência do processo de conquista e colonização. A mortalidade foi altíssima, inúmeras etnias foram extintas e os grupos e indivíduos que se integram à colônia ocuparam os estratos sociais mais inferiores, sofrendo preconceitos, discriminações e prejuízos incalculáveis. Apesar disso, no entanto, encontraram possibilidades de sobrevivência e souberam aproveitá-las (ALMEIDA, 2010, p. 23).

A historiografia contemporânea, aberta ao diálogo com os estudos antropológicos, explica as relações entre os indígenas e colonizadores partindo da análise da cultura indígena e como esta se relacionava com a nova realidade cultural. Mais do que uma abordagem econômica que enfatiza as trocas, os novos estudos favorecem a compreensão daquele contexto político e cultural, destacando, inclusive, a importância dada ao casamento, ao ritual antropofágico para fortalecer alianças e até mesmo a função da vingança como forte elemento

⁸⁶ O discurso assimilacionista ainda hoje é mobilizado por aqueles que querem retirar os direitos indígenas, alegando que há muito deixam de existir índios legítimos. Utilizam a seu favor as denúncias de vários estudiosos acerca do paulatino desaparecimento e violência sofrida pelos povos indígenas para justificar a negação de direitos e o cerceamento das liberdades dos povos indígenas.

⁸⁷ Almeida (2010) destaca o avanço de pesquisas interdisciplinares, principalmente o contato renovado entre a Antropologia e a História, que questionam alguns pontos firmemente estabelecidos, como a passividade indígena. Mesmo a oposição entre “etnias puras” e “etnias aculturadas” vem perdendo espaço ante as novas descobertas das Ciências Sociais. Mais importante, os novos estudos não tratam os indígenas e os colonizadores como uma oposição homogênea, destacando tanto a variedade e a especificidade dos povos indígenas, bem como a variedade de agente colonizadores com objetivos e motivações distintas, muitas vezes conflitantes entre si.

de sociabilidade intertribal. Nessa perspectiva, os indígenas são peças fundamentais para a compreensão do que foi o processo colonizatório no Brasil. Esses estudos também sublinham o mito do índio pacífico e passivo atribuído aos povos que foram aldeados e, principalmente, a importância do trabalho indígena na agricultura durante as primeiras décadas de colonização, o que também já havia sido destacado por Manoel Bomfim.

Almeida (2010) propõe uma análise da política indigenista em contraponto com a política indígena, derivada diretamente da ação e da reflexão dos índios. Em sua perspectiva, os indígenas incorporaram elementos da cultura política dos portugueses, valorizando acordos e negociações. Entretanto, a autora não esquece de enfatizar que os povos nativos “participavam dessas disputas em posição subordinada e desvantajosa e, com certeza, como no caso das guerras, eram os maiores perdedores. Porém, aproveitavam as possibilidades a seu alcance para amenizar perdas e alcançar possíveis vantagens” (p. 83). Devemos lembrar de que as guerras intertribais foram potencializadas pelo contato com o europeu, que convertiam em benefício próprio as divisões existentes entre as diversas tribos. O ataque e a violência sistemática contra as várias tribos indígenas principiou-se, segundo Manoel Bomfim, em concomitância com o processo de degradação da nação portuguesa, “aportuguesada em decomposição moral” (BOMFIM, 1997, p. 133).

Percebemos que Bomfim não utiliza a palavra extermínio, ou qualquer outra correlata, para dar conta da relação que se estabeleceu entre indígenas e colonos. Deu-se a escravidão e o cativo, sob os quais milhares pereceram:

De outras, muitas outras nações [indígenas] referem-se os destinos tristes, destinos de cativo... Lamentamos a barbárie de tempos em que não se compreende o trabalho sem escravos; condenamos o que há de inumano nos processos, mas reconhecemos que *cativo não é extermínio*. Era, mesmo, a forma corrente de incorporação dos selvagens na vida colonial (BOMFIM, 1997, p. 134, grifo do autor).

Diferentemente de ilações equivocadas a respeito de suas palavras, Bomfim não negou, e tampouco escondeu, sua vergonha e sua indignação diante de tal estrutura social de exploração. Uma das peças-chave para a compreensão de seu pensamento, é precisamente a participação ativa e efetiva do indígena na formação biológica e cultural do brasileiro que Bomfim deseja destacar. Na contramão da visada de seus contemporâneos, Bomfim não confere ao português um caráter exclusivo ou dominante em nossa cultura. Apesar de sua escolha vocabular, que soa estranha aos nossos ouvidos, Bomfim não estava alheio a violência sofrida pelos povos originais; antes, denunciou severamente a incorporação do indígena à sociedade brasileira:

Sim: o índio foi incorporado à população, mas em geral foi sacrificado na sua liberdade, contrariados nos seus impulsos, no ato mesmo em que o incorporava violentamente, desumanamente, à chamada civilização dos brancos. Tudo isso se fez, necessariamente, traves de muita resistência, à custa de sofrimentos e dores, com o aspecto, algumas vezes, de verdadeiras lutas (BOMFIM, 1997, p. 135).

Bomfim ressalta o papel do indígena na formação brasileira. Questiona as razões da formação nova e singular que tomou lugar no Brasil, diferente de tantos outros projetos colonizatórios levados a efeito em diversas partes do mundo. Sua resposta está no elemento indígena que, ao travar contato amistoso com os portugueses, garantiu-lhes a sedimentação de um modelo colonizador radicado na agricultura. Também não deixa passar em branco a plasticidade do caráter lusitano, que facilmente assimila e se imiscui em populações diversas. Bomfim afirma que o patriotismo português possui refrações utilitárias, uma vez que aceita em seu grupo todos aqueles que poderiam de alguma forma contribuir para o crescimento da nação:

Só pode ter sido o outro elemento humano, este gentio, não desmoralizado como o mísero africano transplantado, esse gentio, que fornecendo o trabalho, dando a experiência da terra, nem por isso se desobrigava de ser autônomo e forte. Não tendo, aqui, outra possibilidade de exploração e riqueza senão a atividade rural, estável, o português, com as facilidades de seu temperamento, aceitou prontamente o índio, que lhe facilitava em tantos modos a exploração da terra, e a passou a viver, em grande parte, na experiência e nos recursos que lhe oferecia (BOMFIM, 1997, p.108).

Analisando os relatos de europeus que tiveram algum contato com os indígenas, Bomfim ressalta que as leituras estrangeiras desses encontros foram repetidamente embotadas por suas próprias experiências sociais, como o catolicismo. No tocante a religiosidade, rápidos foram em julgar os naturais desta terra sem fé e sem religião, confundindo sua valentia e seus rituais antropofágicos, presentes em alguns casos, como falta de referências religiosas. Bomfim compreende que as formas morais religiosas dos indígenas são incompreensíveis sem levar em consideração sua estrutura social: “A aceitação irremissível de tais formas sociais e morais explicam sentimentos religiosos, sentimentos tão mais profundos e perenes quando eram livres as consciências para julgar de outras crenças” (BOMFIM, 1997, p.139). Da mesma forma, também foi corrompida a compreensão do comunismo dominante entre os povos naturais, em que a solidariedade prevalece sobre os interesses individuais. Desta feita, Bomfim tece críticas a esse “ocidentalismo” que se infiltrou na humanidade. Os valores indígenas não coadunavam com a “avidez ocidental”.⁸⁸ Bomfim exalta a cosmovisão indígena, ao passo que aponta fragilidades na compreensão de civilização e humanidade alardeada pelas sociedades ocidentais:

⁸⁸ Ailton Krenak (2020), analisando as consequências do desenvolvimento capitalista nos apresenta uma noção de humanidade como casta. Nem todos os seres humanos fazem parte da humanidade, vivem uma sub-humanidade, refugos excluídos do progresso.

E prosseguimos nesse regime de civilização. E buscamos dele o que é avidez de ambição pessoal, para verem acumularem-se os sofrimentos da maioria, as queixas, os ódios, e todo esse fermentar inumano em que se contorcem as cultas sociedades modernas, incompatíveis com a verdadeira felicidade, pois que os aquinhoados da fortuna resolvem os desejos em saciedade, decepção ou tédio, e todos os outros os afogam em despeito, ódio, desespero... (BOMFIM, 1997, p. 147).

De acordo com Bomfim, a historiografia oficial não teria feito jus ao valor do indígena e ao importante papel desempenhado pelos povos originários na formação do Brasil. Bomfim esmera-se em escrever um grande libelo ao indígena brasileiro (BOMFIM, 1997, 2013), dedica dezenas de páginas a narrar as lutas que ocorreram no que denominou “Primeiro Brasil” – as primeiras décadas da colonização portuguesa.

Em relação à mestiçagem, Bomfim declara que não há argumento científico proveniente da observação que confirme positivamente a degeneração originada da mescla de raças. Para ele, é absurda a tentativa de aplicar a exemplos zoológicos em humanos, como no caso dos muars, utilizado para justificar a separação entre raças superiores e inferiores e, como consequência, comprometer a imagem do mestiço, impondo a nações inteiras a marca de incivilizadas e incivilizáveis. Aos escritos racistas e deterministas de Agassiz, que participou de uma expedição científica ao Brasil e publicou relatos de viagem em que afirmava a deterioração da população brasileira em decorrência da mistura entre raças, Bomfim opõe Waitz, Ribot, Martin de Moussy e Quatrefages, que refutavam a tese de que os mestiços seriam menos inteligentes que as raças puras, mostrando estar atento às produções teóricas mais e avançadas de seu tempo:

Não há na história da América Latina um só fato provando que os mestiços houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das raças progenitoras. Os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas (BOMFIM, 2005, p.291).

Por outro lado, enfatizamos que, a despeito de sua leitura atualizada das pesquisas contemporâneas e as críticas que teceu, Manoel Bomfim não foi capaz de romper com o evolucionismo e com o direcionamento linear comuns ao repertório cultural de seu tempo. Rezende (2003) sublinha que apesar das amplas objeções, Bomfim filia-se a uma perspectiva evolucionista spenceriana, convicto no potencial da educação e da industrialização para o progresso da sociedade. Contudo, o sergipano politiza a noção de progresso, questionando a inaptidão das habilidades que favoreceriam o avanço de alguns povos em detrimento de outros, destacando aspectos históricos e a conduta parasitária que interrompeu seu desenvolvimento, como discutimos até então:

Ele estava convicto de que a adaptação às condições de repressão política, e de miserabilidade que imobilizava a população seria superada à medida que a sociedade

brasileira evoluísse no sentido da industrialização, da urbanização, da democracia, da participação e da inclusão. A implementação de tais processos dar-se-ia através de ações políticas capazes de vencer o parasitismo reinante nas instituições sociais e políticas brasileiras (REZENDE, 2003, p. 275).

Daí o sergipano ser um defensor da intervenção de um Estado providência, que proporcionasse as condições básicas para o desenvolvimento social, como saúde, educação, moradia, profissionalização. Ao contrário de Spencer, que predicava a não interferência no “fluxo natural”, no qual a natureza se encarregaria de selecionar os mais fortes. “Sociólogos do massacre”, sentencia Bomfim (2003).

Ainda no que tange a mestiçagem, Bomfim analisa as obras vizinhos neocastelhanos, José Ingenieros, José Alberdi e Domingos Faustino Sarmiento,⁸⁹ que em seu entendimento continuam a reproduzir o que foi apresentado por Gobineau como raças superiores e inferiores, repetindo as sentenças negativas sobre os povos latinoamericanos.⁹⁰ Também questiona as considerações de Oliveira Viana que, a seu ver, retoma as ideias de Gustave Le Bon, retirando do negro e do indígena qualquer qualidade positiva.⁹¹ Bomfim nos lembra que, se olhassem com as mesmas lentes com que julgavam a inferioridade de indígenas e negros para o passado dos povos por eles considerados superiores, veriam o quanto se assemelham com os outros, que consideravam irrecuperáveis e irremediavelmente inferiores. Depois de escrutinar tais teorias, Bomfim as reputa anticientíficas, uma vez que “a argumentação não tem mais valor que um preconceito” (BOMFIM, 1997, p. 177). Segue analisando a obra de Viana, tecendo severas críticas ao ressaltar que, para este, a mistura com as raças inferiores – leia-se negros e indígenas – faria com que o branco se rebaixe. O sergipano

⁸⁹ Relembrando a análise de Richard Morse, Leyla Perrone-Moises (2007) destaca que os latinoamericanos foram os únicos a utilizar o termo “bárbaro” para referir-se a si próprios. “Assim que os latino-americanos começaram a refletir eles mesmos sobre sua identidade, as metáforas criadas foram autodepreciativas, ou pelo menos conflituosas. Essas metáforas criadas tomaram a forma de oposições, que mostram, claramente, o reconhecimento da inferioridade e da dependência com relação a Europa” (PERRONE-MOISÉS, 2007, p. 33-4).

⁹⁰ Sobre os escritos desses pensadores e outros latino-americanos, ver o instigante livro de Maria Lígia Coelho Prado, *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos* (2014).

⁹¹ Viana entrou para o rol dos intérpretes do Brasil que têm como chave analítica o autoritarismo, o caráter eminentemente conservador do Estado. Em sua obra *Linhagens do pensamento político brasileiro*, Gildo Marçal Brandão (2010) nos brinda com uma instigante análise acerca do conservadorismo na obra de Oliveira Viana que, reitera, sofreu duras críticas por seu racismo arianista por parte de Sergio Buarque de Holanda, Dante Moreira Leite, Nelson Werneck Sodré, dentre outros. Destaca que, à época do lançamento de Populações meridionais do Brasil, a obra foi acolhida com entusiasmo por parte de intelectuais, excetuando-se Astrogildo Pereira, que estava à frente do Partido Comunista Brasileiro. Causa espanto a ausência à menção do nome de Manoel Bomfim, que em *O Brasil na América*, publicado em 1927, demonstra toda a fragilidade do argumento racializados de Oliveira Viana.

escarnece do ponto de vista de Viana, afirmando que o mesmo ainda se encontra em uma “fase de crenças em dolicocefalia e arianismo” (BOMFIM, 1997, p. 194).

Diante do “verbalismo pedante” que engrandece a raça ariana, Bomfim argumenta que para a evolução dos da humanidade é necessário a convergência entre tradições distintas e que da mistura, da fusão entre raças, surgem tipos estáveis. “Não há nenhum motivo biológico para duvidar do futuro do Brasil, como incapacidade de suas raças” (BOMFIM, 1997, p. 183). Para Bomfim, o encontro entre civilizações distintas traria, inequivocamente, um “ajuste” entre essas tradições, não por uma inferioridade inata de um povo, nem pela superioridade redentora de outro, mas porque “dado o encontro de tradições há, necessariamente, o influxo recíproco, (...) um qual ajuste de umas formas às outras, aproveitando-se, finalmente, o que é melhor e mais proficuo” (BOMFIM, 1997, p. 185). Sobre Oliveira Viana e as consequências de suas asserções, Bomfim é peremptório:

Tudo considerado, reforça-se o asserto: o Brasil é um país de população cruzada, desde os primeiros dias, e foi com essa população cruzada que a nação apareceu e se definiu. Pretender conduzi-la a um tipo puro, em *nobilitante arianização*, é pretender desfazer, e, não, completar e conduzir o que é propriamente Brasil. Tanto que não haverá, para a nossa situação histórica e etnográfica, atitude mais impatriótica do que a de concluir dos povos, pelos preconceitos das *raças inferiores...*, *superiores*, repetindo aleives que, em nome da biologia, se erguem, contra os cruzamentos das raças humanas extremas. (BOMFIM, 1997, p. 206, grifos do autor).

Oliveira Viana era um entusiasta do branqueamento e acreditava que a mestiçagem seria positiva desde que o branco predominasse – diferente de outros que eram mais pessimistas quanto aos efeitos deletérios da mistura, como Nina Rodrigues. Preconizava uma “arianização progressiva” do brasileiro que levaria ao natural desaparecimento dos negros.⁹² É importante destacar que o saquaremense foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, entre os anos de 1932-1940, desenvolvendo sua atividade política durante o governo de Getúlio Varga (REIS, 2006; MAIA, ZAMORA, 2018).

Analisando a obra de Oliveira Viana, Moreira Leite (1983) não se preocupa em utilizar meias palavras: “o que nele parece teoria é imaginação gratuita, grosseira deformação de fatos e teorias alheias” (LEITE, 1983, p. 242). Para ele, os estudos de Viana não passam deformações impostas aos documentos” (LEITE, 1983, p. 243), pois seus escritos não se sustentam quando cotejados com o trabalho de historiadores sobre o período. Além disso,

⁹² Sobre a “arianização progressiva”, Maia e Zamora (2018) destacam que “era uma política pública que visava à redução da população negra pela miscigenação com a raça branca superior. A arianização era a saída civilizatória para o Brasil. Na seleção natural, o negro se extinguiria pela seleção social, que diz respeito à raça branca mais forte e mais bela, e por isso dominante socialmente” (MAIA, ZAMORA, 2018, p.278).

algumas de suas afirmações causariam espanto pelo deslocamento ante a realidade, como sugerir a existência de um momento áureo em nossa história, somente interrompido em 1888, pela abolição, o que teria gerado um caos social nunca visto antes: “Oliveira Viana não organizou seu pensamento e, aparentemente, não percebe as contradições espantosas que a leitura revela imediatamente” (LEITE, 1983, p.249). Ademais, Leite destaca que o sucesso de suas obras é devido ao momento histórico em que foram escritas, com o avanço dos movimentos fascistas na Europa e sua repercussão no Brasil. Aponta também seu comprometimento ideológico com a “aristocracia brasileira”.⁹³

Nesse contexto, tal como Bomfim, Alberto Torres rejeitava a supremacia dos “dolicocéfalos louros”. Torres também estaria em harmonia com as últimas tendências da antropologia, a exemplo do culturalismo de Franz Boas. Defende que, não obstante a mistura de raças que aqui se deu, o Brasil logrou organizar a cultura, ainda que diante de um vasto território (SKIDMORE, 1976). Skidmore (1976) aponta que nenhum outro intelectual com estreitos vínculos com a elite (Torres foi Ministro da Justiça e governador do Rio de Janeiro) foi tão veemente em sua expressão anti-imperialista. Negava ser um nativista, avesso aos estrangeiros, mas julgava que “as pálidas cópias” de intelectuais estrangeiros impediam que se enxergasse a sociedade nacional, residindo aí o real problema: no comportamento “supersticioso” com o qual muitos intelectuais brasileiros se atiravam às teorias estrangeiras. Julgava necessário, portanto, uma mudança na mentalidade das elites para que encontrassem soluções brasileiras para problemas brasileiros.

Cumprido destacar que Álvaro Bomfilar, em sua obra *O preconceito de raça no Brasil*, de 1916, retoma as discussões de Bomfim sobre a mestiçagem e a sua inspiração antilusitana, muito embora discorde deste no tocante ao papel da Igreja Católica na formação do Brasil e no que diz respeito à alternativa agrícola para o futuro da nação. Bomfilar foi acolhido entre os seus e apontado por Guerreiro Ramos como pioneiro ao tratar as relações étnicas do Brasil sem o ranço racista, enquanto Bomfim foi deixado de lado pela Ciência Social que se construiu posteriormente. O próprio Bomfilar aponta alguns fatores que concorriam para o esquecimento da obra do sergipano, como o boicote dos editores portugueses, que dominavam

⁹³ Moreira Leite (1983), depois de passar em revista o que considera os principais pontos do pensamento de Oliveira Viana, ressalta que pouco foram tão cruéis e injustos com os negros do que o jurista de Saquarema. Destaco a seguinte passagem: “(...) apesar das críticas – e felizmente já havia, no Brasil, quem percebesse os absurdos de suas afirmações, a ausência de documentos – esses livros tiveram várias edições e foram citados a sério como se representassem algo mais que a imaginação doentia de um homem que deve ter sido profundamente infeliz” (p.253).

a imprensa da capital nas primeiras décadas da república, devido ao seu exacerbado antilusitanismo (OLIVEIRA, 1990). Destacamos que mesmo seu aguerrido antilusitanismo não o impede de inscrever o Brasil em uma linhagem latina (BOMFIM, 2005).

Mesmo depois de sucessivas refutações do racismo científico e o frontal desdém à ideia de branqueamento por pesquisadores como Roquete Pinto, que desenvolveu ampla pesquisa etnográfica com os indígenas enquanto participava das expedições de Rondon no interior do Brasil, houve tentativas legislativas de conter a imigração com base em argumentos racializados. Ademais, intelectuais como Oliveira Viana endossavam argumentos favoráveis ao branqueamento, já avançada a década de 1920. A pesquisa científica avançava, mas a mentalidade da elite se alimentava de teorias raciais. Esse talvez seja um dos motivos pelos quais a obra de Bomfim passou por seus contemporâneos sem despertar maior interesse. Somente na década de 1930, com a criação das universidades, é que o solo se tornou fértil a ideias positivas sobre miscigenação, como a de Gilberto Freyre (SKIDMORE, 1976; CHOR, 2000).

5.2 Educação e nacionalidade

Durante a Primeira República, a literatura infanto-juvenil nas escolas assume um lugar de destaque, revestindo-se de um verdadeiro “catecismo cívico” formando os “portadores sociais da nação”. Bomfim escreveu diversas obras didáticas de relativo sucesso para a formação de crianças e jovens, em que se destaca *Através do Brasil* (BOMFIM, BILAC, 2000), de 1910, livro escrito em parceria com o poeta Olavo Bilac, amigo de longa data e parceiro em inúmeros projetos literários.⁹⁴ Ambos defenderam a reforma do livro didático e a formação de uma literatura escolar nacional. Essa obra de Bomfim e de Bilac é um livro tanto de leitura quanto de formação (BOTELHO, 2002), embebida em um ufanismo discreto, mas nem por isso menos contundente, da exaltação de terras e de recursos naturais, bem como dos tipos humanos que compõem a nação. Bomfim e Bilac (2000) destacam a importância do professor na mediação dos recursos e conhecimentos a serem adquiridos pelos estudantes através dos livros didáticos. Os autores propõem com seu livro uma alternativa aos “livros enciclopédias”, compêndios sem vidas destinados as crianças:

Neste livro existem e entrelaçam-se, por meio de mútua sugestão, todas as noções que a criança pode e deve receber na escola; e, ao mesmo tempo, a sua leitura representa

⁹⁴ Bomfim, assim como seu amigo e parceiro intelectual, Olavo Bilac, faz parte do grupo de autores que escreveram livros didáticos para crianças e jovens durante a Primeira República. De fato, como bem ressalta Bomeny (2014), é impossível tratar o tema da educação no período sem mencionar os dois autores.

por si mesma uma visão geral do Brasil, um conhecimento concreto do meio no qual vive e agita a criança; e deste modo se consegue isto, que é a grande aspiração do ensino primário: que a Escola ensine a conhecer a natureza com a qual a criança está em contato, e a vida que ela tem o dever e da qual já participa (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 51).

Para Lajolo (2000), a obra de Bomfim em parceria com Bilac se assemelha em muitos aspectos a seus correlatos europeus como *Le tour de La France per deux enfants*, escrito por Augustine Tuillerie em 1877, e *Cuori*, de 1886, escrito por Edmondo de Amicis. Contudo, a autora destaca que não se trata de uma simples cópia de modelos culturais. *Através do Brasil* (BOMFIM, BILAC, 2000) responde questões prementes de nossa sociedade acerca da formação da identidade nacional. A autora destaca a relação entre o crescimento do mercado editorial e a necessidade de produzir materiais para o público infantil, herdeiros das classes abastadas:

Cautelosas em suas alianças, conservadoras em seus programas políticos, convencionais em seu gosto estético e cegamente confiantes na educação como instrumento para a recuperação de seu status, as classes médias brasileiras se articulam. É para o público juvenil, para os filhos e herdeiros dessas classes, que a partir do começo do século XX se produzem, num ritmo cada vez mais intenso, livros como “Através do Brasil” (LAJOLO, 2000, p. 17-8).

Bomfim é explícito em sua defesa da nacionalização da educação, do ensino cívico para a formação das crianças e jovens, futuros cidadãos. Contudo, compreende que a retórica patriótica, o civismo desencarnado dos símbolos heráldicos, pouco apelo terá para os mais jovens. Cumpre, então, construir uma narrativa envolvente, que apresente o Brasil em sua riqueza, em cores vivas que despertem a atenção dos pequeninos. Como apontamos a seguir, em texto publicado no primeiro número da *Revista Pedagógica*, aspectos pedagógicos e civismo imiscuem-se na prática professoral de Bomfim:

É falando-lhes de coisas brasileiras, buscando pontos de referência no mundo que eles conhecem, interessando-as pela natureza e pela sociedade que as cercam, fazendo-lhes ver as dependências em que elas estão para o meio onde vivem e as demais, que de futuro criarão, que se poderá implantar na alma das crianças esse misto de sentimentos que chamamos patriotismo (BOMFIM, 2010, p. 125)

Sob essa chave de leitura, podemos analisar a obra *Através do Brasil*, no qual o país é apresentado a partir de uma narrativa empolgante, em meio as aventuras dos irmãos Carlos e Alfredo, que viajam o Brasil em busca do pai perdido e, posteriormente, em busca da família que residia no Rio Grande do Sul. Ao caírem na estrada, conhecem lugares marcantes e importantes para o Brasil, como o Rio São Francisco e a Hidrelétrica de Paulo Afonso. Também conhecem diversos “tipos humanos” que compõem o país: negros, mulatos, sertanejos, indígenas. O objetivo dos autores era de apresentar às crianças o Brasil e o que essa nação teria de mais valioso. Além da preocupação com a nacionalização do livro didático, desta vez

conforme a realidade brasileira, evidencia-se o interesse pedagógico de Bomfim em escrever um livro que traga informações e conteúdos necessários para a formação escolar infantojuvenil, de forma tal que seja agradável e compreensível para as crianças, e não só por meio de “amontoados didáticos, sem unidade e sem nexos” (BOMFIM, BILAC, 2000, p.44). Apesar dessa queixa, os escritores são categóricos ao afirmar que o centro vivo e propulsor do processo de aprendizagem é o professor.

No seio de sua abordagem pedagógica, percebemos o desejo de que os conteúdos trabalhados com os estudantes tenham significado, de que façam sentido para o discente, sendo o mais concreto possível, fugindo de abstrações e exemplos que escapam à imaginação infantil, como apresentar as quatro estações do ano falando de neve em um país tropical. Em *Através do Brasil* (BOMFIM, BILAC, 2000), há uma narrativa realista, naturalista, embora os autores retomem diversos aspectos da problemática questão nacional nesse texto. Foi no âmbito do Romantismo brasileiro que o tema da nacionalidade surgiu como pauta de nosso sistema literário, construindo um ideário que associava a pátria à grandeza da natureza. Fugindo do modelo romântico, os autores “historicizam as paisagens” (BOTELHO, 2002; RICUPERO, 2004). Nacionalizar a educação, nesse sentido, tem um forte apelo à conexão com nossa realidade, em seus aspectos físicos, geográficos, históricos e culturais. O concreto seria o factível, o cognoscível:

A escola, principalmente a escola primária, tem de ser forçosamente, nacional. Enquanto ela não reveste esse papel, é uma coisa incanalicada, de resultados pouco mais que nulos, porque, se a nacionalização do ensino é vantajosa para a nação, formando cidadãos, não o é menos por causa do ensino, facilitando-o extraordinariamente. É o único modo de concretizá-lo, principalmente para crianças (BOMFIM, 2010, p. 125).

Estudioso atento das teorias pedagógicas, Bomfim não advogava por essencialismo pátrio na educação. Ao contrário, era importante ao educador estar atento às teorias pedagógicas mais modernas e que colaboravam para o progresso de outros países, compreendê-las em seus contextos de origem e apropriar-se delas, aplicando-as às nossas especificidades. De fato, somente com o domínio da nossa história, bem como das riquezas naturais e geográficas do país, poderiam essas teorias ser aplicadas e produzirem resultados:

A arte de ensinar está hoje tão adiantada em vários países civilizados, que, quase não precisamos inventar para o fim de ensinar e educar. Basta que acompanhem, com interesse, o progresso que a pedagogia vai fazendo nesses países, para que obtenhamos elementos bastantes para desenvolvermos convenientemente o ensino entre nós. Mas é preciso que, colhendo os frutos desse progredir, não o façamos servilmente. As descobertas, os novos métodos e os novos sistemas, antes de empregados, precisam ser inteligentemente estudados e criteriosamente adoptados ao nosso meio, com as competentes correções, e só depois de uma assimilação perfeita é que devemos praticá-los, sem o que poderia ser útil, podem ser funestos. É

principalmente ao mestre que incumbe efetuar essa adaptação (BOMFIM, 2010, p.127).

Para Bomfim (2010), haveria uma interferência direta da inteligência na moralidade, uma vez que aquela que pode ser refinada com o processo educativo. Os atos voluntários e as deliberações são guiados pela inteligência que, se bem trabalhada, pode formar um indivíduo “moralizado autônomo” e “modificar o caráter da ação” (BOMFIM, 2010, p.110). Em sua perspectiva, tomam proeminência a educação moral e o civismo, capazes de orientar o indivíduo ciente de seus direitos e deveres. De fato, Bomfim destaca a educação infantil como necessária à construção do *self-control*, direcionando a vontade e proporcionando o aprendizado do cognoscente. Em seu entendimento, a educação atuaria em dois sentidos: “reforçar-lhe o poder de inibição e de self-control, habituando-a a sopitar os primeiros impulsos, e ensinar-lhe a bem utilizar a experiência adquirida, a fim de agir com oportunidade, da melhor forma possível, de acordo com os interesses mais importantes” (BOMFIM, 2010, p. 101). Destaca também uma relação entre a educação e moral, em que o trabalho é aspecto fundamental:

o hábito do trabalho tem tanta importância para o êxito geral da vida, tanta significação nos traços pessoais, que o temos de considerar fator de moralidade, e incluí-lo na educação moral. Não é um ser moral completo quem não se sente capaz de dar a constante quantidade de trabalho que a manutenção da existência de cada um (BOMFIM, 2010, p. 107).

É importante destacar, nesse contexto, o tratamento dirigido às crianças e jovens pelos dirigentes políticos. O trabalho de Santos (2021), que versa sobre a infância e a criminalidade em São Paulo nos primeiros anos da República, demonstra a intervenção de autoridades na infância e na juventude das classes populares. Com o avanço do processo de urbanização, houve o recrudescimento da delinquência juvenil. O abandono de crianças também se tornou uma questão grave e constante que devia ser solucionada pelo Estado. Contudo, não existiam diretrizes evidentes para políticas públicas desse alcance; muitas vezes, as medidas tomadas compreendiam tão somente a internação em orfanatos e casas de correção, em péssimas condições estruturais e sanitárias e sem a formação educacional adequada. Ressaltamos que somente em meado dos anos 1920 a ação de instituições filantrópicas e de caridade é substituída pela ação efetiva dos dirigentes e autoridades responsáveis. Com o *Código de Menores* de 1927 (decreto nº 17.343/A), o Estado formaliza sua responsabilidade para com crianças e jovens abandonados.

Outro aspecto relevante sobre a situação da infância e da juventude refere-se à exploração de sua mão de obra pelas fábricas, principalmente pela indústria têxtil: “O cotidiano

das crianças e adolescentes nas fábricas e oficinas do período remete sempre para situações-limite cuja versão mais alarmante traduz-se nos acidentes de trabalho, mas que infelizmente neles não se esgotam, incorporando a violência em vários níveis” (MOURA, 2021, p. 260). O estudo de Rizzini (2021) aponta que em torno de 25% da mão de obra empregada pela indústria têxtil era composta por crianças e jovens de até 18 anos, muitos destes arregimentados de orfanatos e casas de caridade, trabalhando em condições perigosas e precárias, com maquinário pesado, por baixos salários. Tais circunstâncias sujeitavam esses jovens inclusive a doenças infecciosas, como a tuberculose.⁹⁵

Ante a precedência da educação formal para crianças e jovens, o Estado deveria tomar para si a prerrogativa da instrução básica, que, em seus moldes, também implica a necessidade de elaboração de tradições nacionais. Nesse sentido, para Bomfim, a ação policial é inversamente proporcional à ação educadora – ambas promovidas pelo Estado –, dado que uma educação efetivamente libertadora e voltada para o crescimento pátrio, com garantia dos direitos individuais, havia de diminuir a delinquência e a criminalidade. A educação, então, dar-se-ia em duas frentes: “a formação do espírito nacional e a defesa ou garantia dos direitos individuais” (BOMFIM, 2010, p.81). A insistência de Bomfim para com a educação, por mais utópica e pouco revolucionária que possa soar atualmente, sugere uma preocupação com um problema social candente, muitas vezes destacados nos jornais diários. Educar a nação é garantir a essas crianças e jovens o rompimento com o ciclo de exploração e de violência.

Nesse sentido, relembremos que a 27 de setembro de 1921 Bomfim denuncia, no *Jornal do Commercio*, os interesses de classe que embasam o desinteresse pela instrução pública e por políticas públicas direcionadas aos mais desfavorecidos:

Opondo-se a essas concepções, levantam-se os que, reservando todas as receitas do Estado para os que desfrutam, querem salvar as aparências com a fingida indignação contra o que chama de Estado-Providência. Em verdade, o que se pretende, com essa política de indiferença pelos destinos da nação, é que o Estado seja, apenas, um proveito imediato para aqueles que dele se apoderaram. Os recursos do Estado é a força com que essa classe mantém a política absurda e criminosa, de que se aproveita (BOMFIM, 2010, p.81).

⁹⁵ É digno de nota a atuação dos militantes anarquistas por melhores condições de trabalho (a greve de 1917 é consequência de sua articulação política) e pela erradicação da exploração da mão de obra infantil: “Num país de tradição escravocrata. As críticas à situação de vida das crianças (sem escola, com trabalho não regulamentado e regulamentos desrespeitados, habitando em condições desumanas) abriram frentes para a reivindicações políticas de direitos e contestações às desigualdades” (PASSETTI, 2021, p. 354). Para mais informações ver Passetti (2021) e Rizzini (2021).

Dado que a constituição republicana impõe interdições aos analfabetos, cumpre ao Estado a obrigação de educar os indivíduos desde a tenra infância, facilitando, desse modo, seu acesso a elementos necessários para o exercício da cidadania e para a participação plena no processo eleitoral, de modo que o Brasil não siga sendo “um embuste de democracia, sem eleitores” (BOMFIM, 2010, pp 80-84). Ao Estado cabe um papel coordenador: ao instituir leis, deve zelar pelo seu cumprimento, prezando pelo interesse coletivo e cuidando, principalmente, dos mais fracos. Assume, pois um papel de zelador da moral, sendo ele mesmo uma “expressão da vida moral” (BOMFIM, 2010, p 89). Contudo, no Brasil, o Estado vai se tornando patrimônio de classe, em que os dirigentes utilizam a grandeza e o poder decorrentes dos cargos ocupados na administração pública em benefício próprio:

Mas, em todas elas, uma vez reconstituído o Estado, o exercício de poder vai viciando o caráter dos dirigentes, a volúpia do mando se lhes vai infiltrando no coração, até que se corrompem completamente os sentimentos políticos e eles acabam confundindo os interesses da nação, os ideais orientadores, programas, democracias, República... com suas ideias, seus caprichos, seu poder pessoal. É assim, mesmo nos bem-intencionados (BOMFIM, 2010, p.87).

Bomfim acompanhou os movimentos políticos nas primeiras décadas republicanas, mas sempre insistiu no binômio educação-democracia. Somente uma população educada gozaria das benesses de uma sociedade democraticamente estruturada. Cientes de seus direitos e educados para seus deveres, saberiam identificar abusos de poder e a má utilização dos recursos públicos. Tal defesa da educação popular conduziu Bomfim, junto a Elysio de Carvalho e outros apoiadores, à formação da primeira universidade popular na América Latina, a Universidade Popular de Ensino Livre, no Rio de Janeiro, de inspiração anarquista e voltada para a formação da classe trabalhadora.⁹⁶ A educação organizaria essa força grandiosa que, uma vez canalizada, transformaria a ordem social:⁹⁷

A vontade se adquire, a vontade se perde... Eduquem-se as almas inconstantes destas populações, habituem-nas a vencer as impressões do momento, ensinem-lhes as consequências últimas dos atos imorais, esclareçam-lhes as inteligências, de forma que possam prever as consequências longínquas do seu proceder atual, haja em torno delas uma opinião pública, cada vez mais justa e livre, e daí sairão gerações mais fortes, capazes de dominar-se a si mesmos, capazes de lutar e progredir (BOMFIM, 2005, p. 339).

⁹⁶ Esta breve experiência (03/1904 – 10/1904) não vingou e a ideia não frutificou. O estudo de Lamela (2017) relata uma contenda envolvendo Carvalho e alguns dirigentes anarquista que o acusaram de ser um policial infiltrado, além de sumir com os recursos arrecadados pelos simpatizantes e apoiadores. Bomfim não escreveu sobre essa experiência, como o atesta seu biógrafo Ronaldo Conde Aguiar (200).

⁹⁷ Sobre as estatísticas relativas ao analfabetismo nas três primeiras décadas republicanas, ver Lajolo e Zilberman (1998), Carvalho (1999) e Botelho (2002).

Em Manoel Bomfim, a nação é vista como artefato histórico, construído e em movimento. Mediante a aprendizagem, os cidadãos reforçam em si e para a comunidade os valores compartilhados e que nos distinguem de outros povos. Encontra-se aí a premência do processo educativo que, ao formar cidadãos, tirando-os da ignorância e do analfabetismo, fortalecem a nação. A escola é capaz de engendrar, na expressão de Anderson (2008), essa *comunidade imaginada*: “É forçoso criar fortes correntes internas de sentimentos e de ideias que liguem nossos destinos; e a base de tudo isso é a escola primária” (BOMFIM, 2010, p. 66).

Ademais, ressaltamos a atuação parlamentar de Manoel Bomfim. O autor de *América Latina: males de origem* participou ativamente dos debates referentes ao Projeto Tavares Lira, que tramitou no Congresso Nacional de 24 de junho de 1907 até 23 de novembro de 1908. Esse projeto discutia a organização do ensino em todos os níveis, do fundamental ao superior. Além disso, preconizava a atuação conjunta da União com os Estados e municípios na promoção da educação pública no ensino primário, além de propor reformas no ensino secundário e superior. Para o sergipano, era necessário separar duas questões que permeavam o projeto e que, a seu ver, apresentavam urgência e caráter distintos. Para o primeiro momento, a questão de maior relevância era a promoção da instrução primária pelo Estado. Sua atuação era imprescindível para democratizar o ensino e garantir a reforma moral e social que a nação necessita. Em segundo plano, figurava a reestruturação do ensino secundário e superior (SILVA, MACHADO, 2016). Esses comentários nada mais fazem que evidenciar, nos escritos bomfinianos, a centralidade da infância.

Contrariando seus adversários, defensores da premissa que a intervenção estatal feria o direito de liberdade das crianças e dos pais, Bomfim alegava que cabia ao Estado defender a nação dos inimigos externos e, internamente, proteger os mais pobres e desvalidos. Para o sergipano, nada havia de mais frágil e indefeso do que as crianças de classes populares. Nesse sentido, cabia somente ao Estado o zelo pelo futuro desses jovens, que deveria se dar mediante a instrução pública. Diante disso, era indispensável o investimento na formação de professores. Em seu artigo sobre a instrução, Bomfim (2010) apontava como prerrogativa da União a garantia do ensino básico, não somente para afastar o povo de um estado de ignorância, mas também para construir a alma nacional com contornos republicanos e proporcionar um sentimento de unidade:

Por hora, só há um meio de podermos atingir a essa almejada unificação, caracterização e nacionalização da escola primária – é o acordar voluntário de todos os estados e dos poderes da União. Cumpre provocá-lo, e, penso, não seria difícil, sobre ser de vantagens para a causa da instrução pública e da segurança da pátria

brasileira, vantagens que se mede pela inteira liberdade com que cada parte entra no acordo e pela soma de inteligências, de esforços e de competências, que virão concorrer nessa obra comum (BOMFIM, 2010, p. 68).

Manoel Bomfim não estava sozinho a advogar a necessidade premente de um projeto educacional de âmbito nacional. De fato, na transição do regime monárquico ao republicano, um fervor ideológico espalhou-se, inflamando os ânimos de intelectuais e políticos (PINHEIRO, 2016). Contudo, essa turbulência rapidamente se desfez e pouco foi feito para efetivar mudanças no parque educacional do país. Apesar de um ou outro defensor mais ardoroso (entre eles, o próprio Bomfim), somente a partir de 1915 empreendeu-se ampla campanha pela educação, com a *Liga de Defesa Nacional*, iniciada a partir de discursos proferidos por Olavo Bilac. No entanto, somente na década de 1920 esse entusiasmo passa a ser bem direcionado, e propostas para a reforma da educação são elaboradas em diversos estados da federação, por nomes como Lourenço Filho, no Ceará, e Anísio Teixeira, na Bahia. Em 1927, algumas dessas ideias são sistematizadas no movimento Escola Nova, imbuídos de um otimismo pedagógico e da crença em novos modelos educacionais, em oposição à educação dita tradicional: “Indiscutivelmente, o otimismo pedagógico encontra sua mais acabada formulação nos movimentos reformistas estaduais das escolas primárias e normais na década dos anos 20, quando se procurou realizar o ideário escolanovista” (PINHEIRO, 2016, p.287).

Frisamos que já em 1897, na turbulenta década em que o novo governo republicano se esforçava por alicerçar suas bases (CARVALHO, 1987), Manoel Bomfim era defensor e entusiasta de bases gerais para a educação – projeto que só seria concluído seis décadas depois, com a Lei 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação.⁹⁸ Participar da política formal seria uma maneira de efetivar mudanças na instrução pública, já que ele acreditava que “poderia concorrer para a solução do problema” (BOMFIM, 2010, p. 132). Após a experiência parlamentar, Bomfim atuou na formação de professores. Pôs-se, então, a “fabricar” o remédio que considerava eficaz. Ao rememorar esse período no final de sua vida, Bomfim descreve, desanimado, a dificuldade de se operar mudanças mediante a ação estatal: “Apenas pude verificar que é longo e penoso o movimento de ideias no mecanismo da política que se fazia e que se faz no Brasil” (BOMFIM, 2010, p. 134).

⁹⁸ O texto chegou a Câmara Federal em outubro de 1948 e, depois de mais de uma década de discussões morosas foi aprovada tendo como um dos principais eixos de discussão a participação da iniciativa privada na educação. Para mais informações, ver Carneiro (2013).

6 NOVAS SEMÂNTICAS AO SUL: O DISCURSO ALTERNATIVO DE MANOEL BOMFIM

O Sul sempre resistiu às investidas coloniais e imperialistas, desde as cosmologias indígenas e seus levantes às lutas dos escravizados e dos povos simples espoliados, ao tempo em que produziu intelectuais que pensaram a formação dos jovens estados nacionais a partir da experiência colonial e das diversas dimensões da colonialidade. A América Latina sempre desenvolveu respostas epistêmicas para o universalismo europeu (NAVARRETE, 2015). Manoel Bomfim é exemplar nesse sentido. Ao pensar o processo colonial, a partir da base conceitual do parasitismo social, o pensador destaca a exploração política e econômica ao passo que desnuda, à sua maneira, a colonialidade do saber. Embora seu escopo de estudos abrangesse, em um primeiro momento, toda a América Latina, ao centrar o olhar sobre a história brasileira, refina seu arcabouço analítico dedicando-se a compreender a forjadura das tradições e como esta acaba por ser deturpada, impedido o florescer da nação que se vê estiolada.

Manoel Bomfim (2005; 2013) já destacava a assimetria na produção de conhecimento e como as potências políticas e econômicas repercutiam inverdades sobre a cultura e a política de suas ex-colônias. Expunha como a estratégia de manutenção da servidão minava a confiança dos povos em seu próprio valor histórico e de seu lugar no “progresso das nações”. Em *América Latina*, vemos o jovem médico apontar o que considera falseamentos contra as nações sulamericanas. Nos últimos escritos, descreve como se opera um ataque sistemático e organizado, em que as narrativas dos países centrais ganham status “universal” enquanto ao resto das nações nada mais resta que permanecer à sombra, apartado de sua própria tradição nacional vivificante. Bomfim assume uma perspectiva descolonial ao confrontar o universalismo abstrato e destacar a importância de se conhecer e compreender as histórias locais para além de seu lugar periférico e subalterno, a essas atribuído pelas narrativas eurocêntricas metropolitanas. Problematiza o lugar de enunciação desse discurso, ao lançar luz sobre a colonialidade do poder que engendra essas narrativas (QUIJANO, 2005, 2010; GROSGOUEL, 2010).

As próximas seções discutirão o alastramento da crítica pós-colonial pelo mundo e as peculiaridades que contribuíram para a emergência da crítica da colonialidade (QUIJANO, 2005, 2010; MARTINS, 2019a; 2019b; SEGATO, 2022), a emergência de novas epistemologias ao Sul (SANTOS; MENEZES; 2010; SANTOS, 2019). Assim, apresentamos o nordestino Manoel Bomfim como um intelectual insurgente, que, ao estudar a história do Brasil e seu lugar na América e no globo, entabula uma ruptura epistemológica prescindindo dos

argumentos racializados, salientando ainda como as histórias nacionais são contadas de forma a manter no centro as potências colonizadoras, às custas do ocultamento das histórias locais.

Como podemos verificar, o sergipano constrói seu arcabouço analítico sobre os pilares que unificam intelectuais das mais variadas vertentes teóricas e que tecem críticas ao pensamento científico eurocêntrico e à colonialidade subjacente: a crítica ao universalismo das narrativas, bem como a necessidade de sua revisão, além da premência da produção de outros saberes, mais válidos em seu potencial heurístico de compreensão da realidade haja vista a proximidade que ambos, tais saberes e tal realidade, deveriam manter.

6.1. Novos caminhos, rupturas?

Com a chegada dos europeus à América e a consolidação de um sistema-mundo integrado – colonial/moderno –, estabeleceu-se um novo modelo de relações intersubjetivas que acabaram por colonizar as formas não-europeias de conhecimento.⁹⁹ O sistema-mundo capitalista, como modo de produção, já nasce globalizado e essa característica se expressa nas relações políticas e econômicas existentes entre as colônias e as metrópoles. A modernidade é indissociável da experiência colonial. A concepção pós-colonial reside no reconhecimento de que a colonialidade persiste, presente em diversos processos excludentes, silenciando saberes e práticas tradicionais locais, impedindo o fluxo de informações e conhecimentos (QUIJANO, 2005, 2009, 2010; LANDER, 2005; DUSSEL, 1993, 2005; WALLERSTEIN, 2001, 2007).

A crítica pós-colonial¹⁰⁰ é uma corrente sócio-filosófica que busca retificar as distorções geradas em anos de “colonização das ideias” no âmbito de uma Ciência Social alicerçada em categorias analíticas eurocêntricas, que conferiu aos continentes africano, americano e asiático um patamar de subalternidade, em termos de produção de conhecimento acerca de sua própria realidade. Como sugere Costa (2005), trata-se de uma reconfiguração do campo discursivo, enfatizando as hierarquias presentes no processo de produção de

⁹⁹ Sobre a universalização dos saberes modernos ocidentais e a destruição dos conhecimentos nativos, ver Dussel (1993), Wallerstein (2007) e Navarrete (2015).

¹⁰⁰ O que se convencionou chamar de crítica pós-colonial é um movimento intelectual que ganha proporção e visibilidade em meados dos anos 1970, com a formação do grupo de estudos subalternos na Índia, sob a liderança de Ranajit Guha. Emergindo em países que são ex-colônias, tenta lograr uma nova compreensão da Modernidade e do Sistema-mundo capitalista, não assentado nos pilares da moderna ciência eurocentrada, partilhando novos conceitos que visam à compreensão de seus países e povos e possa, efetivamente, fomentar movimentos sociais emancipatórios, fora dos trilhos do progresso alardeados pelo capitalismo global. Em nosso continente, o Grupo Modernidade/Colonialidade radicaliza a crítica pós-colonial e enfatiza a necessidade de criarmos vias analíticas para compreendermos a “diferença colonial” resultado da expansão da Modernidade Ocidental. Cito como expoentes dessa vertente analítica, na América Latina, Aníbal Quijano, Edgard Lander e Walter Mignolo. Sobre isso, ver Chakrabarty (2010), Ballestrin (2013).

conhecimento. Partindo do diálogo com os estudos pós-coloniais, compreendemos que a modernidade ocidental¹⁰¹ é indissociável da colonização da América e de outras áreas do globo por parte das potências europeias. Cumpre, então, desvendar o mito da modernidade (DUSSEL, 1993) e analisá-lo como um processo dialético entre o europeu e o não-europeu, trazendo à tona a irracionalidade (violência) da colonização, e destacando que a exploração colonial mescla elementos econômicos e não econômicos no processo de dominação colonial (GROSGOUEL, 2008, 2012a, 2012b; MARTINS, 2017b).¹⁰²

Destarte, Costa (2018) destaca que a contribuição epistemológica dos estudos pós-coloniais chegou a um termo. Cumpre agora romper com os limites da Sociologia do Conhecimento e apresentar novas ferramentas analíticas capazes de influenciar a Sociologia como um todo: “A partir de agora, seu objetivo deve ser uma produção pós-colonial de conhecimento sociológico que não se aplique, somente, às *‘sociedades não-ocidentais’*, mas que, ao contrário seja válida para diferentes sociedades” (COSTA, 2018, p. 18, grifo do autor).

Nesse sentido, trabalhar com novos conceitos construídos a partir de problematizações referentes ao cânone europeu das Ciências Sociais traz novos instrumentais para analisar os elementos fronteirizos da relação que se estabeleceu entre colonizadores e colonizados.¹⁰³ Nisso reside a crítica à colonialidade do poder: na denúncia do que foi esquecido, na análise do fundacional que foi deixado de lado por uma ciência cega ao que foi produzido na periferia do sistema-mundo, na escuta da voz subalterna que categorias analíticas tradicionais não conseguem fazer falar: “O que o conceito de colonialidade do poder traz de novo é a leitura da raça e do racismo como ‘o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo’” (BALLESTRIN, 2013, p. 101).

¹⁰¹ Como modernidade compreendemos o empreendimento europeu de expansão capitalista e as modificações institucionais que se distinguem sobremaneira de formas sociais anteriores. Tal modelo traz como um dos traços culturais hegemônicos a ideia de que a cultura e os povos europeus são superiores aos demais povos e organizações sociais e culturais (GIDDENS, 1991, 2002; DUSSEL, 1993).

¹⁰² Ramón Grosfoguel (2012) destaca onze hierarquias que perpassam a colonialidade do poder, dentre os quais sublinho o sistema interestatal político e militar, a hierarquia etnoracial, de gênero, e espiritual e a heteronormatividade. Em suas palavras: “O homem branco, capitalista, heterossexual, militar, cristão, europeu foi o que se expandiu pelo mundo levando consigo, e impondo simultaneamente, os privilégios de sua posição racial, militar, de classe, sexual, epistêmica, espiritual e de gênero. Estas diversas e entrelaçadas colonialidade, foram cruciais nas hierarquias e ideologias globais que, ainda no início do século XXI, experienciamos em escala planetária” (p 343).

¹⁰³ Nesse sentido, o trabalho de Stephen Legg (2013) traz uma discussão interessante ao analisar a influência foucaultiana na crítica pós-colonial e como esta reverberou em sua disciplina, a Geografia, na medida em que uma visão eurocêntrica foi imposta aos territórios que eram objetos de estudos. Desta feita, instituiu-se uma “hierarquia da diferença” em que a Europa está firmemente presa ao centro, enquanto os territórios localizados nas periferias foram fragmentados e avaliados em uma escala que categorizou negativamente regiões inteiras do globo.

O “descobrimento” e a “invenção” da América foi o ponto fundante da modernidade/colonialidade. A estruturação da divisão do trabalho no que tange à produção intelectual – o Sul que fornece experiências e o Norte que analisa e teoriza sobre essa realidade – foi fator determinante para o fortalecimento de relações sociais perpassadas pela colonialidade do poder. O racismo científico (BALLESTRIN, 2013; CONNELL, 2012a, 2012b, 2017) é um exemplo dos mais icônicos da construção do Outro¹⁰⁴ colonial. “A identificação dos povos de acordo com suas faltas ou excessos é uma marca fundamental da diferença colonial, produzida e reproduzida pela colonialidade do poder, do saber e do ser” (BALLESTRIN, 2013, p. 101).

Na esteira de Edward Said em *Orientalismo* (SAID, 2007), Stuart Hall (2016) discute a polarização *West/Rest* que definiu as relações entre indivíduos e sociedades no cerne da modernidade ocidental. O Ocidente define o padrão de desenvolvimento social e cultural que se tornaria a medida pelo qual seriam avaliadas outras sociedades e povos. O “resto” seria sempre incompleto e defeituoso quando comparado com o *West*.

Nesse contexto, os estudos pós-coloniais¹⁰⁵ centram a atenção em desfazer essa polaridade e, dessa forma, reorientar a produção do conhecimento assente em universalismos que toma a história local europeia como universal e aplicável a todo o globo (GROSFUGUEL, 2008; DUSSEL, 1993; CONNELL, 2012a, 2012b; COSTA, 2006). Destaca-se, então, o entrelaçamento dessas histórias que foram cindidas em suas representações, mas, dessa vez, o Outro, que anteriormente fora relegado a um lugar subalterno e inferior, é visto como parte constituinte da história moderna (DUSSEL, 1993; COSTA, 2006):

Com efeito, a releitura pós-colonial da história moderna busca reinserir, reinscrever o colonizado na modernidade, não como o outro do Ocidente, sinônimo do atraso, do tradicional, da falta, mas como parte constitutiva essencial daquilo que foi construído, discursivamente como moderno (COSTA, 2006, p. 121).

Nos últimos anos, as análises da transnacionalização dos estudos da história da disciplina sociológica apontam para as críticas às abordagens eurocêntricas em que o Norte (Europa e Estados Unidos) é apresentado como difusor de ideias e teorias para o resto do globo, cedendo espaço para novos trabalhos que apontam para o fato de a produção de conhecimento não ser via de mão única. Por outro lado, haveria um fluxo que parte do Sul em direção ao Norte e mesmo correntes de pensamento Sul-Sul, como a teoria da dependência desenvolvida por

¹⁰⁴ A escritora estadunidense Toni Morrison utiliza o termo *outremização* para referir-se a raça e como este fator é utilizado como estratégia discursiva e de poder para subjugar os outros, os “diferentes”: “Raça é a classificação de uma espécie, e nós somos a raça humana, ponto-final. O que é então essa outra coisa, a hostilidade, o racismo social, a outremização?” (MORRISON, 2019, p. 38).

¹⁰⁵ Para uma compreensão da história dos conceitos “pós-colonial”, “descolonial” e “decolonial”, ver Ballestrin (2013).

estudiosos latinoamericanos e uma nova gama de pesquisas que discutem as condições de criação e inovação científica na América Latina. Essas novas abordagens, de aspecto transnacional, buscam superar o nacionalismo metodológico no campo da História da Sociologia ao evidenciar os “circuitos periféricos” de produção de conhecimento (CONNELL, 2012a, 2012b; MAIA, 2011, 2017; ORTIZ, 2012b).

Enseja-se na América Latina o que Martins (2019a) denominou Teoria Crítica da Colonialidade (doravante TCC), apontando para um diálogo transnacional mais profundo, que ultrapassa as barreiras regionais e amplia o debate pelas trocas de experiência, incluindo diversos centros de produção de conhecimento em torno da problemática pós-colonial. A TCC parte do entendimento que existe uma unidade ontológica entre as diversas experiências intelectuais que, “em diferentes momentos e lugares, nasce[m] de um sentimento libertário e anticolonial compartilhado” (MARTINS, 2019a, p. 14). O debate proposto por Martins (2019a; 2019b) é relevante por ressaltar a relação entre a crítica da colonialidade e a crítica anti-utilitária, esta construída a partir da obra de Marcel Mauss. Para ele, Mauss, em *Ensaio sobre a dádiva*, é pioneiro em construir um discurso decolonial ao enfatizar o simbólico e ao trazer para a narrativa exemplos não-europeus para apontar o dom como categoria universal. Desdobrando-se em uma leitura moral e estética, ao criticar explicitamente o utilitarismo econômico, Mauss abriria uma nova perspectiva de análise do social a partir do relacional e do simbólico:¹⁰⁶ “Isso significa que a desconstrução do eurocentrismo como fundamento do capitalismo colonial requer uma crítica ao mesmo tempo decolonial e anti-utilitarista, a primeira enfatizando a colonialidade, a segunda a mercantilização do mundo” (MARTINS, 2019b, p. 148).

Esse descentramento teórico não pressupõe espécie alguma de essencialismo sociológico nacionalista; antes, busca apresentar teorias produzidas fora do eixo Norte e que podem trazer novos elementos para a sociologia histórica global.¹⁰⁷ Como lembra Renato Ortiz, “a tradição iluminista é uma herança, no sentido pleno da palavra, e dela fazemos parte” (ORTIZ, 2012b, p. 14). Cumpre, então, destacar, o potencial de diálogo teórico entre o

¹⁰⁶ O autor destaca três pontos que dificultam a entrada no ambiente acadêmico brasileiro dessa perspectiva mais sociológica e política do dom: o primeiro refere-se a assimilação do dom com sua leitura católica; o segundo, a reação neoliberal utilitarista contra uma abordagem mais aberta, anti-utilitarista assente no associativismo e, terceiro, a resistência de leitores de viés estruturalista a novas abordagens da obra de Mauss.

¹⁰⁷ Nesse tocante, oportunas são as considerações de Grosfoguel (2012), destacando não ser possível um externo absoluto ao Ocidente, negando, dessa forma, novos essencialismos. Para ele, o pensamento descolonial pode ressignificar os discursos hegemônicos a partir de alternativas epistêmicas subalternas. “Esses são espaços produzidos por sujeitos subalternos que pensam e criam estratégias do lado subordinado da diferença colonial (...)” (p. 354). Tal movimento cria o que ele denominou *cumplicidade subversiva*.

“pensamento social” brasileiro e a “teoria sociológica” global, no sentido de ampliar o repertório sociológico disponível a partir da análise de realidades sociais que diferem das experiências do Norte e que requerem novas abordagem teóricas e conceituais, instigando o olhar do pesquisador e ampliando as possibilidades da “imaginação sociológica”.

Nesse cenário, destacamos as considerações de Alatas (2010) sobre as formulações ocidentais. Refletindo sobre as influências e limitações teóricas legadas pelas teorias sociológicas ocidentais “clássicas”, quando da compreensão de experiências políticas e sociais no sudoeste asiático, o autor buscou formas de diálogo em que o “pensamento local” era cotejado com as “teorias universais”, no sentido de mitigar as assimetrias e permitir aos estudiosos terem acesso ao pensamento ocidental sem abrir mão das teorias pensadas localmente.¹⁰⁸ O sociólogo malaio aponta a existência de graus distintos de “alternatividade” conforme a aplicação criativa e original das teorias eurocêntricas a contextos locais distintos, ou mesmo conforme a interlocução de teorias eurocêntricas e autóctones, mesclando alternatividade e universalidade à métodos e teorias:

Num nível superior de alternatividade – e, portanto, de universalidade –, métodos e teorias tanto locais como ocidentais são aplicados a contextos locais. Em outro nível de alternatividade e universalidade, métodos e teorias – sejam locais, ocidentais ou autóctones – podem ser aplicados também a um mesmo contexto (ALATAS, 2010, p. 231).

Alatas (2010) sublinha que esses discursos alternativos são importantes para a ciência social produzida no Norte, uma vez que contrastam o eurocentrismo e o orientalismo presentes nessas abordagens, permitindo a ampliação do entendimento e apontando as maneiras pelas quais as ciências sociais do Sul são dependentes. A emergência de discursos alternativos consolidam a internacionalização e a universalização das ciências sociais, uma vez que eles “dizem respeito à boa ciência social. Pois eles são mais conscientes das relevâncias dos

¹⁰⁸ A obra *Sociological theory beyond the canon* (2017), escrito em parceria com Vineeta Sinha, é um exemplo de seu esforço teórico e de sua prática docente (ambos pensavam em seus estudantes ao elaborar a obra), questionando o eurocentrismo bem como o androcentrismo flagrante da teoria social considerada canônica. Apresentam a obra dos clássicos Emile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, mas trazem os trabalhos de Ibn Khaldun (1332 – 1406); José Rizal (1861-1896); Pandita Ramabai Saraswati (1858 – 1922); Florence Naghitingale (1820-1910), dentre outros pensadores e teóricos que refletiram sobre suas sociedades fora do eixo eurocêntrico. “It should be stressed, however, that it is not our contention that the recognition of these biases requires that Western sociological theory be deleted from sociology curricula in non-Western universities. Rather, we argue from experience, for a fresh approach to teaching classical sociological theory that attunes students in more meaningful and critical ways to the works of Marx, Weber, Durkheim and other representatives of the canon. Ironically, such an approach constitutes a new form of legitimating the classics by revealing their timeless qualities, notwithstanding their various conceptual, methodological and ideological limitations (p.11).” Em 2022, um projeto editorial similar organizado por Celso Castro, trouxe para os estudantes brasileiros um compêndio de texto pouco conhecidos em nosso meio acadêmico. O objetivo é construir uma perspectiva mais “ecumênica” em termos espaciais, políticos e de gênero.

contextos locais e dos problemas derivados do controle discursivo do poder das ciências sociais” (ALATAS, 2010, p. 225).

Desta feita, situar o que é produzido no Brasil e na “periferia” do sistema-mundo capitalista dentro de uma abordagem transnacional de produção científica é passo fundamental para garantir a criação de uma sociologia que seja de fato global: “Inscrever o pensamento brasileiro numa história transnacional do pensamento social implica situá-lo como parte integrante de um movimento de ideias global, que pode ter relevância e ressonância para estudiosos e pesquisadores das mais variadas regiões do mundo” (MAIA, 2011, p. 87).

Nesse sentido, discutir e analisar a obra de Manoel Bomfim e expor as linhas mestras que dialogam com as críticas da colonialidade nos estudos contemporâneos é uma forma de fertilizar o que se convencionou como pensamento social brasileiro e mostrar não apenas que sua obra se junta aos escritos de outros latinoamericanos, mas também que o Sul produz teoria e que a América Latina nunca silenciou. Com argúcia e indignação, Bomfim apontou como a geopolítica do conhecimento favoreceu o Norte, o que o fez se esforçar para fazer falar o Sul.

6.2. Manoel Bomfim: pensando a América Latina a partir do Sul

No exame das tradições, a que vincula inescapável a própria narrativa histórica dos povos, Bomfim tece considerações sobre a construção dessas narrativas nas chamadas grandes civilizações. Explica que, ao narrar a história nacional, tecem-se, como pano de fundo, generalizações de aspiração universal, fazendo com que as demais tradições nacionais aparecessem sombreadas e deficientes, carentes de valores necessários à civilização e ao progresso. O sergipano constrói um arcabouço analítico que o permite vislumbrar a dança descompassada que se impõe aos povos postos no lado mais fraco, enquanto os que se colocam no centro dão o tom da valsa e orientam os passos.

Nesse cenário, a deturpação da história, na qual determinado povo toma para si mesmo as glórias da civilização, destacando que essa deturpação ocorre, invariavelmente, em benefício do mais forte e em prejuízo do mais fraco. Como pudemos aferir, a “superioridade relativa” levada a cabo pelos Impérios reforça essa distribuição desigual de poder entre os povos:

A diferença de poder e de valor efetivo entre as diversas nações vem a ser tão insensível como entre os próprios indivíduos. Na realidade das coisas, fora impossível achar o limite justo entre povos grandes e pequenos, fortes e fracos. Contudo, os mais poderosos, abusando da superioridade relativa, desnaturam a situação, atribuem a si mesmos toda a força, e dividem as noções em grandes e pequenas. No domínio da história, elas ainda procedem mais desafrontadamente, que não há meios de pedir

contas do abuso de prestígio. Nem mesmo devemos estranhar que seja assim (BOMFIM, 2013, p. 58).

Há, em Bomfim, uma continuidade entre indivíduo e sociedade, como dois lados de uma mesma moeda. A tradição existe no passado histórico, que se faz presente e se corporifica nas consciências individuais que formam o corpo social. Desta feita, é intrínseca a relação entre a “causalidade”, presente nas ações individuais, e a tradição nacional, como esforço e possibilidades do conjunto humano. Cabe, então, aos povos a defesa do valor da própria história, para que não sucumbam aos pés dos dominadores, “num esforço que deve ser proporcional ao valor das histórias deturpadoras” (BOMFIM, 2013, p. 60). Ao descortinar as tradições dominantes e pôr a limpo a história dos demais povos, é possível questionar seus valores pretensamente universais e encobrimentos de tibiezas, atrasos e barbarismos. Bomfim traça, em linhas gerais, a história da Europa para argumentar quão falacioso é o pretenso universalismo que confere destaque à Inglaterra e à França, em comparação aos demais povos e nações.

Ao apelar para o retorno a nossa história, o resgate de grandes feitos que corroboraram para a construção de nossa sociedade, Bomfim nos instiga a uma vigilância epistêmica, necessária ante as investidas dos grandes impérios e suas narrativas globalizantes e unilaterais. Somente com o conhecimento torna-se possível confrontar explicações sem compromisso com a realidade social e com a veracidade dos fatos. Bomfim opõe-se veementemente a esse latinoamericanismo, a essas ficções (SAID, 2007), capazes de mobilizar sentimentos e ações coletivas.

Dessa “sonegação de valores humanos”, denuncia Bomfim, o que mais de perto toca o Brasil, uma vez que somos fruto de seu desdobramento histórico, é a negação a Portugal da primazia da constituição do mundo moderno. O pequeno país ibérico, ao lançar-se ao mar em busca do desconhecido, põe em curso o que moldará a própria modernidade, a saber, a empreitada colonial. Ao ser contada a partir do olhar autocentrado das potências, a história apresenta lacunas injustificáveis, mas sobre as quais se guarda silêncio. Ao negar a participação portuguesa, sonega-lhes também os valores políticos e sociais que os impulsionaram em suas investidas heroicas. É o silenciamento o que corrobora para a permanência da história oficial dos centros metropolitanos e para a fixidez de seu caráter universal, em detrimento de outras histórias reputadas como locais:

É uma história feita para determinadas nações; histórias nutridas do viver exclusivo das mesmas nações, quando a maior parte do movimento de que resultou o mundo moderno se fez fora, pode-se dizer, das atuais grandes histórias nacionais, como os respectivos historiadores as compreendem (BOMFIM, 2013, p. 67-8).

O sergipano destaca a obra de Hegel como exemplo máximo das narrativas históricas europeias autocentradas. Bomfim ainda enfatiza o caso português porque, ao se negar os valores de Portugal, nega-se também o valor daqueles que forjaram o Brasil, colocando-os na penumbra da história. Contudo, sua reflexão estende-se à relação entre dominantes e dominados, em que se sobressaem as histórias dos que estão à frente no momento. Ocorre uma inversão, em que os valores presentes dominam as interpretações do passado e os silenciamentos impostos apagam os vestígios da história que possam contradizer a narrativa imposta no presente. Bomfim compreende, então, a experiência colonial e todos aqueles que, em linguagem contemporânea, estão localizados ao Sul. Abaixo, segue mais uma reflexão sobre as consequências dessas distorções e desses falseamentos históricos:

O pior, no caso, é que, finalmente, nem se pode lóbrigar a realidade do passado, na distorção a que se submetem de tradição em tradição, e tudo no aparece como turbação e falsificações de uma história sem lugar para desenvolvimentos lógicos e necessários. Mentira verificada, mas consentida e aplicada no valor de exatidão, a história afasta a verdade, a restringe, no julgamento do francês, ou a isola, em presunção, com os germânicos, para, ao mesmo tempo, deprimir o brio do holandês, ou do mexicano. Antes, a pura ficção (BOMFIM, 2013, p. 69).

Ao localizar Portugal como a primeira nação moderna, ao tratar de modo metódico sua empreitada expansionista e o desbravamento dos mares, Bomfim empreende um recorte histórico e filosófico que só será retomado com vigor no pensamento social latinoamericano nas últimas décadas (DUSSEL, 1993; QUIJANO, 2005, 2009; LANDER, 2005a), quando este aponta a simultaneidade da emergência de um capitalismo colonial e da formação do sistema-mundo moderno. Retomando a formação histórica de Portugal e sua ligação à história do Brasil, Bomfim é assertivo ao defender que a modernidade se inaugura com a expansão de Portugal além-mar.

É importante destacar que, no pensamento de Bomfim, para o progresso e o desenvolvimento de uma nação, é imprescindível que tenhamos consciência das energias que a caracterizam como povo. A partir disso, o sergipano volta-se para as tradições, que afirma serem o mesmo que consciência nacional, ou seja, atinar, conscientemente, para a tradição: “E, conhecendo-a, nela nos exaltamos, como na própria consciência do próprio valor pessoal” (BOMFIM, 2013, p. 32).

Cumprido destacar, contudo, o que subjaz a concepção de progresso apresentada nos escritos bomfinianos. O sergipano opõe à concepção que denomina “estabilidade das formas” uma concepção dinâmica de “mutações incessantes e desordenadas” (BOMFIM, 2013). O progresso seria, em última análise, as mudanças empreendidas no e pelos seres humanos à

medida que acumula, conhecimento, uma vez que “esse primeiro progresso reconhecido é realizado no espírito” (BOMFIM, 2013, p. 41). A filosofia moderna, ao proclamar a igualdade moral entre todos os homens, impulsiona a noção de progresso. Todavia, no pensamento bomfiniano, progresso não é concebido como algo unilinear e replicável em todos os contextos. Pelo contrário, há evoluções, sem espaço para julgamentos de valor: não há melhor ou pior. O progresso seria então a realização da tradição nacional, ou seja, cada povo realizando ao máximo suas potencialidades em favor da coletividade:

Há, mesmo, perfeita analogia entre o valor dado à noção de *progresso* e a de *livre-arbítrio*. Na realidade objetiva, não há progresso, pois que não poderia haver *melhor*, nem *pior* – há evoluções; mas, conscientes, no orientar e animar, os nossos esforços, agimos como se houvera, de fato, progresso, e conduzimos a ação para aquilo que, no subjetivo da espécie, consideramos como *melhor*. Da mesma sorte: não há liberdade absoluta ou objetiva, pois que pertencemos ao determinismo universal dos fenômenos; mas, sentindo-nos objetivamente livres, procedemos como se fôramos senhores absolutos dos nossos atos, e os modelamos explicitamente pelos valores morais, apresentamo-nos, dentro da humanidade, como responsáveis por eles. Como indivíduos, vamos no sentido de uma finalidade social, realizada no grupo a que pertencemos: é o progresso – político, moral, econômico... incluído no programa nacional, e que é, finalmente, uma relação entre causalidade entre ações pessoais e fins comuns, progresso que é, concretamente, a realização, cada vez mais ostensiva e completa, da tradição nacional em si mesma, como indicação das possibilidades no conjunto humano (BOMFIM, 2013, p 42, grifos do autor.).

Há, ao longo de toda a história humana, litígios entre tradições, com trocas, esquecimentos, aniquilações e criações. Sobre essa base conflituosa, segue Bomfim, se estrutura a substância histórica e sobre ela é que precisamos nos debruçar se desejamos compreender a formação das sociedades e nações. Nesse sentido, as legítimas tradições brasileiras, forjadas nos 150 anos iniciais da empreitada colonial, em que os colonos lutaram para defender a posse da terra ante outros invasores europeus, a “idade heroica”, foram abafadas pelo bragantismo que sufocou as iniciativas nacionais e impôs o modelo do Estado português. Esses brasileiros lograram forjar uma “nacionalidade nova”, “americana”, imbuídos de manter e propagar a tradição que construíram. O trecho abaixo torna explícito o profundo desgosto de Bomfim ante o que considera a interrupção da nossa marcha nacional, o “amesquinamento do nosso destino”:

A miséria em que vergaram nossos destinos abafou as nossas legítimas tradições, substituindo-se, nelas, o halo de glória pelas emanações do que o bragantismo deu ao Estado português, e que foi imposto. E, feitos de epopeia, sumiram-se sob o bolor que foi vida pública do Brasil – de 1650 em diante (BOMFIM, 2013, p. 35).

Deparar com a tradição e nela enxergar um mero sinônimo do estado de coisas tirilhe o brilho e o vigor, o sopro vivificante que, na visada de Bomfim, encheria os pulmões, insuflando-os com ânimo e orientação. Entender a tradição como algo inerte é efeito da degeneração já em curso:

Então, as formas políticas se pervertem, vicia-se a vida social, amesquinham-se os feitos e deturpam-se os padrões morais, até soterrar sob camadas decompostas as puras formas originais. É nesse efeito degenerativo que se têm anulado tantas nações, fechando a história dos grandes impérios (BOMFIM, 2013, p. 43-44).

A degeneração ocorre quando o patriotismo, como força moral coletiva, é incapaz de orientar e impedir a ação que visa o imediato ou a fortuna fácil, em detrimento da coletividade: “E, na fartura e no gozo, diluíram-se os heroísmos” (BOMFIM, 2013, p.49). Seguindo o fio histórico da formação da sociedade brasileira, Bomfim afirma que o Brasil defendeu a América do Sul e garantiu a ela os contornos que hoje possui. Ao proteger a costa brasileira das sucessivas investidas de franceses e, principalmente, de holandeses, a defesa dos colonos portugueses viabilizou a colonização espanhola ao sustar o projeto holandês de construir um interposto comercial e militar em Pernambuco. O império espanhol não tinha forças para defender-se a si mesmo, como demonstram as investidas dos ingleses, franceses e holandeses na América Central e do Norte. Desta feita, Bomfim conjectura como teria sido se a Holanda e a França tivessem prevalecido sobre os colonos brasileiros. É a essa grandeza, apagada pelo recontar minguido e deturpado da história, que o sergipano aspira, “a projeção do Brasil sobre o mundo” (BOMFIM, 2013, p 95). Interessa, então, compreender a influência do Brasil sobre a organização da América.

Nesse sentido, expulsar os holandeses do Nordeste teria sido um ato patriótico dos insurretos brasileiros. Bomfim retoma a obra dos pernambucanos para destacar a tenacidade e a ousadia dos colonos ao defender suas terras. Argumenta que o acobertamento de tais “façanhas” é um lamentável exemplo de deturpação da nossa história, amesquinhando as ações e negando-lhes seu caráter patriótico:

Sob as camadas de lodo das dependências coloniais, abafam-se as lembranças dos heroísmos pernambucanos, da mesma forma que se amesquinham os paulistas, foram aceitas e repetidas todas as acusações dos seus tradicionais inimigos, os jesuítas, convertidas, as suas façanhas, em abjetos libelos, para que, assim, ficassem os heróis do sertão despojados de tudo – de glórias e de minas (BOMFIM, 2013, p. 97).

Um aspecto que merece destaque nos escritos de Manoel Bomfim é o questionamento das histórias universais. As histórias das grandes nações apresentam-se como se tivessem um alcance global e indiscutível, nos moldes de um caminho inequívoco a ser trilhado rumo ao progresso. Bomfim destaca que essas não passam de narrativas locais, que encobrem um sem-número de fatos e acontecimentos nada dignos de nota ou honrados, ao passo que todo esforço é direcionado a encobrir a história de lutas e feitos heroicos de outros povos e civilizações. Tudo o que aparece fora da curva da narrativa oficial, ainda que acompanhe as ações expansionistas colonizadores dos centros de poder metropolitanos, é precipuamente

silenciado, apagado: “Com isso, o valor geral da história se deturpa na medida do valor que cada historiante atribui ao seu povo, com relação aos fastos da civilização” (BOMFIM, 2013, p.58).

O sergipano critica a influência francesa sobre o Brasil e destaca a postura etnocêntrica da França sobre os demais povos, principalmente, a falta de critérios com que trata a história do Brasil e da América como um todo.¹⁰⁹ Passa, então, em escrutínio algumas obras de referência que, a seu ver, não tem nenhum compromisso com a verdade factual e mesmo geográfica. Além disso, o que lhe causa maior aversão não é o determinismo geográfico que confere o tom dessas obras, nem mesmo as absurdas afirmações em que Buenos Aires é tida por capital do Brasil – o que poderia ser facilmente corrigido por estudiosos mais atentos. Bomfim lamenta as definições pouco lisonjeiras que são feitas a respeito dos povos locais e de sua natureza tropical, descrição essa que se cristalizará por décadas, alcançando o século XX: “(...) eles contam e julgam por preconceitos literatizados, a que subordinam a própria fantasia” (BOMFIM, 2013, p.78).

Desta feita, um dos critérios apontados para a deturpação de nossa história foi a forte influência francesa em nossa cultura. Bomfim sublinha o prestígio do positivismo comteano, cuja noção de ordem e progresso direcionou nossa compreensão acerca das condições que formaram o Brasil. Esse pensamento seria, na visada bomfiniana, um formalismo rígido, incapaz de acolher os primeiros brasileiros e insuflar ânimo patriótico na exaltação de nossos elementos formadores:

O positivismo não conhecia o índio, nada sabia quanto ele serviu para a nação que aqui se fez, e, por isso, não temos consagração oficial da raça que, se parece desaparecida quase toda, é que foi absorvida nas gentes brasileiros, que se bem caracterizam nessa caboclada, persistente em nossos campos (BOMFIM, 2013, p. 83).

Contudo, nada teve efeito mais deletério que a metrópole decaída a perverter os valores políticos e fragilizar o organismo social. Não bastasse todo o processo espoliativo colonial, a corrupção e a má fé dos dirigentes, o Brasil sucumbia à continuidade da política portuguesa, ao aceitar, uma vez independente, a manutenção da casa portuguesa em uma monarquia aferrada ao estado metropolitano. Enquanto o movimento histórico de renovação corria a América, o surgimento dos Estados republicanos organizando-se livremente, o Estado

¹⁰⁹ Etienne Balibar (2021), analisando o neorracismo contemporâneo, destaca no cerne do racismo francês a ideia motriz de uma missão educadora universal, “(...) a qual corresponde a prática da assimilação das populações dominadas e, conseqüentemente, a necessidade de diferenciar e de hierarquizar os indivíduos ou grupos segundo *sua maior ou menor disposição ou resistência à assimilação* (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021, p. 60, grifo do autor).

brasileiro já nascia velho, atrelado à decrepita dinastia portuguesa. As consequências mostravam-se no presente, refletidas na política oligárquica do Brasil republicano:

Com a tradição do respectivo estado português, superposta a legítima tradição nacional, tivemos que fazer, mesmo depois de três revoluções, uma política tal que, em regime republicano, é esse infame oligarquismo como se organizou definitivamente a República brasileira – oligarquias de coelomas aparentados, com toda a podridão de ventres fartos, em organismos que só vivem para o ventre (BOMFIM, 2013, p 85).

Somente ao reconhecer nossa própria história, sem as deturpações que a subestimam, embotando seu brilho, poderíamos confiar no progresso decorrente do conhecimento de nossas condições reais de formação. Nesse sentido, Bomfim retoma a ação dos paulistas, suas atividades de expansão rumo ao coração do Brasil. O autor ressalta que o ímpeto do “brasileiro paulista” foi abafado pela historiografia oficial mormente presente nos relatórios dos jesuítas, que enfatizam as violências e as crueldades no tratamento dado aos nativos da terra, sem mencionar a bravura e a ousadia que guiaram suas empreitadas. Em seus escritos juvenis, o sergipano desferiu comentários pouco lisonjeiros ao bandeirante paulista ante sua ação no extermínio das populações indígenas (estava o jovem impressionado pelo período que passou junto aos índios Botocudos). Posteriormente, em uma fase mais madura, o autor confere papel de destaque ao bandeirante, uma vez que essa categoria social auxilia na delimitação dos contornos do Brasil. Argumenta que, em comparação com outros conquistadores (espanhóis, franceses, ingleses), a atuação paulista foi muito menos desumana e implacável e que seus feitos heroicos e sua bravura e ousadia, são esquecidos. Insta-nos, então, que compreendamos suas ações contra o pano de fundo do próprio contexto histórico (colonização, violências, guerras na Europa) para que possamos vislumbrar suas ações, desta vez redimensionadas pela devida correção histórica.

Não que Bomfim coadunasse com as violências contra os indígenas; como vimos, o pensamento bomfiniano passa longe disso. Entretanto, Bomfim empreende uma análise historiográfica comparativa em que questiona, ainda que sub-repticiamente, o tratamento diferenciado dispensado pela historiografia oficial ao tratar comportamentos similares realizados por outros povos, mormente brancos e europeus. Bomfim interroga o que de tão abominável havia no comportamento dos paulistas que outros conquistadores não tenham feito pior. Não se trata de uma defesa da conduta dos bandeirantes *per se*, mas aponta para o fato que passa despercebido, ou mais precisamente, é deliberadamente manipulado e ocultado: comportamentos reputados bárbaros, irracionais e violentos por alguns, uma vez praticados por

povos em favor da civilização ou algo que o valha, são tomados como necessários, benéficos e até mesmo justos.

Nesse sentido, Bomfim esforça-se por dar resposta àqueles que reputam a história brasileira como menor e sem brilho, aos que exaltam a figura do holandês conquistador em detrimento dos que ofereceram resistência. Busca o que julga ser ousadia e heroísmo em nosso passado, relacionando-os com seus coetâneos. Defensores de seu território, os primeiros brasileiros moldaram a América, participando ativamente da história universal.

6.3. Para onde sopram os novos ventos ao Sul?

Desde o agudo *Pode o subalterno falar?*, de Spivak (2014), e toda a produção intelectual indiana da década de 1970 que ensejou a chamada crítica pós-colonial, um longo caminho foi percorrido e, em diversas partes do globo, sujeitos ainda travam disputas contra o pensamento hegemônico ocidental. Todo conhecimento é contextual, localizado em algum ponto da hierarquia epistêmica. O local de onde se fala (bem como o corpo que lhe serve de veículo) determina a visibilidade ou invisibilidade, ou, em outras palavras, a própria validade do discurso. Qualquer análise intercultural tem de considerar essa estrutura hierárquica, posto que os diálogos não são horizontais, como gostaríamos de crer (ou querem nos fazer crer), são verticais e assimétricos (GROSFOGUEL, 2012a; GOBEL, MARTIN, 2018).

Nas últimas décadas, as Ciências Sociais assistiram a um esforço teórico no sentido do descentramento hegemônico das teorias produzidas no Norte global (CONNELL, 2012a, 2012b, 2013, 2017; COSTA, 2006, 2008, 2016; GOBEL, MARTIN, 2018). Não obstante, o regime de comunicação e as assimetrias na produção e divulgação da produção acadêmica continuam favorecendo as antigas potências imperiais. Construiu-se um consenso em torno da ideia de que a produção teórica de escopo universal é factível para alguns, enquanto a aplicação pode estar ao alcance de todos. Não coincidentemente, esses poucos iluminados nascem e produzem teoria no Norte. Ou seja, de antemão era negada a possibilidade de uma produção teórica “universal”, uma vez que a produção sociológica dos países “periféricos” se via entremeada com a questão nacional, o que, invariavelmente, conferia um traço local a tudo o que era produzido. Não obstante, os novos estudos acerca da formação histórica das ciências

sociais dão conta de que mesmo os clássicos pais fundadores tinham como referentes suas comunidades nacionais de origem¹¹⁰ (ORTIZ, 2012b; MARTÍN & GÖBEL, 2018.):

Nesse sentido, a especificidade do nacional, vista antes como um entrave ao conhecimento, não seria uma dimensão exclusiva das realidades periféricas, o que faz com que a pretensa distinção entre universal (Estados Unidos e Europa) e particular (o restante do mundo) se torne cada vez mais questionável. A história das ciências sociais deixa de ser pensada segundo a matriz difusionista, exportando da metrópole para a periferia, dando conta de um quadro bem mais complexo de sua constituição transnacional (ORTIZ, 2012b, p. 21).

À vista disso, Costa (2018) aponta três distintas compreensões entre pós-colonialismo e Ciências Sociais: distanciamento, nostalgia e interferência. A compreensão da nostalgia parte do pressuposto que a ciência está imbricada no empreendimento colonial, portanto, buscam outras formas de conhecimento que seriam “exteriores” e de fronteira: “Devido à influência colonial sobre a ciência moderna, os adeptos do programa nostalgia buscam formas subalternas e não-colonizadas de conhecimento, proclamados como *pensamento fronteiro* (COSTA, 2018, p. 23, grifo do autor). Por seu turno, a perspectiva do distanciamento rejeita as sistematizações científicas, por considerarem que as teorias e conceitos engessam uma realidade que é fluída. Por fim, na perspectiva da interferência, com a qual o autor concorda, parte da crítica ao binarismo sobre a qual se assentava a moderna ciência, opondo o Ocidente e o restante do mundo, destacando seu caráter arbitrário e construído. Diante disso, propõe uma mudança interna, uma vez que as limitações conceituais patentes se tornam objeto de discussão. Novas metodologias são buscadas com o intuito de expandir o escopo analítico da sociologia. Busca-se “transformar o regime de verdade” (COSTA, 2018, p. 25). Para o autor, somente de dentro é que poderemos operar mudanças no regime instituído:

Não importa o quão radical seja sua performance e quão avesso aos discursos elas sejam: abordagens pós-coloniais competem com outras correntes por recursos e reputações no campo das ciências sociais e humanas. Portanto, abordagens pós-coloniais também têm que se submeter aos critérios de avaliação das respectivas áreas do conhecimento que estão inseridos. Não há campo científico “entre-espaços” epistemológicos ou lugares nos quais pudesse surgir um “pensamento fronteiro”. Quem discorda dos critérios de validação dominantes nas ciências pode mudá-los apenas na medida em que participe das lutas internas pelo poder de definição de ditos critérios. Para um cientista social, não é particularmente útil argumentar que suas categorias analíticas são melhores porque refletem uma perspectiva subalterna. Ele precisa convencer seus pares que suas próprias teorias, métodos e categorias que lançam luz sobre as dimensões dos fenômenos estudados que permaneceriam invisíveis às abordagens convencionais (COSTA, 2018, p. 25-6, grifos do autor).

¹¹⁰ O artigo de Renato Ortiz (2012b) sobre a diversidade de sotaques nas Ciências Sociais traça uma relação entre a divisão intelectual do trabalho e o Ocidente posto como núcleo da modernidade. Sobre a divisão Norte e Sul no tocante a produção de conhecimento, ver a instigante obra organizada por Eloísa Martín e Bárbara Göbel, *Desigualdades interdependentes e geopolítica do conhecimento: negociações, fluxos, assimetrias* (2018).

Nessa linha argumentativa, Rosa (2018) pontua que, embora tenha havido séries de estudos na esteira de Fanon e Césaire, propondo novos olhares e rupturas epistêmicas, nenhum logrou êxito em abrir espaço na Sociologia acadêmica instituída. Somente os estudos feministas, em estreita relação com o movimento de mulheres negras/latinas, conseguiram espaço próprio, seu lugar ao Sol, causando um impacto positivo nos modelos interpretativos.

Atualmente, esse debate gira em torno da geopolítica do poder e a produção e difusão do conhecimento científico, destacando o ranqueamento de periódicos e a dominância do inglês para a divulgação de âmbito internacional. Portanto, devemos sublinhar nessa discussão a geopolítica que encerra a produção e a divulgação do conhecimento científico e as correntes e fluxos de teorias e dados compartilhados por uma comunidade científica que se propõe e se pensa global. No pós-segunda guerra, a noção de cooperação internacional, concernente à ciência e à tecnologia, passa a ser condição primordial na promoção do progresso e da Modernidade. No entanto, tal cooperação é assentada sobre antigos fundamentos, o que reforça as assimetrias na produção do conhecimento a nível global: “assim a ideia de cooperação internacional para a promoção do desenvolvimento herdou do colonialismo uma semântica que se assentava em termos de *colaboração*, *ajuda*, *auxílio* ou *suporte* a povos e territórios” (PINHEIRO, 2018, p. 84, grifos do autor).

A colaboração Norte e Sul tende fortemente para o Norte, apresentado como modelo acabado do desenvolvimento, do progresso e repositório da Modernidade. Analisando o caso brasileiro, Pinheiro (2018) destaca as ambivalências da cooperação internacional, uma vez que a relação com os países do Norte assenta-se no intercâmbio intelectual, ao passo que as relações com o Sul são permeadas por políticas de assistência: “Enquanto cooperar com o Norte virou sinônimo de progresso e desenvolvimento, a cooperação com o Sul passou a ser entrecortada por conceitos de auxílio externo, doação, ajuda e assistência oficial ao desenvolvimento” (PINHEIRO, 2018, p.88).

Em decorrência das mudanças políticas no pós-Segunda Guerra e os processos de independência dos estados nacionais na África e na Ásia, a consolidação dos *area studies* substituiu o antigo binômio metrópole-colônia. No processo de colaboração científica, as parcerias entre intelectuais dos países centrais e os intelectuais nativos se fortalecem. Contudo, a perícia intelectual é do Norte, enquanto ao nativo caberia uma colaboração mediante a catalogação e apresentação de dados: “[Nos] campos constituídos a partir dos estudos de área, os especialistas não-nativos são, quase exclusivamente, egressos do Norte, reproduzindo uma

geografia imperial na observação da alteridade” (PINHEIRO, 2018, p. 87). Analisando as cooperações acadêmicas Norte-Sul e Sul-Sul, Pinheiro (2018) aponta que, tal como está posto (pressão por internacionalização, publicação em periódicos internacionais, parcerias em que os *experts* do Norte são majoritários, dentre outras características), tais colaborações reforçam as assimetrias e as relações de dependência dos países do Sul em relação ao Norte.

Vessuri, Guedón e Cetto (2018) destacam que o que une todas as correntes do Sul é exatamente essa luta que envolve a dicotomia visibilidade-invisibilidade: “Pesquisadores tanto do Norte quanto do Sul admitiriam sem grande esforço que a visibilidade é essencial. Entretanto, por trás da aparente universalidade dessa tese benigna esconde-se um lado obscuro: a visibilidade só conta se é advinda de países da OCDE¹¹¹, e não é qualquer parte (VESSURI, GUEDÓN, CETTO, 2018, p. 36-7). Os autores destacam que todas as ferramentas de avaliação de periódicos são de empresas privadas (Thomson-Reuters, Reed-Elsevier, Google). Assim, a hegemonia dos periódicos selecionados é radicada na exclusão de milhares de outros. Esses indexadores, pensados para aferir as relações entre os cientistas e temas abordados, acabam por confundir “qualidade” com “quantidade de citações”. Em decorrência disso, instala-se uma busca frenética pela suposta “excelência”, ao passo que a qualidade é relegada.

Nesse momento, devemos ressaltar a relação entre pesquisa e desenvolvimento. Nos países do Sul, pensar o desenvolvimento, ou até mesmo questões concernentes a problemas sociais, é parte importante dos projetos de pesquisa. Contudo, ao serem estes submetidos à lógica da referida “excelência”, acabam por migrar seus interesses rumo aos temas propostos do lado de fora: “Com a dominação do norte sobre as pautas de pesquisa, questões relacionadas a problemas de desenvolvimento são ausentes ou, quando presentes, aparecem frequentemente na perspectiva do Norte, com muita pouca contribuição de alternativas vindas do Sul” (PINHEIRO, 2019, p.40).

A colonialidade do saber subjaz à geopolítica do conhecimento que direciona a produção acadêmica e a divisão do trabalho intelectual. Além das limitações teóricas decorrentes da ciência eurocêntrica ainda dominante, existem muitos desafios para os estudiosos que buscam internacionalizar suas pesquisas. As assimetrias do conhecimento refletem as desigualdades estruturais, os mercados de trabalho diferenciados para pesquisadores ao Norte e ao Sul e, principalmente, os volumes de investimento público em pesquisa e

¹¹¹ OECD – Organização do Desenvolvimento e Cooperação Econômica.

desenvolvimento. Ademais, sempre que há indícios de crise econômica, as ciências sociais são as primeiras a sofrer com o corte de verbas. Como reforçam Göbel e Müller (2019), a infraestrutura tem lugar central na internacionalização do conhecimento. Os autores reforçam que, não obstante o fortalecimento da hegemonia dos centros acadêmicos com os avanços das tecnologias e da organização de dados, a transformação digital pode ser apropriada por pesquisadores situados nas periferias dos grandes centros econômicos e se tornar um instrumento efetivo de divulgação de outros saberes a serem compartilhados. Além disso, tal mudança poderá facilitar o acesso a acervos que, de outra forma, dificilmente poderiam ser consultados. Nesse contexto, as *Open Access Initiatives* constituem importante passo para a divulgação científica em países periféricos e, em especial, os da América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pessoal e o desenvolvimento intelectual de Bomfim são significativos não pela singularidade de suas ideias, por mais impressionantes que as consideremos, mas por revelar, em sua trajetória, traços gerais de uma sociedade que atravessa intensas mudanças políticas e sociais, cujas lógicas os intelectuais e cientistas se propõem a compreender e explicar. Seus conflitos pessoais e querelas científicas refletem conflitos sociais mais amplos de uma sociedade forjada sobre o trabalho compulsório de parcela significativa da população, procurando olhar para o futuro com os pés firmes no passado. O jogo de aceitação e de recusa de suas ideias reflete conflitos de poder que atravessam toda a malha social. Ora, ainda estamos tratando de um país agrícola que pretende se modernizar direcionando esforços para o cultivo monocultor.

Na virada do século XIX para o século XX, em que assistimos a transição do Império para o regime republicano, os intelectuais brasileiros tomaram para si a tarefa de pôr ordem na nação e organizar o Estado, modificando a estrutura de subserviência às potências a que o país esteve submetido nas décadas pós-independência. Compreender o Brasil e seus problemas era, portanto, fundamental, e a lente científicista daria o ângulo correto de apreciação da realidade nacional. Um temor os impelia: o avanço constante dos impérios europeus. A defesa da nação, em paralelo ao conhecimento de suas diversas regiões, era peça indispensável de sustentação nacional (SEVCENKO, 1999). Na mesma medida, outros preocupavam-se com a aproximação dos Estados Unidos. Como ressalta Silva (1998), a consciência latinoamericanista, neste período, expressava-se na denúncia da política externa imperialista estadunidense. Neste grupo, encontra-se Manoel Bomfim.

Nos escritos de sua juventude, Bomfim (2005) traça, em linhas gerais (estas sempre indignadas e virulentas), as consequências econômicas e sociais do parasitismo social que contaminou o nascente Estado brasileiro. A análise de Bomfim apresenta um forte viés crítico e de denúncia contra o Estado e seus representantes, que deixam a população entregue à própria sorte. Bomfim questiona os impostos, a falta de educação promovida pelo poder público, além da fraude democrática de um processo eleitoral que não leva em consideração milhões de analfabetos. Questiona os intelectuais e suas análises repetitivas de teorias estrangeiras enquanto desconhecem a situação das populações desafortunadas que compõem nossa sociedade. *América Latina* (BOMFIM, 2005) é um confronto aberto e declarado ao estado dominante de coisas que reforça o *status quo* e mantém os privilégios de uns, enquanto às classes populares restam a pobreza, o trabalho fatigante e a ignorância.

Bomfim indagava como era possível seguir no caminho do progresso quando a política permanecia conservadora e a economia, tenazmente atrelada à agricultura. A falta de observação das realidades histórica e social, bem como o apego “sentimental” ao conservadorismo eram, para o sergipano, nossas características particulares legadas pelo parasitismo. Esse “conservadorismo generalizado”, arraigado, subsumido na educação, era característica de todos os políticos, quer se declarassem conservadores ou não. Uma vez estabelecidos no poder, passavam a executar o roteiro pré-estabelecido, “aprendidos por séculos de exploração parasitária” (BOMFIM, 2005).

Na conclusão da obra *O Brasil na América* (BOMFIM, 1997), Manoel Bomfim exprime de maneira sucinta sua tese sobre a formação do Brasil no primeiro século de colonização, sobre o encontro entre os nativos da terra e os colonos que cá vieram e que, juntos, defenderam este rincão de novas invasões, forjando algo novo: não algo português, posto que a metrópole estava ainda interessada no comércio do Oriente e pouca disposição dedicou as suas possessões americanas nestes primeiros anos; também não algo propriamente brasileiro, uma vez que ainda seria necessário árduo trabalho para que este figurasse no horizonte. O cerne da questão é que, para o sergipano, todas as forças geradoras que formariam o Brasil surgem aí, já neste “primeiro Brasil”. Partindo dessa hipótese (ou seria certeza, dada a paixão com que revela ao leitor os fatos apurados?), reúne documentos, personalidades heroicas, fatos, narrativas, cotejando esses elementos com obras de pensadores e historiadores neo-hispânicos, de modo a destacar o que há de peculiar em nossa história nacional e que a distingue das demais experiências americanas.

No final da década de 1920, Manoel Bomfim era um escritor de livros didáticos de renome nacional, com sucessos como *Através do Brasil* e a *Revista Tico-Tico*. Pensar em sua trajetória docente significa deparar com um intelectual de ação. Bomfim dedicou-se, como alguns de seus pares, a compreender a formação do Brasil e buscar soluções para problemas sociais que assolavam principalmente as classes mais vulneráveis. Acreditava na educação como um caminho possível para a superação do atraso e colocar o país em par com as demais nações. Dedicou-se ao magistério por mais de duas décadas, transmitindo às normalistas da capital os fundamentos da pedagogia e psicologia. Também esteve à frente do *Pedagogium*, museu da educação que deveria servir de centro irradiador das teorias pedagógicas e de modelo e apoio aos professores.

Como intelectual ilustrado (BARROS, 1986; BOTELHO, 2002), o sergipano acreditava na educação formal como passo fundamental e necessário para o desenvolvimento da nação e para a consolidação da democracia em um regime republicano. Desde *A América Latina* (BOMFIM, 2005), destaca a importância da atuação do Estado na educação do povo. Somente no final de sua vida, depois de mais de duas décadas no serviço público, já desiludido, desesperançado e ciente de que as classes dominantes não tinham interesse em educar a população, é que Bomfim vislumbrará uma saída revolucionária para a superação das profundas desigualdades sociais e econômicas que assolavam (e ainda assolam) o Brasil, como podemos ver em *O Brasil-nação* (BOMFIM, 1996 [1931]).

Nos últimos anos de sua vida, já enfermo, com câncer, Manoel Bomfim sistematiza seus três últimos livros sobre a América e sobre o Brasil: *O Brasil na América*, *O Brasil na história* e *O Brasil nação*. Percebemos um fio condutor que une as três obras: todas tratam da formação de nossas tradições, assentes em como nossa história é narrada, é recontada. Há amadurecimento teórico e analítico das ideias gestadas em *América Latina* (BOMFIM, 2005). Dedica-se, então, à compreensão da formação da Península Ibérica e como esta irá modular as nações latino-americanas no bojo do processo de expansão colonial. Propõe-se, com afinco, à reconstrução da história do Brasil, em consonância com o que considera nossas verdadeiras tradições, apontando as deturpações da historiografia oficial, bragantista, conclamando-nos à apropriação de nossa história, pois só assim seria possível resgatar o nosso país e salvar nosso povo da miséria a que foi relegado pelas elites conservadoras.

Ler a obra de Manoel Bomfim à luz da crítica da colonialidade permitiu-nos compreender a riqueza de sua abordagem da história do Brasil e latinoamericana, nunca analisadas isoladamente, mas sempre tendo como pano de fundo as limitações conceituais e cognitivas decorrentes da universalização das histórias locais dos centros metropolitanos e do concomitante “apagamento” das histórias e tradições das áreas coloniais. Ao insistir no retorno da “verdadeira” tradição nacional, Bomfim resistia à abordagem de viés eurocêntrico, a história contada com ranço bragantista que amesquinhou as experiências ao colocá-las em perspectiva com os centros, esses detentores da cultura e da civilização.

No final de sua vida, já na fase final da doença que o vitimou, ouvindo os rumores da Revolução de 30 que se avizinhava, Manoel Bomfim revisitou as primeiras décadas da jovem República brasileira, observando acontecimentos políticos e ações de homens públicos na capital do país. Reitera as conclusões a que chegou na juventude, embora mais sombrio e

desesperançado. Nossa república, lamenta Bomfim, não escapou à sorte da “degradação dos costumes políticos” (BOMFIM, 1996, p. 37) de que padecia o Estado.

Alguns autores produzem obras tão extraordinárias que elas transcendem o contexto em que foram escritas. Dialogam com seu tempo, mas sua arte inspira, seja a partir de implicações que ensejam ou a partir de refutações que provocam. De toda forma, trata-se de autores que provocam leituras alternativas. Suas obras devem ser vistas em contraponto, atravessando fronteiras temporais, culturais e ideológicas. Elas emergem como parte de algo novo, inesperado e com um alcance impensado pelo autor (SAID, 2004). Situando Manoel Bomfim em seu contexto histórico, podemos avaliar os alcances analítico e teórico de sua obra e como ela se liga ao que é produzido por pensadores contemporâneos, promotores de interpretações alternativas para as sociedades, histórias e culturas. Esses “descolonizadores” intentam responder a problemática da dominação civilizatória e se recusam a assumir a história europeia como universal. Com esse estudo da obra de Manoel Bomfim, buscamos ilustrar como as produções teóricas inscritas na periferia do sistema-mundo capitalista são importantes na formação da Ciência Social, destacando como as trocas não se dão de forma unilateral no sentido centro-periferia, mas há um fluxo de ideias e experiências que podem enriquecer as análises das sociedades contemporâneas e lançar luz sobre facetas da modernidade ainda encobertas pelas narrativas eurocentradas.

Para finalizar, trazemos uma contribuição de Giorgio Agamben (2009) sobre o significado de ser contemporâneo: um sujeito capaz de posicionar os olhos fixamente nas luzes de seu próprio tempo, de modo a conseguir entrever a obscuridade. Por não coincidir inteiramente com sua época, por ser *inatual*, o indivíduo contemporâneo possui a habilidade especial de enxergar o escuro, as trevas de sua época. Esse escuro consegue interpelá-lo muito mais que a luz, embora compreenda que luz e trevas compõem um todo. O filósofo italiano ratifica: os contemporâneos são raros.

Bomfim foi, sem sombra de dúvidas, um contemporâneo de seu tempo. Com os olhos fixamente postos em seu presente, investiu-se de coragem, comprometendo-se com as causas prementes de sua época (AGAMBEN, 2009). Ao estudar a obra de Manoel Bomfim, problematizando sua envergadura analítica, suas inovações e suas limitações conceituais, não podemos perder de vista seu projeto de sociedade. Como muitos outros intelectuais militantes, Bomfim não se satisfez com análises e voltou-se para a proposição e realização de projetos que poderiam conduzir o Brasil ao progresso. Não se perdeu em devaneios e teorias, mas atuou metodicamente no que considerou o caminho mais seguro para lograr êxito: a educação. Durante anos, o sergipano dedicou-se à formação de professores que atuariam na capital do

país, pois “sabia perfeitamente que a educação básica e pública, geral a todos os brasileiros, seria elemento determinante no esforço de superação do atraso econômico, político e social do país” (AGUIAR, 2000, p. 92). Manoel Bomfim, em seu trabalho docente e na formação de professores, dedicou-se à formação dos brasileiros, sujeitos capazes de construir um novo Brasil, uma vez solucionados os *males originais*.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2013.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALEXANDER, Jeffrey C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- ALATAS, Syed Farid. A definição e os tipos de discurso alternativos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 46, p. 225-245, Jul./Dez., 2010.
- ALATAS, Syed Farid. Alternatives Discourses in Southeast Asia, **Sari 19**, p. 49-67, 2001.
- ALATAS, Syed Farid. Academic dependency and the global division of labour in the social science. **Current Sociology**, v. 51 (6), p. 599-613, 2003.
- ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. **Sociological Theory beyond the canon**. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **RBCS**, v. 15, nº44, pp. 35-55, out./ 2000.
- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, nº 76, pp.49-86, 2009.
- ALMEIDA, Cíntia Borges de; COSTA, Alice Santos. Para a *petizada inocente*: encanto, diversão e lições de conduta na revista O Tico-tico (1905-1910). **Revista Teias**, v.16, nº 41, p. 54-71, abr./jun., 2015.
- ALVEZ, Cláudia Maria Costa. Benjamin Constant e o Pedagogium: memórias positivas em disputa. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Pedagogium: símbolo da modernidade educacional republicana**. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.
- AMADEO, Javier; ROJAS, Gonzalo. Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema-mundo. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº25/26, p. 29 – 43, 2011.
- ANDERSON, Perry. Internacionalismo: um breviário. **Anos 90**, v.12, nº21/22, p. 13-42, jan./Dez., 2015.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Benedict. **Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial**. Campinas: Editora UNICAMP; Fortaleza: Editora da UECE, 2014.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Sobre a obra de Manoel Bomfim: um estudo sobre Lições de pedagogia: teoria e pratica da educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.20, nº 2, p. 397 – 402, maio/agosto, 2016.

BASTOS, Elide Rugai. Atualidade do pensamento social brasileiro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, nº 2, p. 51 – 70, maio/agosto, 2011.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 53, nº 4, p. 889-919, 2010.

BAGGIO, Kátia Gerab. Dos trópicos ao Prata: viajantes brasileiros pela Argentina nas primeiras décadas do século XX. **História Revista**, Goiânia, v.13, nº 2, p. 425 – 445, jul./dez., 2008.

BALLIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação e classe: as identidades ambíguas**. São Paulo: Boitempo, 2021.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.

BARATA, Alexandre M. A maçonaria e a ilustração brasileira. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v. 1, nº 1, p. 78 – 99, jul./out., 1994.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. O ofício de ensinar para iniciantes: contribuições ao modo de pensar sociológico. **Revista de Ciências Sociais**, v. 45, nº 1, p. 63-85, jan./jun, 2014.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: EdUSP, 1986.

BAUMGARTEN, Maíra; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 14, p. 175-243, jul./dez., 2005.

BEHELLI, Ricardo Sequeira. **Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzales Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)**. São Paulo: LCTE Editora, 2009.

BECKER, Haward. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECKER, Haward. **Segredos e truques da escrita**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BERNADINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, nº 1, p. 15 – 24, jan./abr., 2016.

BERNADINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón; TORRES, Nelson-Maldonado (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BHABHA, Homi K. A questão do “outro”. Diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

BHAMBRA, Gurinder K. As possibilidades quanto à sociologia global: uma perspectiva pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, nº 01, pp. 131 – 151, jan./abr., 2014.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRINGEL, Breno; MOLDONADO, E. Emiliano. Pensamento crítico latino-americano e a pesquisa militante de Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, nº 13, pp. 389 – 413, 2016.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos – os anos 20*, Rio de Janeiro, v.6, nº 11, p. 24-39, 1993.

BOMENY, Helena. Salvar pela escola: programa especial de educação. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 55, pp. 41-67, 2007.

BOMENY, Helena. Leitura no Brasil, leitura do Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 60, p. 11-32, 2009.

BOMENY, Helena. Educação e Brasil na Primeira República. In: MOURÃO, Alda; GOMES, Angela de Castro (coord.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Coimbra University Press, 2014.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. [1905]

BOMFIM, Manoel. **Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006 [1923].

BOMFIM, Manoel. **Lições de Pedagogia: teoria e prática da educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América: caracterização da formação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. [1929]

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013 [1930].

BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação: realidade da soberania brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1931].

BOMFIM, Manoel. *Cultura e educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primária*. In: GONTIJO, Rebeca (org.). **Manoel Bomfim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massagana, 2010. (Coleção Educadores).

BOMFIM, Manoel; BILAC, Olavo. **Através do Brasil: prática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais**. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.

BOTELHO, André. Através do Brasil: “um romance de formação” da modernidade brasileira. *Ciência & Tróp.*, Recife, v. 26, n.1, p. 7-45, jan./jul., 1988.

BOTELHO, André. Anatomia do medalhão. **RBCS**, v.17, nº 50, p. 163-166, 2002.

BOTELHO, André. Prometeu moderno: sobre intelectuais, sociedade e política. **Margem Esquerda**, São Paulo, v. 3, p. 187-192, 2004.

BOTELHO, André. Sequências de uma Sociologia Política Brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, nº 1, p. 49-82, 2007.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do Brasil. **Tempo Social**, v. 2, nº 1, pp. 47-66, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O sociólogo e o historiador: entrevistas à Roger Chartier. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUENO, Clodoaldo. Da Pax Britannica à hegemonia norte-americana: o integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). **Estudos Históricos**, v. 20, p.231-250.

CAIRO, Heriberto; GROSGOUEL, Ramón. [et. al.]. **Descolonizar la modernidad, descolonizar Europa**: um diálogo Europa – América Latina. Madrid: IEPALA, 2010.

CANDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antônio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989, p. 140-162.

CANDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos Avançados**, v. 4, nº 8, p. 4-18, 1988.

CAPONI, Gustavo. Herbert Spencer: entre Darwin y Cuvier. **SCIENTI^Æ Studia**. São Paulo. v. 12, n. 1, p. 45 – 71, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual do Brasil: retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº1, p. 123-152, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 13ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a formação da elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017b.

CARVALHO, José Murilo de. **Jovita Feitosa**: voluntária da pátria, voluntária da morte. São Paulo: Chão Editora, 2019.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Três pretos tristes: André Rebouças, Cruz e Souza e Lima Barreto, **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, nº 34, p. 6-22, jan./ abr., 2017.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHINAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CHARTIER, Roger. Literatura e História. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 197-216, 2000.

CHAKRABARTY, Dipesh. Una pequeña de los Estudios Subalternos. IN. SANDOVAL, Pablo (comp.). **Repensando la subalternidad**: miradas criticas desde/sobre America Latina. Lima: IEP, 2010.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. **Sopro 91**, p. 02-21, jul. 2013.

CHIARAMONTE, José Carlos. Nación y estado em Iberoamerica. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

COMAROFF, Jean. Teorias do Sul - Entrevista. **Mana**, v. 17, nº 2, p. 467-480. 2011.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **RBCS**, vol. 21, nº 60, fevereiro/2006.

COSTA, Sérgio. (Re)encontrando-se nas redes? As ciências sociais humanas e a nova geopolítica do conhecimento. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 16, nº 2, p. 25-43, 2008.

CONNELL, Raewyn. O Império e a criação de uma Ciência Social. **Contemporânea**, v.2, nº2, p. 309-336, jul./dez., 2012.

CONNELL, Raewyn. O Norte, o Sul e suas clivagens: produção de conhecimento e equidade de gênero. *Revista de Antropologia*, v. 55, nº 2, p. 1.163 – 1.194, 2012.

CONNELL, Raewyn. Género, salud y teoria: conceptualizando el tema em perspectiva mundial y local. **Nómadas**, 39, p. 63-77, octubre, 2013.

CONNELL, Raewyn. Social Science on a world scale: connecting the pages. **Sociologies in Dialogue**, v. 1, nº 1, p. 1-16, Jul./Dez, 2015.

CONNELL, Raewyn. Usando a teoria do Sul: descolonizando o pensamento social na teoria, na pesquisa e na prática. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v.1, nº 1, p. 87-109, 2017.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. O problema nacional, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as implicações do “nacional” em Manoel Bomfim. **Política & Trabalho**, nº 22, p. 165-184, 2005.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional. **Cronos**, Natal, v. 9, nº 2, p. 417-438, jul./dez. 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DIMAS, Antônio. O turbulento e fecundo Silvío Romero. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DOMINGUES, José Maurício. Modernidade, tradição e reflexividade no Brasil contemporânea. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, nº 2, pp. 209-234, out./ 1998.

DOMINGUES, José Maurício. Desenvolvimento, modernidade e subjetividade. **RBCS**, v. 14, nº 40, pp. 83-91, jun./1999.

DOMINGOS NETO, Manoel; MARTINS, Mônica Dias. Significados do nacionalismo e do internacionalismo. **Tensões Mundiais**, v. 2, nº 1, p.80-111, jan./ jul., 2006.

DOMINGUES, Heloísa Marial Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas (org.). **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2003.

DOMINGUES, Heloísa Marial Bertol; SÁ, Magali Romero. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: DOMINGUES, Heloísa Marial Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas (org.). **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2003.

DUSSEL, Enrique. **1492, o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgard (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DUSSEL, Enrique. **El primer debate filosófico de la modernidade**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manoel; LIMA, Marcos Costa; ALMEIDA, Carolina Soccio Di Manno. Provincializar a Europa: a proposta epistemológica de Dipesh Chakrabarty. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** – RBHCS, v.7, n°13, p. 61-79, jul., 2015.

ENGERROFF, Ana Martina Baron; OLIVEIRA, Amarubi. Os sentidos da sociologia escolar nos livros didáticos no Brasil. **Repocs**, v. 15, n. 30, jul./dez., p.215-239, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Luiz de Castro. Virchow e os sambaquis brasileiros: um evolucionismo antidarwinista. In: DOMINGUES, Heloísa Marial Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas (org.). **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2003.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. Educação, ciência e progresso: a Revista Pedagógica e o “problema social” do Brasil no final do século XIX. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 1, n. 1, pp. 45-65, 2006.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. A Revista Pedagógica e a configuração do campo pedagógico no Brasil no final do século XIX. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Pedagogium: símbolo da modernidade educacional republicana**. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A institucionalização das ciências no México e no Brasil na segunda metade do séc. XIX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho, 2011.

FONSECA, André Diney. O catolicismo ultramontano em terras que só Deus conhecia, **História: questões e debates**, Curitiba, n. 59, p. 267-272, jul./dez., 2013.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**. 2ªEd. São Paulo: Unesp, 2011.

GINZBURG, Jaime. Política da memória no Brasil: raça e história em Oliveira Viana e Gilberto Freyre. **Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, n° 15, pp. 36-45, abr./ 2006.

GLICK, Thomas. O positivismo brasileiro na sombra do darwinismo: o grupo Ideia Nova no Desterro. In: DOMINGUES, Heloísa Marial Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas (org.). **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2003.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. Manoel Bomfim: relações entre projetos nacionais de educação e saúde. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n° 126, p.77-93, 2014.

GOMES, Angela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. **XXV Simpósio Nacional de História** – ANPUH, Fortaleza, 2009.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**, v. 2, nº 4, p. 244-280, 1989.

GONDRA, José Gonçalves. O veículo de circulação da pedagogia oficial da república: a Revista Pedagógica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 138/139/190, pp. 374-395, jul./dez., 1997.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. O presente como problema historiográfico na Primeira República em dois manuais escolares. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 4, p. 81-101, 2013.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 129-154, 2003.

GROSGUÉL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, v. 2, nº 2, p. 337-362, jul./dez., 2012.

GROSGUÉL, Ramón. Retos de los estudios étnicos em Estados Unidos em el sistema universitario global occidentalizado: entre el multiculturalismo liberal, las políticas identitarias, la colonización de las disciplinas académicas y las epistemologías decoloniales. **Relaciones Internacionales**, nº 19, pp. 13 – 26, feb. 2012.

GROSGUÉL, Ramón. Desenvolvimento, modernidade e teoria da dependência na América Latina. **Realis**, v.3, nº 2, p.26 – 55, jul./dez, 2013.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, nº1, p.25-49, jan./abr., 2016.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In: DOMINGUES, Heloísa Marial Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas (org.). **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27,1988.

HAGUETTE, André. Da audácia original à consolidação normatizada da CAPES. **Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 1, pp. 205–218, mar./jun., 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. O Ocidente e o Resto: Discurso e poder. **Projeto História**, v. 56, p. 314-361, 2016.

HERSCHANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric. O nacionalismo. In: HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBBSAWM, Eric. Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismos. In: HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HOBBSAWM, Eric. A produção em massa das tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visões do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 2, nº 1, jan./mar., 1988.

IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, nº 1, p. 7-27, 1989.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, nº 2, pp. 55-74, nov., 2000.

IANNI, Octavio. O preconceito racial no Brasil – entrevista de Octávio Ianni. **Estudos Avançados**, nº 18, v. 50, pp. 06- 20, 2004.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **RBCS**, vol. 20, nº 57, Fevereiro/ 2005.

KETTNER, Michele Nascimento. Manoel Bomfim: “ensaiando” a mestiçagem em América Latina. **Ci. & Tróp.**, Recife, v. 34, nº1, p. 135-154, 2010.

KING, Stephen. **Sobre a escrita: a arte em memória**. São Paulo: Summa, 2015.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. O Pedagogium: sua criação e finalidades. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Pedagogium: símbolo da modernidade educacional republicana**. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.3, nº 1, p. 80-98, jan./jun., 1996.

LAFUENTE, Antônio; SALA CATALA, José. Ciencia colonial y roles profesionales em la América Española del siglo XVIII. **Quipu**, v. 6, nº 3, p. 387-403, sept./ dici., 1989.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

LAMELA, Eduardo Carracelas. Instrução e revolução social: a formação da Universidade Popular de Ensino Livre no Rio de Janeiro em 1904. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, Brasília, 24 a 28 de julho, 2017.

LANDER, Edgard (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005a.

LANDER, Edgard. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgard (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005b.

LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LEGG, Stephen. Para além da província europeia: Foucault e o pós-colonialismo. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, nº 34, p. 259-289, jul./dez., 2013.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**, v. 22, nº 62, p. 237-256, 2008.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. Sociologia brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 9, p. 216-245, jan./jun., 2003.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenados pela raça, absolvidos pela medicina: o Brasil descoberto pelo pensamento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

LOPES, Maria Margaret. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. **História, ciência, saúdes – Manguinhos**, v. III (suplemento), p. 881-897, 2001.

LOPES, Maria Margaret; MURRIELLO, S.E. Ciência e educação em museus no final do século XIX. **História, ciência, saúde – Manguinhos**, v. 12 (suplemento), p. 13-30, 2005.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que *pensamento* e não *teoria*? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Dados- Revista de Ciências Sociais**, v. 56, nº 4, p. 727-767, 2013.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Teoria pós-colonial e o pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). **Cadernos CRH**, Salvador, v. 28, nº 73, p. 27-45, jan./abr., 2015.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cultura política brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, nº 36, p.4-19, ago., 2017.

MAIA, João Marcelo E. **A terra como invenção**: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MAIA, João Marcelo E. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. **RBCS**, v. 24, nº 71, out./2009.

MAIA, João Marcelo E. O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial. **Revista Estudos Políticos**, nº 0, 2010/2011.

MAIA, João Marcelo E. Ao Sul da Teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, nº 2, pp. 71 – 94, 2011.

MAIA, João Marcelo E. História da Sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro. **História, ciência, saúde – Manginhos**, v. 24, nº 1, jan./mar, p. 111 – 128, 2017.

MACHADO, Diego Ramón Silva; ALVES, José Jerônimo de Alencar. A “atraente escola de intuição”: o Jardim Zoológico e o Horto Botânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1897 – 1900). IN. LOPES, M.M.; HEIZER, A. (org.). **Colecionismos, práticas de campo e representação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MAFFESOLI, Michel. Comunidade de destino. **Horizonte Antropológico**. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 273-283, jan./jun., 2006.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. O presente como problema historiográfico na primeira república em dois manuais escolares. **Revista Histórica Hoje**, v.2, nº 4, p. 81-101, 2013.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psic. Clin.**, v. 30; n. 2, p. 265-286, 2018.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 80, p. 71-114, mar., 2008.

Manifesto Republicano de 1870. In: BRASILIENSE, Américo. **Os programas dos partidos e o 2º Império**. São Paulo: s/n, 1878.

MARTINS, Paulo Henrique. América Latina com expresión de sistema-mundo em la organización de los modelos de desarrollo. **Cadernos CRH**, Salvador, v.26, nº 68, p. 331-346, maio/ago., 2013 a.

MARTINS, Paulo Henrique. Sur y el norte como experiências epistemológicas necessárias a la descolonialidad. **Estudios de Sociologia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, nº 2, pp. 73 – 96, 2013 b.

MARTINS, Paulo Henrique. **Sociologia na América Latina**: giros epistemológicos e epistêmicos. Texto apresentado na conferência de abertura do semestre 2017.2, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2017.

MARTINS, Paulo Henrique. **Itinerários do dom**: teoria e sentimento. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2019a.

MARTINS, Paulo Henrique. **Teoria crítica da colonialidade**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2019b.

MARTÍN, Eloísa. El karma de vivir al Sur: interlocuciones y dependencia académica en las Ciencias Sociales de America Latina. In: PIERKER, Kristina; Suárez, Hugo José (org.). **Sociólogos y su sociología**: experiencias en el ejercicio del oficio en México. Ciudad de México: UNAN, 2014.

MARTÍN, Eloísa; GOBEL, Bárbara (org.). **Desigualdades interdependentes e geopolítica do conhecimento**: negociações, fluxos e assimetrias. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas. **Civitas**, v. 14, nº 1, p. 27-42, jan./jun., 2014.

MENESES, Maria Paula. Para ampliar as Epistemologias do Sul: verbalizando sabores e revelando lutas, **Configurações**, pp. 1-14, 2014.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgard (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MIGNOLO, Walter D. Democracia liberal, caminho de la autoridad humana y transición al vivir bien. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, nº 1, pp. 21-44, jan./abr., 2014.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, v. 32, nº 94, pp. 1-18, jun./ 2017a.

MIGNOLO, Walter D. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v.1, nº1, pp. 12-32, 2017b.

MIGNOLO, Walter D; PINTO, Júlio Roberto de Souza. A modernidade é um fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, nº 3, pp. 381 – 402, jul./set., 2015.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MIGLIEVICH, Adelia. Intelectuais e epistemologia crítica latino-americana: do anti-colonial ao decolonial. **Resseña Iberista**, v. 39, nº 105, p. 117 – 128, 2016.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Pedagogium**: símbolo da modernidade educacional republicana. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. Vestígios do símbolo da educação republicana. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Pedagogium**: símbolo da modernidade educacional republicana. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

MONTEIRO, Pedro Meira. As raízes do Brasil no espelho de Próspero. **Novos Estudos**, 83, p. 159-182, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento do império. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

MONTALVÃO, Sérgio. Educação na ordem constitucional brasileira: da monarquia à república. **Revista Contemporânea de Educação**, nº 11, jan./jul., 2011.

MORSE, Richard. **Cidade e cultura política nas Américas**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2017.

MORRISON, Tony. **A origem dos outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOTA, Sergio Ricardo Ferreira. **Manoel Bomfim**: autêntico pensador latino-americano. Florianópolis: Insular, 2015.

MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico, v. 2. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

NAVARRETE, Julio Mejía. Modernidad y conocimiento social la emergência de um discurso epistémico em América Latina. **Revista Conjeturas Sociológicas**, pp. 71- 94, sep. – dez, 2015.

NEGROMONTE, Fátima Bezerra. **Manoel Bomfim e a educação**: interfaces discursivas entre pedagogia e a psicologia. 2019. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2019.

OLINTO, Beatriz Anselmo. Reflexões sobre Manoel Bomfim: escrita da história entre envolvimento/distanciamento. **Analecta**, Paraná, v. 10, nº 1, p. 59-67, jan./ jun., 2009.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1900.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Manoel Bomfim: autor esquecido ou fora do tempo? **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 3, p. 771-797, 2005.

OLIVEIRA, Claudemir Gonçalves de. A matriz positivista na educação brasileira: uma análise das portas de entrada no período republicano. **Diálogos Acadêmicos**, v. 1, n. 1, p. 1-17, jan./out., 2010.

- ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**: a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ORTIZ, Renato. As Ciências Sociais e o inglês. **RBCS**, v. 19, nº 54, pp. 05 – 22, fev., 2004.
- ORTIZ, Renato. **A diversidade de sotaques**: o inglês e as Ciências Sociais. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012a.
- ORTIZ, Renato. As Ciências Sociais e a diversidade de sotaques. **RBCS**, v. 27, nº 78, pp. 7-24, fev., 2012b.
- ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, nº 3, p. 609 – 633, set./ dez., 2013.
- ORTIZ, Renato. **Universalismo e diversidade**: contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo, 2015.
- OTHEIRO, Carolina de Oliveira Silva. **Tradição, linguagem e orientação**: a escrita da história de Manoel Bomfim (1923 – 1931). 2019. Tese (Doutorado) – Curso de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don. H. **Nacionalismos no novo mundo**: a formação dos Estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PAPAVERO, Nelson. Fritz Müller e a comprovação da teoria de Darwin. In: DOMINGUES, Heloísa Marial Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas (org.). **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2003.
- PAREDES, Marçal de Menezes. A Ibéria como mal-de-origem. **Revista de História das Ideias**. v. 31, pp. 337 – 362, 2010.
- PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos as margens sobre o pós-colonialismo, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, v.2, nº 2, p. 395-418, jul./dez., 2012.
- PENNA, Antônio Gomes. Acerca dos psicólogos – educadores na cidade do Rio de Janeiro: Manoel Bomfim, Maurício Campos de Medeiros, Plínio Olinto e Lourenço Filho. **Fórum educ.**, v. 13, nº 3, p. 7-34, jun./ ago, 1989.
- POCOCK, J. G. A. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. In: **Topoi**, v.13, nº 25, jul./dez. p. 193-206, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. **Estudos e Pesquisas em Psicologia** – UERJ, Ano 10, nº 2, pp.596 – 612, 2010.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. Manuel Bomfim no Pedagogium: psicologia, política e educação. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Pedagogium: símbolo da modernidade educacional republicana**. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

POSSAMAI, Zita Rosane. Museus pedagógicos nacionais: Brasil e França, século XIX. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v.8, nº 16, p. 69-87, Ago./Dez., 2019.

PRADO, Maria Emilia. Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: o significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60. **HAOL**, nº 15, p. 19-27, 2008.

PRADO, Maria Emilia. Os intelectuais e a política no Brasil: os “isebianos” e o projeto nacional-desenvolvimentista. **Estudos do Século XX**, n. 9, p. 67-78, 2009.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: Edusp, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 2001.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgard (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: AMADEO, Javier; ARAUJO, Cícero (org.). **Teoria política latino-americana**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2009.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimentismo: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **RBCS**, v. 26, nº 75, fev., 2011.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vem com sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração na década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

RAMOS, André da Silva. Robert Southey viajante: da (im)possibilidade de se aprender com a história de Portugal. **Revista de Teoria da História**, ano 6, nº 11, p. 166-216, maio/2014.

RENAN, Ernest. ¿Qué es una nación? In: BRAVO, Alvaro Fernández (org.). **La invención de la nación: lecturas de la identidade de Herder a Homi Bhabha**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2000.

REZENDE, Maria José de. Silvio Romero, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim e o evolucionismo sociológico. **Cadernos CERU**, série 2, nº 14, pp.257- 280.

REZENDE, Maria José. Teorias da mudança social: as perspectivas lineares e as cíclicas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 32, p. 349-378, outubro, 2002.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. IN. BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. [1905]

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; FIGUEIREDO, Talita Estrella Figueira. Colonialidade na América Latina e a descompartmentalização do saber. Rio de Janeiro, **Habitus**, v.10, nº 2, p. 80-95, 2012.

ROMERO, Sílvio. **A América Latina**: analyse do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim. Porto: Livraria Chardron, 1906.

SÁ, Dominichi Miranda de. **A ciência como profissão**: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SÁ, Maria Elisa Noronha (org.). **História intelectual latino-americana**: itinerários, debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward. **Freud e os não europeus**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. – 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2010a.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010b.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: UNESP, 2004.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O dia em que adiaram o carnaval**: política externa e a construção do Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

SANTOS, Emanuelle. O pós-colonial entre o Norte e o Sul: formulações teóricas, implicações políticas na batalha pela “arma da teoria”, **Configurações**, 12, p. 1- 13, 2014.

SANTOS, Emanuelle; SCHOR, Patricia. Brasil, estudos pós-coloniais e contracorrentes análogas: entrevista com Ella Shohat e Robert Stam. **Estudos feministas**, Florianópolis, 21 (2), p. 701-726, 2013.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Crianças e criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Pendengas e querelas na intelligentsia brasileira: Romero versus Bomfim. **Revista do IHGSE**, Aracajú, nº 44, pp. 383-396, 2014.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro; OLIVA, Teresinha Alves de. Multifaces de Através do Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 24, nº 48, p. 101-121, 2004.

SANTOS, Patrick Silva dos. O conservadorismo essencial como característica da psiquê das elites brasileira: uma análise conceitual em Manoel Bomfim (1868 – 1932). **Rev. Sociologias Plurais**, v. 6, n. 2, p. 19-33, jul, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da miscigenação. In: DOMINGUES, Heloísa Marial Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas (org.). **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nina Rodrigues: um radical pessimismo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. BOTELHO, André. Cinco cuestiones sobre el pensamiento social brasileño. **Andamios**, v. 9, nº 20, p. 167- 183, sept./ dec., 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simón. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasil: Ministério da Ciência e da Tecnologia; Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SCHULLER, Alessandra Frota Martinez de. “Escolas de verdade” para a república do Brazil: os grupos escolares na capital federal. **XIII Encontro de História – ANPUH**, Rio de Janeiro, 2008.

SCHULLER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, nº 26, p. 32-55, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 2, 2010, pp. 299 – 335.

SILVA, Gislania de Freitas; PAIVA, Luiz Fábio Silva. José Martí e o pensamento social latino-americano: uma perspectiva pós-colonial. **REALIS**, v.8, nº 01, pp. 57-80, jan.-jun. 2018.

SILVA, Márcia Regina Barros da. História e historiografia das ciências latino-americanas: Quipu (1984-2000). **Revista Brasileira de História da Ciência**, v.7, nº 1, p. 47-57, jan./jun., 2014.

SILVA, João Carlos da. Utopia Positivista e a instrução pública no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 16, p. 10-16, dez./2004.

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na Sociologia Política de Oliveira Vianna. **Sociologias**, Porto Alegre, v.10, nº 20, p. 238-269, jul./dez., 2008.

SILVA, José Maria de Oliveira. Salvar a América – educação e história: nuances do radicalismo republicano em Manoel Bomfim. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, nº 19, p. 115-134, 1990.

SILVA, José Maria de Oliveira. Manoel Bomfim e a ideologia do imperialismo na América Latina. **Revista de História**, 138, p. 83-92, 1998.

SILVA, Gislania de Freitas. Manoel Bomfim e o pensamento insurgente latino-americano. **REALIS**, v. 9, nº 2, Jul./Dez, p. 66-91, 2019.

SILVA, Gislania de Freitas; MATHIAS, Larissy Leal. Parasitismo social: chave analítica para a obra de Manoel Bomfim. **Tensões Mundiais**, v. 12, nº23, jul./dez., p. 101-120, 2016.

SILVA, Vinícios Carlos. Manoel Bomfim, racismo e intelectualidade no Brasil do final do século XIX e início do século XX. **Revista Convergência Crítica**, nº 8, p. 1-25, 2016.

SILVA, Ligiane Aparecida da; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Manoel Bomfim: debates parlamentares sobre o Estado e instrução primária na primeira década do século XX. **Inter-Ação**, v. 41, nº1, pp. 83-102, jan./abr., 2016.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SKINNER, Quentin. Significados e interpretações na História das Ideias. Tradução de Marcos Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, nº 20, p. 358 – 399. Jan./ abr. 2017. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol.1, cap. 4, p. 57-89.

SKOCPOL, Theda; MISKOLCI, Richard. A imaginação histórica da sociologia. **Estudos de Sociologia**, nº 10, p. 7-29, 2004.

SOARES, Anthony. O mundo não é feito só de triângulos ou de Oceano Atlântico: a teoria pós-colonial e o Atlântico Sul “lusófono”. **Via Atlântica**, São Paulo. nº 25, pp. 47 – 58, 2014.

SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. **Psicologia: ciência e profissão**, nº 30 - número especial, p. 8-41, 2010.

SOUSA, Sandra I.; LEWIS, Tom. Para além da divisão Norte/Sul em epistemologia e política emancipatória. **Configurações**, 12, p. 1-15, 2014.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021;

SPIVAK, Gayatri Chakrabarty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre a América Latina. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 17, nº 1, pp. 159-169, jan./ jun., 2014.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. Uma teoria biológica da mais-valia? Análise da obra de Manoel Bomfim. In: SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. **História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim**. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

TENTI, María Mercedes. Los Estudios Culturales, la historiografía y los sectores subalternos. **Trabajo y Sociedad**, nº 18, p.317-329, 2012.

TONON, Marina Rodrigues. **Projeto para o Brasil: Manoel Bomfim e seus interlocutores**. 2019. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2019.

UEMORI, Celso Noburu. Darwin por Manoel Bomfim. **Revista Brasileira de História**, v. 28, nº 36, pp. 327-348, dez., 2008.

VALENTE, Luiz Fernando. “Nós Outros, Neo-Ibéricos”: o entre-lugar da identidade nacional no pensamento de Manoel Bomfim. **Gragoatá**, Niterói, nº 22, p.85-98, 1. Sem. 2007.

VANDENBERG, Frédéric; HAMLIN, Cynthia. Vozes do Sul: entrevista com Raewyn Connell, **Cadernos Pagu**, 40, jan./jun., p. 345-358, 2013.

VECCHI, Roberto. O Mistério de Nápoles e o parasitismo social em Bomfim e Gramsci. **Conexão Letras**, v. 10, nº 13, pp. 77-82, 2015.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FVG, 1987.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. **Dados**, v. 39, nº 3, Rio de Janeiro, p. 1-12, 1996.

VIANNA, Luiz Werneck. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VIANA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. El eurocentismo y sus avatares: los dilemas de las ciencias sociales. **Discurso inaugural da ISA East Asian Regional Colloquium**, realizado em Seul, em 22 e 23 de novembro de 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico & Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro**: ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.